



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Educação e Humanidades  
Instituto de Letras

Luís Carlos Alves de Melo

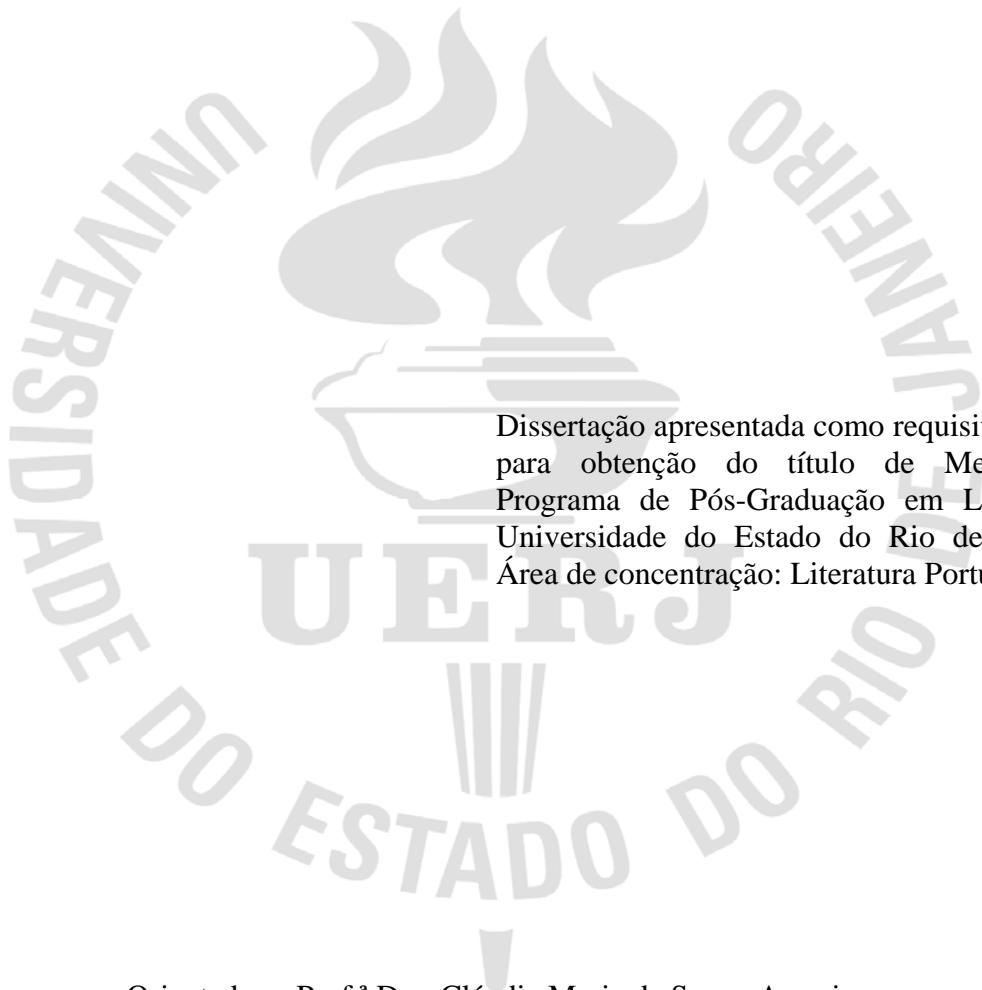
**Poesia em conflito: marcas identitárias na poesia guineense contemporânea  
de Odete Semedo, Saliatu da Costa e Tony Tcheka**

Rio de Janeiro

2017

Luís Carlos Alves de Melo

**Poesia em conflito: marcas identitárias na poesia guineense contemporânea de Odete Semedo, Saliatu da Costa e Tony Tcheka**



Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Literatura Portuguesa

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Cláudia Maria de Souza Amorim

Coorientador: Prof. Dr. Muniz Gonçalves Ferreira

Rio de Janeiro

2017

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

M528 Melo, Luís Carlos Alves de.  
Poesia em conflito: marcas identitárias na poesia guineense contemporânea de Odete Semedo, Saliatu da Costa e Tony Tcheka / Luís Carlos Alves de Melo. – 2017.  
187 f.

Orientadora: Cláudia Maria de Souza Amorim.

Coorientador: Muniz Gonçalves Ferreira.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Semedo, Odete, 1959-. No fundo do canto - Teses. 2. Costa, Saliatu da, 1977-. Entre a roseira e a pólvora, o capim – Teses. 3. Tcheka, Tony, 1951-. Desesperança no chão de medo e dor – Teses. 4. Semedo, Odete, 1959- – Crítica e interpretação – Teses. 5. Costa, Saliatu da, 1977- – Crítica e interpretação - Teses. 6. Tcheka, Tony, 1951- – Crítica e interpretação - Teses. 7. Conflito social na literatura - Teses. 8. Identidade social – Guiné-Bissau - Teses. 9. Nacionalismo na literatura – Teses. 10. Literatura guineense – História e crítica – Teses. I. Amorim, Cláudia Maria de Souza. II. Ferreira, Muniz Gonçalves. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. IV. Título

CDU 869.0(665.7)-95

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Luís Carlos Alves de Melo

**Poesia em conflito: marcas identitárias na poesia guineense contemporânea de Odete Semedo, Saliatu da Costa e Tony Tcheka**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Literatura Portuguesa

Aprovada em 23 de janeiro de 2017.

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Cláudia Maria de Souza Amorim (Orientadora)  
Instituto de Letras – UERJ

---

Prof. Dr. Muniz Gonçalves Ferreira (Coorientador)  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. João Adalberto Campato Junior  
Faculdade de Birigui

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Cristina Batalha  
Instituto de Letras – UERJ

Rio de Janeiro

2017

## DEDICATÓRIA

Ao supremo SENHOR da minha Fé pelo acalento nas noites de maior angústia,  
Aos meus pais, Adelina e Leonildo, pelo amor e toda ajuda financeira,  
Novamente à minha mãe pelas palavras de fé, esperança, motivação, e por acreditar mais em  
mim do que eu mesmo.  
Aos meus irmãos e familiares por estarem ao meu lado  
Aos sinceros amigos  
Aos mestres que me guiaram até aqui....

Obrigado!

## AGRADECIMENTOS

Essa dissertação é fruto de longa caminhada, na qual enveredei-me como andarilho em busca de destino certo. É fruto, ainda, de momentos singulares do meu viver, tendo sido concebida entre os estudos das disciplinas do curso de Mestrado em Literatura Portuguesa da UERJ, créditos do curso de Relações Internacionais da UFRRJ e a coordenação Adjunta do Observatório dos Países de Língua Oficial Portuguesa (OPLOP). Foram longas as caminhadas e, por vezes, tenho a impressão que me perdi um pouco nessas longas viagens.

Devo confessar que o Mestrado não era uma pretensão naquele momento em que aqui cheguei. Deixei minha família, amigos, trabalho, uma vida no interior de São Paulo (a quase 1000 km) para estudar na cidade Maravilhosa, da qual tanto ouvi falar. Estando aqui, fui instado a tentar obter o título de Mestre, embora já estivesse cursando Relações Internacionais. Tive medo, duvidei de mim, achei que não daria conta do recado, mas mesmo assim tentei... e passei.

A Guiné-Bissau chegou a minha vida por acaso, embora eu tenha a impressão que fosse destino. No curso da graduação em Letras, conheci o professor João Adalberto Campato Junior que abriu minha mente para a África, me apresentando a poesia de uma jovem poetisa guineense, Saliatu da Costa. Ao longo da pesquisa fui “descobrir” um mundo novo, contestando minha própria identidade, me renovando e fortalecendo, dia após dia, o desejo de desvendar os meandros existentes nas entrelinhas poéticas guineenses. O convite para compor o Observatório dos Países de Língua Oficial Portuguesa (OPLOP) coroou esse ciclo e eu percebi, então, que era chegada a hora de ser ponte para a poesia guineense.

Assim, agradeço ao professor João Adalberto Campato Junior, não só por toda sua generosidade em guiar-me por esse caminho até então desconhecido, mas por não medir esforços para ajudar-me a chegar onde cheguei e, mais ainda, por acreditar em mim. Devo boa parte da minha carreira a esse grande Mestre e grande amigo. Suas leituras e conselhos fizeram de mim, certamente, alguém melhor.

Agradeço em pé de igualdade, a minha querida orientadora Cláudia Amorim cuja amizade, generosidade, carinho e maternidade tocaram meu coração e ainda tocam. Do primeiro contato informal até hoje, eu pude constatar sua coragem, determinação e retidão, algo que foi inspirador. Aprendi a cada dia, a cada conversa, a cada comentário feito da leitura atenta e carinhosa que fez do meu texto. Mesmo em um momento tão conturbado do nosso país, não faltou compromisso e nem vontade de seguir lutando por tudo que acredita.

Agradeço ao meu co-orientador, o professor Muniz Gonçalves Ferreira, que aceitou caminhar conosco nessa jornada, emprestando seu conhecimento para que eu pudesse melhor esclarecer pontos obscuros da minha pesquisa e fazendo-me questionamentos que me fizeram refletir. A paciência com que leu meu texto e a generosidade que teve ao dar seu parecer sobre o trabalho me deixaram emocionado e extremamente grato.

Não poderia deixar de agradecer à querida Mayra Goulart e aos colegas do OPLOP que me ajudaram a seguir nessa batalha diária. Entre risos e tensões foram dias primorosos os com vocês, não podendo esquecer-me da minha companheira de entrevistas Naiara.

Agradeço igualmente a atenção e disposição da professora Maria Cristina Batalha que aceitou ser parte dessa banca, brindando-nos com todo seu conhecimento. Estarei atento às observações, que, com certeza, só irão somar. Também agradeço aos professores suplentes, Sérgio Nazar e Sílvio Jorge por também fazerem parte desse momento.

Não posso me esquecer dos queridos Mestres que, ao longo de todo o Mestrado, ensinaram-me que ainda existe esperança para a nossa educação. Assim, agradeço ao professor Sérgio Nazar, professora Ana Cristina dos Santos, professor Mário Bruno, professora Carlinda Fragale Pate Nuñez.

Também agradeço aos queridos funcionários da secretaria de pós-graduação que, nesses dois anos, sempre foram muito solícitos e atenciosos. Destaco o Roberto, a Cláudia, a Ana Célia, o Thiago com quem tive maior contato, mas estendo o agradecimento a todos.

Às queridas ascensoristas que entre subidas e decidas em busca do seu pão, mesmo sem saber, ajudam-nos a conquistar nossos objetivos.

Agradeço aos amigos queridos que deixei em estações distantes, mas de quem nunca me esqueço, e aqueles que conquistei estando aqui. Desse modo, agradeço à Ana Rachel, Ana Carolina, Bárbara, Maicon, Guilherme e tantos outros que não vou citar para não parecer injusto se me esquecer de algum.

Ainda agradeço aos meus companheiros de lar Marcelo, Iury, Leonardo, Ivan. À Teresa e ao Daniel que me acolheram em suas vidas. Ao Sushi, que nos momentos de maior tensão alegrou a minha vida e me fez companhia nas longas horas de escrita.

À Saliatu da Costa, Odete Semedo e ao Tony Tcheka por escreverem obras tão singulares, sem as quais eu não poderia estar aqui desenvolvendo essa dissertação, e por disporem de parte de seu tempo para atender aos meus pedidos.

Enfim, preciso agradecer especialmente à minha família, em particular à minha mãe, por seu amor, seu apoio ilimitado, sua garra, seus ensinamentos, e, por mesmo na dificuldade, não me deixar cair nunca. Por ser essa pessoa linda a quem eu amo mais que tudo na vida!

Solta teus poemas para todas as raças, para todas as coisas.

Confunde-te comigo...

Vai, Poesia:

Toma os meus braços para abraçares o Mundo,

Dá-me os teus braços para que abrace a Vida.

A minha Poesia sou eu.

*Amílcar Cabral*



## RESUMO

MELO, Luís Carlos Alves de. *Poesia em conflito: marcas identitárias na poesia guineense contemporânea de Odete Semedo, Saliatu da Costa e Tony Tcheka*. 2017. 187 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

Esse trabalho examina como a poesia em língua portuguesa da Guiné-Bissau retrata literariamente os conflitos recentes pelos quais o país tem passado e de que forma tais conflitos literariamente elaborados têm moldado a identidade guineense em alguns aspectos. Buscamos apresentar uma revisão acerca dos conceitos de identidades e nação bem como uma exposição dos elementos que figuram essa questão, cuja base historiográfica, do ponto de partida desta pesquisa, principia nos conflitos datados das lutas pela independência até os dias atuais. Desse modo, ao proceder uma análise poética buscamos desvendar como essa narrativa se desenvolve nas obras *No fundo do canto* (2007), de Odete Semedo, *Entre a Roseira e a Pólvora, o Capim* (2011), de Saliatu da Costa e *Desesperança no Chão de Medo e Dor* (2015), de Tony Tcheka, uma vez que essas obras poéticas estão balizadas em um contexto de conflitos intensos na Guiné-Bissau. A razão para essas escolhas é que, ao produzir obras poéticas que retratam os momentos conflituosos da pátria-mãe, os autores contribuem para a contestação e negociação das identidades no país, uma vez que é na arena do conflito que ela passa a ser uma questão. O narrar de um conflito é antes de mais nada, e sobretudo, resgatar e reviver uma memória. É relembrar aos indivíduos de uma “nação” as agruras de um passado amargo, intragável e inesquecível, de modo a criar uma marca de resistência que impeça esse passado de se transformar numa ameaça futura. Deste modo, observamos que ao produzir essa poética esses autores contribuíram para criar uma esfera de compartilhamento identitário e forjar uma união nacional, tal como Amílcar Cabral parece ter feito de forma bastante convincente. Constatamos que os conflitos descritos literariamente na Guiné-Bissau são significantes para se entender a dinâmica de produção de uma literatura de resistência, assim como para evidenciar o reconto da história das guerras, golpes e abalos nacionais, e, no limite, negociar e forjar uma identidade nacional e ressignificar o sentido da nação.

Palavras-chave: Conflitos. Identidades. Literatura guineense. Nação. Odete Semedo. Saliatu da Costa. Tony Tcheka.

## ABSTRACT

MELO, Luís Carlos Alves de. *Poetry in conflict: identity marks in the contemporary Guinean poetry of Odete Semedo, Saliatu da Costa and Tony Tcheka*. 2017. 187 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

This paper examines how the poetry in Guinea-Bissau's Portuguese-language portrays literarily the recent conflicts over which the country has undergone and how such literarily elaborated conflicts have been shaping the Guinean identity in some respects. Seeking to present a review about the concepts of identities and nation as well as an exposition of the elements that represent this question, whose historiographic basis, from this research starting point, initiates in the conflicts dating from the struggles for independence to the present day. Thus, by carrying out a poetic analysis we seek to unravel how this narrative unfolds in the works of Odete Semedo's *No fundo do canto* (2007), Saliatu da Costa's *Entre a Roseira e a Pólvora, o Capim* (2011) and Tony Tcheka's *Desesperança no Chão de Medo e Dor* (2015), given that these poetic works are marked out in a context of intense conflicts in Guinea-Bissau. The reason for these choices is that when producing poetic works that depict the conflicting moments of the motherland, the authors contribute to the contestation and negotiation of the identities in the country, since it is in the arena of conflict that it becomes an issue. The narrative of a conflict is first and foremost to rescue and revive a memory. It is to remind the individuals of a "nation" of the hardships of a bitter, intractable and unforgettable past, in order to create a mark of resistance that will prevent this past from becoming a future threat. Thus, we observe that in producing such poetics these authors contributed to create a sphere of identity-sharing and forge a national unity, as Amílcar Cabral seems to have done quite so convincingly. We observe that the depicted conflicts described literarily in Guinea-Bissau are significant in order to understand the dynamics of production of a resistance literature, as well as to evidence the retelling of history of wars, coups and national shocks, and, in its limit, negotiate and forge a national identity and re-signify the meaning of the nation

Keywords: Conflict. Identity. Guinean Literature. Nation. Odete Semedo. Saliatu da Costa. Tony Tcheka.

## LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

CEA	Centro de Estudos Africanos
CEI	Casa dos Estudantes do Império
MAC	Movimento Anticolonialista
MING	Movimento para a Independência da Guiné
MLG	Movimento de Libertao da Guiné
PAIGC	Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PIDE	Polícia Internacional de Defesa do Estado

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
1	<b>GUINÉ-BISSAU: DA “DESCOBERTA” À CONQUISTA DA INDEPENDÊNCIA</b> .....	20
1.1	<b>O processo de expansão e colonização portuguesa no continente africano</b> .	24
1.2	<b>Colonização da Guiné-Bissau: as marcas do império português</b> .....	30
1.3	<b>Amílcar Cabral: da unidade à luta pela libertação guineense</b> .....	38
1.4	<b>Sobre lutas e independência: Guiné-Bissau nos trilhos dos conflitos</b> .....	44
2	<b>NAÇÃO FORJADA NA LUTA: O DEBATE DA NAÇÃO E DAS IDENTIDADES NA GUINÉ-BISSAU</b> .....	49
2.1	<b>Nação e nacionalismo na Guiné-Bissau: uma narrativa histórico-cultural</b> .	50
2.1.1	<u>A resignificação da nação como elemento imaginado</u> .....	63
2.2	<b>Construção, reconstrução e fragmentação das identidades na Guiné-Bissau</b> .....	67
2.3	<b>Identidades nacionais forjadas: heranças dos tempos de luta</b> .....	80
3	<b>A FORMAÇÃO LITERÁRIA NA GUINÉ-BISSAU</b> .....	85
3.1	<b>O processo de formação da literatura guineense</b> .....	90
3.2	<b>Literatura guineense contemporânea: temas e fases</b> .....	93
3.2.1	<u>Primeira fase: Discurso Colonialista</u> .....	98
3.2.2	<u>Segunda fase: Poesia revolucionária</u> .....	101
3.2.3	<u>Terceira fase: Poetas da independência</u> .....	104
3.2.4	<u>Quarta fase: Poesia intimista</u> .....	108
3.2.5	<u>A prosa guineense</u> .....	112
4	<b>IDENTIDADES, CONFLITO E LITERATURA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA NA POESIA DE SEMEDO, COSTA E TCHEKA</b> .....	116
4.1	<b>A literatura engajada guineense: traços da poesia de caráter militante</b> .....	118

4.1.1	<u>Odete Semedo: No fundo do canto (2007)</u> .....	123
4.1.2	<u>Saliatu da Costa: Entre a roseira e a pólvora, o capim (2011)</u> .....	127
4.1.3	<u>Tony Tcheka: Desesperança no chão de medo e dor (2015)</u> .....	131
4.2	<b>Identities e conflito na Guiné-Bissau: análise nas poesias de Semedo, Costa e Tcheka</b> .....	135
	<b>CONCLUSÃO</b> .....	171
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	176
	<b>ANEXO - Entrevista com a poetisa guineense Saliatu da Costa</b> .....	183

## INTRODUÇÃO

As literaturas, sobretudo no que se refere a seus temas, possuem relação com o momento histórico em que estão inseridas. Tal momento se não justifica, no mínimo as explica. No caso da literatura africana da Guiné-Bissau, essa relação se dá, quase que unanimemente, em virtude da relação entre os intelectuais e os movimentos populares que desaguam nas lutas pela independência e a reafirmação do pertencimento cultural. A presente pesquisa busca reforçar os estudos literários que envolvem os campos da poesia africana da República da Guiné-Bissau, com vistas a discutir e analisar a relação entre as lutas internas, os conflitos e a construção da identidade daquele país pelo viés do texto literário.

Para compreensão do nosso objeto de estudo, importante destacar que, assim como grande parte das literaturas de países colonizados, a literatura africana em língua portuguesa ascende de forma mais proeminente no período da pós-colonização de territórios africanos por Portugal, momento esse que delinea, em larga medida, a temática abordada nos escritos desse continente. Na Guiné-Bissau, essa formação se produziu de forma mais tardia, fazendo com que sua literatura tivesse pouca difusão e se mantivesse sempre à margem das demais.

O eurocentrismo produziu modos de pensar e agir que ditaram o curso de vida das ex-colônias portuguesas, marginalizando-as e impondo a Europa como central e universalizadora, abortando os laços culturais do povo com sua terra. Na Guiné-Bissau, isso pode ser visto nos temas mais recorrentes da literatura; em especial no objeto-alvo de nossas considerações, a identidade. Estudar as questões identitárias na Guiné-Bissau requer um cuidado especial e uma visão mais detalhada acerca das produções literárias guineenses.

Cuidado pelo fato de, por um lado, estarmos trabalhando com um tema muito recorrente nos escritos do país e por ser essa literatura tão jovem; por outro lado, pelo fato de a República da Guiné-Bissau ter sido apenas considerada independente pelo colonizador (Portugal) no ano de 1974. Do mesmo modo requer visão detalhada pelo fato de estar impregnada de uma série de temas, que necessitam de apreciação do investigador, para melhor compor seus estudos acerca dos temas vinculados, como por exemplo: “negritude, diáspora, militância política, patriarcalismos, dentre outros”. (LARANJEIRA, 1995).

Falar de *identidade* não é uma tarefa fácil, sobretudo quando nos damos conta de que estamos diante de um tema, cujo debate se arrasta por longa data e está longe de encontrar um consenso sobre sua definição. Segundo Campato Jr (2016 p. 290), “a identidade constitui tópico-chave na discussão das questões essenciais que dizem respeito aos seres humanos nos dias de hoje”. Muitos foram os teóricos que imbuídos do desejo de encontrar uma explicação

para o conceito, dedicaram anos de pesquisa para tentar trazer uma colaboração para esse debate. Na Guiné-Bissau, essa é uma temática que encontra eco nos estudos literários, na poesia e demais produções do país, quase sempre relacionados com as lutas e com os conflitos internos, em virtude dos movimentos populares que desembocam nas lutas pela independência e reafirmação do pertencimento cultural.

Ao iniciarmos nossas reflexões acerca dessa temática, muitas foram as dúvidas que pairaram sobre a nossa cabeça sobre a formação, construção, reconstrução e fragmentação das identidades. A verdade é que até hoje a identidade não se constituía como uma questão propriamente dita de nossas reflexões; sempre fora naturalizada como se fosse algo inerente ao ser humano, algo que, como veremos, está longe de ser verdade. Nesse bojo, importantes são as contribuições de alguns dos mais renomados nomes dos estudos identitários, dentre os quais optamos por trabalhar, em primeiro plano, com as teorias de Zygmunt Bauman (2005), Stuart Hall (2006) e Homi Bhabha (1998).

Mas afinal, o que é de fato essa identidade do qual tanto se fala? Como e por quem ela é construída? Quando ela deixa de ser naturalizada e passa a ser de fato uma questão? Todas essas assertivas são importantes para que possamos compreender e traçar uma linha de raciocínio sobre a temática proposta, contudo consideramos que o primeiro ponto é entender quando a identidade se torna uma questão de fato. Esse questionamento encontra resposta nos estudos do historiador e crítico cultural britânico Kobena Mercer, para quem “a identidade só se torna uma questão quando está em crise, quando algo fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza<sup>1</sup>”. (MERCER, 1990 p. 43 – tradução nossa).

Para Moema Augel,

A questão identitária é uma constante força propulsora da vida humana e dos esforços de interpretá-la. Essa ideia está contida em uma ampla gama de noções e teorias, como raça e etnia, povo, nação e Estado, pessoa e personalidade, autoestima e autoconsciência, cultura, desenvolvimento. Procurando uma definição o mais abrangente possível, pode-se dizer que a identidade é um processo de construção e de contínua revisão da imagem de si mesmo, processo esse que está no ponto de intercessão entre a biografia individual e a interação social, passível tanto de influências pessoais como do meio social e cultural. (AUGEL, 2007 p. 234).

O mero distanciamento de nossas certezas gerado pela dúvida cartesiana não é suficiente para que rompamos com as identidades que até então costumávamos ter, pelo contrário ajuda-nos a entender melhor essa questão. Passamos a refletir sobre algo que até

---

<sup>1</sup> No original: “identity only becomes an issue when it is in crisis, when something assumed to be fixed, coherent and stable is displaced by the experience of doubt and uncertainty”. (MERCER, 1990 p. 43). Para mais detalhes, Cf. referências bibliográficas.

então sequer havia sido alvo de questionamentos; passamos a nos reinterpretar enquanto sujeitos sociais, repletos de diferenças e construídos a partir da relação entre o “eu” e o “outro”. Para Campato Jr., a construção da identidade se dá através do campo da alteridade e estabelece-se através da percepção da diferença, “em movimento de atração (busca de absorver o outro) e de repulsa (estereótipos, preconceito)”. (CAMPATO Jr. 2016 p. 291).

As identidades não são processos genéticos com os quais o indivíduo nasce e se desenvolve enquanto ser social, pelo contrário são construídas, desconstruídas e reconstruídas ao longo de toda a vida de um indivíduo. São, ao mesmo tempo, processos sociais subjetivos, ou seja, construídos no interior do sujeito, mas também são construções intersubjetivas, da alteridade ou *outridade*. Nos processos individuais ela se constrói no que Giddens chamou de *autoidentidade*, ou seja, “o eu entendido reflexivamente pelo indivíduo em termos de sua biografia”. (GIDDENS, 2002 p. 221). Já no que se refere aos processos coletivos, ela desemboca em processos culturais, principalmente nas chamadas identidades nacionais.

Não é de hoje que a temática da nacional ganhou certa proeminência nos estudos acadêmicos dos mais variados teóricos, pelo contrário, o que se viu foi uma necessidade de se aprofundar nesse debate ao longo dos séculos. Diante dessa tarefa, as mais ricas contribuições sobre a temática da nação e do nacionalismo buscam compreender de que modo as narrativas referentes à nação atuam para estabelecer uma espécie de homogeneização cultural nos limites do Estado, forjando em certa medida uma identidade nacional. Dentre os teóricos de relevo sobre a temática, por uma questão ontológica, destacamos as obras de Ernest Renan (1990), Ernest Gellner (1983), Eric Hobsbawn (1990) e Homi K. Bhabha (1990, 1998).

A escolha se justifica porque em nosso entendimento, tais autores fortaleceram-se como referência nos estudos sobre nação e nacionalismo, abordando questões relativas a uma identidade nacional ou identidade cultural, como no caso do último. Para esses autores a nação precisa ser analisada como uma representação cultural - uma ficcionalização – como meio de explicar uma determinada identidade nacional e sua importância nas sociedades modernas.

Não é tarefa fácil encontrar uma definição concreta e indiscutível sobre nação e sua relação com o nacionalismo, haja vista, como já salientamos, tratar-se de tema que, embora recorrente nos estudos das ciências humano-sociais, ainda gera grandes debates. Numerosas são as obras cujos argumentos nos direcionam para uma definição sustentada através do sentimento de compartilhamento cultural dos indivíduos, uma espécie de identidade cultural e nacional, na qual todos se reconheceriam como tendo um passado comum, por meio dos mitos fundadores da nação, das tradições, da língua ou do espaço social em que vivem.



Os teóricos dessa linha de pensamento tomam para si exemplos de “nações”, na tentativa de explicar o surgimento do Estado-nação e, conseqüentemente, a identidade nacional coletiva. Em geral, o que se sugere é que nação e nacionalismo são elementos de um mesmo tempo, ou seja, da modernidade. Sendo assim, poderíamos, sem prejuízo à pesquisa, pensar a nação como um produto cultural moderno, assente e transformado pelas mudanças político-sociais seculares que essa modernidade provocou. É obvio que essa definição guarda certa carga hermenêutica de nossa parte, algo natural haja vista não só a complexidade do termo, mas as definições propostas pelas obras consultadas.

Uma constatação inicial demonstra que estamos diante de uma discussão que está longe de terminar. Prova disso, a rápida consulta aos diferentes dicionários especializados, já demonstra certo grau da referida complexidade do tema. O *Dicionário Unesp do Português Contemporâneo*, organizado por Francisco Borda et al (2005), aponta uma definição de nação dividida em cinco níveis, cada um com sua carga legitimadora, mas convergentes entre si. Logo, por nação entende-se “1. Agrupamento humano, cujos membros, em geral numerosos e fixados em um território (...) 2. Povo ou tribo indígena; 3. Nome dado aos grupos de negros trazidos como escravos para o Brasil; 4. Pessoa jurídica formada pelo conjunto dos indivíduos, o Estado; 5. Naturalidade”. (BORBA et al, 2004 p. 953). Note-se que ao apresentar uma definição sobre nação, o dicionário aponta para cinco caminhos distintos.

O primeiro diz respeito a uma variável de caráter societal, na qual indivíduos pertencentes a um determinado território compartilham uma mesma história, cultura, economia e, porque não dizer, uma mesma língua. O segundo está relacionado a uma formação específica de um determinado povo ou tribo que, por dedução, deve compartilhar dos mesmos aspectos elencados anteriormente. A terceira, forçosamente, faz referência ao processo de escravização dos séculos passados, como forma de construção de uma nação ultramar, ou seja, para além do país de origem. A quarta diz respeito ao espaço jurídico no qual os indivíduos estabelecem suas bases, dentro de um território formalmente definido, o que em outras palavras constitui a formação de um Estado. A última está atrelada ao *locus natus*, ou seja, ao local do nascimento, sustentando, a ideia de nação como algo natural àquele indivíduo nativo de determinado espaço territorial. Embora algumas definições trazidas careçam de uma reflexão mais profunda, é possível vislumbrar os percursos pelos quais nos enveredaremos para buscar respostas às questões que foram inicialmente formuladas.

O substancial “*Dicionário de Política*” (2005), de Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino, apresenta uma versão mais apurada sobre o termo nação, ao fornecer um verbete, assinado pelo federalista europeu, Francesco Rossolillo. Segundo o

autor, há uma visão normalmente difundida, segundo a qual o termo nação é concebido através da formação de um conjunto ou grupo de indivíduos, em união por laços afins e naturais, e indo mais além, conforme palavras do autor “eternos — ou pelo menos existentes *ab immemorabili* (...)”. (ROSSOLILLO, 2005 p. 796).

Explica o autor que tais laços fortalecem as bases necessárias para a organização de um Estado nacional, algo que emana através das relações de poder. Não nos causa estranheza a relação ao qual o autor faz referência, principalmente se levarmos em consideração o contexto em que o termo nação ganha substancial importância, a saber: o discurso político emergente no seio da Revolução Francesa. O não estranhamento, ao qual nos referimos, advém justamente dos processos históricos de relações de poder vistos durante toda a revolução citada e que marcaram profundamente esse período na França, embora, registre-se, não fosse algo unívoco à época. Já na literatura, o termo teve suas bases de fundação sustentadas através do movimento romântico europeu que trouxe a questão da nação à superfície. “O termo aparece com o romantismo alemão, especialmente nas obras de Herder e Fichte, nas quais, todavia, é usado unicamente na sua acepção linguístico-cultural<sup>2</sup>”.

Tendo isso em mente, a presente pesquisa se propõe a problematizar como os conflitos internos, datados desde as lutas pela independência, explicam a construção identitária por meio da produção poético-literária. Ademais, ao incidir diretamente sobre o sentimento de pertencimento, esses conflitos garantem à literatura um caráter militante. Logo, busca-se igualmente discutir como a identidade tem sido construída ao longo dos anos até a contemporaneidade, na poesia guineense, num período histórico que compreende desde 1973 até os dias atuais.

A proposta teórica do presente estudo, cuja ênfase é a relação entre a questão de identidade na Guiné-Bissau e os conflitos internos, se fortalece, além do que já foi dito, pela grande necessidade de um estudo mais detalhado sobre como esses temas são abordados na produção literária desse país e o tipo de compreensão sobre a composição da literatura africana de língua portuguesa, com vistas ao resgate da identidade cultural perdida ou fragmentada durante o período colonialista português.

Outro ponto que merece, de igual forma, atenção desta pesquisa e, portanto, a justifica, é o fato de os estudos acadêmicos sobre a África se concentrarem quase que exclusivamente nos estudos da literatura de Angola e Moçambique. Essa talvez seja a maior lacuna presente nos dias atuais, uma vez que a polarização desses estudos impede que a literatura de outros

---

<sup>2</sup> ROSSOLILLO, 2005 p. 795

países africanos, cito a Guiné-Bissau, ganhe maior evidência. A proporção de pesquisadores que deixam sua zona de conforto para se dedicar a estudar uma literatura tão jovem quanto a guineense chega a ser ínfima, se comparada às demais.

O objetivo desta dissertação é examinar como a poesia em língua portuguesa da Guiné-Bissau retrata literariamente os conflitos pelos quais o país tem passado e de que forma tais conflitos literariamente elaborados têm moldado a identidade guineense em alguns aspectos. Buscamos apresentar uma revisão acerca do conceito de identidade bem como uma exposição dos elementos que figuram essa questão, cuja base historiográfica, ponto de partida desta pesquisa, tem princípios nos conflitos datados das lutas pela independência até os dias atuais. É interesse dessa pesquisa estudar como essa temática identitária aparece na poesia contemporânea de autores da Guiné-Bissau e reforçar os estudos africanos por meio do desenvolvimento de um trabalho que sirva de base para novos estudos, despertando o interesse de demais pesquisadores no acervo cultural presente na Guiné-Bissau. Desse modo, por questões de didatismo e harmonização optamos por dividir esse trabalho em quatro capítulos.

No capítulo 1, intitulado *Guiné-Bissau: da “descoberta” à conquista da independência*, apresentamos uma revisão histórica dos processos que envolvem a chegada e colonização da região da Guiné pelos portugueses, divididas em quatro subseções. Por uma questão ontológica, optamos por não utilizar o termo “descoberta”, embora o mesmo apareça no título como forma de problematização de seu conceito. A primeira e a segunda seção são dedicadas a percorrer o caminho da colonização para demonstrar como a Guiné foi conquistada e colonizada. Nas duas últimas seções dedicar-nos-emos a refletir sobre os movimentos e as lutas que culminaram na independência da Guiné-Bissau, do qual o “herói nacional” Amílcar Cabral foi um dos líderes. Nesse processo, a formação do Partido Africano para a Independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC), cujas bases estavam delineadas através da unidade, foi muito importante para a libertação do país. A partir de 1963, a Guiné iniciaria uma guerra que duraria cerca de 11 anos, caracterizando-se como uma guerra de trincheiras e política, que teria como resultado a proclamação da independência da Guiné-Bissau, em 1973, e seu reconhecimento em 1974.

O capítulo 2, intitulado *Nação forjada na luta: o debate da nação e das identidades na Guiné-Bissau*, debruça-se sobre os aportes teóricos dos mais influentes estudos sobre a questão nacional e das identidades. Desse modo, o capítulo está dividido em quatro seções para melhor acomodar os complexos conceitos discutidos. Nas duas primeiras seções, desenvolvemos uma reflexão sobre algumas definições de nação, no seu sentido moderno,

baseadas nas concepções teóricas de alguns dos mais importantes teóricos do tema. Tendo em vista que estamos tratando da Guiné-Bissau, foi preciso fazer algumas adaptações teóricas, já que a maioria dos teóricos utilizados escreve a partir de uma análise do quadro europeu e ocidental. Embora não seja nosso interesse reproduzir esses mesmos ditames ocidentais, não podemos nos furtar desses aportes. Do mesmo modo, ao trabalhar a questão das identidades, devido à falta de matérias de pesquisa, foi preciso utilizar obras ocidentais, já que estas são difundidas por todo o mundo. Por outro lado, quando refletimos sobre essa questão, pudemos trabalhar com definições e aportes de teóricos pós-colonialistas africanos, dentre eles o próprio líder revolucionário guineense Amílcar Cabral, o que nos possibilitou uma melhor proximidade com a teoria produzida pelos próprios africanos, dando maior legitimação aos nossos estudos.

O capítulo 3, *A formação literária na Guiné-Bissau*, apresenta duas seções e cinco subseções para demonstrar como se formou a literatura guineense ao longo dos anos. A primeira delas aborda de forma didática como se deu o processo de formação da literatura da Guiné-Bissau, uma literatura jovem em termos de escrita, mas que se perde no tempo quando tratamos das produções orais. Para isso, utilizamos os aportes teóricos de Moema Augel e João Adalberto Campato Jr., pesquisadores que se debruçaram sobre a literatura da Guiné-Bissau, tendo produzido trabalhos inéditos no Brasil sobre ela. Posteriormente, na segunda seção, foram trabalhadas algumas das temáticas mais relevantes da literatura guineense contemporânea, dentre as quais figuram as identidades e as questões nacionais. Além disso, buscamos sistematizar uma divisão das fases dessa literatura, baseados na leitura de Filomena Embaló e Hildo Couto, e no testemunho de Saliatu da Costa. Dessas contribuições, conseguimos extrair quatro fases da poesia guineense: a fase colonial, a fase revolucionária, a fase independentista e a fase intimista. Além dessas fases, optamos também por fazer breves considerações sobre a prosa guineense, já que muitos dos poetas também transitam por essa modalidade de literatura. Vale ressaltar que a não inserção da prosa poderia deixar uma lacuna nessa investigação, uma vez que ela também é parte das fases da literatura da Guiné-Bissau. Contudo, nosso propósito ficaria por demais abrangente, se nos propuséssemos a abarcar também a contribuição da prosa literária guineense do período em tela.

Por fim, o capítulo 4, *Identidades, conflito e literatura: uma análise comparativa na poesia de SEMEDO, COSTA e TCHEKA*, representa o ponto alto desse trabalho, já que é nele que são produzidas as análises das poesias dos autores selecionados, como forma de comprovar nossas hipóteses iniciais. Dividido em cinco seções, o capítulo busca demonstrar como a relação conflito-identidade é discutida nas poesias. Após se libertar das amarras do

colonialismo, a Guiné-Bissau sempre esteve imersa em grandes conflitos, o que de certa forma moldou a temática presente no país e reformulou as certezas que até então eram incontestes. Além disso, passou a ser produzida uma literatura de caráter engajado, de contestação, algo que está devidamente registrado no capítulo. Nas demais seções, procedemos com a apresentação de breve biografia dos autores e das obras selecionadas, de modo a pavimentar o caminho para a análise propriamente dita. Na última seção desse capítulo, analisamos aproximadamente trinta poemas das três obras selecionadas, colhendo dados para comprovar as nossas evidências, posteriormente, sustentando essa análise sob três pontos importantes: o engajamento dos autores, a narrativa do conflito e a questão das identidades.

Com efeito, desejamos que esse estudo represente uma importante contribuição para a comunidade acadêmica de uma maneira geral, ao permitir que se examinem formas de pensar e agir por meio da visão do colonizado, isto é, do próprio africano. Também é nosso objetivo que nossas reflexões apresentem uma contribuição social, uma vez que sempre se pode alargar o conhecimento do leigo sobre uma nação por vezes deixada de lado, e que vem sendo duplamente marginalizada: por um lado por ser africana e colonial; e segundo por ocupar uma posição inferior às outras nações de língua portuguesa na África. O estudo proposto pode, dessa forma, abrir caminho para novos estudos e contribuir para um avanço dos estudos da literatura da Guiné-Bissau, fazendo um resgate da identidade cultural de um povo. Enfim, nosso fito é contribuir, de forma honesta, para que a literatura guineense, produzida nos últimos anos, ganhe visibilidade, saindo da marginalidade a que injustamente tem sido relegada.

## 1 GUINÉ-BISSAU: DA “DESCOBERTA” À CONQUISTA DA INDEPENDÊNCIA

Este capítulo tem como objetivo desenvolver uma breve reflexão sobre os processos históricos referentes à colonização e independência da Guiné-Bissau, desde a chegada dos portugueses ao território no século XV e seu processo de colonização intensificado em meados do XIX e que terminam na segunda metade do XX, quando os países africanos de língua portuguesa, depois de intensas lutas, declaram sua independência em relação a Portugal. Esses processos possuem fortes imbricações principalmente no que tange aos desdobramentos de um imperialismo para além das fronteiras europeias e as práticas de dominação no continente africano. Ambos estão relacionados ao movimento de expansão marítima portuguesa, à exaltação de um nacionalismo e ao desejo de Portugal expandir-se enquanto uma grande potência dos mares e formando império sem limites na era moderna.

Sempre que pensamos no processo de expansão imperial no mundo, principalmente no século XV, um termo parece rodear os nossos pensamentos com maior ênfase, o de “descoberta”. Isso porque, ao longo de toda nossa vida, aprendemos com a história que os continentes americanos, africanos e asiáticos foram “descobertos” durante as grandes navegações; algo que tomamos como uma verdade absoluta. Não à toa, sempre que nos perguntamos quem descobriu esse ou aquele continente, a resposta é sempre certa.

De acordo com o filósofo brasileiro Gerd Bornheim

(...) o conceito de descobrimento é em tudo momentoso e de uma abrangência que em nada perturba a força de sua singularidade. Trata-se, para nós, da exploração de um conceito que haure toda a sua razão de ser de uma experiência inédita, nunca vista quer em suas motivações, quer na amplidão de suas consequências. Baste por ora dizer que as águas do descobrimento ainda hoje não se aquietam, nem mesmo na mais estável de todas as areias. (BORNHEIM, 1998 p. 17).

A “descoberta” ou “descobrimento” parece sempre se referir ao ato de encontrar algo novo, não visto – que só o é assim porque é visto dessa forma através da perspectiva etnocentrista de quem desconhecia aquele determinado território, no caso os europeus. O fato é que o mundo novo, as terras descobertas já estavam ali há milhares de anos, não eram desabitadas e, como se verificou posteriormente, possuíam toda uma organização social, econômica, linguística, cultural. Logo, o termo “descoberta” é contestável para designar esse processo, haja vista que, se para os europeus, tratou-se de trazer luz ao desconhecido, para os nativos não passou de uma invasão, uma violação da sua terra.

A automatização ou naturalização com a qual o ocidente se acostumou ao longo dos anos com a ideia da ‘descoberta’ tem relação com a própria definição semântica da palavra, bem como a denominação de um evento histórico antes visto como um fenômeno quase que divino. Segundo Borba (2005 p. 404), a palavra está relacionada à chegada pioneira a um determinado lugar, à exposição daquilo que estava oculto, coberto pelo véu do desconhecimento. Tal definição, em princípio, pode ser esclarecedora se não buscarmos proceder uma leitura mais a fundo sobre a questão, mas, quando nos damos conta do quão inadequado é o termo, principalmente para aquele que foi “descoberto”, entendemos que o termo na verdade serve como máscara para invasões violentas empreendidas por impérios europeus contra esse “novo mundo”, numa forma de encobrir fatos históricos. (SILVA; SILVA, 2006 p. 93).

O que se viu ao longo dos anos através da historiografia eurocêntrica foi a necessidade de se inventar o “novo” para assim justificar e até mesmo legitimar o uso do termo descobrir. Isso parece fazer todo o sentido quando observamos os estudos teóricos, filosóficos e historiográficos sobre o “descobrimento” das Áfricas, feitos por africanos, na qual há uma clara contestação sobre a “invenção da África”. (APPIAH, 1997; MUDIMBE, 2013). Ocorre que a invenção desse admirável mundo novo pelo olhar eurocêntrico tentou apagar toda uma história de povos que já habitavam essas terras, de modo que se formos analisar por esse prisma chegaríamos a conclusão de que esses continentes não tiveram uma Idade Média. Isso porque, segundo Bornheim (1998 p. 18), “todo nosso mundo, (...), foi construído a partir de uma radical experiência de ruptura: o homem novo, que pelas navegações parece incompatibilizar-se com as suas próprias raízes, promete a si mesmo um mundo totalmente outro”.

Não só, mas também por conta disso, com o passar dos anos, a própria historiografia passou a rever a carga histórica que envolve o termo, utilizando-o com outros sentidos, como, por exemplo, o de conquista ou, indo mais a fundo, o de “descoberta do outro” (TODOROV, 2003), em termos de alteridade. O argumento de Bornheim é de que é a própria alteridade que muda a natureza do descobrimento, na medida em que é a partir do reconhecimento do outro que passamos a reconhecer o nosso próprio interior, nossa própria alteridade. (BORNHEIM, 1998, p. 52). A assertiva de igual modo permeia grande parte das formulações filosóficas de Todorov (2003, p. 3) segundo o qual nas relações de alteridade podemos nos descobrir no outro “e perceber que não se é uma substância homogênea, e radicalmente diferente de tudo o que não é si mesmo; eu é um outro”.

Por essas e outras razões optamos, ao longo dessa investigação, por não utilizar os termos “descoberta” ou “descobrimento”, em razão de toda a carga histórico-semântica eurocêntrica que envolve a construção dos mesmos. Dessa forma, por questões ontológicas, o termo que nos parece mais adequado seria “chegada”, ou utilizando-se a expressão substitutiva da UNESCO “encontro de dois mundos” (NASCIMENTO; NASCIMENTO, 2008, p. 135). Paulo Freire ainda sugere um terceiro termo, o de conquista. Segundo ele, não podemos nos esquecer de toda a carga histórica que existe por trás da presença europeia nos demais continentes, de modo que “nada disto pode ser esquecido quando, distanciados no tempo, corremos o risco de amaciar a invasão e vê-la como uma espécie de presente civilizatório do chamado velho mundo”. (FREIRE, 2000, p. 74).

O percurso histórico que permeia a transformação do território da Guiné, posteriormente denominada Guiné-Portuguesa e, finalmente, Guiné-Bissau, não é um fato isolado e nem surge a partir do acaso, ao contrário está geneticamente associado ao surgimento do império ultramar português e sua expansão para além da Europa. Desse modo, a princípio, julgamos ser de fundamental importância, antes de adentrar propriamente na “descoberta” e colonização do território que viria a ser denominado Guiné (terra dos pretos), apresentar uma visão cronológica de alguns dos acontecimentos que antecedem esse episódio, uma vez que entendemos serem eles fundamentais para se compreender a conjuntura que marca a chegada dos portugueses ao território guineense. Além disso, esses processos inserem-se num panorama de colonização dos territórios africanos, bem como do aumento gradual do comércio de escravos africanos.

Embora nos detenhamos mais adiante sobre a questão da colonização, é primordial observar que a dinâmica de funcionamento desse ato está assente sob uma concepção de África inventada, na qual os africanos são designados a partir de “características fisiológicas baseadas em certa noção de etnia negra”. (HERNANDEZ, 2008, p. 18). Há uma “caricaturização” do africano, a quem são atribuídas conotações negativas como indivíduo preguiçoso, frouxo, incapaz, inferior e primitivo. Obviamente, não se trata de mero desconhecimento por parte do colonizador, mas forma de justificar seu domínio sobre o outro.

O sociólogo e antropólogo francês Georges Balandier pontuou que a expansão europeia pelo mundo é um dos acontecimentos mais marcantes da história, uma vez que a mesma produziu efeitos de submissão dos povos ditos “atrasados, arcaicos ou primitivos”. (BALANDIER, 2011, p. 219). Segundo ele, a ação colonial observada ao longo do século XIX produziu efeitos devastadores na história dos povos colonizados, uma vez que lhes impôs



situações de opressão muito particulares, as quais não podem em hipótese alguma ser esquecidas<sup>3</sup>.

O martinicano Aimé Césaire<sup>4</sup> (1978 p. 21) já argumentava em determinada ocasião que a colonização não é mera ação do acaso, afinal “ninguém coloniza inocentemente, nem ninguém coloniza impunemente”. Para ele, dado o peso negativo que o ato tem sobre outras nações, como, por exemplo, a busca por expurgar a cultural local, a colonização é um artifício de civilizações doentes “que, irresistivelmente, de consequência em consequência, de negação em negação, chama seu Hitler, isto é, seu castigo”. (CÉSARIE, 1978 p. 21). Resumidamente, Césaire cunhou talvez a melhor expressão que possa definir o que de fato significa a colonização, ou seja, para ele trata-se da coisificação do outro<sup>5</sup>.

Dito isto, ocupar-nos-emos em nossas próximas reflexões acerca da descoberta e colonização da Guiné-Bissau, como marcas do império português. Em princípio, apresentamos uma breve historicização sobre o processo de expansão marítima e colonização portuguesa no continente africano, que se inicia com a conquista da Ceuta em 1415, desdobrando-se na descoberta da costa africana, da qual faz parte a Guiné. Embora outros momentos históricos façam parte dessa cronologia, optamos por um recorte mais sintético, haja vista que, conforme já se verifica nessa investigação, nossa intenção é analisar o processo histórico na Guiné-Bissau e os desdobramentos de sua ocupação.

À luz de uma cronologia histórica, revisitaremos os episódios mais relevantes e que marcam o descobrimento do território situado na costa ocidental africana, fato que se deu por volta de 1446, até os fatos mais recentes que envolvem a intensificação da colonização por volta do século XIX, num contexto de partilha da África. A partir disso, refletiremos sobre os arranjos coloniais na Guiné e como suas dinâmicas criaram movimentos de contestação e resistência no país. Por mais que a narrativa da época tente dar uma conotação positiva ao processo de colonização, não podemos esquecer que se trata de um período de forte repressão e intensa violência. Nesse sentido, por mais que colonialismo e colonização sejam termos semanticamente pacíficos, derivados do latim *colere* (cultivar, conceber) “a experiência colonial histórica não reflete, nem pode obviamente refletir, as conotações pacíficas que estas palavras encerram”. (MUDIMBE, 2013, p. 15).

---

<sup>3</sup> BALANDIER, 2011, p.219.

<sup>4</sup> Aimé Césaire foi um poeta, ensaísta, dramaturgo e ideólogo martinicano do conceito de negritude, juntamente com o senegalês Leopold Senghor e o guianense Leon Damas. Grande defensor maior das raízes africanas e militante anticolonialista, Césaire foi ainda um dos maiores poetas surrealistas do mundo, de acordo com o teórico surrealista francês André Breton. Para mais informações, consultar biografia disponível em: <<http://www.buala.org/pt/autor/aime-cesaire>>. Acesso em 5/12/2016.

<sup>5</sup> Ibidem, p. 25.

## 1.1 O processo de expansão e colonização portuguesa no continente africano

O processo de expansão marítima portuguesa encontra suas bases alicerçadas no período que compreende o interstício de 1415 a 1499, embora já no século XIV se observasse um ensaio português de conquistas de outros territórios, como foi no caso das Canárias. Dos fatores que explicam essa necessidade de expandir-se e que impulsionaram a projeção portuguesa para além-mar, os mais proeminentes são os “religiosos, econômicos, estratégicos e políticos”. (BOXER, 1969, p. 41). Por conta da necessidade de se encontrarem novas rotas para melhorar o fluxo comercial, acreditamos que a questão econômica parece figurar no topo das motivações. Por outro lado, Boxer (1969, p. 43) aponta o uso de motivações religiosas para a expansão, expressas através das Bulas Papais “promulgadas ainda em vida do Infante D. Henrique e no tempo de seus sucessores imediatos”. As três bulas consideradas mais importantes – *Dum diversas, Romanus Pontifex* e *Inter caetera* – autorizavam a coroa portuguesa a sair em busca de lugares ainda não “descobertos”, conquistar, colonizar, explorar e escravizar os povos pagãos, considerados inimigos de Cristo. (BOXER, 1969, p. 44).

O fato de Portugal ter uma saída privilegiada para o oceano, ser um reino unido e não ter experimentado guerras civis durante todo o século XV fortaleceu seu pioneirismo em relação às grandes navegações, frente aos outros impérios europeus. Nunca é demais lembrar que, nesse contexto, a Europa ocidental via-se às voltas com guerras civis, ou preocupada com o avanço turco sobre os “Balcãs e no Levante”. (BOXER, 1969, p. 42). Esse equilíbrio fortaleceu o domínio português de algumas regiões frente aos espanhóis, embora quando nos referimos ao caso das Canárias, os portugueses não foram bem-sucedidos<sup>6</sup>.

Os primeiros passos da expansão portuguesa para além de suas fronteiras remontam, como já dissemos, ao século XV, embora, por obra do rigor, não se possam deixar de lado os registros da presença europeia nas Ilhas Canárias, já no século anterior. Segundo nos informa Oliveira Marques (1983, p. 257), em 1341 “(...) mercadores italianos de Lisboa conseguiram convencer D. Afonso IV a financiar (e acaso organizar) uma expedição de três navios às Canárias: os capitães eram italianos (genoveses e florentinos) mas a tripulação incluía castelhanos, portugueses e arago-catalães”. Embora não tenha sido uma expedição exclusivamente portuguesa e com interesses colonizadores, em princípio, podemos dizer que

---

<sup>6</sup> Vale lembrar que, embora tenham sido palco de disputas entre os portugueses, castelhanos e franceses, as Ilhas Canárias pertencem à Coroa espanhola. A posse espanhola das ilhas foi reconhecida pela igreja em meados de 1436.

se trata dos primeiros vestígios de presença portuguesa na ilha, além dos primeiros “descobrimientos” feitos pelos europeus no continente africano. Por outro lado, é fato que, após esse “descobrimento”, muitas foram as disputas empenhadas por portugueses, castelhanos e franceses pela posse do arquipélago, um impasse que durou aproximadamente 100 anos, quando finalmente, em meados de 1436, o papa Eugênio IV reconheceu a posse das ilhas como sendo de Castela. (MARQUES, 1983 p. 258).

Se a chegada às Canárias foi o pontapé inicial para uma presença portuguesa na África, o evento que, de fato, marcou o processo de expansão marítima e, conseqüentemente, de uma colonização portuguesa no continente africano foi a conquista de Ceuta, em 1415. Em 25 de julho, partiu de Lisboa a armada portuguesa, com uma frota de aproximadamente 200 embarcações, rumo à conquista da Ceuta. Essa expedição desembarcou no dia 21 de agosto na cidade situada ao norte da África, que foi tomada sem grandes resistências dos povos locais. Desse modo, segundo Capelo *et al.* (2007 p. 58) “a conquista de Ceuta foi o primeiro passo da expansão portuguesa”. Isso porque, para além da expansão do império em termos territoriais, a ocupação da Ceuta permitiu aos portugueses obter informações importantes sobre o Alto Níger e o Senegal, “de onde o ouro vinha”. (BOXER, 1969 p. 42). Além disso, Ceuta possuía uma localização estratégica para as navegações, uma vez que se tornara a cidade portuária e comercial dominante do estreito de Gibraltar e entre a passagem do Mediterrâneo e o oceano Atlântico. A conquista da cidade daria a Portugal prestígio junto à Cristandade e legitimaria novas investidas mar afora. (SOUSA, 2010, p. 175). Um outro fator torna simbólica a tomada de Ceuta pelos portugueses. Foi dessa cidade que Tarik e seu exército de 7 mil berberes “partiram no ano de 711 para invadir a Península Ibérica” (AMORIM, 2010, p.12), lá permanecendo por sete séculos.

Os casos de Porto Santo e da Ilha Madeira foram diferentes. A primeira foi “descoberta” por acaso, quando os navegadores João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira retornavam de uma missão a Ceuta, por volta de 1419. No ano seguinte, foi a vez de Bartolomeu Perestrelo descobrir o arquipélago da Madeira. Ambos os territórios estavam desocupados e essas “descobertas” marcam um novo rumo das navegações portuguesas: o expansionismo marítimo para além do Marrocos. (SOUSA, 2010 p. 188-189). Importa frisar que, segundo Oliveira Marques, Portugal não deu a devida importância aos arquipélagos, algo que mudou quando Castela enviou uma frota a Porto Santo. Segundo o autor, nessa ocasião Portugal respondeu sem titubear às investidas castelhanas, enviando duas expedições que saíram do Algarve e “ocuparam a Madeira e Porto Santo permanentemente. Foi o começo real da grande expansão ultramarina”. (MARQUES, 1983, p. 259).

No decorrer dos anos 1420, novas expedições foram lançadas ao mar, mas as jornadas guardavam mistérios que mudariam os rumos da expansão portuguesa além-mar. Conforme atesta Sousa (2010, p. 189), nos anos subsequentes D. Henrique, figura das mais importantes na época das conquistas portuguesas, organizou várias viagens por toda a costa ocidental africana com o objetivo de passar o cabo Bojador<sup>7</sup>. Entre 1422 a 1433, a expansão portuguesa inicia, ao que nos parece, o princípio dos movimentos mais intensos de colonização do continente africano, quando de sua chegada à costa da África até o cabo Bojador. Mas esse empreendimento só seria finalmente alcançado em 1434, empreendido pelo navegador Gil Eanes. (CAPELO *et al.*, 2007; SOUSA, 2010).

Em 1424, o infante D. Henrique ordena que uma frota com aproximadamente 2500 homens e 120 cavalos seja enviada para a conquista da Grã-Canária, uma das principais ilhas pertencentes ao arquipélago das Canárias, sob o comando do Fernando de Castro. A missão acabou fracassando devido à forte resistência dos nativos da ilha que impediram que os navegadores avançassem em sua conquista. Dessa maneira, os portugueses não puderam fazer outra coisa senão regressar a Portugal. Mais tarde, Castela protestou contra a invasão portuguesa nas Canárias, o que minou os desejos de uma possível nova tentativa. Mesmo com esse episódio, nova expedição foi realizada rumo à Grã-Canária em 1427, dessa vez sob o comando do navegador português Antão Gonçalves.

É importante pontuar nessa altura que o navegador citado é considerado por alguns autores com o primeiro português a efetivamente comprar escravos, e talvez um dos grandes precursores do tráfico de africanos. No mesmo ano, também outro navegador, Diogo de Silves, chegou ao arquipélago dos Açores. Silves foi o responsável pelo descobrimento do arquipélago dos Açores. O navegador Gonçalo Velho Cabral, em 1431, prosseguiu com os processos de “descobrimientos” portugueses, desta vez com a chegada na ilha de Santa Maria, pertencente aos Açores. Somente no ano posterior é que a expedição comandada por Gonçalo Velho desembarca na ilha, com o propósito de proceder com o processo de colonização e povoamento dos novos domínios portugueses. (MARQUES, 1983; CAPELO *et al.*, 2007).

Entre 1433 e 1435, o navegador Gil Eanes, fiel escudeiro de D. Henrique, empreendeu-se na tentativa de cruzar o caso do Bojador, com vistas a desvendar o que havia na costa ocidental africana. Durante muitos anos, outros navegadores dispuseram-se a essa mesma tentativa, mas todos sem sucesso, assim como também não alcançou sucesso Eanes. Segundo Boxer (1969, p. 48), foram cerca de 15 viagens infrutíferas. Era como se o mundo

---

<sup>7</sup> O Cabo Bojador fica na costa do Saara Ocidental e situa-se administrativamente próximo à cidade de Bojador, no Marrocos. <http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/content.php?printconceito=1130>.

acabasse por ali e fosse impossível cruzar o cabo, algo que o infante D. Henrique custava a acreditar. Imbuído do desejo de provar sua tese, ele incitou Eanes em nova tentativa, e, em 1434, o navegador conseguiu cruzar as “fronteiras impossíveis” e proceder aos primeiros reconhecimentos da costa da África. (MARQUES, 1983; CAPELO *et al.*, 2007). “Este feito foi, talvez, a maior realização do Infante, porquanto só foi possível com uma determinação paciente e a disposição de gastar largas quantias em viagens de que não se podia esperar imediata compensação”. (BOXER, 1969, p. 48).

Citando Gomes Zurara<sup>8</sup>, Sousa aponta cinco interesses de D. Henrique pelas navegações atlânticas, e, conseqüentemente, de sua fixação por atravessar o cabo do Bojador.

“A primeira era o desejo de conhecer a terra que estava para além das Canárias e do cabo do Bojador, expressamente nomeados pelo cronista. A segunda era o desejo de encontrar cristão ou portos seguros para estabelecer relações comerciais que seriam, por certo, proveitosas (...). A terceira era poder avaliar com rigor o poderio islâmico naquelas paragens africanas. A quarta dizia respeito ao fato de o infante nunca ter encontrado na Cristandade aliado que o acompanhasse na guerra contra o Islão (...). Finalmente, a quinta razão era dilatar a fé cristã, ganhando para ela ‘todas as almas que se quisessem salvar’”. (ZURARA, 1453 apud SOUSA, 2010 p. 189).

A partir de 1436 foram convocadas as Cortes de Évora, uma espécie de reunião de conselho, em que se anunciaram expedições militares para a África. No mesmo ano, o navegador Afonso Gonçalves Baldaia chega ao rio do Ouro e à Pedra da Galé. Durante todo o período que se inicia com a cruzada do cabo Bojador até aproximadamente 1440, os portugueses tentaram estabelecer contatos comerciais com os povos locais, algo que só começou a se encaminhar no ano posterior.

Segundo Sousa (2010), a primeira operação comercial apenas se realizou no ano de 1441, quando houve “a aquisição e o transporte para Portugal de cerca de uma centena de escravos, de algum ouro e de certos produtos exóticos, como ovos de avestruz”. (SOUSA, 2010 p. 190). Foi nessa mesma época que o navegador e mercador de escravos Nuno Tristão empreendeu uma jornada rumo à costa atlântica no norte da África, juntamente a Antão Gonçalves, o que porventura lhes deu o título de descobridores do cabo Branco, situado na região da Mauritània. Obviamente, há divergências entre os historiadores quanto ao nome dos reais descobridores que, para a maioria, são os navegadores Gonçalo de Sintra e Dinis Dias, mas não é nosso interesse resolver essa celeuma. O que importa desse período é que, com esse

---

<sup>8</sup> Gomes Eanes de Zurara foi um cronista do século XV que descreveu os feitos portugueses na época das grandes navegações, dentre eles a conquista da Guiné, no seu *Crônica do descobrimento e conquista da Guiné* (1453). Segundo Sousa (2010 p. 189), Zurara era um “indefectível admirador de D. Henrique”. Cf. Referências.

descobrimto em particular, inicia-se uma fase da expansão econômica portuguesa, o uso de caravelas como meio de navegação e, inicia-se em maior escala o comércio escravagista.

A partir de 1445, os portugueses iniciaram um processo de instalação de feitorias e postos comerciais em terra, como forma de intensificação de seu comércio. Nesse sentido, afirma Boxer (1969, p. 47) que “a primeira feitoria foi estabelecida em Arguim (a sul de cabo Branco), (...) numa tentativa de desviar o comércio transmarino do Sudão Ocidental”. Posteriormente, em 1455, os portugueses construíram um castelo que seria utilizado como base comercial, onde eles poderiam fazer trocar de “cavalos, tecidos, objetos de cobre e trigo por pó de ouro, escravos e marfim”. (BOXER, 1969, p. 48). O desejo de expandir-se, aliado à necessidade de aumentar as atividades comerciais, dentre elas o tráfico de escravos, fez com que em 1446 fossem lançadas novas expedições, o que acabou culminando na conquista da Guiné ou, assim denominada, “Terra dos Negros”. (SOUSA, 2010, p. 191). A ocupação desse território trouxe aos portugueses um acesso ao interior da África, além de possibilitar que novas “descobertas” pudessem ser feitas ao longo dos anos subsequentes.

Entre 1456-1460, o navegador Diogo Gomes chegou ao arquipélago de Cabo Verde, durante sua rota de volta a Portugal. Posteriormente, colonos portugueses ocuparam parte do território, que serviria de local de armazenamento de escravos africanos. Pouco tempo depois, foram conhecidas as ilhas de São Tomé e Príncipe (1471-1472); seguidas da chegada em Angola (1488) e de Moçambique (1498). A partir de então estava sendo desenhado o mapa das zonas de influência portuguesas na África, bem como da colonização de territórios africanos por Portugal.

A expansão marítima portuguesa na África não foi um processo sutil como parte de uma historiografia da época faz crer, e menos ainda amistoso. Pelo contrário, desenvolveu-se de forma violenta e atropelou os costumes locais e as organizações étnicas dos povos nativos, fronteirizando todo um sistema tribal já existente. Além disso, observa-se uma intensificação do comércio de escravos e das incursões opressivas no continente. Nesse sentido, é importante registrar que essas “descobertas” se inserem num panorama no qual colonização, escravização e inferiorização dos africanos ocupam um mesmo espaço.

A despeito da colonização, é importante que se diga que a mesma provocou sérios danos ao desenvolvimento do continente africano, principalmente se observarmos os impactos relacionados ao tráfico de escravos. Imbuído dessa temática, Elíxia M'Bokolo (2009, p. 209) reflete sobre o seguinte questionamento: “o que teria sido o resultado das dinâmicas sociais, políticas, demográficas e econômicas de que a África deu provas dos séculos VII ao XV, se não se tivesse registrado os tráficos negreiros?”. Evidentemente, não podemos ter uma

resposta clara à questão, dado que a colonização e o tráfico de escravos jogaram por terra essas dinâmicas. Além disso, é preciso ter em conta que “nenhum continente conheceu, durante um período tão longo (séculos VII-XIX), uma sangria tão contínua e tão sistemática como o continente africano”. (M’BOKOLO, 2009, p. 209.)

A colonização tem, nas bulas papais e tratados bilaterais, os parâmetros para sua promoção, uma vez que ambos “definiram os direitos de domínio de Espanha e Portugal, e reconheceram o conceito de esferas de influência”. (RUSSELL-WOOD, 2010, p. 175). Nesse sentido, oportunas são as considerações feitas pelo historiador guineense Carlos Lopes, para quem as bulas papais possuíam duas características importantes para o período em questão. A primeira delas era a legitimação do processo de colonização de territórios e povos em nome da religião, para a qual uma terra não cristianizada era considerada como terra de ninguém. Outra característica é que, ao proceder essa legitimação, as bulas eram responsáveis por criar uma inferiorização africana. Logo, o que se nota é que a “inferioridade africana foi fortificada pela estrutura da colonização”. (LOPES, 1995, p. 24).

Ao analisar a estrutura colonial, o antropólogo brasileiro-congolês Kabengele Munanga observou que, embora tenha se iniciado séculos antes, o processo de colonização se efetivou de forma plena a partir do século XIX e revelou o desconhecimento e preconceito em relação aos povos africanos, por parte dos europeus. Isso se verificou a partir da intensa necessidade de desprezar a cultura africana em prol da europeia, elevando os povos europeus a níveis superiores em relação aos africanos. Nesse sentido:

“A ocupação colonial efetiva da África pelo Ocidente no século XIX tentou dismantelar as suas antigas instituições políticas. Alguns reinos resistiram e subsistem até hoje, embora num contexto totalmente diferente. Convencidos de sua superioridade, os europeus tinham a priori desprezo pelo mundo negro, apesar das riquezas que dele tiravam. A ignorância em relação à história antiga dos negros, as diferenças culturais, os preconceitos étnicos entre duas sociedades que se confrontam pela primeira vez, tudo isso mais as necessidades econômicas da exploração predispuseram o espírito europeu a desfigurar completamente a personalidade moral do negro e suas aptidões intelectuais”. (MUNANGA, 2009, p. 23-24).

Em segundo lugar, não podemos negligenciar que, em paralelo ao processo de ocupação e colonização, cresceu consideravelmente o comércio de escravos vindos da África. De acordo com Elikia M’Bokolo, antes de se tornarem objetos comerciais, os escravos eram adquiridos por meio de rapto, algo que a partir de 1441, mudaria consideravelmente. Nessa época, Antão Gonçalves e Nuno Tristão se apropriam dos primeiros negros, a fim de demonstrar sua “boa vontade” para com o infante D. Henrique e justificar “as grandes

despesas e os grandes esforços que, nos anos passados, ele consagrou” à empreitada marítima. (M’BOKOLO, 2009, p. 261).

O que se observa, a partir dos relatos da época, é uma historiografia que trata a escravidão como algo fetichizado<sup>9</sup>, o que, portanto, fez do século XV um período em que se podem observar formulações ideológicas cujo intuito era “justificar o tráfico e a escravatura dos africanos<sup>10</sup>”. M’Bokolo ainda aponta que, por volta de 1444, houve uma intensificação nas operações de comércio na costa africana, além da intensificação da captura e comércio de escravos africanos, o que permitiu a Portugal “financiar as tarefas da “descoberta” da África. (BOKOLO, 2009, p. 261). Dentre essas “descobertas”, importa a essa investigação destacar a conquista e colonização da Guiné, em 1446, como uma das marcas do imperialismo português, fato que por sua importância será melhor discutido no próximo tópico.

## 1.2 Colonização da Guiné-Bissau: as marcas do império português

*“Uma civilização que se revela incapaz de resolver os problemas que o seu funcionamento suscita é uma civilização decadente. Uma civilização que prefere fechar os olhos aos seus problemas mais cruciais é uma civilização enferma. Uma civilização que trapaceia com os seus princípios é uma civilização moribunda<sup>11</sup>”.*

(Discurso sobre o colonialismo, de Aimé Césaire).

A Guiné-Bissau é um pequeno país situado na costa ocidental africana, ao norte do Senegal, ao sul da Guiné-Conacri e oeste do oceano Atlântico, que se classifica entre os mais pobres do mundo. Dividido em uma parte continental e outra insular (o arquipélago de Bijagós com aproximadamente 90 ilhas das quais 17 são habitadas), o país conta com pouco mais de 1,8 milhões de habitantes, segundo dados atualizados do *World Bank*<sup>12</sup>, numa extensão de 36.125 km<sup>2</sup>. Segundo Benzinho e Rosa (2015, p. 15), o país divide-se em oito regiões administrativas: “Bafatá, Biombo, Bolama/Bijagós, Cacheu, Gabú, Oio, Quinara e Tombali e um Setor Autônomo, o de Bissau”. De acordo com as autoras, as regiões ainda se

<sup>9</sup> Referimo-nos ao culto exagerado em relação a determinados momentos históricos no qual, alguns historiadores europeus tratavam determinados assuntos com extrema parcialidade, devotando-lhes ares pacíficos e positivos, quando na verdade serviram para massacrar toda história de um povo. O fetiche aqui é visto como uma veneração obsessiva em relação a um ponto de vista; um movimento alienante da história.

<sup>10</sup> M’BOKOLO, 2009, p. 262

<sup>11</sup> CÉSARIE, 1978, p. 13.

<sup>12</sup> Os dados podem ser acessados através do sítio eletrônico do Banco Mundial, disponível através do link: <<http://www.worldbank.org/pt/country/guineabissau>>. Acesso em 15/10/2016.



dividem em aproximadamente 36 setores, e estes são divididos em seções compostas por várias aldeias, das quais muitas não possuem acesso a tecnologias, vivendo em situações precárias.

O país emergiu de uma luta armada de libertação nacional, que durou cerca de 11 anos e que pôs fim a um longo período colonial. (COUTO, EMBALÓ, 2010, p. 16). A incipiente economia colonial, com uma base predominantemente agrícola, assentava-se num sistema de monopólio comercial dominado por empresas portuguesas. Esse fato, de certa forma, contribuiu para o atraso tecnológico no país e para uma fraca arrancada no pós-independência. À época, quase nenhuma evolução tecnológica fora introduzida no meio rural, continuando as populações a produzir segundo as suas tradições ancestrais. É óbvio que, como o passar do tempo, essa realidade tenha sido transformada e o país possivelmente já experimentou desenvolvimentos em diversas áreas de sua economia.

Em virtude de sua diversidade linguística, e tendo sido marcado pela colonização portuguesa, segundo Couto e Embaló (2010 p. 28) na Guiné “são faladas cerca de 20 línguas<sup>13</sup>, muitas delas pertencentes a famílias diferentes, outras tão aparentadas que poderiam ser classificadas como dialetos de uma mesma língua”, o que faz desse pequeno país, utilizando-se a feliz expressão de Artemisa Candé Monteiro<sup>14</sup> (2013, p. 90), “um mosaico étnico e cultural”.

Sobre o acervo linguístico, Couto e Embaló apontam que

Diante do dilema de se usar uma língua africana (que, aliás, são muitas) ou o português, eles criaram uma terceira via, o crioulo, que é justamente uma solução de compromisso entre as duas realidades (...). Estas línguas coabitam com o crioulo, língua veicular e de unidade nacional, e com o português, língua oficial, ambas resultantes da colonização portuguesa. (COUTO, EMBALÓ, 2010, p. 27-28).

Oportuno registrar que os dilemas que envolvem a formação de uma nova língua, em muitos casos híbrida, ou seja, formada através de dois outros modelos linguísticos, são, em parte, fruto dos processos de colonização observados na história das colônias portuguesas. Sob a égide da administração colonial, os nativos foram obrigados a abandonar valores étnicos, dentre eles a língua, e adotar valores considerados civilizados. Já afirmara Amílcar Cabral que “a característica principal, como em qualquer espécie de domínio imperialista, é a negação do processo histórico do povo dominado por meio da usurpação violenta (...)”.

<sup>13</sup>Além do português e do crioulo, há uma variação linguística produzida nas línguas étnicas. Alguns exemplos dessa variedade linguística são: fula, balanta, mandinga, manjaco, papel, felupe, beafada, bijagó, mancanha, nalu. Cf. COUTO, EMBALÓ, 2010, p. 28-29).

<sup>14</sup>Artemisa Candé é uma cientista social guineense radicada no Brasil, onde atua como professora da UNILAB e pesquisadora das identidades negras, e sua correlação com estéticas africanas e suas representações.

(CABRAL, 2011, p. 359). Esse tipo de dominação atuou diretamente na formulação das subjetividades guineenses, chegando a um determinado ponto em que esses povos ficaram divididos entre o uso da língua materna e da língua oficial, imposta pelo colonizador. Ao fazer com que os povos autóctones negassem sua língua, seus costumes e sua cultura, os portugueses soterraram toda uma história.

Esses fatos elencados acerca da Guiné-Bissau não são meras escolhas casuísticas, nem mesmo hermenêuticas, e nem estamos tentando criar fatos *palimpsesticamente*<sup>15</sup> sobrepostos; pelo contrário, foram colhidos para ilustrar ao leitor a tessitura da formação histórica guineense, que tem no século XV o marco fundamental de sua história, tal como conhecemos. Isso porque é a partir dele que se iniciam as narrativas da maior parte dos historiadores sobre o processo de “descobrimento” e colonização do país. Não quer dizer, de forma alguma, que antes desse período não haja uma história a ser contada, tão somente ressalta-se o momento em que registros históricos escritos, em especial através de diários de navegações, passam a se transformar em fontes primárias e compor os arquivos da época. Conforme já referia o professor Russell Hamilton, o século em questão guarda substancial importância à gênese das diversas literaturas coloniais em língua portuguesa, haja vista que tal século ilustra o momento em que expedições portuguesas, com intuito de cercar territórios marroquinos ao norte, desembarcam na África através do estreito de Gibraltar. Por força do imperialismo da época, tal fato marca o estabelecimento da colonização portuguesa na região e, por consequência, de parte do território africano, alastrando-se constantemente. (HAMILTON, 2006, p. IX).

Do início dessa empenhada vontade de expandir-se enquanto império até os dias atuais, já se foram mais de 600 anos desde os primeiros traços do início da colonização, propriamente dita na história portuguesa, ou seja, a conquista da Ceuta. Outro momento-chave desse processo foi a bem-sucedida ultrapassagem do cabo Bojador, pelo navegador Gil Eanes, em 1434, algo que mudou o curso da história da colonização. Isso porque, se pararmos para pensar, foi apenas com esse evento que foi possível explorar a costa africana, uma vez que até então, devido ao medo que pairava sobre o mito do “mar do impossível”<sup>16</sup>, não se sabia o que havia para além do cabo. Grande foi a surpresa dos navegadores ao descobrirem que, para além do cabo Bojador, existia todo um continente ainda a ser explorado. É nesse contexto que se iniciam os processos de dominação e colonização imperial na região denominada como

---

<sup>15</sup> O termo é uma expressão muito utilizada pela professora Cláudia Amorim, durante as aulas do Mestrado.

<sup>16</sup> Os navegadores da época classificavam a rota do cabo do Bojador dessa forma em virtude do medo que pairava sobre a navegação nessa região. Criaram-se mitos e histórias que diziam que uma vez ultrapassado o cabo, jamais se poderia voltar, algo que foi devidamente desmistificado por Gil Eanes, em 1434.

África subsaariana e, particularmente, inicia-se a história da “descoberta” do território da Guiné, já que o nome pelo qual a conhecemos hoje, Guiné-Bissau, só foi instituído em 1974.

Marcada pelos *ferretes*<sup>17</sup> do colonialismo, a Guiné foi conquistada no século XV, quando navegações portuguesas começaram a explorar a costa africana. Com objetivo inicial comercial e religioso, a chegada no território se ilustra pela exploração e escravização dos povos locais, um dos frutos do colonialismo. A chegada dos portugueses à Guiné ocorreu em 1446, e isso é consensual entre a maioria dos historiadores. Também é consenso que foi Gomes Eanes Zurara o primeiro a registrar o processo de chegada e colonização da região, que ele atribui ao navegador português Nuno Tristão que, segundo Benzinho e Rosa (2015, p. 11), “teria morrido numa destas primeiras investidas num ataque perpetrado pelas tribos locais no rio Geba”. Desta constatação também compartilha a estudiosa Moema Augel, que vai mais a fundo ao informar que o navegador foi assassinado “por nativos hostis com uma vintena de companheiros”. (AUGEL, 2007, p. 52).

Outros investigadores apontam o nome de Álvaro Fernandes, navegador que teria traçado a rota de navegação de acesso à costa africana, como o “descobridor” da Guiné, mas ao que parece não há uma razão lógica para isso. Embora Fernandes tenha seus méritos no processo, foi Tristão quem de fato chegou à Guiné primeiramente, e quem teve os primeiros contatos com a terra. Ao refletir sobre essa constatação, seguiremos a linha da maior parte dos estudos que ratificam essa questão, o que também é entendido por Leila Leite Hernandez, em seu estudo sobre a África.

Segundo argumenta a historiadora

O século XV marcou o início do processo de “roedura” dos portugueses na costa ocidental africana. De acordo com o cronista Gomes Eanes Zurara, em 1446, Nuno Tristão chegou ao Cabo Branco e a Arguim, ponto de partida para a exploração dos rios da Guiné. Dez anos mais tarde, Diogo Gomes e Cadamosto exploraram o rio Grande. Na segunda viagem de Cadamosto por aquelas paragens, o navegador chegou a Bijagós. Esses lugares faziam parte de um amplo espaço territorial com fronteiras fluidas, a Senegâmbia, caracterizado por movimentos migratórios em várias direções. (HERNANDEZ, 2008, p. 535).

A colonização do país iniciou-se em 1588, quando foi fundada a cidade de Cacheu, ao norte, cuja regência administrativa estava a cargo do arquipélago de Cabo Verde. A localidade era conhecida por seu porto que apresentava condições ideais para o transporte de ouro, marfim e escravos. Além disso, Cacheu tornou-se “a casa dos portugueses ‘lançados’ ou

---

<sup>17</sup> Instrumento utilizado para marcar gado, couro, madeira. Utilizamos o termo, em forma de expressão, para demonstrar como eram tratados os povos da região, marcados pelas brasas da opressão.

‘degredados’”. (BENZINHO; ROSA, 2015. p. 11). É importante frisar que as feitorias portuguesas no país eram construídas ao longo dos rios, uma vez que não era intenção dos portugueses embrenharem-se para interior adentro. Durante alguns séculos, os portugueses exploraram apenas a parte costeira da Guiné, fundando feitorias nas margens dos rios. Desse modo, em 1642, a cidade de Cacheu tornou-se a primeira capitania e “principal referência dos portugueses para o acesso ao resto do país”. (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p. 92).

Em 1686, os portugueses ocuparam a região onde hoje se situa a capital do país, Bissau. Até essa época, não havia sido constituída uma cidade propriamente dita, algo que só foi feito 11 anos depois, com sua fundação em 1697, “com intuito de servir de suporte para fortificação militar e entreposto de tráfico negreiro”. (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p. 93). Mesmo com as fundações de vilas e feitorias ao longo dos séculos, o interior do país só começou a ser explorado a partir do século XIX, isso porque durante grande parte dos séculos de dominação portuguesa, a colonização baseava-se numa política de exploração e não de povoamento, uma vez que a Guiné se tornara local estratégico para as rotas de comércio.

Sobre a distinção entre as modalidades de colonização, Pereira (2011) aponta para dois tipos que ele considera fundamentais para se entender a dinâmica colonial: “as colônias de povoamento ou enraizamento e as colônias de exploração ou enquadramento”. (p. 5). A primeira delas, ou seja, a colônia de povoamento tem como característica a instalação de uma quantidade considerável de colonos europeus, que assumem totalmente o controle político e formam sociedades dominantes na colônia. Nesse tipo de colonização, os interesses dos colonos são distintos dos da metrópole, agindo aqueles quase que de forma autônoma. Na colonização do tipo exploração, não há um número expressivo de colonos, pelo contrário, apenas há um número suficiente para desempenhar funções administrativas e políticas em favor da metrópole. Esse tipo de colonização se manifesta por meio de forças militares e policiais que mantêm a ordem nos locais colonizados. Os colonos não são autônomos, estão lá para desempenhar os interesses da metrópole, e, portanto, não criam raízes com a terra. (PEREIRA, 2011, p. 5-6).

A colonização portuguesa na Guiné foi um processo lento e ao mesmo tempo muito violento, haja vista que enfrentou forte resistência por parte dos guineenses, algo combatido de forma repressiva pelos colonizadores. A razão de ser desse combate encontra explicação na captura de nativos para serem vendidos como escravos. O tráfico escravagista despontou como um dos mais lucrativos dessa época, despertando a cobiça de muitos navegadores. (COSTA e SILVA, 2002 apud AUGEL, 2007 p. 52). Isso porque os escravos africanos

passaram a constituir mão de obra das mais requisitadas do período colonial, que tem entre suas marcas o abuso em relação ao trabalho forçado. (ILIFFE, 2013, p. 297).

Na primeira metade do século XVIII, a Guiné ficou praticamente abandonada, pelo menos até meados de 1753, quando ela passa a ser colônia subordinada a Cabo Verde. Já na virada do século, Bolama passa a ser uma colônia independente, e os interesses das metrópoles imperiais se voltam para a ilha, uma vez que sua posição geográfica era privilegiada. Tendo o comércio de escravos enfraquecido, Portugal passou a se concentrar na “conquista territorial”. (AUGEL, 2007 p. 54). Dessa maneira, alguns historiadores apontam para o interstício que vai de 1841 a 1936 como período de efetiva conquista da Guiné, como afirma René Pélissier. Há que se registrar que, no caso da colonização, o espaço temporal que vai de 1931, com o Estado Novo, até após a segunda Guerra Mundial, é considerado como o de “verdadeira política de colonização<sup>18</sup>”. Esse período pode ser descrito como “extremamente sanguinário e violento, despótico e cruel, em que os estrangeiros se empenharam em realizar a dominação e os africanos resistiram com bravura das mais diversas formas”. (MENDY, 1994; PÉLISSIER, 1989 apud AUGEL, 2007, p. 54).

Por aproximadamente três séculos, o território guineense esteve subordinado à administração da ilha de Cabo Verde, era “a colônia da colônia” (PÉLISSIER, 2001), algo que mudou a partir de 1878. Em 1879, a colônia guineense tornou-se independente administrativamente, sendo transformada em uma colônia autônoma, conhecida como Guiné-Portuguesa. Nessa época, sua administração foi transferida para a ilha de Bolama, a qual se constituiu como a primeira capital da colônia. (AUGEL, 2007). Houve um desenvolvimento considerável da ilha no período em que se tornou a capital administrativa da Guiné-Portuguesa, algo que foi experimentado até 1940, quando Bissau foi elevada à capital da colônia. Nas palavras de Cardoso (1996), atualmente “é uma cidade fantasma, arruinada” (apud AUGEL, 2007, p. 55).

O Congresso de Berlim, em 1884-1886, encerrou outro capítulo das disputas imperiais na África, redesenhando as fronteiras da colonização por todo o continente. O evento conhecido como a “partilha da África” dividiu a África autoritariamente passando por cima de etnias, culturas e identidades. Portugal, nessa época, já não possuía condições de concorrer em pé de igualdade com outras potências imperiais e, portanto, “teve que se contentar apenas com Angola, Moçambique, as ilhas de São Tomé e Príncipe, o arquipélago de Cabo Verde e a (hoje) Guiné-Bissau”. (AUGEL, 2007, p. 55). Um registro importante a ser feito é que as

---

<sup>18</sup> AUGEL, 2007, p. 54.

fronteiras que a Guiné-Bissau possui atualmente são as mesmas delimitadas no Congresso de Berlim, quando ainda se denominava Guiné Portuguesa<sup>19</sup>.

A partir de 1951, no contexto do Estado Novo português e face às pressões internacionais, o estatuto da Colônia da Guiné-Portuguesa foi alterado, elevando-a à categoria de “Província Ultramarina de Portugal”, com aquisição em 1955 de uma Constituição própria e recursos financeiros e administrativos independentes. (AUGEL, 2007, p. 55). Um ano mais tarde, começaram a ser ensaiados os primeiros passos do que se tornaria o Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), tendo entre seus idealizadores o agrônomo e escritor guineense Amílcar Cabral. O partido, como se verá, só foi formalmente fundado em 1960, logo após o massacre de *Pidjinguiti*, em 3 de agosto de 1959<sup>20</sup>.

Por mais de vinte anos, o território ficou conhecido como Colônia Ultramarina da Guiné-Portuguesa, até que em 1972, o país ganhou uma nova denominação: Estado da Guiné. Essa nomenclatura se insere já no bojo dos primeiros passos para a independência do país, em meio aos últimos suspiros da guerra de libertação nacional. Em setembro de 1973, o país proclama sua independência unilateralmente, algo que só foi reconhecido pelo colonizador em 1974. A partir desse reconhecimento, o território passou a ser nomeado tal como o conhecemos atualmente, Guiné-Bissau, e mais tarde, com a consolidação de sua nova Constituição, República da Guiné-Bissau.

Durante toda a sua história, desde a chegada dos portugueses até sua independência, a Guiné-Bissau enfrentou momentos de muita instabilidade, e viveu um processo de colonização violento que derramou muito sangue. Seu ápice se deu em 1930, segundo Augel (2007, p. 61) quando “o assim chamado Ato Colonial, idealizado por Salazar<sup>21</sup>, ainda ministro das colônias, consolidou um colonialismo centralizador, seguindo a convicção de que as colônias existiam em função do enriquecimento da grande burguesia metropolitana”.

Segundo afirma Augel (2007, p. 54), os efeitos da colonização na Guiné não foram imediatos. As consequências só puderam ser observadas a partir dos séculos XIX e XX. Mesmo assim, para garantir seus efeitos, os portugueses necessitaram de “presença militar como apoio ao colonialismo sistemático para poder impor-se pela força e por violenta repressão”. Leila Hernandez aponta que nesse período começam a ser instituídas algumas

---

<sup>19</sup> AUGEL, 2007 p. 55

<sup>20</sup> Em 3 de agosto de 1959, trabalhadores do Porto de Bissau estavam em greve por melhores condições salariais quando a PIDE reprimiu as manifestações matando cerca de 50 pessoas e ferindo outras 100. O massacre tornou-se um marco da luta de libertação da Guiné. (Cf. BENZINHO, ROSA 2015 p. 12).

<sup>21</sup> Antônio de Oliveira Salazar foi um professor e economista português que ocupou o cargo de primeiro-ministro de Portugal no período 1932 a 1968, configurando a chamada ditadura salazarista. Foi responsável pela instituição do Estado Novo português, regime autoritário e fascista que perdurou por 41 anos em Portugal (1933-1974).

políticas de alienação dos povos colonizados, as chamadas políticas de assimilação e diferenciação. Essas políticas visavam à “defesa” dos valores tradicionais, convertendo “gradualmente o africano em europeu, o que significava que a organização, o direito consuetudinário e as culturas locais deveriam ser transformadas.” (HERNANDEZ, 2008, p. 104). Para isso, os povos assimilados passavam por um processo de europeização<sup>22</sup>, ou seja, a extirpação de seus valores culturais em prol dos valores europeus. Quando europeizados, os nativos deveriam adotar a língua e a escrita oficiais do colonizador, as normas econômicas e a religião católica, remodelando suas próprias identidades. Aliás, não podemos deixar de registrar que esse era o tripé do governo ditatorial salazarista: moral, família e religião.

Além disso, as sociedades coloniais eram divididas entre civilizados, assimilados e indígenas, cada um ocupando níveis de direitos diferentes em relação à administração colonial. Essa diferenciação era feita a partir do chamado Estatuto do Indigenato<sup>23</sup>, que praticava de forma bastante clara uma segregação dos povos locais. Pelo estatuto, aqueles que tivessem adquirido minimamente alguns valores coloniais, como é o caso do relativo domínio da língua portuguesa, teriam direito a uma escolarização. Isso gerou grandes insatisfações na população, abrindo espaço para que movimentos de resistência anticolonial ganhassem corpo. (AUGEL, 2007, p. 59).

A repressão colonial que se observou na Guiné-Bissau sempre encontrou resistência junto aos guineenses, algo que recrudescer com o massacre de *Pidjinguiti*. Esses eventos serviram para criar uma consciência e uma memória, de modo que começaram a se articular os primeiros movimentos de contestação do regime colonial, orientados por “heróis revolucionários”. Os esforços empreendidos nas trincheiras das lutas culminariam nos processos de independência das colônias africanas, e em larga medida, no desvencilhar dos grilhões coloniais que por tanto tempo feriram de chagas os povos guineenses. Na Guiné, a figura-chave da unidade nacional foi o escritor Amílcar Cabral, a quem reservamos algumas páginas dessa investigação.

---

<sup>22</sup> Por europeização entende-se o processo instituído na época das explorações coloniais, pelo qual uma determinada cultura é rebaixada a níveis inferiores, em relação à outra cultura. Nesse processo são atropeladas as tradições, cultura, língua, religião e demais valores sendo, portanto, preciso que o colonizador, nesse caso o europeu, com sua benesse traga um pouco de “civilidade” ao nativo.

<sup>23</sup> Segundo Moema Augel, o referido Estatuto trata-se de um ato sancionado em 1954, ainda no âmbito do Estado Novo, que visara separar indígenas dos não indígenas. O Estatuto teve sua validade revogada em 1961. Para mais ver AUGEL, 2007, p. 59.

### 1.3 Amílcar Cabral: da unidade à luta pela libertação guineense

*“A nossa luta tomada no seu aspecto fundamentalmente político, no seu aspecto principal que é o aspecto político. Claro que, para definirmos, por exemplo, a estratégia e até as táticas que adaptamos na nossa luta armada de libertação, outros princípios foram enunciados, embora esses princípios de luta armada não sejam mais do que a passagem dos nossos princípios gerais para o campo da luta armada<sup>24</sup>”.*

*(Unidade e Luta, de Amílcar Cabral).*

Filho mais ilustre de Guiné-Bissau, herói nacional e mito<sup>25</sup> das histórias onde a esperança ainda reina, Amílcar Cabral nasceu na cidade de Bafatá, na antiga Guiné-Portuguesa, atual Guiné-Bissau, em 12 de setembro de 1924. Filho de cabo-verdianos, naturais da ilha de São Tiago, o pai, o escritor Juvenal Antônio da Costa Cabral, e a mãe, Iva Pinhel Évora, conheceram-se no território guineense, por volta de 1922 (CHABAL, 1983, p. 29). Escritor, agrônomo e político, Amílcar Cabral tinha fortes ligações com os ensinamentos da teoria marxista, tendo inclusive ele citado as obras de Lênin inúmeras vezes em seus discursos, embora nunca tenha dito de forma clara e direta que era marxista.

Seu engajamento político despertou logo cedo e as marcas de um nacionalismo africano ficavam cada vez mais evidentes em suas ideias. Parte disso deve-se indiretamente ao pai, a quem Cabral acompanhou enquanto este ocupava cargos de alto revelo na administração pública. Dessa experiência ele pode ver de perto questões econômicas, políticas e sociais que acometiam tanto a Guiné-Bissau quanto Cabo Verde. Por outro lado, de seu relacionamento com sua mãe, ao que parece, Cabral desenvolveu seu senso de responsabilidade, força de vontade e determinação para alcançar seus objetivos e metas, qualidades que a mesma possuía. (CHABAL, 1983, p. 30-31).

A infância de Cabral foi marcada pelas constantes mudanças de sua família, em parte por conta do trabalho do pai. Entre 1928-1929, sua família regressa a Cabo Verde, mas sua mãe, já separada de seu pai, retorna a Guiné. Amílcar Cabral permanece com sua mãe até 1933, quando embarca para Cabo Verde para viver com a família do pai. Mais tarde, no ano seguinte, sua mãe retorna à ilha e eles voltam a viver juntos novamente. Cabral iniciou seus estudos primários aos doze anos em São Tiago. Com a mudança de sua mãe para Mindelo, na

<sup>24</sup>O trecho foi retirado de um compilado de obras do escritor revolucionário Amílcar Cabral, que se encontra disponível em: <[www.amilcabcabral.org/livro.pdf](http://www.amilcabcabral.org/livro.pdf)>. Acesso em 15/10/2016.

<sup>25</sup>Alguns nacionalistas guineenses mais aguerridos dizem que assim como em Portugal, com D. Sebastião, a Guiné-Bissau também carrega suas lendas. Reza a lenda que Amílcar Cabral voltará um dia para salvar a Guiné-Bissau dos fantasmas que a assombam. Por ser esse um mito folclórico não temos aqui um compromisso em comprovar sua veracidade ou não.



ilha de São Vicente, o jovem teve que terminar seus estudos no Liceu Gil Eanes, o que viria a acontecer quanto este atingiu os 20 anos de idade.

Em 1944, retorna à Praia e começa a trabalhar na Imprensa Nacional. Ao mesmo tempo, empreende-se em tentativas para conseguir uma bolsa de estudos em Portugal, para concluir seus estudos superiores, algo que viria a ocorrer já em 1945, quando recebeu a bolsa através da seção cabo-verdiana da Casa dos Estudantes do Império. Em outubro, com 21 anos, Amílcar Cabral parte para Lisboa em busca do diploma de agrônomo, o que se concretizaria em 1950, aos 26 anos. (CHABAL, 1983; GOMES, 2014).

Todo o contexto que envolve a vida de Amílcar Cabral, a começar pela família de imigrantes cabo-verdianos assimilados, as experiências vividas, as influências recebidas do pai e da mãe, além de todo o percurso de sua formação intelectual são elementos-chave para que possamos compreender seus ideais e refletir sobre a formação de sua vida política que, em parte, se inicia nas experiências junto à Casa dos Estudantes do Império<sup>26</sup> (CEI), em Lisboa. Na instituição, Cabral conheceu estudantes de outras colônias, pôde compartilhar experiências, amadurecer uma consciência política e atuar diretamente na criação de um clube desportivo nacionalista, projeto que frutificou no Clube Desportivo e Recreativo de Bissau, em 1954.

A CEI foi uma das obras do governo de Salazar, durante o Estado Novo, cujo intuito era fortalecer uma ideologia imperial, um assimilacionismo dos ideais do império, nos estudantes das colônias, de modo que ao adquirir essa concepção de que a colonização e o imperialismo eram necessários, esses jovens poderiam ajudar a disseminar essas ideias entre os seus, evitando qualquer movimento de contestação. Mas o efeito foi reverso. Ao aprofundar as reflexões desses estudantes, a CEI passou a despertar uma consciência crítica sobre o regime vigente, levando-os a questionar suas identidades culturais e a buscar a valorização dos povos colonizados. Ao perceber que não seriam alcançados os objetivos pretendidos, o regime ditatorial português decidiu pôr fim às CEI, alegando que as mesmas estariam realizando atividades suspeitas de políticas atentatórias ao Estado Português, algo que ocorreu em 1965. (NUNES, 2007 p. 338).

---

<sup>26</sup> A Casa dos Estudantes do Império (CEI) foi uma associação de acolhimento de jovens ultramarinos estudantes em Portugal. Criada em 1944, no bojo do Estado Novo português, a CEI possuía uma sede em Lisboa e outra em Coimbra, por onde passaram vários jovens. Segundo Castelo (2011 p. 2), a CEI que foi criada “no contexto da política imperial do Estado Novo, cedo se revelou um espaço de fermentação de uma consciência anticolonial entre jovens oriundos das colônias a estudar em Lisboa”. A mesma teve seu encerramento em 1965, pela PIDE. Para maiores detalhes, consultar artigo disponível em: <[https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2244/1/CIEA7\\_6\\_CASTELO%2c%20A%20Casa%20dos%20Estudantes%20do%20Imp%20C3%A9rio.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2244/1/CIEA7_6_CASTELO%2c%20A%20Casa%20dos%20Estudantes%20do%20Imp%20C3%A9rio.pdf)>. Acesso em 10/12/2016.

Embora o percurso acadêmico de Amílcar Cabral renda boas reflexões, o que importa desse período são seus feitos. Por muitos anos, Cabral foi uma das forças pendulares por trás do processo de resistência contra a alienação promovida pela CEI. Junto com seus parceiros, passou a promover palestras sobre temas africanos, como forma de fortalecer o sentimento africanista. Ele compreendeu, a partir das experiências diárias, que a educação e a cultura eram os únicos meios pelos quais se poderia criar uma “consciência social e política”. (CHABAL, 1983, p. 45). Durante o tempo em que esteve em Portugal, o jovem se engajou em diversos projetos, tendo fundado organizações estudantis, dentre os quais o Centro de Estudos Africanos (CEA), juntamente com outros colegas africanos, entre os quais encontram-se Mário Pinto de Andrade, Francisco José Tenreiro, Marcelino dos Santos, Noêmia de Sousa, Agostinho Neto e Vasco Cabral. O Centro tinha como uma de suas premissas a discussão de temas referentes à África, onde cada um dos seus membros poderia, de acordo com sua especialidade, ensinar aos demais, proporcionando assim, uma troca de experiências entre todos. Por seu turno, as atividades realizadas foram uma nova alternativa aos estudantes que já não mais dependiam das doutrinas apreendidas em Portugal; criaram um método de aprendizagem de trocas mútuas.

Ao referir-se ao Centro, Mário Pinto de Andrade lembrou que

foi o resultado da convergência de ideias e das discussões que tivemos, e surgiu da necessidade de pensarmos juntos sobre nossos problemas e uma maneira de medir as nossas forças. Nós interpretamos os problemas da África e do mundo negro. Aqui Cabral desempenhou um importante papel não só politicamente, mas também como engenheiro agrônomo<sup>27</sup>. (apud CHABAL, 1983 p. 45 – tradução nossa).

Das visitas ao Clube Marítimo, Cabral pode apreender toda uma realidade colonial que sua vida universitária havia desassociado. A partir de então, o jovem e seus colegas de estudos compreenderam a necessidade de se criar uma resistência frente ao processo de assimilação cultural ao qual seus povos eram submetidos. Segundo Cabral, os povos só poderiam continuar dominados enquanto eles legitimassem essa ação por parte do colonizador, já que estes não poderiam “garantir definitivamente a sua implantação, a não ser pela liquidação física de parte significativa da população dominada”. (CABRAL, 2011, p. 357). Isso quer dizer que através da resistência só haveria um meio do colonizador manter seus domínios sobre os povos: o genocídio de toda uma população. Foi munido desses princípios que, em

---

<sup>27</sup> No original: “was the result of the convergence of all the ideas and discussions that we had, and emerged from the necessity to think together about our problems and about a way of measuring our forces. We interpreted the problems of Africa and of the black world. Here Cabral played an important role not only politically, but also as an agronomist”. (CHABAL, 1983, p. 45).

1952, Cabral chegou à Guiné, a serviço da administração colonial, para trabalhar como engenheiro agrônomo da Estação Experimental de Pessubé, próxima de Bissau. (CHABAL, 1983, p. 46).

A chegada de Cabral à Guiné-Bissau, até então Guiné-Portuguesa, não foi uma obra do acaso, embora tenha sido mais rápida do que ele mesmo imaginava. Durante um bom tempo, pairaram sobre sua mente planos de voltar à Guiné, e lá desenvolver o que ele chamava de “compromisso político” com o seu povo. Ele mesmo chegou a afirmar, em 1969, que poderia ter facilmente conseguido uma posição de trabalho mais vantajosa em Portugal, mas esse não era seu principal objetivo de vida.

Patrick Chabal descreve as motivações que levaram Cabral a retornar à Guiné-Bissau:

“Não foi por acaso que fomos à Guiné, nem por causa da necessidade material. Tudo foi pensado, calculado, passo a passo. Tivemos oportunidades para trabalhar em outro lugar nas colônias ou mesmo em Portugal. Foi o mesmo para os outros camaradas de outras colônias que decidiram regressar aos seus países. Foi, portanto, calculado com o objetivo de contribuir para a preparação do povo para a luta contra o colonialismo<sup>28</sup>”. (CABRAL apud CHABAL, 1983, p. 47 – tradução nossa).

Importante ressaltar que o fervor nacionalista que envolve a chegada de Cabral à Guiné, não foi uma exclusividade sua. Artemisa Candé Monteiro, em sua tese, aponta que antes dele, já havia outros movimentos de cunho nacionalista nascentes no país, compostos “pelos filhos da terra”. (CANDÉ MONTEIRO, 2013 p. 141). Além disso, aponta a autora que, mesmo antes da criação de partidos oficiais de contestação colonial, já existiam movimentos com a mesma finalidade. Do mesmo modo, sua chegada trouxe um reforço ao movimento, uma vez que buscou criar uma união entre o povo com vistas à resistência.

Ao aportar na Guiné, Amílcar Cabral tratou de, primeiramente, contribuir com sua terra desenvolvendo atividades agrícolas que beneficiassem seu povo e, em pé de igualdade, conhecer a fundo as dificuldades enfrentadas pelo país, as quais por sua longa ausência não dominava. Essas dificuldades podem ser entendidas a partir dos processos de exploração colonial que gerou impeditivos ao progresso sociocultural nas colônias. Segundo argumenta o ganense Kwame Nkrumah, uma das figuras centrais do pan-africanismo, os colonizadores “restauraram e preservaram formas arcaicas de relações sociais; e em seguida introduziram modos de produção e relações sociais capitalistas”. (NKRUMAH, 1977, p. 15).

---

<sup>28</sup> No original: “It was not by accident that we went to Guinea, nor because of material necessity. Everything was thought out, calculated step by step. We had opportunities to work elsewhere in the colonies or even in Portugal. It was the same for other comrades from other colonies who chose to return to their countries. It was, therefore, calculated with the aim of contributing to the preparation of the people for the struggle against colonialism”.

Tendo percorrido parte da Guiné, através de seu trabalho como agrônomo, Cabral se convenceu que a independência do país só seria possível através da luta por meio do engajamento militar e político. Paulo Freire apontou para o que ele chamou de “genialidade” do discurso de Cabral, quando analisou a relação do guineense com o marxismo gramsciano. Segundo o pedagogo, Amílcar pressupunha que “a luta da libertação é uma luta política, por um movimento armado, e não ao contrário. Ele jamais disse: A luta de libertação é uma guerra com algumas pitadas de política”. (FREIRE, 1985, p. 30). É claro que esse tipo de posicionamento já era amplamente dominante entre os revolucionários marxistas até a revolução cubana<sup>29</sup>. Dessa reflexão o que se afere é que quando a política falha, a única língua que se entende é a da bala, contudo, mesmo no conflito armado, a política ainda dita as regras da batalha a ser travada. Essa é uma das razões pelas quais Cabral travou duas lutas simultâneas: uma luta armada, nas trincheiras do mato, e outra política, nos espaços públicos e na Organização das Nações Unidas<sup>30</sup>.

A partir dessas reflexões Cabral, em 1953, propõe a criação de um espaço de convívio desportivo nacionalista “que abrangeria interesses dos filhos da Guiné-Bissau e Cabo-Verde, ou seja, a união se impõe diante dos matizes ideológicos e políticos das organizações”. (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p. 141). Ele compreendeu que, antes de mais nada, o sucesso do nacionalismo dependia da convergência de vontades de guineenses e cabo-verdianos, caso contrário o movimento estaria fadado ao fracasso. Importa dizer que as relações entre cabo-verdianos e guineenses não era das mais afetuosas, portanto, a criação Clube Desportivo buscou dirimir as celeumas entre os povos, unindo-os pelos mesmos ideais. Essa aproximação passou a gerar suspeitas dos colonizadores de que o clube na verdade não passava de um organismo de fachada e que escondia seu verdadeiro propósito. Desse modo, os colonizadores passaram a vigiar de perto os movimentos de Amílcar Cabral<sup>31</sup>.

Diante das ameaças de ver seu projeto ser interpelado pelas forças coloniais, em 1954, Cabral decide deixar a Guiné em direção a Lisboa. A mudança, por óbvio, não foi fruto de sua livre e espontânea vontade, mas forçada pela repressão colonial por conta de seu envolvimento com os movimentos nacionalistas de resistência e anticoloniais. Logo, a única possibilidade viável aos ativistas eram as vias clandestinas. (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p. 142). Estando em Portugal, Cabral tomou contatos com movimentos de libertação de outras

---

<sup>29</sup> Essa observação foi feita pelo professor Muniz Ferreira durante a leitura dessa investigação. Segundo ele, somente em meados dos anos 1960, a teoria do foco guerrilheiro subverteu os termos do problema.

<sup>30</sup> FREIRE, 1985 p. 30

<sup>31</sup> CANDÉ MONTEIRO, 2013, p. 141

colônias, e continuou articulando encontros políticos com fins de unificar a luta de libertação em Guiné e Cabo Verde<sup>32</sup>.

Nesse período de tempo, foram surgindo os primeiros movimentos de libertação, dentre eles o Movimento para a Independência da Guiné (MING), em 1955; substituído posteriormente pelo Movimento de Libertação da Guiné (MLG), em 1958; e o Movimento Anticolonialista (MAC), fruto de uma reunião ocorrida em Paris, em 1957, de antigos colegas e intelectuais da CEI, com quem Cabral conviveu enquanto esteve na instituição. (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p. 142). O último movimento citado atuava de forma clandestina, e tinha como uma das premissas a unidade em prol da “liquidação do colonialismo<sup>33</sup>”.

Dessa premissa básica, passou-se a articular a criação de um partido de libertação nacional, em 1956, o Partido Africano para a Independência (PAI), posteriormente Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Mas para que houvesse uma efetividade do partido, era preciso se alcançar um elemento principal: a união. O enfrentamento ao colonialismo português passava por uma etapa importante: unir o povo em torno de um bem maior, a saber, a luta em prol da libertação nacional. Segundo Ki-Zerbo, esse processo de união já percorreu todo o Atlântico e, voltando ao continente africano, transformou-se quase num mito que envolveu os descendentes de escravos. “De mito racial, esta visão transformar-se-á cada vez mais numa ideia motora que se realizará em estruturas concretas nos planos cultural, socioeconômico e político”. (KI-ZERBO, 1991, p. 387).

Nota-se que Cabral tinha plena consciência dessa questão e, na busca por alcançar seus ideais de construção de um Estado igualitário, adotou princípios partidários, sobre os quais o PAIGC deveria estar assentado.

Unir, criar a pouco e pouco a consciência nacional, porque nós partimos dum ponto em que não tínhamos uma consciência nacional, em que, tanto pela nossa História como pelo trabalho dos tugas, estávamos divididos em grupos. Civilizados e indígenas, gentes de mato, balantas, papéis, manjacos e mandingas, etc. etc. O nosso primeiro trabalho é criar certo número da nossa gente, a consciência nacional, a ideia de unidade nacional, tanto na Guiné como em Cabo Verde (CABRAL, 1974 apud CANDÉ MONTEIRO, 2013, p. 60).

Há muitas controvérsias sobre a data de fundação real do PAIGC. Muitos historiadores defendem que o partido teria sido fundado em setembro de 1956, durante o período em que Cabral estava em Lisboa; outros contestam essa afirmação. Embora não seja interesse dessa investigação discutir datas, encontramos nos estudos de Artemisa Candé Monteiro (2013) as

---

<sup>32</sup> CANDÉ MONTEIRO, 2013 p. 142

<sup>33</sup> Ibidem.

pistas para essa resposta. Durante a confecção de sua tese, a autora entrevistou alguns ex-combatentes e dirigentes do partido e estes foram unânimes em afirmar que “o partido havia sido consolidado, apenas, depois do massacre de *Pindjiguiti*, em 1959”. (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p. 119).

Esse episódio foi o estopim que os movimentos de libertação precisavam para desencadear práticas de resistência por todo o país, embora inicialmente elas tenham se iniciado ao norte e ao sul. Para Cabral, o erro mais grave que os colonialistas cometeram foi não acreditar na união dos colonizados em prol da liberdade, e “subestimar a força cultural dos povos africanos”, tentando proibir atividades políticas. (CABRAL, 2011, p. 367). O mérito do partido foi ter conseguido traçar lutas que acabassem prioritariamente com a exploração colonial e promovessem a independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, assim com sua reconstrução enquanto nações. Foi isso que fez com que a partir da década de 1960 se desencadeassem os primeiros movimentos de guerrilha, articulados das trincheiras dos encontros clandestinos dos militantes dos movimentos de libertações nacionais de quase todas as ex-colônias portuguesas para o mato.

É claro que não podemos nos esquecer que o primeiro país de língua portuguesa a se empreender numa guerra de libertação nacional foi Angola, cujo início se deu em 1961. Descontentes com as políticas agrícolas adotadas, colonos angolanos se insurgem contra o regime salazarista que, em resposta, reage de forma violenta contra os insurgentes. O episódio desencadeia o pânico geral, resultando em inúmeras mortes de assimilados angolanos. Diante disso, inicia-se a luta armada angolana que pouco a pouco vai se ramificando de desencadeando outras guerras nas demais colônias. Em 1963, finalmente foi declarada a guerra guineense contra o regime colonial, fato esse que culminou na intensificação da atuação dos movimentos de libertação e na independência da Guiné-Bissau, em 1973, fatos esses que serão melhor elucidados a seguir.

#### **1.4 Sobre lutas e independência: Guiné-Bissau nos trilhos dos conflitos**

*“A luta armada de libertação, desencadeada como resposta à agressão do opressor colonialista, revela-se como um instrumento doloroso, mas eficaz, para o desenvolvimento do nível cultural, tanto das camadas dirigentes do movimento de libertação como das diversas categorias sociais que participam na luta”.*

*(Libertação nacional e cultura, de Amílcar Cabral)*

Aproximadamente quarenta e dois anos se passaram desde que a Guiné-Bissau viu resplandecer em seu céu o sol da liberdade, de uma independência conquistada a duras penas e através de uma luta que trouxe muita dor e sofrimento aos povos locais; mas não maiores que os flagelos dos grilhões coloniais que por tantos anos legaram os povos à opressão. Desde que os portugueses chegaram à Guiné, por volta do século XV, até sua partida em 1973, às vésperas da Revolução dos Cravos, o sonho da independência foi perseguido com afinco pelos povos colonizados, mesmo que em algumas vezes de forma inconsciente. Foi um sonho que encontrou no colonialismo as bases para sua formação; enquanto resistência. Acerca dessa narrativa, Mário Pinto de Andrade aponta que “foram as condições históricas, alienantes e subjugadoras do colonialismo clássico que desencadearam a guerra do povo em África, e particularmente na Guiné-Bissau”. (ANDRADE, 1975, p. 13).

Segundo Moema Augel, a primeira metade do século XX foi marcada por um clima de intensa insatisfação que envolvia toda a África, numa busca incessante pela liberdade. Nesse contexto, surgem nas colônias alguns intelectuais de grande importância para o período de independência, estudantes da CEI que se reuniram para fortalecer discussões sobre o nacionalismo e para a troca de experiências nas mais diversas áreas. O conhecimento adquirido por esses intelectuais possibilitou que esses, ao retornarem a seus países de origem, pudessem desenvolver ações políticas com vistas à libertação de seu povo.

Amílcar Cabral, que estava ligado a duas colônias: Guiné e Cabo Verde, foi o “dirigente intelectual, militar e político da luta da libertação, foi admirado e aplaudido internacionalmente como teórico revolucionário, chefe militar e estadista”. (AUGEL, 2007, p. 60). Dos anos de CEI e de sua experiência nas zonas rurais da Guiné ou ainda da experiência de sua diáspora forçada<sup>34</sup>, Cabral fortaleceu as bases de fundação de seu partido concentradas na contestação do regime colonial, na resistência como forma de libertação e na cultura como “arma da teoria”. O massacre dos estivadores, no cais de Pindjiguiti, em 3 de agosto de 1959, viria reforçar os movimentos de libertação nacional, criando estruturas sólidas para a luta armada. Mas essa não seria uma luta que se iniciaria nos grandes centros da Guiné da noite para o dia, pelo contrário, necessitava, conforme já apontamos em tópico anterior, de uma unidade nacional. A confluência entre as forças sociais advindas das camadas rurais mais pobres, trabalhadores assalariados e uma pequena burguesia veio a se transformar na força

---

<sup>34</sup> Dispersão. O termo faz referência aos sujeitos de uma determinada nação que por questões de força maior precisam abandonar sua terra. No caso de Amílcar Cabral, a dispersão se deu por conta das perseguições do regime colonialista. Segundo Campato Jr., a diáspora pode ser entendida em termos da experiência de exílio, levando aqueles que estão sob seu condão ao saudosismo de sua terra, e a crises identitárias. Cf. CAMPATO, 2016 p. 290.

motriz que impulsionaria a luta armada. Os camponeses, duplamente explorados, viriam “a constituir a principal força física da luta de libertação nacional, mas não a mais importante” (ANDRADE, 1975, p. 14), esta ficaria a cargo da pequena burguesia e dos assalariados.

Amílcar Cabral percebeu que dificilmente poderia haver uma solução que não passasse pela luta armada quando se pensava em independência, e diante disso, em 3 de janeiro de 1963, depois de um longo período de discussões e preparo, “foi desencadeada a luta armada para a libertação do país, nas frentes do Sul e do Leste, a partir de bases militares de guerrilha na vizinha República da Guiné. Meses depois, em julho, foram abertas frentes de combate ao Norte”. (AUGEL, 2007, p. 60). Resistir aos momentos violentos que estavam por vir e tornarem-se independentes a qualquer custo, seriam premissas a serem perseguidas pelos combatentes. Ser independentes era uma meta a ser alcançada, “uma condição indispensável à existência de homens e mulheres verdadeiramente libertos, isto é, donos de todos os meios materiais que tornam possível a transformação radical da sociedade. (FANON, 1968, p. 267).

As lutas para a independência tinham como um de seus pressupostos a recuperação do direito inalienável de um determinado povo, “a ter sua própria cultura”. “O objetivo da libertação nacional é, portanto, a reconquista desse direito, usurpado pelo domínio imperialista, ou seja: a libertação do processo de desenvolvimento das forças produtivas nacionais”. (CABRAL, 2011, p. 361). Logo, ser independente pressupunha a completa libertação do jugo e do domínio estrangeiro. Note-se que uma das primeiras armas da dominação colonial é tentar apagar a cultura de um povo, renegar sua língua, sua religião, torná-lo um grupo que precisa da civilidade das “culturas superiores”. Não quer dizer, entretanto, que esse povo liberto deve abandonar completamente a cultura colonial. Cabral acreditava que reconhecer as contribuições importantes do opressor e outras culturas era a única maneira de tornar-se livre culturalmente. (Idem, Ibidem). Segundo ele, se o domínio imperialista tem como necessidade vital praticar a opressão cultural, a libertação nacional é, necessariamente, um *ato de cultura*. (CABRAL, 2011 p. 361).

Nesse sentido, Cabral escreve:

“Como é sabido, a luta armada de libertação exige a mobilização e a organização de uma maioria significativa da população, a unidade política e moral das diversas categorias sociais, o uso eficaz de armas modernas e de outros meios de guerra, a liquidação progressiva dos restos de mentalidade tribal, a recusa das regras e dos tabus sociais e religiosos contrários ao desenvolvimento da luta (gerontocracia, nepotismo, inferioridade social da mulher, ritos e práticas incompatíveis com o carácter racional e nacional da luta, etc.) e opera ainda muitas outras modificações profundas na vida das populações. A luta armada de libertação implica, portanto, uma verdadeira marcha forçada no caminho do progresso cultural”. (CABRAL, 2011 p. 373).



Sartre (1968, p. 14) afirmara que “a arma do combatente é a sua humanidade”. Esse é um princípio que, ao que nos parece, Cabral conhecia bem e carregou consigo durante todo o processo de construção da luta armada de libertação nacional. Ele buscou trazer à tona a consciência política e social do seu povo, levando-os a reformular as suas identidades e ao mesmo tempo reforçá-las enquanto membros de uma nação. Nessas condições, a libertação nacional não é sinônimo de luta armada, mas um “fenômeno que consiste, num conjunto socioeconômico determinado, em negar a negação do seu processo histórico. É a reconquista da personalidade histórica deste povo, é o seu regresso à história pela destruição da dominação imperialista à qual ele estava submetido”. (ANDRADE, 1975, p. 24-25).

A experiência de Frantz Fanon<sup>35</sup> parece ser elucidativa acerca da importância da luta organizada para a conquista das liberdades dos povos, quando a cultura desempenha um papel fundamental na vida de um povo. Afirma ele que “a luta organizada e consciente empreendida por um povo colonizado para restabelecer a soberania da nação constitui a manifestação mais plenamente cultural que se possa imaginar”. (FANON, 1968 p. 205). Não se trata de uma luta que busca reviver valores culturais antigos, mas que, ao ser exposta ao domínio colonial, construa novos valores e acabe com divisões binárias. Segundo ele, “após a luta não há apenas desaparecimento do colonialismo; há também desaparecimento do colonizado<sup>36</sup>”.

Mário Pinto de Andrade considerava que a luta de libertação “é o principal motor da marcha atual da história”. (ANDRADE, 1975, p. 22). Se, no contexto no qual este autor é publicado, essa parece ser uma constatação lógica, é bem possível que, nas trincheiras e no mato guineense, também o fosse. Já Fanon afirmara que as lutas que um povo trava são meios de contestar uma determinada ordem, aqui no caso ilustrada em termos da “administração civil colonial, pela ocupação militar, pela exploração econômica”. (FANON, 1968, p. 254). Quando a política falha ou não alcança os efeitos esperados, entra em cena o combate como única forma de romper com uma ordem opressora e reestabelecer a liberdade.

A luta que se iniciou na Guiné em 1963, tendo o PAIGC como articulador, utilizou de táticas de guerrilha utilizadas em Angola, que Cabral durante seu período diaspórico conheceu de perto. Augel afirma que “a luta armada se tornou cada vez mais cruenta e desesperada, desenvolvendo-se por onze anos, em sistema de guerrilha, conquistando pouco a pouco quase todo o território guineense”. (AUGEL, 2007, p. 61-62). A resistência e os confrontos intensos

---

<sup>35</sup>Frantz Fanon foi um psiquiatra, filósofo marxista e revolucionário martinicano que atuou na guerra da Argélia, no *front* de batalha. Segundo Lewis Gordon, Fanon lutou junto com as forças de resistência “no norte da África e da Europa durante a Segunda Guerra Mundial”. Além disso, foi membro da Frente de Libertação Nacional da Argélia, tendo dedicado toda sua vida à luta contra o colonialismo e o racismo. Cf. GORDON, 2008, p. 11-12.

<sup>36</sup>FANON, 1968, p. 205.

são marcas fundamentais desse período, das quais a maior, infelizmente, não foi a vitória do movimento de libertação, mas o assassinato do líder revolucionário Amílcar Cabral, em 20 de janeiro de 1973, em Guiné-Conacri. Tal crime ficou para a história e dele nunca se conheceram os mandatários. (AUGEL, 2007; CANDÉ MONTEIRO, 2013).

Amílcar nunca vira seu país se tornar livre como tanto idealizou, mas seus compatriotas não deixaram seu legado e sua luta ser um esforço em vão. Poucos meses após sua morte, no dia 24 de setembro de 1973, militantes e dirigentes do PAIGC declaram a independência unilateral da Guiné, tornada nesse momento Guiné-Bissau. O país foi a primeira, entre as colônias portuguesas, a declarar a independência. Há que se ressaltar, no entanto, que Portugal não reconheceu de imediato tal condição, embora a mesma tenha sido endossada por parte da comunidade internacional. (AUGEL, 2007; CAMPATO Jr., 2012).

Outras colônias seguiram os mesmos passos da Guiné-Bissau e o movimento de lutas de libertação foi ganhando força em outros territórios africanos. Vale lembrar que todo esse processo tem sua gênese em Angola, a partir das lutas coloniais e do movimento articulado pelas Forças Armadas Portuguesas. Essas lutas sangrentas e inesquecíveis para as colônias africanas culminaram na Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974. O conflito sepultou o regime ditatorial instituído em 1926, durante o Estado Novo, levado a cabo quase que exclusivamente por Antônio Salazar; substituído em razão de sua doença, por Marcelo Caetano. O regime, que levou o nome de seu principal dirigente político, enfraquecia-se diante da comunidade internacional e Portugal não teve outra alternativa senão reconhecer, em 10 de setembro de 1974, a independência da Guiné-Bissau. (AUGEL, 2007; CAMPATO Jr. 2012; CANDÉ MONTEIRO, 2013).

Seguiram-se no fluxo da Guiné as independências de Moçambique em 25 de junho, São Tomé e Príncipe em 12 de julho e Angola em 11 de novembro. Cabo Verde, cuja luta esteve articulada com a Guiné-Bissau, se tornou independente em julho de 1975.

Os desafios do período pós-independência foram e continuam a ser enormes no país, uma vez que o mesmo experimentou inúmeras crises, que ainda hoje continuam a provocar abalos institucionais na sociedade guineense. Muitos foram os conflitos internos que desestabilizaram o país, principalmente aqueles que se constituíram de golpes de estado, dos quais dois parecem ser bastante significativos: a “guerra” de 1998 e o golpe de Estado de 2012, ambos descritos na poesia dos autores estudados nessa investigação. Esses conflitos revelam a emergência de debates em torno da ideia de nação e das identidades na Guiné-Bissau, temas-alvo de nossas próximas reflexões.

## **2 NAÇÃO FORJADA NA LUTA: O DEBATE DA NAÇÃO E DAS IDENTIDADES NA GUINÉ-BISSAU**

Neste capítulo faremos uma reflexão teórica, sustentada nos estudos realizados por teóricos contemporâneos, acerca dos principais apontamentos sobre como a nação e as identidades foram concebidas e contextualizadas no pensamento moderno. O objetivo desse capítulo é estabelecer uma compreensão do modo como ambos os temas – nação e identidades – foram e continuam sendo elementos importantes para a construção de uma referência de estado-nacional guineense propriamente dito, e o impacto que esses elementos tiveram no traçar dos rumos pelos quais a literatura do país se enveredou. Para isso, nossa perspectiva ontológica tende a se aproximar dos estudos de teóricos da literatura pós-colonial.

Sendo o foco principal deste capítulo ser teórico, centramos nossos esforços em dois eixos temáticos distintos, mas que se complementam ao final. O primeiro eixo apresenta duas perspectivas em relação à formação da nação: uma visão baseada na apresentação e reflexão de uma teoria da nação associada a processos sociais de pertença, cujo consenso é um dos elementos importantes para a formação da nação, no qual encontramos os nomes de Ernest Renan e Ernest Gellner; e em outra linha a contribuições de autores que entendem a nação em termos modernos, enquanto elemento narrativamente construído, uma ficcionalização, no qual temos as contribuições de Eric Hobsbawn, Homi Bhabha e Benedict Anderson. O segundo eixo contempla os estudos relacionados à construção de uma identidade, fruto de processos históricos e que em certo momento confunde-se com a nação, na qual encontramos nome como o de Homi Bhabha, Stuart Hall, Zygmund Bauman.

Obviamente que não há impeditivos quanto à utilização de estudos de outros autores, desde que pertinentes ao tema: nação e identidades. Os temas, diga-se de passagem, são tão complexos que, mesmo tendo sido explorados pelos estudos das mais diversas áreas das ciências humanas e sociais, ainda não encontraram uma definição cuja exatidão afaste toda e qualquer dúvida sobre seus conceitos. Não é incomum ouvirmos no dia a dia referências ao termo nação e às identidades, como algo natural, quase que inerente à sociedade e aos indivíduos; uma marca do cidadão.

Diante dessa reflexão, alguns questionamentos surgem nesse capítulo e suas respostas nos ajudarão a compreender melhor a temática aqui proposta. A rigor, o que são as nações e as identidades? Como elas se formam? Como esse debate se verifica na Guiné-Bissau? Essas e outras indagações, embora complexas, tentarão ser elucidadas ao longo desse capítulo.

## 2.1 Nação e nacionalismo na Guiné-Bissau: uma narrativa histórico-cultural

*“A nação não é somente condição da cultura, de sua efervescência, de sua renovação contínua, de seu aprofundamento. É também uma exigência. É em primeiro lugar o combate pela existência nacional que destrava a cultura, que lhe abre as portas da criação. É mais tarde a nação que garantirá à cultura as condições, o quadro da expressão. A nação reúne em proveito da cultura os diferentes elementos indispensáveis e que lhe podem conferir credibilidade, validade, dinamismo, criatividade<sup>37</sup>”.*

*(Os condenados da Terra, de Frantz Fanon)*

Embora o século XVIII tenha dado o pontapé inicial no aparecimento do termo nação, é consensual a opinião de que o tema só foi desenvolvido, com maior rigor e robustez, em meados dos séculos XIX e XX, atualizando-se até os dias atuais. Por se tratar de uma temática tão complexa e cuja significação, mesmo após anos de estudos, continua em aberto, cada vez mais se torna importante desenvolver estudos sobre os processos fundadores da nação. Toda essa complexidade já era visível nas produções teóricas ocidentais, nas quais surgem os mais robustos estudos sobre a questão da nação.

Quando pensamos sobre a formulação dessa temática na África, principalmente nas ex-colônias portuguesas, em especial na Guiné-Bissau, percebemos o quanto ainda estamos lidando com uma formulação delicada e que pode ser concebida à luz de uma gama de teorias ocidentais, analogamente, para tentar explicar como se deu esse processo nesses territórios.

Ao se questionar sobre “O que é uma nação? ”, o filósofo francês Ernest Renan fez uma regressão ao fim do império romano, de modo a ilustrar uma Europa que era apresentada como uma divisão de nações pujantes, dominantes e exercendo um poder hegemônico sobre os demais países. (RENAN, 1990 p. 8-9). Logo, o que se observa é um caráter de nação relacionado a grandes conquistas, o exercício de um poder imperial, típico das grandes navegações passadas, fazendo do termo “algo relativamente novo na história”.

Sendo assim, podemos interpretar como primeira definição do termo apresentada por Renan, a nação enquanto *vontade* e *esquecimento*: vontade, pois se fortalece numa ideia de conquista de todos; esquecimento porque, ao passo que é legitimada no seio popular, esmaece com a dissolução da dinastia que lhe deu vida. Dito de outra forma, (...) “a união de províncias efetuada por meio de uma dinastia, através de suas guerras, de casamentos, de seus tratados, acaba juntamente com a dinastia que a formou”. (RENAN, 1990, p. 12).

---

<sup>37</sup> FANON, 1968, p. 204.

Na definição de Renan, portanto, a ideia de nação caminha lado a lado com o nacionalismo, sendo que o segundo é um epifenômeno da primeira. Isso fica mais claro quando o autor afirma que uma nação é como uma alma, um princípio espiritual, formado por dois elementos distintos, do passado e do presente. “Um é a posse em comum de um rico legado de memórias; o outro é o consentimento atual, o desejo de viver juntos, a vontade de perpetuar o valor do patrimônio que um tem recebido de forma indivisível<sup>38</sup>”.

A nação, como o indivíduo, é o culminar de um longo passado de esforços, sacrifício e devoção. De todos os cultos antepassados é o mais legítimo, pois fizeram de nós o que somos. Um passado heroico, de grandes homens, glórias (...), este é o capital social, sobre a qual está a base de uma ideia nacional. Ter glórias comuns no passado e ter uma vontade comum no presente; ter realizado grandes feitos juntos, e desejar realizar ainda mais — estas são as condições essenciais para ser um povo (...). Uma nação é, portanto, uma solidariedade em grande escala, constituída pelo sentimento dos sacrifícios que um fez no passado e que o outro está disposto a fazer no futuro. Ela pressupõe um passado; resume-se, no entanto, no presente por um fato tangível, ou seja, o consentimento, o desejo claramente expresso para continuar uma vida em comum<sup>39</sup>.

A referência é clara quanto à relação nação e nacionalismo, observada na fala de Renan. Sinteticamente, para o autor a nação é a congregação dos esforços dos homens do passado que atuaram para sua fundação e dos homens do presente que atuam para sua perpetuação. O nacionalismo, enquanto produto da nação, é o modo pelo qual as conquistas são rememoradas, é o artifício de manutenção da nação, da união, do patriotismo, do pertencimento a uma mesma identidade nacional. Esse é o ponto intersticial da relação entre nação e nacionalismo discutido pelo autor até aqui, materializado pelo desejo de conviver em comum, mesmo que não se tenha um elo mais estreito entre todos os indivíduos dessa nação<sup>40</sup>. Renan segue uma tendência de nação contratualista. Para ele, “a existência de uma nação é um plebiscito diário, como a existência do indivíduo é uma afirmação perpétua da vida. (...). As nações não são algo de eterno. Elas tiveram seu início, elas acabarão”. (RENAN, 1990, p. 19-20).

<sup>38</sup> One is possession common of rich legacy of memories; other is present-day consent, the desire to live together, will to perpetuate the value of heritage that one has received in undivided form. RENAN, 1990 p.19).

<sup>39</sup> “A heroic past, great men, glory (...), this is the social capital upon which one bases a national idea. To have common glories in the past and to have a common will in the present; to have performed great deeds together, to wish to perform still more — these are the essential conditions for being a people. (...)A nation is therefore a large-scale solidarity, constituted by the feeling of the sacrifices that one has made in the past and of those that one is prepared to make in the future. It presupposes a past; it is summarized, however, in the present by a tangible fact, namely, consent, the clearly expressed desire to continue a common life”. (Ibidem, p. 19).

<sup>40</sup> Se a mera análise não é suficiente para expressar tal interpretação, bastaria apresentarmos aqui, uma breve descrição do termo nacionalismo, colhida do “*Dicionário Unesp do Português Contemporâneo*”. Uma rápida consulta nos revela que, por nacionalismo, entende-se o “apego a tudo o que é próprio da nação a que se pertence; defesa dos valores nacionais; patriotismo; consciência social de pertencer a uma comunidade unida” (...). (BORBA *et.al*, 2004, p. 953 – grifo nosso).

Quando analisamos o plano social guineense, à luz dessa definição, tenderíamos a identificar que as etnias nacionais podem ser classificadas como povos ou “nações” pré-estabelecidas, uma vez que incorporam alguns critérios objetivos para a identificação do que se entende por nação: laços culturais e religiosos, língua, religião, tradições, laços de sangue e identificação com o chão-terra, isto é, o desejo de conviver com seus iguais uma história que se perde no tempo e que está longe de ser uma formulação colonial. Fala-se de uma nação na qual os indivíduos estão imersos numa confusão entre ser uma nação e uma etnia.

Para Hobsbawn, a maioria dos teóricos, imbuídos do desejo de encontrar uma resposta plausível para seus questionamentos, definiu critérios objetivos sobre nacionalismo e nação “com base em critérios simples como a língua ou a etnia ou em uma combinação de critérios como a língua, o território comum, a história comum, os traços culturais comuns e outros mais” (HOBSBAWN, 1990, p. 15). No entanto, segundo ele há uma falha nessa classificação, primeiro porque qualquer grupo que se enquadre nesses princípios poderia ser classificado como nação e sempre há exceções, segundo porque os critérios utilizados para essa classificação são “ambíguos, mutáveis, opacos e tão inúteis para fins de orientação do viajante quanto o são as formas das nuvens se comparadas com a sinalização da terra<sup>41</sup>”.

Em outra vertente teórica, o filósofo tcheco-britânico Ernest Gellner apontou que os estudos mais recorrentes da época propunham a elaboração de uma teoria da nacionalidade assentada sob dois pontos principais: vontade e cultura. A vontade, tal como vimos anteriormente, versa sobre o desejo de os indivíduos permanecerem em conjunto, em comunidade; já a cultura seria o elemento que une essa comunidade, seria o algo em comum. Sem sombra de dúvida, a vontade e o consentimento são fatores de grande importância na formação de grupos sociais, haja vista que, historicamente, a humanidade esteve organizada em grupos das mais variadas formas que ora encontram-se bem definidos e perfeitamente ordenados, ora encontram-se em sobreposição. Embora, ambos os pontos sejam bastante importantes e relevantes, nenhum dos dois seria suficientemente capaz de suprir as necessidades de uma teorização sobre a nação. (GELLNER, 1983, p. 53).

Há certo encadeamento entre as ideias de Gellner e Renan, principalmente porque ambos concordam que o desejo ou vontade são elementos importantes para se entender os processos de formação das chamadas nações e dos nacionalismos. A diferença é que, se antes o nacionalismo era visto como um produto na nação, em Gellner essa posição inverte-se e a nação passa a ser um resultado dos nacionalismos. Para o autor, o nacionalismo é, antes de

---

<sup>41</sup> HOBSBAWN, 1990, p. 15.

mais nada, um princípio político sustentador da ideia de congruência entre política e unidade nacional. O autor observa que o termo pode ser entendido tanto como sentimento quanto como um movimento, cuja melhor forma de definir é através da observância de um princípio fundamental: “o sentimento nacionalista é o estado de raiva despertada pela violação do princípio ou da satisfação que acompanha a sua realização. O movimento nacionalista é aquele que funciona impulsionado por um sentimento deste tipo<sup>42</sup>”. (GELLNER, 1983, p. 1 – grifo e tradução nossa).

Essa formulação do nacionalismo do autor se deu à custa de dois termos importantes: nação e Estado; termos que parecem convergir na medida em que nos aprofundamos nos apontamentos do autor. A definição de Estado utilizada por Gellner está assentada numa visão *weberiana*, na qual este seria a entidade detentora do monopólio da força e da violência legítima. Nesse sentido, a ideia de nação é um artefato de legitimação do estado moderno e tem como pilares uma variável cultural e uma variável voluntarista. A cultural diz respeito ao compartilhamento de uma mesma cultura, entendida como “um sistema de ideias e signos, de associações e pautas de conduta e comunicação<sup>43</sup>”. (GELLNER, 1983 p. 7 – tradução nossa). Já a variável voluntarista está associada ao reconhecimento dos indivíduos como pertencentes de um mesmo espaço territorial. Dito de outra forma, as nações formam os homens e os homens formam as nações; elas são, antes de tudo, artefatos das solidariedades, lealdades e convicções dos homens. Logo, o que se observa é a produção de um mecanismo, no caso o nacionalismo, como forma de ficcionalizar uma determinada ideia de convergência nacional, legitimadora das ações do Estado moderno. Nesse sentido, o nacionalismo não é epifenômeno da nação, mas mecanismo estatal para a produção da nação.

Em certa medida, em Gellner, se, num primeiro momento, nação e Estado se confundem com os limites territoriais definidos, em outro se complementam, uma vez que o Estado figuraria como o protetor da nação, o legítimo garantidor da soberania e segurança de todos. Com relação ao nacionalismo, se Renan interpretava que a nação e o nacionalismo caminhavam paralelamente, como faces de uma mesma moeda, Gellner demonstra que há uma relação profunda entre a nação e o nacionalismo, na qual há, necessariamente, a necessidade da existência de um para a existência da outra. O ponto eminente para a compreensão dessa discussão está assentado no entendimento que “é o nacionalismo que gera as nações”. (GELLNER, 1983, p. 55).

<sup>42</sup> Nationalist *sentimentis* the feeling of anger aroused by the violation of the principle, or feeling of satisfaction aroused by its fulfilment. A nationalist *movementis* one actuated by sentiment of this kind. (GELLNER, 1983 p.1).

<sup>43</sup> “System of ideas and signs and associations and ways of behaving and communicating. (Ibidem, p. 7).

A grande questão, segundo o autor, é que tanto as nações como Estados são na verdade eventualidades e não necessariamente algo universal. As nações e os Estados não existem por acaso e não estão presentes em todos os contextos, pelo menos não formalmente. Além disso, mesmo na eventualidade, ambos possuem dissonâncias históricas. Segundo Gellner, há uma interpretação do nacionalismo cuja tendência é sustentar que ambos, Estado e nação, são destinados um ao outro, e que a falta de qualquer um deles, constitui-se como uma deficiência estrutural. Entretanto, essa mesma visão argumenta que, mesmo predestinados, ambos deveriam surgir cada um ao seu tempo, sendo, por isso, independentes e congruentes. “O estado certamente surgiu sem a ajuda da nação. Algumas nações certamente surgiram sem as bênçãos de seu próprio estado. É discutível se a ideia normativa da nação, em seu sentido moderno, não pressupõe a existência prévia do Estado<sup>44</sup>”. (GELLNER, 1983, p. 6 – tradução nossa).

É importante observar que as definições propostas tanto por Renan quanto por Gellner, em maior ou menor grau, passam pelo elemento da linguística, que poderia ser traduzido em suas obras em aspectos culturais ou étnicos. A língua é um dos elementos de maior evidencia quando nos debruçamos sobre a formação do Estado-nação na África, haja vista que é também a partir dela que se formam as identidades nacionais.

No que concerne ao caso da Guiné-Bissau, isso pode ser visto ao longo de sua história, principalmente no período referente às guerras de libertação nacional. Segundo Couto (2009, p. 56), a língua é, dentre muitos fatores, aquela que melhor traduz o sentimento nacional e, conseqüentemente, a nação. Além disso, o autor relembra que “a nação é uma categoria histórica”, “a língua nacional também é uma categoria histórica”, portanto, “seu surgimento está inextricavelmente ligado ao da nação”. (ZIRMUNSKI, 1975 apud COUTO, 2007, p. 384).

Na Guiné-Bissau, essa evidência empírica se traduz na formação linguística do *crioulo*. Para o autor, o crioulo é a variável inicial na construção de uma nação guineense, numa ótica “multiétnica e multilíngue” construída de cima para baixo. “Do embate entre a cultura europeia e a africana, ele nasceu naturalmente, como uma solução de compromisso. Por isso, é só a partir dele que pode surgir uma unidade nacional que não seja imposta de cima para baixo. Enfim, o crioulo é a língua de união nacional da Guiné-Bissau”. (COUTO, 2009, p. 56).

---

<sup>44</sup> “The state has certainly emerged without the help of the nation. Some nations have certainly emerged without the blessings of their own state. It is more debatable whether the normative idea of the nation, in its modern sense, did not presuppose the prior existence of the state”. (GELLNER, 1983, p. 6).



O historiador Eric Hobsbawn, diante do contexto histórico europeu, desenvolveu um estudo historiográfico sobre nação e nacionalismo, no qual, segundo ele, “o sentido moderno da palavra não é mais velho que o século XVIII considerando-se ou não o variável período que o precedeu”. (HOBSBAWN, 1990, p. 13). A referência temporal diz respeito ao período da Revolução Francesa onde o termo surge como discurso político. Para o autor, a acepção do significado moderno da palavra e, principalmente, a referência ao nacionalismo tornaram-se mais incidentes num contexto de reconstrução da Europa, a partir de princípios nacionais, quando parcela considerável dos estudos teóricos buscava uma resposta objetiva sobre o que seria uma nação e como poderiam ser classificados os conjuntos de indivíduos que dela participavam.

Hobsbawn, em sua obra, não assume uma responsabilidade no sentido de produzir um conceito incontestado sobre nação e nacionalismo; pelo contrário, busca observar como os termos foram sendo construídos ao longo dos anos e as alternativas que foram criadas como forma de explicá-los. Segundo ele, as teorias buscaram criar uma definição objetiva de nação baseadas numa definição subjetiva, podendo ser esta coletiva (seguindo a visão de Ernest Renan), ou individual (no sentido austro-marxista) na qual se considera a nacionalidade como “passível de aderir às pessoas, onde elas vivessem e com quem vivessem, sobretudo se decidissem exigí-la”. (HOBSBAWN, 1990, p. 16). O historiador argumenta que há certa tentativa dessas teorias de fugir ao objetivismo do termo, criando uma definição de nação referente ao espaço territorial no qual grupos com diferentes línguas ou critérios étnicos objetivos coexistiriam<sup>45</sup>.

Se observamos, de forma paralela, os conceitos que até então foram apontados, teremos uma visão clara sobre a reflexão feita por Hobsbawn. Anteriormente, tanto Renan quanto Gellner apresentaram o elemento da vontade ou desejo como variável capaz de definir uma nação, ou seja, o desejo de partilhar de uma mesma identidade cultural seria, em princípio, um dos meios pelos quais poderíamos entender a lógica de formação da nação. Por seu turno, Gellner acresce a isso o elemento do voluntarismo, isto é, o reconhecimento do outro como pertencente ao mesmo espaço cultural.

Nesse ponto, há certa divergência entre os autores, uma vez que, para Eric Hobsbawn, insistir nesses elementos como variáveis essenciais para a existência da nação “é subordinar sem discernimento os muitos modos pelos quais os seres humanos se definem e se redefinem como membros de grupos a uma opção única: a escolha de pertencer a uma “nação” ou a

---

<sup>45</sup> HOBSBAWN, 1990, p. 16.

“nacionalidade”. (HOBSBAWN, 1990, p. 17). O que se observa é que a tentativa de pensar a nação como algo subjetivo coletivo ou individual é insuficiente e enganosa para quem deseja enveredar pelo estudo da nação, sendo o melhor caminho a via do agnosticismo, razão pela qual seu livro “não possui uma definição *a priori* do que constitui uma nação<sup>46</sup>”.

Embora não se proponha a construir um conceito único, Hobsbawn aponta alguns elementos de seu posicionamento acerca da temática. Em primeiro lugar, o autor concorda com a ideia de Gellner em relação ao nacionalismo, ou seja, afirma a existência de fatores congruentes entre a unidade política e a unidade nacional ou, dito de outra forma, a relação entre Estado e nação. Em segundo lugar, não há que se falar em nação como elemento social natural ou imutável, haja vista que ela se torna entidade social apenas “quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o ‘Estado-nação’; e não faz sentido discutir nação e nacionalidade fora desta relação”. (HOBSBAWN, 1990, p. 19).

Na interpretação do historiador, tomando por base os conceitos de Gellner, as nações não são mais do que forjas conceituais. Nesse sentido, a postura teórica de se colocar a nação como algo natural, divino e inerente aos povos, algo como um destino, não passa de um mito. Tal como vimos em Gellner, o nacionalismo, em Hobsbawn, também antecede às nações e, mais que isso, inventa nações a partir de culturas existentes e suprime culturas preexistentes.

Para Hobsbawn, as análises não podem ser baseadas unicamente em aspectos linguísticos ou culturais, devem também contemplar variáveis como política, economia e questões administrativas. Enquanto fenômeno dual, o autor defende que, embora as nações sejam construídas a partir do alto, ou seja, por meio de uma lógica estatal, não se podem desprezar as bases sociais que as formam, ou seja, os povos. É preciso se levar em conta “as suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns”, que não são nem nacionais e muito menos nacionalistas, ou seja, essas questões devem ser entendidas também nesse processo. (HOBSBAWN, 1990 p. 19).

Nesse ponto, o historiador destoa da visão de Gellner, uma vez que esse autor trabalha com uma análise de modernização a partir da lógica estatal, enquanto Hobsbawn está preocupando também com os grupos sociais que compõe a nação. Se, por um lado, há certa lógica liberal do sentido de nação, ao se considerar o papel dos indivíduos na análise, há que se observar também o caráter marxista contido na discussão, uma vez que a nação não está associada diretamente ao indivíduo em particular, mas aos grupos sociais (classes) das quais esses indivíduos são parte. Por fim, um último elemento da análise do autor está relacionado

---

<sup>46</sup> HOBSBAWN, 1990 p. 18.

ao fato de que, mesmo em grupos ou regiões socialmente constituídas, a consciência nacional se desenvolve de forma desigual. (HOBSBAWN, 1990, p. 20-21).

Ao analisar os estudos feitos até o momento, observamos o teor representativamente político que o termo ganhou ao longo da literatura moderna e que guarda certa semelhança com os grandes movimentos revolucionários integrantes de um período ao qual Hobsbawn chamou “Era das Revoluções”. Nesse sentido, não é incomum que conceitos como Estado-nação surjam a todo instante e principalmente em momentos de tensão dos Estados, fato perceptível se o compararmos às retóricas dos líderes revolucionários em todo o mundo. Uma nação, antes de mais nada, é um instrumento poderoso de resistência e não é à toa que a todo instante se clame por uma unidade nacional entre os grupos sociais, como forma de criar uma relativa paz. Nesse sentido, a análise de Hobsbawn (1990, p. 32) está centrada numa designação de nação do ponto de vista revolucionário que transcende vínculos étnicos, linguísticos, culturais, sendo construída através do discurso de união nacional, tal como visto no período da Revolução Francesa.

Em que pese uma reflexão mais aprofundada sobre o projeto de nação vigente na Guiné-Bissau, e mesmo nas demais ex-colônias portuguesas, trata-se de uma forja de sustentação para os movimentos de libertação nacionais, seguindo um modelo de nação europeu. Esses discursos sobre as nações cunhados na brasa da guerra colonial foram o mote utilizado pelos revolucionários como meio de união dos povos locais, em torno de um mesmo inimigo: o colonialismo. É evidente que, para isso, foi preciso se articularem os discursos que gravitassem em torno da questão cultural.

A luta de libertação nacional guineense, empreendida por Amílcar Cabral e seus companheiros, exemplifica categoricamente essa questão, uma vez que, em seus bastidores, se revelavam as contradições presentes nos inúmeros grupos sociais guineenses, representados por todas as suas etnias. Segundo Sousa (2008, p. 166), um dos maiores desafios do líder do PAIGC foi resolver o problema étnico e tribal, assim como o sentimento de pertencimento a um determinado grupo, já que isso “representava a maior fraqueza e podia contribuir para pôr em perigo a construção da nação que a luta levada a cabo pelo partido estava a cimentar”. Ao que parece, Cabral precisou vencer esses desafios para fortalecer a ideia de nação “através de um processo de confronto como as historicidades anteriores que, apesar de ignorados e mesmo reprimidos, permanecem dinâmicas e continuam, naturalmente, (...), a interpelar de várias formas a nova ordem social gerada pela luta de libertação. (AMADO, 2013, p. 140).

Na interpretação do historiador guineense Leopoldo Amado, as lutas de libertação nacional, entendidas como processo de unificação de um povo em prol de algo maior, são as

bases para a construção política de uma ideologia da nação africana. (AMADO, 2013, p. 55).

Do mesmo modo, em sua visão, o sentido de nação

exige que o desígnio nacional e o povo assumam a sua defesa e promoção, como garantia da realização do mesmo. Assim, esse desígnio nacional, decorrente dos valores que uma cadeia de gerações soube conservar e elaborar, é a garantia que significa segurança, isto é, a preservação da estabilidade e da independência desta comunidade que emergiu historicamente em nação e assim pretende continuar, pelo menos aparentemente. (AMADO, 2013, p. 198).

A essa ideia de nação, como elemento retórico, associam-se as proposições teóricas do filósofo e autor pós-colonialista indiano, Homi Bhabha. O que diferencia a análise proposta pelo autor das demais é o fato de ele pensar na nação como algo temporal, e o mais importante, como uma narração cultural. A proposta de Bhabha congrega certa importância ao aperfeiçoar a ideia de que a nação não passaria de uma construção discursiva com certa temporalidade espacial e cronológica.

Pensar a nação como uma narrativa retórica amplia as reflexões dessa temática em diversas categorias sociais e étnicas. Do mesmo modo, ao se propor uma reflexão sobre a temporalidade, estamos superando uma possível fixidez e homogeneização da representação da nação, ao mesmo tempo em que somos chamados a refletir sobre questões que antes nos pareciam simples. Um fato importante que deve ser registrado aqui é que, embora divirjam em aspectos estruturais, “todos os teóricos que tratam do tema têm em comum a constatação de que nação e nacionalidades modernas são constructos mentais, nem por isso, contudo, menos verdadeiros, envolvendo identificação e lealdade”. (AUGEL, 2007, p. 40).

Se, em princípio, as propostas teóricas apontam para a nação enquanto elemento estatal com um território e membros que interagem entre si, o que se propõe a partir das reflexões de Bhabha é repensar o caráter representativo e simbólico da nação enquanto uma construção narrativo-discursiva. Embora Renan e Gellner já tratassem superficialmente dessa abstração que envolvia o termo, Hobsbawm, por sua vez, revisitando seus antecessores, afirmava que as questões nacionais estavam ligadas à invenção das tradições, em consonância com a teoria de Benedict Anderson. Esse autor foi responsável por identificar a nação enquanto elemento simbólico e discursivo, representando-a como uma “comunidade imaginada” (ANDERSON, 1989). Bhabha, ao reforçar o aspecto ficcional da nação, ultrapassa as fronteiras teóricas e finca uma interpretação assente nos mitos que produzem a narrativa da nação moderna.

Segundo o autor, as nações enquanto narrativas

“Perdem suas origens nos mitos de tempo e só percebem seus horizontes no olho da mente. Tal imagem da nação — ou narração — pode parecer excessivamente metafórico e incrivelmente romântico, mas é dessas tradições do pensamento político e da língua literária que a nação surge como uma poderosa ideia histórica no Ocidente. Uma ideia cuja compulsão cultural encontra-se na unidade impossível da nação como uma força simbólica”<sup>47</sup>. (BHABHA, 1990 p. 1 – tradução minha).

Bem como ressaltou o autor, além de ser um produto da modernidade, a nação como conhecemos é um termo que nasce das relações históricas do Ocidente, cuja repercussão produziu novas significações no Oriente. Além disso, ele reforça sua reflexão sobre o caráter simbólico da nação, enquanto representação narrativa. Assim, a nação passa a ser uma narrativa porque vem acompanhada de certa mitologia ocidental, em relação aos povos do oriente. Há que se ressaltar que o autor, ao construir uma ideia de nação enquanto força simbólica da narrativa, não busca negar os discursos nacionalistas referentes à nação como uma narrativa do progresso nacional.

Tendemos a crer que se o discurso nacionalista é responsável por desenhar a nação, com base no narcisismo das grandes conquistas, o que temos é uma ressignificação da nação, não mais como uma unidade política, mas uma forja narrativa. Para Bhabha (1990, p. 1), há “uma ambivalência particular que assombra a ideia da nação, a língua daqueles que escrevem sobre a mesma e as vidas daqueles que a vivem”. Essa ambivalência traz à superfície uma consciência de que a temporalidade cultural da nação está inscrita num espaço social transitório, muito embora os historiadores ao falar da gênese da nação insiram-na nos trilhos da modernidade<sup>48</sup>.

Para que possamos compreender melhor essa formulação, é preciso que retomemos nossos estudos sobre a questão da temporalidade da nação, elemento melhor desenvolvido em “*O local da cultura*” (1998), obra de grande importância sobre as questões culturais. O título do capítulo – *DissemiNação* – é deveras sugestivo e guarda conteúdos importantes para essa reflexão. Embora o termo agregue certa homenagem a Jacques Derrida, o mesmo faz referência a um momento em particular para o autor, a imigração. Essa disseminação ao qual o autor faz referência reveste-se de um caráter de diáspora, ao mesmo tempo em que se apresenta como uma narrativa da formação de novas “nações” nas “nações dos outros”. (BHABHA, 1998, p. 198).

---

<sup>47</sup> “Nations, like narratives, lose their origins in the myths of time and only fully realize their horizons in the mind's eye. Such an image of the nation — or narration — might seem impossibly romantic and excessively metaphorical, but it is from those traditions of political thought and literary language that the nation emerges as a powerful historical idea in the west. An idea whose cultural compulsion lies in the impossible unity of the nation as a symbolic force”. (Cf. BHABHA, 1990, p. 1).

<sup>48</sup> BHABHA, 1990, p. 1.

Segundo Bhabha, Hobsbawn foi, entre os historiadores, aquele que mais se debruçou sobre a história da nação ocidental moderna. O século XIX marcou a emergência da construção da nação moderna, num período em que se observaram grandes fluxos migratórios no Ocidente, além de expressiva expansão colonial no Oriente. O sentimento de perda tornou visíveis as lacunas deixadas pela migração, preenchidos pelo discurso da nação, ou seja, uma forja que se traduz num discurso metafórico. Essa metáfora “transporta o significado de casa e de sentir-se em casa através da meia-passagem ou das estepes da Europa Central, através daquelas distâncias e diferenças culturais, que transpõem a comunidade imaginada do povo-nação<sup>49</sup>”.

Bhabha afirma não ter interesse particular na questão do nacionalismo (*nationness*), haja vista que esse termo na verdade é o oposto daquilo que ele crê sobre a nação e a localidade da cultura. Mesmo essa localidade está mais direcionada ao aspecto temporal do que ao aspecto histórico da nação. Diante disso, quando busca fortalecer a ideia de uma construção cultural de nacionalidade, o autor não deseja negar as etapas históricas específicas em relação à nação; pelo contrário, o que o autor busca com tal proposição é formular “as estratégias complexas de identificação cultural e de interpretação discursiva que funcionam em nome do povo ou da nação e os tornam sujeitos imanes e objetos de uma série de narrativas sociais e literárias”. (BHABHA, 1998, p. 199).

Conforme sugere o autor, é preciso rescrever a história da nação moderna ocidental, agora levando-se em conta elementos referentes à temporalidade da escrita, algo que não havia sido considerado, uma vez que a escrita a respeito da nação sempre estivera representada através de uma temporalidade histórica e fixa. Por outro lado, para tratarmos de uma formação narrativa, precisamos levar em conta a linearidade histórica da nação, bem como sua equivalência. Assim, Bhabha (1998, p. 200) aponta que “a equivalência linear entre evento e ideia, que o historicismo propõe, geralmente dá significado a um povo, uma nação ou uma cultura nacional, enquanto categoria sociológica empírica ou entidade cultural holística”.

Duas últimas considerações são importantes de serem feitas. A primeira diz respeito ao processo temporal-histórico de invenção da nação, enquanto figura estatal jurídico-política, na qual se construiu uma ideia de nação referente às pessoas que nasceram num mesmo determinado local, uma forma de nacionalidade. Há um deslocamento do significado de povo, conceito que se atribui a essas determinadas pessoas com vínculo territorial. A invenção

---

<sup>49</sup> BHABHA, 1998, p. 199.

histórica da nação, enquanto Estado político, deslocou o termo povo, utilizado para se referir às pessoas que nasceram num mesmo lugar. (BHABHA, 1998, p. 206). Outro aspecto a ser considerado é com relação ao tempo cronológico da nação. Após refletir sobre as leituras escolhidas, constatamos, embora hipoteticamente, que a nação enquanto narrativa possui uma cronologia. É nos tempos de conflito, das revoluções, de guerras e de crises que a narrativa da nação ganha maior evidência, enquanto elemento capaz de suprimir o caos e unir um determinado povo.

É por essas e outras razões que, “quando não há uma nação equivalente ao estado, tenta-se criar uma”. (COUTO, 2007, p. 384). Ao conceber um sentido de nação, aos moldes da revolução, Amílcar Cabral buscou reforçar a questão da libertação, da criação de nova cultura nacional, “uma consciência de pertencer a uma comunidade ligada a um território, para a sua afirmação na luta de libertação”. (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p. 33). Essa luta foi a forma encontrada por Cabral para conscientizar o seu povo sobre sua condição frente ao colonialismo, foi a forma encontrada para “negar a negação” (CABRAL, 2011), e para forjar a sua nação, a nação de seu povo “cada dia mais consciente de si mesma”. (CABRAL, 1974 apud CANDÉ MONTEIRO, 2013, p. 33).

Nessa lógica, a nação ganha outra conotação importante; a de elemento de resistência; algo que aparece de maneira muito latente na história política da Guiné-Bissau. Há de se ressaltar que a nação enquanto narração atende aos anseios daquele que a narra, e que, portanto, adquiriu inúmeras narrações ao longo do tempo. Um exemplo prático dessa afirmação remonta à possível gênese da nação enquanto uma narração política no seio da Revolução Francesa. Note-se que, dessa época em diante, o termo tal como concebido na revolução foi disseminado por meio das ações imperialistas europeias.

É verdade que em princípio essa ação discursiva alcançou seus objetivos, contudo transformou-se também numa arma de resistência anticolonial. Sobre isso, o filósofo ganense Anthony Appiah, na obra “*Na casa do meu pai*” (1997), afirma que “o acolhimento que [essa narração] teve por parte dos africanos escapou do controle de seus arautos e acabou transformada em um meio de articular resistência à dominação material dos impérios mundiais e do projeto ocidental de domínio cultural” (APPIAH, 1997 apud AUGEL, 2007, p. 39).

Tal aspecto pode ser visto ao longo da história guineense desde sua fase colonial até os dias em que principiaram as lutas de libertação nacional no país. Exponente dessa revolução, Amílcar Cabral atuou nas trincheiras da guerra pela independência, exortando o povo guineense à luta. A arma principal utilizada pelo líder revolucionário foi sua capacidade

retórica e a facilidade com a qual conseguia construir seus argumentos. O discurso nacional, isto é, o clamor por uma união entre os povos na Guiné-Bissau reflete uma esperança de dias melhores para seu chão-terra.

É imprescindível pontuar que, segundo Leopoldo Amado,

(...) essa esperança que ressurgiu temporalmente num período que coincide com o esmorecer do ideal do PAIGC que deu origem a nação, fazendo vacilar todas as instituições religiosas, políticas e sociais que a geraram, pelo que propiciaram vagas contestatórias que catalisaram a destruição das velhas ideias num momento em que as novas ideias ainda não tomaram forma, guiando assim o país para uma situação em que as massas tendem a preencher a lacuna criada, impondo-se invariavelmente, nestes casos, razões gerais, medíocres, sem consistência, ocasionando um sentimento generalizado de ameaça. (AMADO, 2013 p. 47-48).

O fato de os revolucionários serem pessoas do povo e desenvolverem seus estudos no império, onde puderam criar silenciosamente estratégias para lutar contra o regime colonialista, contribuiu para que seu discurso pudesse ecoar nas camadas mais subalternizadas. Nesse sentido, como observa Guimarães, “Amílcar Cabral foi um homem muito simples, com uma argúcia muito grande, de uma grande capacidade de diálogo, razão pela qual conseguiu realmente colar as partes e construir pouco a pouco a nação guineense. Isso é um processo pedagógico”<sup>50</sup> (FREIRE; GUIMARÃES, 2011. n.p.).

Para Bhabha, esse processo “funda sua autoridade narrativa em uma tradição do povo, descrita por Poulantzas como um momento de vir a ser designado por si próprio, encapsulado numa sucessão de momentos históricos que representa uma eternidade produzida por autogeração”. (BHABHA, 1998, p. 209).

Levando-se em conta os aspectos linguísticos assinalados por Couto (2009), além das reflexões de Appiah (1997) e Augel (2007), poderíamos dizer que há elementos para se classificar a Guiné-Bissau como uma nação, seja por traços referentes aos aspectos sociais, étnicos, linguísticos, seja por se enquadrar nos parâmetros de construção discursiva de Hobsbawn (1990), *comunidade imaginada* de Anderson (1989) e elemento narrativo, tal como aperfeiçoado por Homi Bhabha (1990; 1998).

Segundo Augel (2007 p. 39), “(...) por mais ambíguo e discutível que o conceito seja, pode-se afirmar a existência da nação guineense”. Isso porque houve ao longo dos anos um fortalecimento do sentimento de pertença do povo para com sua terra, além do reconhecimento de uma história em comum, compartilhada através da língua, das tradições e da cultura. É isso o que os autores guineenses fazem ao emprestar suas páginas poéticas para

---

<sup>50</sup>Entrevista feita por Sérgio Guimarães ao ideólogo das lutas nacionais moçambicanas, Mário Pinto de Andrade. O intelectual foi amigo e parceiro de lutas de Amílcar Cabral, além de ser um de seus maiores conhecedores.



resgatar a consciência e a identidade nacional coletiva, “emprestando a voz ao povo que “imagina” a Guiné-Bissau como seu *tchon*, seu chão, caminhando (aos trancos e barrancos) para vê-la como Nação, sentindo-a e vivendo-a como tal”. (AUGEL, 2007, p. 40).

Na Guiné-Bissau, a narração da nação é difundida através dos embates políticos e da literatura, em especial aquela militante e de resistência. Segundo Homi Bhabha, é através dessas tradições que surge uma ideia de nação no Ocidente. Nesse sentido, segundo Augel (2007 p. 40), “a nação é, para o teórico indo-britânico, um sistema de significação cultural, uma elaboração em que a representação da vida social ou do coletivo é um agente da narração”. Para a autora, os símbolos e as representações são os alicerces da narrativa da nação, tendo na literatura um veículo de disseminação da nação. (AUGEL, 2007, p. 40).

### 2.1.1 A resignificação da nação como elemento imaginado

Em 1989, Benedict Anderson, historiador e cientista político, publicou no Brasil a obra “*Comunidades Imaginadas*”, na qual ultrapassa os lugares-comuns em relação ao nacionalismo, demonstrando as contradições que permeiam a construção do termo nação. Além disso, ele se propôs a desenvolver uma reflexão analítica acerca dos sistemas culturais que surgiram antes do desenvolvimento do nacionalismo, em meados do século XVIII. Para ele, “tanto a nacionalidade - ou, como talvez se prefira dizer, devido aos múltiplos significados desse termo, a condição nacional [*nation-ness*] – quanto o nacionalismo são produtos culturais específicos”. (ANDERSON, 1989, p. 30).

Nesse bojo, para se compreender o porquê desses nacionalismos gozarem de tão alta legitimidade emocional, é preciso refletir sobre os processos históricos nos quais eles se forjaram e como, ao longo dos anos, foram sendo transformados. Para Anderson, o nacionalismo advém do cruzamento de forças históricas específicas e, após serem constituídos, tornam-se modulares e “capazes de serem transplantados com diversos graus de autoconsciência para uma grande variedade de terrenos sociais, para se incorporarem e serem incorporados a uma variedade igualmente grande de constelações políticas e ideológicas”. (ANDERSON, 1989, p. 30).

Ao se questionar sobre o apego que esses processos culturais despertaram ao longo dos anos, Anderson afirma ser primordial, antes de mais nada, observar como o conceito de nação na sua forma moderna é usualmente visto com certa “perplexidade” pelos teóricos do

nacionalismo. Segundo ele, ao se defrontarem com o tema, esses pesquisadores se vêem diante de questões paradoxais.

A primeira está ligada à forma pela qual o historiador observa a “modernidade objetiva das nações” e o nacionalista compreende sua “antiguidade objetiva”. A segunda diz respeito ao caráter de uma nacionalidade como algo sociocultural, quase um dever ser do sujeito moderno e as particularidades das manifestações concretas da nacionalidade, como um elemento *sui generis*. Por fim, a terceira centra-se no poder político do nacionalismo em oposição à sua “pobreza” e “incoerência filosófica, de modo que diferentemente de outros sufixos “ismos”, o nacionalismo não galgou de nenhum grande pensador próprio. (ANDERSON, 1989, p. 31).

O fio condutor para compreender a nação como uma comunidade imaginada é entender o contexto histórico e social ao qual o autor está inserido no momento de sua análise, além das lentes ontológicas utilizadas em sua observação. O olhar de Anderson está voltado para os conflitos coloniais no sudeste asiático, especificamente a guerra entre Vietnã, Camboja e China entre 1978 e 1979. Ele busca entender o porquê dessa guerra na medida em que se tratava de países socialistas e revolucionários e que, pelo menos em tese, compartilhavam de uma mesma ideologia. (ANDERSON, 1989, p. 26). Nesse contexto, Anderson direciona seu olhar não para o aparato estatal e suas instituições, mas, partindo de uma visão marxista, para as classes e forças sociais nas quais o sentimento nacional encontra combustível para sua ascensão.

Segundo Stuart HALL (2006, p. 51), a chave do argumento de Anderson está na compreensão de que “as diferenças entre as nações residem nas formas diferentes pelas quais elas são imaginadas”. É desse entendimento que se cunha o termo “*comunidades imaginadas*”: não através da evidenciação dos limites da “nação”, mas dos meios pelos quais o nacionalismo concentra os anseios e esperanças de um determinado povo como forma de seu fortalecimento e disseminação. Para Anderson, a nação é ao mesmo uma comunidade imaginada, limitada e soberana cujos vínculos religiosos sobre o poder de liberdade, dependem, na sociedade moderna, da unidade estatal.

Ela é imaginada porque, mesmo os membros das mais minúsculas nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar de todos os seus companheiros (compatriotas) embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles (...). Imagina-se a nação soberana por que o conceito nasceu na época em que o Iluminismo e a Revolução estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico hierárquico da ordem divina. (...). Imagina-se a nação como limitada, porque até mesmo a maior delas (que suponhamos possua um bilhão de habitantes) possui fronteiras finitas, ainda que elásticas. Nenhuma nação imagina ter a mesma extensão da humanidade. (...) E por último ela é imaginada como uma comunidade por que

independente da desigualdade e da exploração que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal. (ANDERSON, 1989, p. 32-34 – grifos nossos).

A existência da nação requer, assim como já apontava Gellner, certo consentimento e voluntarismo, no sentido de que as pessoas se entendam como parte da mesma. Esse é um processo inconsciente e imperceptível dado que os membros de uma nação sequer terão a oportunidade de conhecer a todos os demais, o que a torna, portanto, um artefato imaginado. A nação é imaginada porque é fruto da construção mental de uma comunidade culturalmente homogênea. Ao desvincular-se do fervor religioso, dado o pluralismo religioso crescente no mundo, os indivíduos passaram a entender a necessidade de construir uma soberania como forma de serem livres. Esse projeto de uma soberania moderna, ao qual a nação no seu significado moderno está associada, é fruto do sujeito do Iluminismo que já não vê a religião como verdade absoluta e encontra na razão as respostas para seus questionamentos.

A esse respeito, Santiago CASTRO-GOMES (2005, p. 80) afirma que “já não é a vontade inescrutável de Deus que decide sobre os acontecimentos da vida individual e social, e sim o próprio homem que, servindo-se da razão, é capaz de decifrar as leis inerentes à natureza para colocá-las a seu serviço”. A nação mesmo quando imaginada possui limites, pois seus membros têm plena consciência das fronteiras que os separam de outros povos. Nesses limites, os povos constroem um ambiente de harmonia e interação que os leva à união em prol do seu grupo. Esse processo é fruto das raízes culturais do nacionalismo. (ANDERSON, 1989, p. 34).

O mote para se pensar a nação moderna como uma comunidade imaginada tem como referência os laços estabelecidos historicamente a partir das comunidades religiosas e dos reinos dinásticos, sustentados por meio das línguas sagradas (latim como a língua divina) e um sistema monárquico. Contudo, a derrocada do latim e a crescente legitimação da monarquia, o expansionismo de línguas consideradas vulgares e novas acepções sobre espaço e tempo fundamentaram novas interpretações acerca das nações, vistas agora como organismos sociológicos, baseados na confiança constante e simultânea entre os povos. Essa ideia sociológica, segundo o autor “é uma analogia exata da ideia de nação, que também é concebida como uma comunidade sólida percorrendo constantemente a história, seja em sentido ascendente ou descendente”. (ANDERSON, 1989, p. 56).

O surgimento de novas formas de expressão, por meio dos jornais ou da própria literatura, foi crucial no sentido de fazer convergir essa nova forma de imaginar a nação. É através da imprensa que as narrativas se espalham em meios às massas, criando uma

consciência e diversificando os campos linguísticos, como uma forma de “embrião da comunidade nacionalmente imaginada<sup>51</sup>”. Para Hall (2006, p. 52-54), ao nos entendermos dentro dessa consciência nacional, tendemos a compartilhar de uma mesma narrativa nacional, fruto daquilo que Hobsbawm chamou de “tradições inventadas”.

Nesse sentido, é preciso compreender um ponto central no argumento de Anderson: a nação só passa ser concebida historicamente como algo imaginado quando antigas referências culturais perderam seus domínios sobre a razão humana. A primeira dessas referências era a língua enquanto verdade ontológica, capaz de estabelecer os vínculos dos indivíduos com determinadas nações. A segunda é a ideia de que as sociedades deveriam se organizar a partir de um núcleo de poder divino, no qual o monarca era o próprio Deus na terra. E, por fim, a concepção de que as nações são frutos de uma mesma origem, na qual história e universo se confundem, e ao final são os mesmos. (ANDERSON, 1989, p. 107-125).

A construção de uma nação guineense, embora esteja enquadrada naquilo que Anderson chamou de “comunidade imaginada”, precisa ser analisada de forma mais ampla, levando-se em consideração todas as especificidades que envolvem o processo. Mesmo apontando certa aplicabilidade para o caso asiático e africano, grande parte das definições contidas na obra de Anderson foi formulada, observando-se as características europeias.

Para Patrick CHABAL (2008), há algumas ressalvas sobre essas definições no caso africano. Primeiro, o uso do termo “comunidade imaginada” familiariza demasiadamente a questão da construção da nação, uma vez que considerara que a formação do Estado-nação na África seria semelhante ao processo ocorrido na Europa. Logo, esses processos seriam sequenciais, ou seja, aquilo que aconteceu na Europa em algum momento aconteceria na África. Esse argumento pode ser confirmado por Moema Augel, para quem a construção de nações africanas, tal como essas se formaram, “não pode ignorar as enormes diferenças e mesmo os antagonismos existentes nesse imenso continente e que estão presentes também no microcosmos de um pequeno país como a Guiné-Bissau, com suas etnias muito diferentes entre si”. (AUGEL, 2007, p. 273).

Uma segunda ressalva é que a ideia de Anderson presume que há um modelo universal de estado-nação no qual, independente dos meios utilizados para se alcançá-lo, o resultado será o mesmo visto na Europa. A terceira é que a noção de “comunidade imaginada” agrega certo artificialismo à noção de estado-nação universal. Essa noção aponta para uma conclusão

---

<sup>51</sup> ANDERSON, 1989, p. 80.

de que, mesmo com variações, a ideia de Estado-nação é a mesma em todos os lugares. Logo, Estado-nação e nação-estado são faces de uma mesma moeda. (CHABAL, 2008, p. 41).

A história da África nos mostra o quanto a ideia de um conceito de nação único, forjado através do tempo, é falho. A partir do século XIX, começaram a se desenvolver os chamados nacionalismos oficiais no interior do continente europeu, arraigados de políticas conservadoras reacionárias. Os movimentos imperialistas são exemplos da implantação dessas políticas para além das fronteiras europeias, como forma de dominação dos povos dos territórios asiáticos e africanos. Foi com a narrativa de levar o progresso aos povos não civilizados que o nacionalismo português fez tantas vítimas nos processos de colonização, escravizando-os, fato que ganhou mais consistência a partir do século XIX.

Em contrapartida, surgiu um outro nacionalismo nos territórios africanos ligados à narrativa da identidade nacional, tal como apontada por Homi Bhabha e Stuart Hall, que construíram movimentos de resistência anticolonial. “A ideia da nação proporcionou (...) um meio de articular a resistência à dominação material dos impérios mundiais e à ameaça mais nebulosa aos pensares pré-coloniais, representada pelo projeto ocidental de domínio cultural. (APPIAH, 1997, p. 86).

## 2.2 Construção, reconstrução e fragmentação das identidades na Guiné-Bissau

O debate em torno da identidade é, sem sombra de dúvida, dos mais longevos, complexos e delicados na atual conjuntura da sociedade moderna em todos os quatro cantos do mundo. Na Guiné-Bissau, como dito anteriormente, a dicotomia *nação e identidades* constitui, senão a unanimidade, a maior parcela dos escritos de autoras e autores dos mais diversos ramos da literatura, tendo a identidade uma proeminência considerável.

O sociólogo polonês Zygmunt Bauman, no livro-entrevista “Identidade” (2005), desenvolveu uma teoria na qual aponta que, para entendermos a essência do conceito de identidade, é fundamental pensarmos na relação do sujeito com seu espaço social, seu pertencimento. Se há, para o autor, uma palavra que possa, em princípio, descrever a questão da identidade essa é o termo *pertencer*. Segundo ele, a ideia do conceito de identidade mantém íntimas relações com o pertencimento, pois nasceu dele e do esforço desencadeado pelo mesmo ao transpor a lacuna entre o “deve” e o “é”. Nota-se que, embora os variados especialistas tratem do tema à sua maneira, há quase um consenso de que a identidade está

ligada ao fator do pertencimento. Nessa altura, portanto, já não mais podemos tratar o conceito como algo singular, ele se pluraliza e temos múltiplas identidades. Mas é importante notar que até então a identidade não era uma questão em evidência. (BAUMAN, 2005, p. 26).

Essa questão é bastante sintomática na África, e na Guiné-Bissau não é diferente. Segundo Leopoldo Amado (2013 p. 44), “os guineenses, à semelhança de outros povos, também se debatem com problemas identitários”. Quando discutimos sobre a unidade nacional, fortalecida nas trincheiras da revolução, vimos que essa questão já pairava sobre a própria construção de nação, uma vez que estávamos lidando com grupos étnicos e, conseqüentemente, várias identidades. Isso porque a nação nasceu da luta dos povos por sua existência e o reconhecimento de suas tradições, língua, cultura e demais valores que, no limite, resumem-se em aspectos da formação identitária, coletiva e individual. “Essa identidade nacional era entendida por Cabral como produto da interação cultural entre a sociedade e a história, através do processo contínuo de libertação nacional”. (SHARAWY, 2005 apud AMADO, 2013, p. 161).

Para Bauman (2005, p. 17), na busca pela identidade, as pessoas se veem diante de tarefas “intimidadoras de alcançar o impossível”. Essa impossibilidade tem íntimas relações com a tentativa de propor no campo subjetivo uma unicidade identitária, de modo a produzir um sentido irrefutável à mesma. Se, em primeiro momento, estamos cientes de que a identidade é fruto do pertencimento, ou seja, segue a lógica dialética hegeliana (ação e resultado) e aparece como produto da pertença, é provável que na medida em que haja o deslocamento de nossas certezas para o campo da dúvida, o pertencer já não faça mais tanto sentido como se imaginava.

Ainda, segundo Bauman (2005, p. 17-18):

Tornamo-nos conscientes de que o pertencimento e a identidade não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o pertencimento quanto para a identidade. Em outras palavras, a ideia de ter uma identidade não vai ocorrer às pessoas enquanto o pertencimento continuar sendo o seu destino, uma condição sem alternativa.

Se o pertencer é o destino inexorável do qual não podemos nos livrar, por estarmos inseridos num determinado grupo social, a partir do momento em que passamos a contestar esse destino, estamos reorganizando as bases de nossa subjetividade, estamos construindo nossa identidade. A construção da identidade é um processo contínuo e, arriscaríamos dizer, infundável, visto que nem mesmo as gerações futuras poderiam encontrar um sentido único e

uma definição singular para essa questão, isso porque a identidade possui uma capacidade regenerativa e renovadora que nos impossibilita uma interpretação inequívoca do termo. Logo, nota-se que as identidades, diferente do que se poderia cogitar, não se constroem no campo biológico, estão, antes de mais nada, associadas aos campos humanístico e social.

No compilado de estudos “*Cuestiones de Identidad Cultural*” (2003), organizado por Stuart HALL e Paul DU GAY, Bauman afirma que a identidade é uma designação dada à busca por uma “saída da incerteza”. (BAUMAN, 2003, p. 41). Tais incertezas estão associadas com a forma como nos vemos e nos apresentamos ao outro ou, melhor dizendo, como nos colocamos socialmente a partir daquilo que outros dizem sobre nós. Essa mecanização ao qual estávamos condicionados, em relativa fixidez da identidade, resultou de construções sociais advindas do meio em que vivemos, ou seja, não se tratava de um processo subjetivo, mas uma designação construída por outros em relação ao “eu”. (MOITA LOPES, 2002, p. 35).

A partir dessa designação são construídas aquilo que chamaremos aqui “*identidades-estereótipo*”, ou seja, a visão do “outro” baseada em fatores pré-definidos, sejam eles culturais, sociais ou étnicos, como se isso fosse o único fator que definiria nossa identidade individual ou coletiva. Oportuno, nesse sentido, é o comentário de Vera Candau (2008, p. 26) para quem “tendemos a uma visão homogeneizadora e estereotipada de nós mesmos, em que nossa identidade cultural é muitas vezes vista como um dado natural”. Assim, tenderíamos a não questionar essa identidade, já que se trata de algo naturalizado em nossas vidas, pelo menos até o momento em que passamos ao questionamento se essa realmente é nossa única identidade.

Segundo Bauman, a partir da constatação que não há uma única identidade ou uma identidade mais verdadeira que outra, surge o questionamento acerca da identidade, porque é justamente quando perdemos as nossas certezas em relação a quem somos, de onde viemos e a que lugar pertencemos, que passamos a pensar na identidade e questioná-la. “A identidade é uma projeção crítica do que é reivindicado ou se queria com respeito ao que é; ou, mais precisamente, uma afirmação indireta da inadequação ou da natureza inacabada do que é<sup>52</sup>”. (BAUMAN, 2003, p. 42 – tradução nossa).

Conforme aponta o autor, o debate acerca da identidade ganhou certa proeminência ao longo dos anos, mas mesmo com as amplas discussões feitas sobre o tema, a questão

---

<sup>52</sup> No original: “La identidad es una proyección crítica de lo que se demanda o se busca con respecto a lo que es; o, aún más exactamente, una afirmación indirecta de la inadecuación o el carácter inconcluso de lo que es”. (BAUMAN, 2003, p. 42).

identitária ainda constitui uma problemática. Contudo, diferente do que foi ao longo de toda a modernidade, a identidade atualmente lida com a difícil tarefa de “manter vigentes suas opções” e de viver em constante reciclagem. Se antes havia uma necessidade de sustentar uma determinada teoria identitária, hoje o que se quer é não assumir compromissos com teorias que, no máximo, conseguiriam explicar um determinado tipo de identidade, de uma determinada época e situação particular. “A construção da identidade é guiada pela lógica da racionalidade do objetivo (...). A tarefa de um construtor de identidade é, como diria Lévi-Strauss, a de um *bricoleur*, que constrói todo tipo de coisas com o material que tem a mão”. (BAUMAN, 2005, p. 55).

Manuel Castells, ao produzir sua obra “*O poder da Identidade*” (2000), dedica algumas páginas para dissertar sobre o processo de construção da identidade, que ele considera ser fruto “da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso”. (CASTELLS, 2000, p. 23). Embora o autor esteja se referindo à construção coletiva de uma determinada identidade, o raciocínio é semelhante para o campo individual, mesmo porque o constructo coletivo parte de processos individuais.

Nunca é demasiado lembrar que as identidades vivem em constantes deslocamentos, na medida em que são fruto de diferentes fontes, sejam elas individuais ou coletivas. Esse deslocamento identitário é resultado de formulações modernas, na qual o sujeito do Iluminismo, tal como concebido por Stuart Hall (2006), assume a centralidade das relações sociais. Essas construções não são objetos concretos e sólidos; pelo contrário, são formações temporais fluidas e abstratas, em similitude ao que Bauman (2001) chamou de *modernidade líquida*, ou seja, uma temporalidade mutável e flexível.

Dado que a construção social da identidade é relacionada ao contexto ao qual um determinado povo ou grupo de indivíduos está inserido, Castells defende uma distinção entre três formas de origens de identidade, sejam elas: a *identidade legitimadora*, a *identidade de resistência* e a *identidade de projeto*. A primeira delas, identidade legitimadora, foi introduzida através de instituições dominantes como forma de “expandir e racionalizar sua dominação”, junto aos atores sociais. A segunda, identidade legitimadora, foi criada por atores sociais que se encontram estigmatizados pela “lógica de dominação”, formando assim “trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade”. Por fim, a identidade projeto traduz-se na construção de novas identidades, capazes de “redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social”. (CASTELLS, 2000, p. 24).



No caso em particular das formações identitárias na Guiné-Bissau há, em princípio, a verificação de uma construção identitária legitimadora, proveniente das relações coloniais do imperialismo português, e em seguida, no cerne dos conflitos armados e das lutas independentistas, verifica-se a construção de uma identidade de resistência. Tal resistência é produto do discurso nacional, da formação de uma identidade nacional forjada nos campos de batalha e nos discursos da revolução, a partir daquilo que Homi BHABHA (1998) chamou de “narração da nação” e Benedict ANDERSON (1989) chamou “comunidades imaginadas”.

Bauman não negligencia o caráter divergente existente nas formações identitárias, pelo contrário, reconhece que cada construção congrega valores similares, tais como a liberdade de escolha de autodefinição de cada indivíduo, e sua autoafirmação, seu autopertencimento. Acerca dessa assertiva, sublinha Anthony Giddens (2002, p. 9) que o ‘eu’ “não é uma entidade passiva, determinada por influências externas; ao forjar suas autoidentidades, independente de quão locais sejam os contextos específicos da ação, os indivíduos contribuem para (...) as influências sociais que são globais em suas consequências e implicações”. Isso demonstra, de certa forma, o impacto que a construção das identidades no campo subjetivo tem nas formações coletivas dos povos e sociedades.

A construção das identidades é proveniente de crises de pertencimento, seja ela territorial, social, subjetiva; e está sempre associada ao caráter duvidoso daquilo que naturalmente foi incorporado em nossas vidas como verdade única e irrefutável. (MERCER, 1990; HALL, 2006). Do mesmo modo, parece pacífico entre os teóricos, tanto do debate da nação quanto da identidade, que essas temáticas são produtos da modernidade, dos deslocamentos estruturais da sociedade e do abalo nos pontos de referência que forneciam aos indivíduos e sociedades as bases sólidas de sua sustentação e do seu norteamo. Essa crise é parte da natureza do conflito, individual ou coletiva, dos indivíduos, algo que até então nunca havia sido questionado enquanto questão sociológica.

Ao propor uma reflexão sobre o que chamou de “natureza sociológica do conflito”, o sociólogo alemão Georg Simmel observa que o conflito é fator de modificação dos grupos sociais constituídos. Segundo ele, através dos conflitos buscaram-se resolver dualismos e, em instância última, promover uma espécie de unidade. (SIMMEL, 1983, p. 122). Ao narrar literariamente o conflito, grande parte dos autores guineenses, que trata dessa questão em suas obras, está em última instância tratando da identidade. Aliás, não podemos nos esquecer que é justamente no campo do conflito que as identidades se tornam questões propriamente ditas.

Embora esses autores tenham suas próprias identidades individuais, ao se relacionar com o meio social em que vivem e do qual não podem se furtar, eles passam também a ser

parte das identidades coletivas, culturais e nacionais. Isso porque suas identidades estão intimamente relacionadas ao sentimento de pertencimento. Nesse sentido, a identidade dos autores guineenses é, ao mesmo tempo, concreta, por estar inserida em realidades históricas, sociais, políticas e etc., e atualizada, já que caminha junto com as transformações da sociedade.

Bauman já havia deixado claro o quão contestado e, por que não dizer, contestável é o conceito de identidade. Para ele, quando pensamos em identidades, precisamos ter claro em nossa mente que estamos falando de algo conflituoso e em constate transformação. O autor afirma que a natureza da identidade está associada ao conflito, o que faz com que seu lar natural sejam os campos de batalha. “Ela só vem a luz no tumulto da batalha, e dorme e silencia no momento em que desaparecem os ruídos da refrega”. (BAUMAN, 2005, p. 84). Salvo interpretação diversa, entendemos que é nesse campo de batalha conflituoso que se constroem, reconstroem e fragmentam-se as identidades, algo que, com o passar do tempo, passou a ser objeto de preocupação e análise da teoria social.

Esse vínculo com a teoria social encontra suas bases no processo de compreensão do sujeito e de suas transformações ao longo do tempo, algo que nas palavras de Moreira (2008) parece encontrar consenso, uma vez que abre caminho para a reflexão acerca de nós mesmos e de nossas transformações. Além disso, segundo o autor, isso permite que possamos ter uma visão panorâmica da forma como nos situamos diante de outros grupos sociais, e mesmo acerca do nosso pertencimento. (MOREIRA, 2008, p. 38). Essa é uma dinâmica importante a ser considerada, para não nos perdermos no labirinto da identidade e na tentativa de buscar uma solução, tentemos fixar um sentido.

Segundo Benedetto Vecchi, na introdução ao livro-entrevista com Bauman, “numa sociedade que tornou incertas e transitórias as identidades sociais, culturais e sexuais, qualquer tentativa de ‘solidificar’ o que se tornou líquido por meio de uma política de identidade levaria inevitavelmente o pensamento crítico a um beco sem saída. (VECCHI, 2005, p. 12). A liquidificação da identidade é sinal do quanto os conflitos contribuíram e ainda contribuem para o declínio das identidades modernas.

O sociólogo e teórico cultural jamaicano Stuart Hall é, sem sombra de dúvida, um dos grandes estudiosos da transformação que acompanha o debate das identidades ao longo dos anos; e sua obra “*A identidade cultural na pós-modernidade*” (2006) representa material fundamental para entendermos a crise identitária que se instalou a partir da modernidade. Segundo o autor, as identidades modernas passaram por movimentos de deslocamento e fragmentação, algo que em nosso juízo tem vínculos diretos com a questão conflitiva

apontada por Simmel, dado que é nesse campo que há o declínio e surgimento de novas identidades.

Segundo Hall (2006, p. 7), “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado”. O sociólogo observa que a partir de finais do século XX houve uma mudança estrutural nas sociedades modernas, diferente daquelas observadas anteriormente. Essas transformações estão ligadas ao processo de globalização e ao impacto provocado por ela sobre as identidades culturais. Esse processo contribui para uma fragmentação de elementos sociais que antes nos pareciam sólidos, principalmente questões culturais, sexuais, de gênero, nacionais e étnicas. (HALL, 2006, p. 9:14).

Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um "sentido de si" estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento-descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos - constitui uma "crise de identidade" para o indivíduo. (HALL, 2006, p. 9).

É importante ressaltar que mesmo os debates modernos acerca da identidade tendo produzido definições aparentemente diferentes, seja quando tratam do tema como uma questão de pertencimento, seja quando as definem como uma forma de identificação, estamos falando de uma mesma coisa. A questão da identificação que aparece em Stuart Hall (2000) tem o mesmo significado do pertencimento apontado por Zygmunt Bauman (2005). O embate em torno da identidade apresenta um caráter dual: produz uma unificação em torno de uma determinada forma identitária, como a nacional ou cultural; assim como produz uma divisão, como é o caso das identidades híbridas. Para Giddens (2002, p. 175), a modernidade aponta para um dilema fundamental: ao mesmo tempo em que une ela também fragmenta as identidades.

Para compreender a dinâmica identitária, Hall (2006) distingue três formas de identidades, associadas às concepções do *sujeito do Iluminismo*, do *sujeito sociológico* e do *sujeito pós-moderno*. O primeiro deles diz respeito ao indivíduo dotado da razão, de consciência e ação. A identidade desse sujeito está centrada nele mesmo, baseada em sua subjetividade, emergindo no seu nascimento e se desenvolvendo durante toda sua vida, contudo mantendo-se contínua e individualista. O segundo está centrado nas relações intersubjetivas, na interação ente os indivíduos e a sociedade. Embora mantenha as

características do sujeito iluminista, o sociológico tem sua identidade formada e modificada nas negociações discursivas com culturas exteriores oferecidas pelo mundo. O terceiro sujeito é talvez o mais complexo e fragmentado dentre os três, uma vez que não possui uma “identidade fixa, estável e permanente”. Ele se forma em meio às variadas formas identitárias existentes. Esse é o sujeito do deslocamento, aquele que se adapta às identidades contraditórias. (HALL, 2006, p. 10-13).

O deslocar-se, como procedimento de transição, fragmentação e reconstrução de uma nova identidade, que muitas vezes pode ser um híbrido, é ponto-chave de discussão sobre a identidade em Ernest Laclau (1990). O autor faz uso do termo deslocamento para teorizar o processo de variabilidade de uma determinada identidade, cujo centro de poder muda, mas não de forma substitutiva, isto é, uma mudança de um centro para outro; ao contrário, o deslocamento se dá através de uma “pluralidade de centros de poder”. (HALL, 2006, p. 16). Na leitura de Hall, as sociedades modernas já não possuem um centro de poder ou qualquer caráter organizador unificado; elas se desenvolvem a partir do ordenamento de diversas causas.

A transição que acompanha a formação identitária de cada um dos sujeitos destacados por Hall é resultado da mudança estrutural das identidades sociais. Se, em princípio, os sujeitos congregavam uma identidade unificada e estável o suficiente para não sofrer contestação, com o desenvolvimento da modernidade e os raios da globalização, os mesmos tornam-se fragmentados. Essa fragmentação produz várias identidades que muitas vezes podem ser “contraditórias ou não resolvidas<sup>53</sup>”. Diferentemente do que se imagina, não é apenas no campo subjetivo que ocorre esse processo de fragmentação, os espaços sociais externos também sofreram transformações importantes, a partir do colapso das estruturas e mudanças institucionais no campo cultural. Nesse ponto, o processo de identificação aludido por Hall, enquanto projeção de nossas identidades culturais, tornou-se fluido, variável e problemático.

Uma questão que precisa ficar clara é que já não podemos tratar a identidade como se fosse algo fixo, unitário, completo e coerente. Isso segundo Stuart Hall (2006 p. 13) “é uma fantasia”. Como o passar do tempo, diante das nossas relações e mesmo com as transformações que o mundo sofreu, experimentamos a multiplicação dos sistemas de “significação e representação”, algo que desencadeou milhares de formas identitárias, em constante modificação, e com a qual nos identificamos, mesmo que de forma temporal.

---

<sup>53</sup> HALL, 2006 p. 12

A identificação se processa de forma bastante deslocadora no campo do jogo identitário, espaço esse onde se observam fases pontuais de unificação de uma determinada identidade. Estamos constantemente sendo testados e influenciados a associarmos-nos a uma determinada identidade em particular, seja ela no campo cultural, social, étnico, político, econômico, gênero e tantos outros. Esses deslocamentos aos quais estamos sempre expostos encontram no processo variável da identificação uma âncora capaz de produzir uma coletividade fixa e momentânea. Mas, afinal, qual modalidade de identificação apetece aos guineenses de tal forma que eles decidem fazer parte de um determinado núcleo de poder?

Essa é uma questão que dificilmente encontrará uma resposta exata, dado que estamos falando de processos sociais em constante mudança; de uma categorização extremamente volátil. Talvez a resposta mais adequada seja a de que tudo depende do tempo e do espaço no qual o sujeito guineense chamado à batalha do jogo das identidades esteja inserido e os mecanismos que utilize para jogá-lo. É importante pontuar que o fato de esse sujeito descobrir determinada identidade, não quer dizer que ele esteja preso a ela por toda vida, como algo fixo. O que ocorre é que, a partir da descoberta, inicia-se o jogo identitário, no qual esse sujeito passa a negociar, tanto interna quanto externamente, suas identidades. Esses pressupostos desembocam na questão do reconhecimento, termo utilizado por Charles Taylor. Segundo o autor, a identidade “depende, decisivamente, das (...) reações dialógicas com os outros”. (TAYLOR, 1994, p. 54).

Ao produzir o artigo “*Quem precisa de identidade*”, que acompanha a obra “*Identidade e Diferença*” (2000), organizada por Tomaz Tadeu Silva, Stuart Hall chama a atenção para o fato de que, muitas vezes, esses processos referidos no campo das disputas identitárias estão associados à relação entre identidade e a diferença, algo que também é discutido por Homi Bhabha, no seu “*O local da cultura*” (1998). Essa relação é discutida em termos de multiculturalismo, ou seja, “a ideia de coexistência entre grupos étnicos e culturalmente diferentes em uma sociedade pluralista”. (CASHMORE, 1996, apud CAMPATO Jr., 2016, p. 296).

O caráter multiculturalista é algo muito latente na Guiné-Bissau, uma vez que o país congrega uma série de grupos étnicos e tribais com diferentes representações culturais. O fato de esses grupos viverem num espaço tão plural, como é esse país africano, leva-nos a repensar o caráter interativo desses grupos sociais. Para Hall (2000 p. 73), há uma vaga ideia de que o multiculturalismo se apoie “no apelo à tolerância e ao respeito para com a diversidade e a diferença”. Há para o autor uma certa problemática envolvendo a questão da diversidade, uma

vez que essa perspectiva tende a transformar diferença e identidade em elementos naturais, cristalinos e essencialistas<sup>54</sup>.

A essa altura, a afirmação de que as sociedades modernas têm como uma de suas características marcantes a questão da diferença parece fazer todo o sentido. Se refletirmos sobre os processos de construção, reconstrução e fragmentação das identidades em países como a Guiné-Bissau, observaremos o quanto esse processo está assentado na relação das diferenças socioculturais existentes no país. É claro que isso é resquício de uma estratificação das sociedades, de forma intensiva, durante períodos de uma exploração colonial. O dualismo é uma das marcas dessa diferenciação, dessa separação através da diferença nas relações de poder entre os grupos sociais. Segundo Hall, essas sociedades são cruzadas por divisões e antagonismos sociais que produzem “diferentes posições do sujeito”. Para ele, “se tais sociedades não se desintegram totalmente não é porque elas são unificadas, mas porque seus diferentes elementos e identidades podem, sob certas circunstâncias, ser conjuntamente articulados”. (HALL, 2006, p. 17).

Essas reflexões são importantes para que possamos compreender outro ponto de nossa discussão identitária, a saber: o hibridismo. O termo hibridismo diz respeito a “mistura, conjunção, intercurso entre diferentes nacionalidades, entre diferentes etnias, entre diferentes raças - coloca em xeque aqueles processos que tendem a conceber as identidades como fundamentalmente separadas, divididas, segregadas”. (SILVA, 2000, p. 87). Em termos didáticos, trata-se de um processo de formação entre dois elementos distintos que geram um terceiro. Esse novo elemento não possui as identidades dos elementos originais, apenas apresenta resquícios delas; cria uma nova identidade, que chamamos de híbrida. De acordo com Silva (2000, p. 87), “o processo de hibridização confunde a suposta pureza e insolubilidade dos grupos que se reúnem sob as diferentes identidades nacionais, raciais ou étnicas”. Além disso, o autor relembra que o processo de hibridização se estabelece de forma simétrica em termos de relação de poder.

Na visão de Stuart HALL:

Os processos de hibridização analisados pela teoria cultural contemporânea nascem de relações conflituosas entre diferentes grupos nacionais, raciais ou étnicos. Eles estão ligados a histórias de ocupação, colonização e destruição. Trata-se, na maioria dos casos, de uma hibridização forçada. O que a teoria cultural ressalta é que, ao confundir a estabilidade e a fixação da identidade, a hibridização, de alguma forma, também afeta o poder. O "terceiro espaço" (Bhabha, 1996) que resulta da hibridização não é determinado, nunca, unilateralmente, pela identidade hegemônica: ele introduz uma diferença que constitui a possibilidade de seu

---

<sup>54</sup> HALL, 2000, p. 73.

questionamento. O hibridismo está ligado aos movimentos demográficos que permitem o contato entre diferentes identidades: as diásporas, os deslocamentos nômades, as viagens, os cruzamentos de fronteiras. (HALL, 2000, p. 87-88).

Se o deslocar-se demograficamente é um dos fatores ao qual o hibridismo está ligado, logo a questão da diáspora não pode ser deixada de lado. Evidentemente não estamos falando de um deslocamento voluntário, já que é algo que suscita em suas vítimas um sentimento de perda, desenraizamento, desterritorialização e crises identitárias. (CAMPATO Jr, 2016, p. 290). A diáspora refere-se à dispersão, logo, quando falamos em processos de diáspora, estamos nos referindo ao deslocamento forçado de pessoas que acabam vivendo longe de sua terra natal, de seus laços naturais, de sua família; numa experiência de exílio. Para Hall (2003, p. 33), “o conceito fechado de diáspora se apoia sobre uma concepção binária de diferença. Está fundado sobre a construção de uma fronteira de exclusão e depende da construção de um ‘Outro’ e de uma oposição rígida entre o dentro e o fora”. Entretanto, é importante ressaltar que esse processo não está circunscrito apenas a questões geográficas, mas cria “espinhosas questões de identidade, de memória e de pátria”. (ASCHCROFT *et al.* 2012 apud CAMPATO Jr, 2016, p. 290).

Outro elemento a ser considerado nessa reflexão é o reflexo causado nas identidades através dos movimentos de diáspora, sejam eles voluntários ou forçados. Levadas em conta as particularidades, em ambos os casos se observam uma desestabilização e uma subversão da identidade. Se pensarmos no quanto a escravidão mundial produziu movimentos de diáspora forçados, legando nativos africanos aos diferentes costumes e culturas eurocêntricos e ocidentais, observados aqui os processos de miscigenação dos povos, veremos o desenvolvimento de “processos de hibridização, sincretismo e crioulização cultural que, forçosamente, transformam, desestabilizam e deslocam as identidades originais”. (HALL, 2000, p. 88). Do mesmo modo, registre-se aqui, é preciso observar que os movimentos de migração das antigas colônias para os espaços metropolitanos também tiveram grande impacto nas identidades dos povos que migraram, assim como os grandes fluxos de refugiados nos dias de hoje, representam bem esse deslocamento identitário e, em consequência, o hibridismo.

Em “Da diáspora” (2003), Stuart Hall trata o hibridismo como um termo que congrega misturas culturais e da diáspora. No entanto, o autor chama a atenção para o que ele considera ser um mal-entendido, uma má interpretação em relação ao termo. Segundo ele, o hibridismo “não é uma referência à composição racial mista de uma população”. (HALL, 2003, p. 74). Ao contrário, o termo atua para uma lógica de tradução cultural. Tal lógica pode ser

evidenciada nas diásporas multiculturais e comunidades mistas pós-coloniais. Há, segundo Hall, uma relação ambivalente, do tipo dentro/fora, que governa esse processo de hibridização. O autor ainda aponta que o hibridismo é a própria tradução cultural, agonística, “uma vez que nunca se completa, mas que permanece em sua indecidibilidade”. (HALL, 2003, p. 74).

Homi Bhabha, na obra “*O local da cultura*” (1998), propôs uma discussão sobre a questão das identidades e do processo de hibridização, assentada na tentativa dos escritores das teorias da colonização em construir uma imagem de um sujeito colonizado. Nesse sentido, o autor concentrou sua observação na forma narrativa utilizada para construir a representação desse sujeito e sua identidade. Utilizando-se de uma releitura acerca de Frantz Fanon, Bhabha realiza uma desconstrução das teorias que desenvolviam uma visão linear acerca do hibridismo e, conseqüentemente, das identidades. Para ele, esses aspectos possuem um caráter ambivalente e estão intimamente ligados à diferença cultural. Desse modo, “o conceito de diferença cultural concentra-se no problema da ambivalência da autoridade cultural: a tentativa de dominar em nome de uma supremacia cultural que e ela mesma produzida apenas no momento da diferenciação”. (BHABHA, 1998, p. 64).

O autor afirma que toda representação discursiva é híbrida, uma vez que congrega traços de diferentes discursos em busca da diferenciação e da autenticidade. Isso tem claras relações com os processos de dominação e de construção de uma identidade. Mesmo a análise de Bhabha já aponta para esse caminho, uma vez que ele está tratando de uma relação dualista entre o sujeito colonizado e o colonizador, bem como dos processos em torno do problema da “alienação cultural colonial”. (BHABHA, 1998, p. 74).

Segundo Bhabha, na relação colonial “as relações fendidas são o palco da divisão entre o corpo e alma que encena o artifício da identidade, de uma divisão que atravessa a frágil pele – negra e branca – da autoridade individual e social”. (BHABHA, 1998, p. 75). Com base nesses pressupostos, o autor, ao referir-se a Fanon, destaca três pontos importantes para entendermos os processos de identificação cultural: a existência em relação a uma alteridade, o lugar da identificação como espaço de cisão e a identificação como produção de uma imagem<sup>55</sup>.

Tendo em vista os pontos ilustrados por Bhabha, podemos compreender a referência que Frantz Fanon fez às máscaras no título de uma de suas mais importantes obras, “*Peles Negras Máscaras Brancas*” (2008). A máscara é o elemento de preenchimento dos espaços

---

<sup>55</sup> BHABHA, 1998, p. 76-77.



intersticiais e relacionais do colonizador e do colonizado, e é através dela que o homem negro (colonizado) pode imitar o homem branco (colonizador). Essa relação pode ser vista através daquilo que Bhabha (1998, p. 121) chamou de mímica, ou seja, a construção de uma imagem de sujeito baseada na repetição, uma busca persuasiva que objetiva “apoderar-se do Outro”. No que se refere à questão do hibridismo, Bhabha sustenta que a identidade é na verdade uma imagem, um fetiche; é uma máscara que está vinculada a mitos e estereótipos.

Para Hall (2006, p. 14-15), “a identidade é um lugar que se assume, uma costura de posição e contexto, e não uma essência ou substância a ser examinada”. Diante desse apontamento, temos uma questão a ser discutida na África, e em particular na Guiné-Bissau. Isso porque há, em nossa opinião, um choque de identidades no país por conta dos processos de colonização, diáspora e dos conflitos que as moldaram, de modo que foram deslocadas e postas em dúvida. Nesse bojo, a identidade seria um campo maior que abarcaria todas as suas ramificações, pois, nas obras dos escritores guineenses, elas se dividem.

Tal análise encontra em Hall (2006, p. 47) um fortalecimento dessa reflexão, uma vez que, segundo ele, “as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade nacional”. Para ele, sempre nos definimos como pertencentes de uma determinada nação ou cultura, mas quase nunca refletimos criticamente sobre essa questão. A identidade não é um elemento genético inerente ao indivíduo, mas sofre uma tendência de naturalização conceitual como parte essencial da natureza dos seres humanos.

Já nos lembrava Moema AUGEL (2007, p. 233) que “na Guiné-Bissau, como em toda a África, a questão da identidade é onipresente, e isso mesmo quando não expressamente nomeada”. Isso em grande parte se explica por seu passado colonial, seu forçoso deslocamento e as singularidades que envolveram a construção do Estado nacional guineense. Com relação às produções literárias do país, há sempre um rememorar os processos de colonização como forma de problematizar a identidade.

Não podemos esquecer que as identidades africanas, de certa forma, estão intimamente ligadas à ideologia dos movimentos de libertação, no qual “o discurso nacionalista, de vocação consensual, tende a unificar o trabalho de identificação individual e coletiva”. (ANDRADE, 1986, p. 8). Baseado nesses princípios que Amílcar Cabral forjou uma identidade nacional coletiva, como forma de unir seu povo, nos tempos de luta, em prol da libertação nacional.

### 2.3 Identidades forjadas: heranças dos tempos de luta

*“É através da luta que estamos forjando a nossa Nação Africana, que como sabem não estava bem definida, com todos os problemas de grupos étnicos, com todas as divisões criadas pelo próprio colonialista, por exemplo, indígenas e assimilados, gente dos campos, etc., etc. Estamos forjando a nossa Nação Africana que é cada dia mais consciente de si mesma”.*

*(Guiné-Bissau: nação forjada na Luta, Cabral, 1974<sup>56</sup>).*

A reflexão sobre a formação de uma identidade não é algo novo, embora seja preciso reconhecer que, nos moldes aos quais nos referimos a ela hoje, seja um produto de uma modernidade tardia, utilizando aqui o conceito de Stuart Hall (2006). Muitas pesquisas têm se dedicado a refletir sobre as questões nacionais e tentar encontrar um porto seguro, uma luz no fim do túnel para definir uma identidade cultural nacional. Evidentemente que quando nos referimos às periferias orientais, assim entendidas as nações que estão à margem dos centros de poder, observamos que as produções são mais limitadas, embora seja justamente nesses locais que o debate sobre uma identidade nacional tenha maior vigor. O que nos interessa nesse tópico não é dissertar sobre a construção dessa identidade, mas refletir sobre como os aspectos culturais e nacionais foram utilizados no último século (XX), principalmente em áreas de conflitos e durante as lutas de libertação nacional, para forjar<sup>57</sup> essa identidade.

Quando pensamos na construção de uma determinada identidade, estamos nos referindo a um processo estruturado proveniente da relação de alteridade e estabelecido através da percepção da diferença. (CAMPATO Jr., 2016, p. 291). Além disso, a construção de uma determinada identidade está associada à questão do pertencimento ou identificação, tal como apontado por Zygmunt Bauman (2005) e Stuart Hall (2006). É da crise do pertencimento existencial que surge a identidade. Ela é concebida no campo da incerteza, na relação entre as subjetividades e os espaços sociais. Logo, poderíamos dizer que a identidade é uma criação social, proveniente da relação entre o indivíduo e sua pertença. Por outro lado, quando falamos em forja identitária, estamos nos referindo a uma criação ficcional que se dá no campo da representação, no cerne do discurso, do invencionismo da tradição.

<sup>56</sup> Apud CANDÉ MONTEIRO, 2013, p. 33.

<sup>57</sup> É importante estabelecermos uma distinção entre construir e forjar uma identidade, já que poderia haver certa dúvida sobre as definições. Segundo o “Dicionário UNESP do português contemporâneo”, o termo **construir** significa: 1. Dar estrutura, edifica, fabricar; 2. Conceber, criar, elaborar. Por outro lado, o termo **forjar** diz respeito ao ato de: 1. Trabalhar (metal) na forja; modelar, fabricar na forja; 2. Criar, elaborar, inventar; 3. Elaborar, compor; 4. Produzir, moldar, criar; 5. Elaborar artificialmente, falsear, fingir. (BORBA et al. 2004, p. 332 e 635 – os grifos são nossos).

Diferentemente da construção de uma identidade, a forja cria mecanismos de curto prazo para convencer uma determinada massa a se reconhecer como pertencente àquela determinada identidade. Note-se que, se por um lado, o pertencer cria os vínculos de uma determinada identidade, por outro a narrativa da identidade em comum cria os vínculos de pertença.

Outro ponto que merece ser levado em consideração nessa questão é o fato de que tanto a construção como a forja encontram no campo dos conflitos as bases de sua fundação. Entretanto, novamente há fatores diferenciadores. No caso da construção identitária, os conflitos são referentes à própria identidade em relação ao pertencimento, ou seja, dá-se através da constatação de que, aquilo que nos era verdadeiro e unificado, é na verdade contestável. No caso da identidade forjada, o conflito se dá nas relações discursivas, no reconhecimento da necessidade de se unir um povo em prol de alguma questão. Tomando por exemplo as relações coloniais, a forja surge como mecanismo de unidade, seja em prol da dominação seja em prol da resistência ou da libertação. Nesse bojo, é importante registrar que “a situação colonial representava para todos um quadro novo, onde havia que se forjar identidades novas que sustentassem [o povo] na luta contra as atrocidades da dominação estrangeira” (BOAHEN, 2010, p. 658).

As dominações coloniais representaram um peso negativo na construção das identidades africanas, seja porque passaram por cima das culturas e costumes locais e sufocaram as formações identitárias existentes, seja porque criaram uma conotação negativa e estereotipada sobre essas culturas, na medida em que tentavam incorporar os costumes europeus. Para reverter esse quadro negativo, foram criadas no bojo das revoluções e lutas pela independência uma consciência nacional, alicerçada na forja identitária de uma negritude (orgulho de ser negro), e uma africanidade (exaltação da cultura africana). Essas criações foram necessárias para que surgisse um ambiente de orgulho negro e uma exaltação cultural como forma de resistência. Para Hall (2006, p. 51), “as culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre “a nação”, (...) com os quais podemos nos *identificar*, constroem identidades”. É com base nesses pressupostos que optamos por trabalhar com a identidade nacional forjada, pois entendemos ser ela utilizada temporalmente para unir um determinado povo.

Zygmunt Bauman (2005) registra que

“A identidade só nos é revelada como algo a ser inventado, e não descoberto; como alvo de um esforço, um objeto; como uma coisa que ainda se precisa construir a partir do zero ou escolher entre as alternativas e então lutar por ela e protegê-la lutando ainda mais – mesmo que, para que essa luta seja vitoriosa, a verdade sobre a condição precária e eternamente inconclusa da identidade deva ser, a tenda a ser, suprimida e laboriosamente oculta”. (BAUMAN, 2005, p. 21-22).

Esse argumento é fortalecido por Stuart Hall, para quem é preciso se entender que as identidades nacionais não são elementos com os quais os indivíduos já nascem, pelo contrário, elas são construídas e formadas a partir da “*representação*”. (HALL, 2006, p. 48 – grifo do autor). Logo, o vínculo nacional não é algo de cunho meramente político, mas um elemento de produção das representações culturais. Na medida em que se apresenta como uma formulação simbólica, o discurso nacional atua para criar uma ideia de compartilhamento identitário comum. (HALL, 2006, p. 48). Nesse campo, Marilena Chauí observa que se cria um imaginário de identificação social, através das ideologias dominantes, como forma de se criar uma visão homogeneamente universal. “A cultura passa a ser compreendida como o campo no qual os sujeitos humanos elaboram símbolos e signos, instituem as práticas e os valores, definem para si próprios o possível e o impossível, o sentido da linha do tempo (...)”. (CHAUÍ, 2008, p. 57).

A partir desse contexto, é possível entender o campo conjuntural no qual as identidades nacionais foram forjadas. A cultura é um dos elementos utilizados para se criar uma determinada identidade nacional comum. Tais culturas nacionais não estão subordinadas apenas a instituições culturais, como também aos “símbolos e representações”. (HALL, 2006, p. 50). O mesmo autor sustenta que culturas nacionais são na verdade práticas discursivas, ou seja, meios construtivos de sentidos que atuam na organização e nas concepções sobre o “eu”.

Um ponto que parece dar clareza a essa relação entre a cultura e a forja da identidade nacional é aquilo que Hobsbawm (1990 p. 19) chamou de tradição inventada, ou seja, a construção de um mito histórico tradicional como forma de unir um determinado grupo. Para ele a questão nacional vista como algo natural é um mito. Sobre esse conceito, Hall (2006 p. 54) afirma se tratar de “um conjunto de práticas..., de natureza ritual ou simbólica, que busca inculcar certos valores e normas de comportamentos através da repetição, a qual, automaticamente, implica continuidade com um passado histórico adequado”.

Para ele, esses mitos nacionais

(...) fornecem uma narrativa através da qual uma história alternativa ou uma contra-narrativa, que precede às rupturas da colonização, pode ser construída. O discurso da cultura nacional não é, assim, tão moderno como aparenta ser. Ele constrói identidades que são colocadas, de modo ambíguo, entre o passado e o futuro. Ele se equilibra entre a tentação por retornar a glórias passadas e o impulso por avançar ainda mais em direção à modernidade. (HALL, 2006m p. 56).

Se ao tratar da nação, Anderson retratou como uma construção imaginada, uma ficcionalização; não é difícil de inferir que a identidade de caráter nacional é também

imaginada, forjada através das lutas de poder, das relações discursivas, do embate cultural. Importa dizer a essa altura que três elementos devem estar bem claros quando pensamos numa cultura nacional aos moldes daquilo que Benedict Anderson (1989) chamou de “*comunidades imaginadas*”: as memórias, o desejo de comunidade e a perpetuação da herança nacional. (HALL, 2006, p. 58).

Esse, ao que nos parece, foi o caminho seguido pelos líderes revolucionários, os “heróis da nação” da Guiné-Bissau. Ao tornar o discurso da luta de libertação nacional como um ato cultural, Amílcar Cabral conseguiu construir um elemento forte o suficiente para resistir às dominações coloniais. Cabral compreendia que a cultura era, dentre os elementos disponíveis, aquela que mais efetivamente produzia a resistência, uma vez que a característica fundamental dos movimentos de dominação era a negação cultural do povo dominado. Portanto, ao reforçar através do discurso, uma identidade cultural do povo guineense, Cabral forjou na sociedade o ideário nacional, que logrou êxito como elemento de resistência efetiva.

“O valor da cultura como elemento de resistência ao domínio estrangeiro reside no facto de ela ser a manifestação vigorosa, no plano ideológico ou idealista, da realidade material e histórica da sociedade dominada ou a dominar. Fruto da história de um povo, a cultura determina simultaneamente a história pela influência positiva ou negativa que exerce sobre a evolução das relações entre o homem e o seu meio e entre os homens ou grupos humanos no seio de uma sociedade, assim como entre sociedades diferentes. A ignorância desse facto poderia explicar tanto o fracasso de diversas tentativas de domínio estrangeiro como o de alguns movimentos de libertação nacional”. (CABRAL, 2011, p. 359).

A mera discussão já realizada sobre a questão da identidade que se constrói, se reconstrói e se hibridiza já dá as nuances da complexidade que o termo possui nos estudos sociais. Não é demais observar, nesse sentido, que estamos tratando de um elemento que, além de ser extremamente volátil, só se transforma em uma questão propriamente dita, quando está em crise, conforme já mencionado. Logo, diante dessas considerações e observando o contexto social, político e econômico no qual a Guiné-Bissau está inserida que julgamos ser importante abordar em separado um tipo identitário muito peculiar, cuja construção se dissocia, pelo menos em termos estruturais daquilo que vimos, das chamadas identidades culturais forjadas.

São *culturais* porque sua relação principal se dá através da cultura dos grupos sociais que compõem um determinado Estado-nação. Do mesmo modo, são *forjadas* porque entendemos que são elas parte da construção narrativa de *tradições inventadas*, de *comunidades imaginadas*. Além disso, elas são forjadas no seio da luta, construídas a partir das relações discursivas e da negociação do discurso entre os entes envolvidos.

Em seu estudo sobre a modernidade e a identidade, Anthony Giddens aponta para a fragilidade da narrativa de uma auto-identidade, muitas vezes por conta de toda carga que o processo de criação de uma determinada identidade possui. Se formações identitárias nascentes do embate entre a subjetividade e o espaço social exterior já se configuram de forma bastante complexa, há que se imaginar que identidades forjadas nas trincheiras dos conflitos sejam eminentemente mais complexas. Segundo o autor:

“A tarefa de forjar uma identidade distinta pode ser capaz de trazer ganhos psicológicos específicos, mas também é claramente um peso. Uma auto-identidade precisa ser criada e de certa forma reordenada contra o pano de fundo das experiências cambiantes da vida diária e das tendências fragmentadoras das instituições modernas. Ademais, a sustentação de uma tal narrativa afeta diretamente, e até certo ponto ajuda a construir, tanto o corpo quanto o eu”. (GIDDENS, 2002, p. 172).

Bauman (2005 p. 82) já afirmou que “a identidade é uma ideia inescapavelmente ambígua, uma faca de dois gumes”. Quando pensamos na identidade nacional forjada, percebemos que, ao mesmo tempo em que ela pode ser usada para dominar um determinado povo, ela pode ser também elemento de resistência e libertação. Como já afirmou Bauman, o conflito é o campo da batalha da identidade, e é através dele que elas são criadas e forjadas.

Quando nos damos conta da gama de conflitos que ocorreram e que estão ocorrendo na Guiné-Bissau, entendemos o motivo pelo qual se criaram os mitos nacionais, bem como seus heróis, forjando uma identidade nacional como algo comum a todos as pessoas que vivem no país. Por outro lado, a própria história da Guiné-Bissau atuou no sentido de se criarem os grandes heróis nacionais, como forma de preencher um espaço do qual o país até então era órfão. Não se trata de uma identidade construída nos moldes teóricos como já vimos em tópico anterior, mas forjada no seio da revolução e das lutas de libertação nacional. Trata-se de uma invenção narrativa de deslocamento de um sujeito enquanto “ser” para um sujeito enquanto “tornar-se”. São processos manipulados em prol de algo maior e coletivo.

A memória, nesse contexto, possui um papel fundamental nesse jogo identitário, uma vez que é por meio dela que se cria o campo ideal para a forja identitária; forja essa associada ao processo de resistência na Guiné-Bissau. O próprio conceito de uma possível africanidade é, em larga escala, uma forja identitária, na medida em que reforça os vínculos nacionais com elementos culturais africanos. Mas é preciso fazer uma ressalva importante: Forjar uma identidade comum e homogeneizante é negligenciar os processos históricos que envolveram os povos africanos, suas especificidades culturais, sociais e étnicas. É fechar os olhos para uma história cuja maior característica, embora não a única, seja o multiculturalismo.

### 3 A FORMAÇÃO LITERÁRIA NA GUINÉ-BISSAU

Este capítulo faz uma leitura sobre o processo de formação da literatura guineense no contexto literário africano, demonstrando a complexidade metodológica que envolve esse percurso, uma vez que estamos tratando de produções cuja jovialidade<sup>58</sup> é historicamente perceptível. Evidentemente, como poderemos observar mais adiante, não há consenso na academia quanto à afirmação de quando e em quais condições surge a literatura guineense, contudo, a partir das contribuições de estudiosos da área pretendemos redesenhar os caminhos pelos quais a mesma seguiu até os dias atuais. Dessas considerações cabe ressaltar que, diante de outras literaturas como é o caso de Angola, Moçambique e Cabo Verde, a literatura guineense não encontrava lugar entre a historiografia e a crítica literária, algo que em nossa particular opinião tem mudado nos últimos anos.

Feitas as iniciais considerações, julgamos que para um melhor entendimento da formação literária guineense é preciso se estabelecer em primeira instância uma regressão histórica sobre o perfil da literatura africana em língua portuguesa, sua criação e constituição histórica. Para proceder tal leitura, é evidente que será necessário mergulhar na história da colonização africana, no que diz respeito ao colonialismo português, algo que já foi alvo de nossas reflexões em capítulos anteriores, mas que resguarda grandes contribuições para o estudo aqui proposto. Esse estudo, com as devidas considerações, já havia sido alvo de nossas reflexões em momento anterior, quando da realização de pesquisa monográfica, que ensejou a produção do nosso “*Análise temática da poesia de Saliatu da Costa*”<sup>59</sup>, no ano de 2012.

Dada a importância que a pesquisa citada resguarda e levando-se em conta a necessidade de se contextualizar o presente tópico, revisitamos a supracitada pesquisa, a fim de colher elementos que respaldem nossa análise; de sorte que serão retomados alguns conceitos antes urdidos, corrigindo-se lapsos teóricos e atualizando-os quando necessário. Destarte, remontamos nossas primeiras observações acerca do trabalho produzido pelo professor americano Russell G. Hamilton<sup>60</sup>, em particular a nomeada *Introdução*, elaborada

<sup>58</sup> A literatura guineense é relativamente nova em termos de escrita se compararmos com outras literaturas irmãs, no entanto, é preciso deixar claro que quando nos referimos à oratura essa afirmação não é válida. Isso porque a literatura oral guineense perde-se no tempo quanto a sua cronologia. Cf. CAMPATO Jr. (2012 p. 23).

<sup>59</sup> Referimo-nos à pesquisa monográfica realizada em 2012 cujo tema escolhido teve como alicerce, a lacuna histórico-literária de um estudo sobre a literatura da Guiné-Bissau, e de seus poetas contemporâneos.

<sup>60</sup> Conforme apresentado por Augel (2007 p. 115) o professor americano Russell G. Hamilton é autor de volumosa obra de referência sobre os estudos das literaturas africanas, dentre as quais destacam-se: *Voice From an Empire: A History of Afro-Portuguese Literature* (1975) e *Literatura Africana, Literatura Necessária*. 2 vols.: I - Angola; II - Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe (1981).

para a importante obra *África & Brasil: letras em laço*, de autoria de Maria do Carmo S. Campos e Maria Teresa Salgado (2006); na qual o autor traça uma linha histórica sobre o surgimento das literaturas africanas de língua portuguesa (lusógrafas) a partir do processo de colonização da região subsaariana, da qual faz parte a Guiné-Bissau, em meados do século XV<sup>61</sup>. Não obstante a conquista territorial – e uma desterritorialização dos povos nativos – a colonização produziu, com o imperialismo, processos de assimilação cultural e linguística na região. Segundo nos informa Augel (2006, p. 69), “a colonização europeia deixou marcas indeléveis nos países onde exerceu domínio. Uma delas é, sem dúvida, a língua”. Tal entendimento se coaduna com os estudos de Russell Hamilton ao evidenciar que, no bojo desse processo, os povos habitantes das áreas colonizadas “(...) acabavam adquirindo a língua do colonizador, porém se comunicavam com um tipo de *pidgin* que, na visão linguística, define-se como um sistema de verbalização cujo intuito é formar um sistema de conversação para que possa ser desenvolvida uma comunicação”. (HAMILTON, 2006, p. IX).

Esse sistema de comunicação (*pidgin*) se configurou como uma língua comercial, tendo em vista que seu uso nasce justamente das transações comerciais entre portugueses e africanos. É na complexidade dos *pidgins* que surgem os dialetos crioulos ou, tal como atesta a linguística, o crioulo é uma evolução do *pidgin* ao alcançar o mais próximo possível à língua materna dos nativos, sendo usado em contextos mais sociais e submetendo-se a um maior desenvolvimento léxico e gramatical. (HAMILTON, 2006, p. IX). Isso quer dizer que, em relação ao *pidgin*, o *crioulo* possui uma gramática mais complexa, apesar de ter derivado do anterior. É preciso atentar para o fato de que o próprio português falado em algumas colônias africanas ao longo dos tempos vem sofrendo um processo de crioulição<sup>62</sup>, como pode ser observado nos países africanos de língua portuguesa. Entretanto, Benjamin Abdala Jr<sup>63</sup> (2007) chama a atenção para o fato de que o crioulo foi deveras estigmatizado em face da dominação colonial e neocolonial. (ABDALA Jr., 2007, p. 128).

A estigmatização do crioulo, observada por Abdala Jr., provocou certa dinamização do sistema literário “correlata aos registros linguísticos regionais (...)”. (ABDALA Jr., 2007, p. 128). Esse registro é visível em países como Cabo Verde, onde os falantes nativos se utilizam

---

<sup>61</sup>No capítulo 1 abordamos de maneira mais detalhada os processos históricos quem envolvem a descoberta e colonização da região. Os tópicos que compõe o capítulo apontam cronologicamente detalhes desde a chegada dos portugueses na África até a colonização da Guiné-Bissau e sua independência.

<sup>62</sup>A crioulição é o processo de expansão de um *pidgin* (sistema verbal. Segundo Moema P. Augel (2006 p. 73) “ao contrário das línguas étnicas, de existência milenar, a crioulição é um fenômeno recente e está ligada ao processo de expansão do imperialismo europeu no mundo, sendo o resultado da necessidade de uma comunicação em sociedades multilíngues”.

<sup>63</sup>ABDALA Jr, Benjamin. *Literatura, História e Política: Literaturas de língua portuguesa no século XX*. 2ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.



de um crioulo híbrido, ou seja, gestado no embate e na confluência de registros linguísticos distintos. Nas ex-colônias Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, observa-se a presença de alguns dialetos coexistentes ao português do colonizador, com certos registros de adaptação. Com a independência, esses países passaram a adotar um sistema de comunicação bilíngue, tendo uma língua oficial e uma língua materna, sendo que a segunda pode ter diversas variações dependendo do país. Não menos relevante, é importante registrar que muitos negros ou mestiços dessas regiões tinham o português como a primeira, senão dizer a única língua, o que fortalece as marcas em torno do nascimento de uma literatura africana em língua portuguesa. (HAMILTON, 2006, p. X).

Essas considerações, embora pareçam em primeiro momento destoar da *raison d'être* dessa pesquisa, são extremamente importantes para se compreender o surgimento de uma literatura de expressão portuguesa nos países colonizados por Portugal. Conforme salienta o escritor português Manoel Ferreira<sup>64</sup>, em importante coletânea sobre as literaturas de expressão portuguesa, estamos diante de uma situação histórica, que principiou, como já dissemos, em meados do século XV.

A literatura africana de expressão portuguesa nasce de uma situação histórica originada no século XV, época em que os portugueses iniciaram a rota da África, polarizada depois pela Ásia, Oceania, Américas. A historiografia e a literatura portuguesas, sob a óptica expansionista, testemunham o «esforço lusíada» da época renascentista. (FERREIRA, 1977, p. 7).

Russell Hamilton (2006) encontra guarida nos estudos produzidos por Ferreira (1977), ao afirmar categoricamente que a língua portuguesa se estabeleceu em algumas partes do território africano a partir da colonização portuguesa, cujo idioma se fixou na África como o primeiro movimento linguístico, paralelo à língua usada pelos nativos. Para ele, nesses locais, surge uma literatura em língua portuguesa, antes mesmo das francófonas e anglófonas. (HAMILTON, 2006 p. X). Em 1967, o alemão Gerald Moser, professor na norte-americana Universidade da Pensilvânia, publicou um ensaio<sup>65</sup> no qual ele sustenta que a literatura africana em língua portuguesa foi a primeira a ser escrita na África subsaariana, no entanto a última a ser descoberta. (MOSER, 1967; FERREIRA, 1975; HAMILTON, 1975 e 2006).

Um dado curioso a ser levado em consideração é que, embora o português tivesse se disseminado em parte da América Latina, na África e pontos da Ásia, o professor Gerald Moser era o único pesquisador americano que galgava interesse acerca de uma literatura em

<sup>64</sup> FERREIRA, Manuel. *Literaturas africanas de expressão portuguesa* - I. Portugal: Biblioteca Breve, 1977.

<sup>65</sup> MOSER, Gerald. *African literature in Portuguese: The first written, the last discovered*. African Forum, 1967.

língua portuguesa em meado dos anos 60, desenvolvendo trabalhos sobre a temática. (GÉRARD, 1986 p. 263). O aludido trabalho de Moser, “*Africanliterature in Portuguese*”, aponta que o primeiro nativo africano a se expressar em português europeu foi o rei do Manikongo, Mbemba-a-Nzinga, no século XV, ao enviar uma carta ao rei D. Manuel, em Portugal. Um impasse que permeia esse momento é sobre o valor literário das cartas, ou seja, se elas poderiam ou não se enquadrar no gênero literário e, conseqüentemente, se essa teria sido a “primeira manifestação literária” na África. Segundo Hamilton (2006), nas definições modernas de texto literário, as cartas não se configurariam como obras literárias. (HAMILTON, 2006, p. XI). Por outro lado, colocando à margem a questão do literário e do não literário, podemos dizer que essa foi, de fato, a primeira manifestação lusógrafa<sup>66</sup>.

Nos anos 1960, durante suas pesquisas, Moser descobriu na biblioteca pública de Nova Iorque um exemplar de *Espontaneidades de minha Alma*, de José da Silva Maia Ferreira, autor nascido em Benguela, ao sul de Angola. O exemplar, conforme ele constatou, teria sido publicado no ano de 1849, em Luanda. A partir dessa descoberta muitas foram as elucubrações acerca do fato de, primeiramente, ser o poeta nativo mestiço ou branco, e se o livro seria a primeira publicação luso-africana ou a primeira a ser impressa na África. O historiador Carlos Pacheco defende que Maia Ferreira era na verdade um português ou luso-angolano, que se identificava com a cultura de sua terra natal e, portanto, teria escrito os poemas que possivelmente foram pioneiros da época. (FERREIRA, 1977; HAMILTON, 2006).

No desenrolar do século XIX, foram surgindo escritores ao longo dos anos nas ex-colônias portuguesas que, tomando por base a língua colonial, passaram a desenvolver obras significativas para a história literária africana. Nos primeiros anos do século XX, com o avanço do regime ditatorial português, intensificam-se os mecanismos de colonização e fortalece-se o processo de assimilação, instituído por Antônio Salazar, como uma missão civilizadora dos nativos. Muitos desses assimilados foram responsáveis por produzir parte do acervo histórico-literário africano de expressão portuguesa. (HAMILTON, 2006, p. XI - XII).

Esse breve contexto nos ajuda a compreender a complexidade que envolve o campo de nascimento, construção e evolução de uma literatura genuinamente africana e, no caso em tela, guineense. Fato fulcral é que, mesmo diante do aumento de estudos que vêm sendo desenvolvidos sobre essa temática, ainda restam frouxas as amarras de sua plena compreensão. Embora haja registros pontuais, como vimos outrora, a literatura africana é

---

<sup>66</sup> Segundo Campato Jr., o termo trata-se de um neologismo híbrido que faz referência àquilo que é escrito em língua portuguesa. O termo citado por ser aferido em CAMPATO Jr. (2012, p. 16).

relativamente nova, principalmente quando nos referimos àquela da região subsaariana que fala português, a saber: Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe. Segundo Ferreira (1977), o aparecimento regular da atividade cultural africana está intimamente associado “à criação e desenvolvimento do ensino oficial e ao alargamento do ensino particular ou oficializado, à liberdade de expressão e à instalação do prelo, que se registam a partir dos anos quarenta do século XIX”. (p.8).

Em ensaio produzido sobre as literaturas africanas de língua portuguesa, a professora e pesquisadora Carmem Lucia Tindó Secco, uma das referências brasileiras em estudos africanos, ajuda-nos a ter uma visão panorâmica dessa questão:

As literaturas africanas de língua portuguesa são ainda jovens, com aproximadamente, 150 anos de existência. Apesar de os primeiros textos datarem da segunda metade do século XIX, só no século XX, na década de 30 em Cabo Verde (com Claridade), e nos anos 50 em Angola (com Mensagem), é que essas literaturas começaram a adquirir maioridade, se descolando da literatura portuguesa trazida como paradigma pelos colonizadores. Embora não se tenham desenvolvido sempre em conjunto, devido aos seus respectivos contextos socioculturais diferenciados, essas literaturas são, geralmente, estudadas, nos meios universitários ocidentais, sob denominação abrangente que envolve a produção literária de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé (...). (SECCO, 2002, p. 95).

O século XX, conforme apontou a professora, marca um período importante para essas literaturas, pois se trata do momento em que as mesmas se desvencilham das amarras do colonialismo, embora se mantenham presas às grades da colonialidade. Surge então uma literatura pós-colonial, fortalecida por autores combatentes no *front* intelectual da história desses países. Hamilton (2006 p. XVII) aponta que os processos de independência permitiram que muitas obras, antes escondidas pelas vias coloniais, ganhassem evidência nos novos países, recém-libertos e em Portugal. “Do mesmo modo, nos primeiros anos do pós-independência, o ímpeto do anticolonialismo ainda levava alguns escritores a criar obras de reivindicação cultural, protesto social e combatividade”. (HAMILTON, 2006, p. XVII).

É justamente nesse bojo contextual que surge a literatura da Guiné-Bissau, uma produção jovem em termos de temporalidade, inicialmente tímida em relação às suas co-irmãs, mas que tem se destacado constantemente. Diante do relevo de seu estudo para essa pesquisa, reservamos o próximo tópico para tratar especificamente de sua constituição e desenvolvimento, bem como sua periodização.

### 3.1 O processo de formação da literatura guineense

O processo de formação da literatura guineense em língua portuguesa é ainda uma incógnita para a maioria dos estudiosos da área e seu surgimento pode ter relação com os movimentos de chegada e expansão portuguesa para além da Europa, o que culminou na colonização da Guiné-Bissau, a partir de 1446, tal como pode ser visto no capítulo 1 dessa investigação. Embora não se possa afirmar categoricamente quando nasce essa literatura, pelo menos em termos de escrita, já que a literatura oral ou oralidade é milenar, há uma tendência entre os pesquisadores em considerar o século XX como um marco para essa literatura.

Poucas foram as obras que empreenderam na jornada de sistematizar esse processo, razão pela qual lançaremos mão de importantes referências sobre os estudos guineenses, sejam de professores e pesquisadores brasileiros ou estrangeiros. Duas dessas contribuições estão a cargo da professora Moema Parente Augel<sup>67</sup> e do professor João Adalberto Campato Jr<sup>68</sup>. Ambos produziram obras fundamentais para a compreensão da Guiné-Bissau. Em “*O desafio do escombro*” (2007), obra de referência de Moema Parente Augel, encontramos, em larga escala, informações importantes sobre a República da Guiné-Bissau. Igualmente, “*A poesia da Guiné-Bissau*” (2012), de João Adalberto Campato Jr., revisita essas informações, dando-nos respaldo para nossas pesquisas. Ao analisar os estudos feitos pelos investigadores, observamos que embora o país disponha de um acervo histórico-cultural grandioso, por muito tempo não houve estruturas sólidas que respaldassem essa grandiosidade.

Tal ponto de vista não se configura como mero “achismo” de nossa parte; pelo contrário, pudemos constatar ao longo de nossa pesquisa que esse tema ainda não recebeu o cuidado merecido. A própria invisibilidade do país fortalece a visão estereotipada que outros povos dele possuem. (AUGEL, 2007, p. 50). Por ser um país que esteve em grande parte mergulhado na instabilidade e no conflito político, a cultura não galgou seu espaço merecido, sendo, senão, vítima de uma negligência colonial. “Esse quadro vizinho da penúria econômica e social, reflete-se na área da cultura e da educação formal. Desde a colonização, verdade seja expressa, Portugal não deu maiores mostras de preocupação com o desenvolvimento cultural da região”. (CAMPATO Jr., 2012, p. 23).

---

<sup>67</sup> Referência nos estudos da literatura guineense, a Dra. Moema Parente Augel é professora aposentada, tendo lecionado Português e Cultura Brasileira nas Universidades de Bielefeld e Hamburgo, Alemanha.

<sup>68</sup> Crítico literário e professor universitário, o Dr. João Adalberto Campato Jr é pioneiro no estudo da poesia guineense no Brasil, além de autor de diversas obras de grande relevo acerca das grandes temáticas da atualidade.

Diante da importância da soberania literária inerente a cada país, optamos por utilizar, em alguns momentos, a terminologia “*literaturas de língua portuguesa*” e, indo mais a fundo, “*literatura guineense*” como modo de enaltecer a cultura local, deixando de lado a expressão literatura lusófona ou lusógrafa. Embora compreendamos que lusófono e lusógrafa refiram-se ao aspecto linguístico do português falado e escrito na África, ponderamos que tratar as literaturas como um mesmo conjunto seria uma atitude reducionista dessas literaturas que, por muito tempo, foram e ainda são marginalizadas. A mera citação da expressão, como pudemos aferir, causa certos desconfortos nos escritores e pesquisadores natos de cada país que lutam por um reconhecimento de suas obras; e ao tratar as literaturas como apenas lusófonas estaríamos acentuando, em opinião particular, as mesmas expressões de domínio imperialista.

A literatura de língua portuguesa na África é composta por uma série de aspectos diferenciados, fato esse decorrente da grande diversidade social, política, religiosa, linguística e cultural do continente. Na poesia da Guiné-Bissau (antes denominada Guiné-Portuguesa), observamos um desenvolvimento de forma mais tardia em virtude de aspectos relacionados à colonização, influenciando que a literatura guineense aparecesse de forma mais contida, quase imperceptível. Logo, “(...) cumpre salientar que constitui ponto pacífico a opinião segundo a qual a expressão literária escrita guineense é bastante tardia no país”. (CAMPATO Jr., 2012, p. 23). Entretanto, um fator importante parece assemelhar as literaturas africanas em língua portuguesa: a sua origem na oralidade. Em *A poesia da Guiné-Bissau* (2012), Campato Jr., chama nossa atenção para o fato de que não podemos nos olvidar que “a literatura oral – ou oratura – é bastante antiga e rica na Guiné-Bissau. Compõe-se de contos populares, histórias encantadas, adivinhas, provérbios, lendas, canções tradicionais, entre outros gêneros<sup>69</sup>”.

A literatura guineense é relativamente modesta, apesar de estar inserida em uma estrutura maior, que é a literatura africana de língua portuguesa. Tal modéstia é vista claramente pela pouca presença de autores guineenses na produção literária mundial. Nesse liame, a afirmação de Ferreira (1977) parece fazer sentido quando registra que se trata da literatura “menos expressiva do espaço literário africano de expressão portuguesa”. (FERREIRA, 1977, p. 85).

Mas, como tudo na história, os tempos são outros e a literatura guineense já não pode ser vista dessa forma. É compreensível a afirmação do autor, haja vista que em seu tempo essa era a realidade do país, contudo, esse é um aspecto que deve ser analisado com muito cuidado,

---

<sup>69</sup>CAMPATO Jr., 2012 p. 23

já que pode também representar uma espécie de preconceito em relação aos escritores desse pequeno país, que não têm suas obras divulgadas, em virtude de inúmeros fatos.

Para o professor João Adalberto Campato Jr., “em geral, as literaturas lusófonas mais estudadas são a de Angola e de Moçambique. Enfim, a literatura da Guiné é duplamente marginalizada: primeiro, por ser africana e colonizada; segundo, por ocupar uma posição subalterna em relação às outras literaturas<sup>70</sup>”. O professor ainda aponta que essa situação é decorrente, em muitos sentidos, da pobreza material e pela conturbação política que o país experimenta há muito tempo. Ponto fulcral, levantado por ele, para explicar esse particular, está ligado ao tipo de colonização do país. Segundo ele “há relativa concordância quanto ao fator que melhor explica esse fenômeno: a modalidade de colonização a que o país foi submetido, isto é, a colonização de exploração e não de assentamento”. (CAMPATO Jr, 2012, p. 23)

Sobre o nascimento de uma literatura guineense de fato, não há um consenso sobre quando exatamente ela surgiu. Em entrevista particular concedida por meio de correio eletrônico, a poetisa guineense Saliatu da Costa ressalta que o marco teórico de uma literatura guineense é 1952, quando foi publicado o primeiro conto escrito por um guineense nato, James Pinto Bull. Por outro lado, Campato Jr. aponta que o marco dessa literatura se deu em 1963, com a publicação de *Poemas*, de autoria de Carlos Semedo. (CAMPATO Jr, 2012, p. 37).

Não é nosso interesse entrar no mérito desse entrave. Fato crucial é entender que a inserção literária da Guiné na realidade literária africana, por diversos fatores, acabou por ser tardia. A despeito disso, tem havido nos últimos tempos uma enérgica produção literária dos guineenses, o que por si só constitui uma evolução positiva que tende a melhorar cada vez mais. Ao fazer referência à sua terra, Saliatu da Costa aponta a Guiné-Bissau como um país primoroso, cujo potencial pode ser considerado invejável, “sobretudo na natureza e em termos culturais. Instável sim, mas compete aos guineenses resolver essa questão e acredito que assim será, começando particularmente pela *culturização* do povo, que é onde tudo começa, pela cultura<sup>71</sup>”.

Antônio Candido (2009 apud Campato Jr., 2012, p. 17) lembra que “cada literatura requer tratamento peculiar, em virtude de seus problemas específicos ou da relação que mantém com as outras”. Nesse sentido, a literatura guineense requer um olhar singular, dadas

<sup>70</sup> A afirmação é parte de conversas informais com o pesquisador em 2014, na busca de melhor entender o tema.

<sup>71</sup> O trecho descrito foi retirado de uma entrevista realizada com a autora no ano de 2012. Optamos por utilizar a transcrição literal por respeito ao falar local da poetisa. Cf. ANEXO

as condições nas quais o país foi estruturado e as condições socioeconômicas que atravessa. Para Campato Jr. (2012), é fato notório que a literatura guineense está longe de atingir certo refinamento e sofisticação das co-irmãs ocidentais, e em certo sentido em relação a outras literaturas de língua portuguesa, contudo, nos lembra que isso não desqualifica essa literatura que se constitui de grande riqueza histórica e cultural. (CAMPATO Jr., 2012, p. 17).

### 3.2 Literatura guineense contemporânea: temas e fases

No relevante estudo sobre essa literatura, Couto e Embaló (2010) reafirmam a complexidade envolvida no estudo da literatura guineense, haja vista que, em virtude da colonização portuguesa, a impressão é de que sempre se estará fazendo referência a uma literatura produzida na língua portuguesa, mas isso, de fato, não é uma verdade. Para os autores:

Na verdade, quando se trata do assunto, em geral se pensa na literatura que é produzida em português (literatura em português), como mostram não só as poucas obras escritas principalmente por estrangeiros durante o período colonial, mas também o que se publicou depois da independência. A esmagadora maioria da produção está nessa língua. A primeira é a literatura em crioulo, que consta de narrativas orais tradicionais (*stórias*), provérbios, adivinhas e outras manifestações da oratura ou oralitura. (...), na literatura em crioulo já existe também algo de poesia, cujo precursor é o incansável Marcelino Marques de Barros, embora os primeiros a produzi-la tenham sido José Carlos Schwarz, Conduto de Pina e outros, dando seguimento às cantigas da tradição ancestral africana registrada por Barros. Por fim, temos a literatura em francês (...). Antes disso, temos também as oraturas das diversas línguas étnicas africanas, ou seja, as literaturas étnicas. (COUTO, EMBALÓ, 2010, p. 60).

Por tais razões, não seria adequado falar em literatura guineense de forma singular; pelo contrário, por sua variedade, essas literaturas devem ser tratadas no plural, dado que se constituem em literatura em português, literatura em crioulo, literatura em francês e as literaturas étnicas. (COUTO, EMBALÓ, 2010, p. 61). Em virtude de sua constituição, essa é uma literatura que agrega uma série de temas, inerentes à construção nacional. Bem mais do que falar do cotidiano, a literatura guineense adotou para si, assim como a maioria das literaturas africanas, uma postura militante, nos últimos anos, com forte apelo às questões ligadas a cultura e origens identitárias.

Além disso, trata-se de uma literatura de exaltação da cultura local, do pertencimento, do ser nacional. Dentre as temáticas produzidas por ela, encontramos uma literatura recente de cunho feminista, combativa e contestadora, principalmente no que se refere à luta contra os grillhões patriarcais e a coisificação da mulher africana. Há, portanto, o surgimento, na Guiné-Bissau, de uma literatura engajada que não está assentada somente na estética literária, mas produzindo elementos de combate e libertação.

Conforme sustenta Campato Jr. (2012)

O engajamento literário na poesia da Guiné-Bissau prossegue – não imbuído do máximo rigor – até os dias atuais, quando a literatura tem de estar às voltas com a frustração dos sonhos não realizados pela independência política, com a ameaça constante do neocolonialismo e da globalização e com a autocolonização. (CAMPATO Jr., 2012, p.33).

Essa postura militante questiona, por exemplo, o patriarcalismo, em que os escritores usam da literatura para denunciar os abusos de uma época ou de um determinado movimento que dá as costas à mulher, deixando em segundo plano, como resultado, o lado estético da obra. (BONNICI, 2005; CAMPATO, 2012; 2016). Alguns autores tendem a criticar essa postura já que transformar a obra literária em um discurso poderia incorrer numa desfiguração da estética literária. Contudo, não podemos tratar as literaturas como se eles fossem todas iguais. Diferentemente de outros locais nas ex-colônias africanas existem conflitos que perduram por anos e que estão muito longe de chegar ao fim. Isso, de certa forma, tem colaborado para que escritores criem suas obras com manifestações escritas daquilo que aflige suas vidas, adquirindo um tom confessional, típico de uma literatura intimista.

Outro ponto merecedor de nossa ênfase está relacionado com a questão da diáspora, fato ligado aos escritores que tiveram de abandonar suas raízes e aqueles que por qualquer motivo tiveram que viver longe de sua terra natal. A diáspora em sua tradução refere-se ao processo de dispersão, logo, quando falamos em processos “diaspóricos”, estamos nos referindo ao deslocamento forçado de pessoas que acabam vivendo longe de sua terra natal, de seus laços naturais, de sua família; numa experiência de exílio. (CAMPATO Jr., 2016).

Para Stuart HALL (2003, p. 33), “o conceito fechado de diáspora se apoia sobre uma concepção binária de diferença. Está fundado sobre a construção de uma fronteira de exclusão e depende da construção de um "Outro" e de uma oposição rígida entre o dentro e o fora”. Entretanto é importante ressaltar que esse processo não está circunscrito apenas a questões geográficas; pelo contrário, cria “espinhosas questões de identidade, de memória e de pátria”. (ASHCROFT et al 2012 apud CAMPATO Jr, 2016, p. 290). Em virtude de estarmos



tratando de um país colonizado e que, ao longo de sua trajetória histórica sofreu de inúmeros conflitos que levaram parte de sua população a migrar forçosamente para longe de sua pátria, não causa estranheza que haja uma manifestação nostálgica observada na maioria dos escritos literários desse país.

Junto com a questão da identidade, a temática nacional<sup>72</sup> figura entre os temas mais recorrentes, fluidos e complexos da literatura guineense, não à toa é aquele que gera os maiores debates e reflexões sobre o Estado-nação. O tema figura na literatura como um resgate histórico da Guiné-Bissau, evidenciando os conflitos pelos quais o país passou, como forma de despertar a consciência do povo, e criar laços de resistência. Longe de simbolizar apenas uma obra ficcional, os autores partem de uma visão histórica de conflitos relativamente recentes do país como tema de suas produções poético-literárias, de modo a evidenciar as agruras e traumas de seu povo, cada um à sua maneira, cada qual com sua dor.

A escrita dos autores que tem como elemento de sua narrativa a questão nacional, em muitos momentos, revela traços intimistas como meio de deixar evidente uma leitura factual, descrevendo os dramas sofridos pela nação através dos conflitos, da guerra colonial, de independência, das guerras civis; como meio de fortalecer uma literatura de resistência que, mediante uma unidade nacional, evite que os fantasmas do passado possam continuar a assombrar a nação no futuro. Essa temática mantém íntima relação com a questão identitária, dado que em determinados momentos trabalhamos ambas como faces de uma mesma moeda, claro que cada uma com suas especificidades.

Segundo Campato Jr., outra questão que chama a atenção nas produções literárias africanas em geral e nas lusófonas em particular está ligada à identidade e ao pertencimento cultural<sup>73</sup>. (CAMPATO Jr., 2016, p. 291). Entende-se que pelo fato de terem sido colonizados e por terem passado por um processo de europeização, a maioria dos escritores caracteriza suas obras com a presença de problemas de identidade. Muitos livros abordam esse assunto justamente pelo fato de que o colonizador impunha seu modo de vida ao colonizado, valorizando o processo de assimilação e diminuindo os valores nativos. “A identidade constitui tópico-chave na discussão das questões essenciais que dizem respeito aos seres humanos nos dias de hoje. Nessa ordem, a reflexão sobre as identidades das minorias políticas

---

<sup>72</sup>No capítulo 2 dessa investigação, apresentamos uma reflexão baseada na leitura dos mais influentes teóricos da temática da nação e do nacionalismo. As seções 2.1 e 2.1.1 apresentam argumentos sobre a questão nacional, enquanto elemento narrativo de uma determinada época.

<sup>73</sup>Para uma reflexão teórica sobre essa questão, consultar o capítulo 2. Na seção 2.2 apresentamos o pensamento teórico de alguns dos mais importantes pensadores da questão da identidade.

e sociais e de povos considerados *subalternos*<sup>74</sup> ou fora do centro é objeto de crescente evidência”. (CAMPATO Jr., 2016, p. 290).

Muitas obras trazem uma reflexão sobre a identidade cultural e social de cada um, despertando, igualmente, outro tema caro à literatura africana é o fator do orgulho negro. Muitos literatos transmitem em suas obras um sentimento positivo de pertencer à cultura negra, evidenciando o orgulho em ser negro, abrindo portas para o reconhecimento e união dos povos negros em prol de sua libertação e autonomia.

Esse orgulho, ou *negritude*<sup>75</sup>, busca valorizar os costumes do negro africano, dando ênfase à sua própria língua, acentuando sua cultura, dando posição de destaque à África negra, que tinha visto esse direito ser sufocado pelo eurocentrismo. É um convite à luta contra a opressão ocidental. (CAMPATO Jr., 2016, p.292). Nessa linha de considerações, torna-se lícito identificar como elemento típico da literatura africana em língua portuguesa o eurocentrismo, que é a postura de abordar a realidade da África de acordo com a visão europeia, já que coloca a Europa como o centro do universo, e o “outro”, o nativo, como o diferente e ameaçador.

É claro que a literatura guineense é portadora de vários temas importantes, muitos deles presentes na maior parte das outras literaturas dos países outrora colonizados, seja pelo tipo de colonização experimentada, seja em virtude de terem sido colonizadas pelo mesmo colonizador. Entretanto, a razão para selecionarmos apenas os quatro referidos é porque eles serão, direta ou indiretamente, alvo de nossas reflexões quando passarmos a analisar as obras selecionadas. Além disso, não podemos nos esquecer que toda literatura, além de sua tematização, possui fases literárias. Se, por um lado, não é fácil delimitar a gênese dessa literatura e seus temas, por outro, quanto à cronologia literária da Guiné-Bissau, temos um novo impasse uma vez que durante todos esses anos os pesquisadores dessas literaturas não se debruçaram sobre sua periodização.

Do trabalho de Manuel Ferreira (1977), podemos afirmar ser a primeira tentativa, embora não explícita, de se periodizar a literatura guineense. Entretanto, ao que nos parece, o autor adota uma definição um tanto simplista dessa literatura ao categorizá-la em *literatura*

---

<sup>74</sup> Segundo Sandra Regina Goulart de Almeida, no prefácio do livro *Pode o Subalterno falar?*, o termo subalterno, de Spivac, descreve “as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante”. Cf. SPIVAC, 2010, p. 12.

<sup>75</sup> Diz respeito ao sentimento de solidariedade que une negros, historicamente vítimas de inferiorização e negação da humanidade pelo mundo ocidental. Cf. MUNANGA (2009 apud CAMPATO Jr., 2016 p. 292).

*colonial e literatura pós-colonial ou independentista*<sup>76</sup>. Posteriormente, nova tentativa teria tentado galgar êxito quando da publicação da obra *Literaturas africanas de expressão portuguesa* (1995), do professor Pires Laranjeira. A obra que contou com a colaboração de Inocência da Mata infelizmente não conseguiu alcançar esse propósito, pelo menos não no que diz respeito à Guiné-Bissau. (CAMPATO Jr., 2012, p. 24).

Mesmo a professora Moema Parente Augel (1998; 2007) não apresenta uma periodização que faça distinção entre os períodos literários de uma literatura guineense, sua evolução e transformação. Anteriormente, os professores portugueses Aldónio Gomes e Fernanda Cavacas publicaram a obra *A literatura na Guiné-Bissau* (1997), na qual tínhamos esperança de encontrar respaldo à questão, já que se tratava, como destaca Augel (2007, p. 107), da primeira obra do gênero fora do país. Entretanto, o trabalho pecou ao não atender essa demanda de forma eficaz, apresentando apenas “uma menção a uma *literatura colonial* e uma *literatura de sabor nacional*”. (CAMPATO Jr., 2012, p. 24).

Em 2004, a literata Filomena Embaló produziu a primeira tentativa de uma periodização plena da literatura guineense sob o título de *Breve resenha sobre a literatura da Guiné-Bissau*<sup>77</sup>, trabalho que seria posteriormente complementado na edição 20 da *Revista Pápio*<sup>78</sup>, 2010, em parceria com o linguista Hildo Honório do Couto. A princípio, os autores expressam nossa frustração momentânea ao referir-se à periodização da literatura guineense:

Um primeiro problema a ser enfrentado por quem queira apresentar um conceito da literatura guineense é o da periodização. Dada sua incipiência, é difícil dividi-la em períodos em termos temáticos, o que parece ser comum a toda literatura de países colonizados a partir do século XVI pelas potências europeias, mesmo para as que já têm mais tradição e mais pujança, como disse Antônio Soares Amora sobre a periodização da literatura brasileira. Ele salientou que para essas jovens literaturas, a perspectiva histórica é mais importante do que para as europeias, por exemplo. Isso porque não há por assim dizer uma identidade literária guineense propriamente dita. (COUTO, EMBALÓ, 2010 p. 62).

A despeito disso, Embaló sugeriu a seguinte periodização<sup>79</sup>: “1) A fase anterior a 1945, com “autores marcados pelo cunho colonial”; 2) O período entre 1945 e 1970, com

<sup>76</sup> Embora não aponte claramente para essas definições, o autor da margem à tal interpretação ao fazer a seguinte afirmação: “Praticamente até antes da independência nacional não foi possível ultrapassar a fase da literatura colonial”. Cf. FERREIRA (1977 p.85).

<sup>77</sup> EMBALÓ, 2004. Disponível em: <<http://www.didinho.org/Arquivo/resenhaliteratura.html>>. Acesso em 10/08/2016.

<sup>78</sup> A *Pápio* é a revista brasileira de Estudos Crioulos e Similares, vinculada ao programa de pós-graduação da Universidade de São Paulo – USP. O volume referido intitula-se *Literatura, língua e cultura na Guiné-Bissau: um país da CPLP*. Para consultar os volumes do período acesse: <<http://revistas.fflch.usp.br/papia>>.

<sup>79</sup> COUTO e EMBALÓ (2010 p. 74) registram que “a divisão precedente em períodos e fases só é válida para a literatura propriamente dita, não para a oratura. As manifestações da literatura oral já existiam nas tradições étnicas locais (...), ou seja, já eram patrimônio cultural africano, muito antes da chegada dos portugueses”.

“uma poesia de combate”; 3) Anos 1970 a final dos anos 1980, com “a poesia de combate” em transição; 4) Da década de 1990 em diante, com “uma poesia mais intimista”. (CAMPATO Jr., 2012; COUTO, EMBALÓ, 2010, p. 62). Para além dessas quatro fases, Embaló ainda aponta certa referência para o surgimento da prosa guineense, no qual as obras de Domingas Samy e Abdulai Silá, aparecem como fundadoras<sup>80</sup>. (CAMPATO Jr, 2012, p. 25).

A poetisa guineense Saliatu da Costa, em momento oportuno, já havia nos apresentado uma disposição cronológica para a literatura guineense e, ao que nos parece, se coaduna com aquilo que foi proposto por Embaló (2004). Na visão da poetisa, a literatura guineense se divide em fases distintas, nas quais estão situados alguns dos mais importantes nomes literatura da Guiné-Bissau. Para a autora, o que marca a transição dos períodos dessa literatura são as conjunturas nas quais cada autor está inserido. Em sua categorização, a autora também se utiliza de uma divisão respaldada em quatro fases. A respeito desse particular, Saliatu da Costa divide em: antes de 1945: *Discurso colonialista*; de 1945-1970: *Poesia revolucionária*; de 1970-1980: *Poetas da independência*, e a partir dos anos 1990, a *Poesia intimista*. (Cf. COSTA, 2012).

### 3.2.1 Primeira fase: Discurso colonialista

*“Os brancos fizeram grandes coisas. Ruas largas por onde passam automóveis e grandes caminhões; lojas enormes de panos de todas as qualidades que os brancos fabricam na sua terra; contas douradas, bicicletas e até máquinas de lavar a terra. Há tempos, veio de Lisboa um aeroplano que parece um grande pássaro”.*

(Trecho de *AUÁ* (1934), de Fausto Castilho Duarte).

Seguindo a divisão proposta por Embaló (2004; 2010) e Costa (2012), trataremos da fase denominada *Período Colonial* ou fase do *Discurso colonialista*. Embora haja pequenas diferenças no título proposto pelas autoras, ambas parecem chegar ao consenso de que estamos falando de uma fase que tem seu início no período anterior a 1945. Não é coincidência alguma que essa fase esteja intimamente ligada ao contexto das grandes guerras que afetaram a humanidade, pelo contrário, até a Segunda Guerra Mundial, o imperialismo e as dominações coloniais experimentaram o seu ápice histórico.

---

<sup>80</sup> COUTO, EMBALÓ (2010 p. 62) acrescentam aos exemplos as obras de Filinto Barros, Filomena Embaló, Carlos Edmilson Vieira e Waldir Araújo e Carlos Lopes, entre outros.

Segundo Saliatu da Costa (2012), a primeira fase da literatura guineense se caracteriza pelo período colonial, “onde se situa um discurso mais colonialista e da autoria de escritores na maioria de origem cabo-verdiana, por vezes estabelecidos, ou que apenas viveram muitos anos na Guiné”. (COSTA, 2012 s.n.). De igual forma, Filomena Embaló (2004), ao tratar dessa fase, aponta que nesse período os primeiros escritos literários guineenses são de autores que viveram por muitos anos na Guiné-Bissau ou que nasceram em Cabo Verde. Segundo ela, havia uma predominância de obras que possuíam um caráter mais histórico, excetuando-se o caso de Fausto Duarte, autor romanescos. O período, conforme sustentam Couto e Embaló (2010, p. 63), é muito importante para a literatura guineense, pois foi nele que se estabeleceram as suas bases.

Nesse sentido

Se tomarmos o termo “literatura” ao pé da letra, ou seja, reportando-se a textos escritos, podemos pôr o seu início em 1594, data da publicação de *Tratado breve dos rios de Guiné de Cabo Verde*, de André Álvares de Almada. É o primeiro texto que dá informações detalhadas sobre tudo que chamava a atenção dos primeiros navegadores na então chamada Costa da Guiné. Há outros textos, inclusive anteriores, como o de Gomes Eanes de Zurara (*Crónica dos feitos da Guiné*, 1455), que se baseou em informações de segunda mão, além de passar a maior parte do tempo fazendo encômios ao rei. Esse período termina em 1962, data do início da luta armada pela independência. (COUTO, EMBALÓ, 2010 p. 63).

Não resta dúvida que a fase colonial marca o início de uma literatura puramente guineense, ou nas palavras de Couto e Embaló (2010) “a preparação do terreno para o surgimento de uma vida urbana, que propiciará a emergência de uma literatura”. Embora houvesse a incidência de uma literatura escrita por estrangeiros, isso por si só, à época, já representava certo avanço histórico, uma vez que os assuntos africanos passaram a fazer parte do cerne literário. Logo, prosa e a poesia passam a se enquadrar no que Rosa (1993 apud COUTO, EMBALÓ, 2010, p. 64) classificou de “lusografia guineense”. Essas produções, como já pudemos observar, podem ser divididas em poesia colonial, prosa colonial e etc., colhendo-se também os contos orais. É óbvio que, por se tratar de uma poesia colonial, embora esteja tratando de temas africanos, essa poesia está carregada de dominação e, sempre tenderá para uma visão relativa do colonizador sobre o colonizado. (COUTO, EMBALÓ, 2010).

Há de se fazer referência à participação de grandes nomes essa literatura, tal como o do romancista Fausto Duarte, dos ensaístas Juvenal Cabral e Fernando Pais Figueiredo, da poesia exótica de Maria Archer e, até mesmo, de uma poesia de nuances sociais, pautada nas transformações da colônia, de Fernanda de Castro e, por fim, da obra de João Augusto Silva,

que foi agraciado com pioneiro prêmio de literatura colonial. “Porém a maior parte destes autores caracteriza-se por uma abordagem paternalista e/ou próxima do discurso colonial”. (EMBALÓ, 2004 s.n.). Destaque-se no período a obra de Marcelino Marques de Barros, como “*A literatura dos negros*”, trabalho que agrega uma pesquisa etnográfica bastante polpuda, além de outras participações que o autor teve em obras distintas. Segundo Filomena Embaló (2004), atribuem-se ao escritor a juntada e a tradução de contos e canções populares guineenses, reunidas no volume publicado em Lisboa, sob o título “*Contos, Canções e Parábolas*”.

Couto e Embaló (2010) chamam nossa atenção para outros escritores estrangeiros que são bastante representativas do período colonial, como é o caso do escritor português Julião Quintinha, cujo trabalho sempre esteve repleto de temas africanos. Suas obras mais importantes são: *África misteriosa* (1928), *Oiro africano* (1929), *Terra do sol e da febre* (1932), *Novela africana* (1933). Também no ano de 1931, Afonso Correia lança o romance *Bacomé Sambú*, romance que possui um apelo fortemente paternalista e carregado de exotismo, em relação à tribo *Nalús*, do sul da Guiné. A obra demonstra claramente traços de dominação do colonizador para com o colonizado, haja vista se tratar de um português tentando civilizar um bárbaro, demonstrando grande preconceito em relação ao povo africano. (COUTO, EMBALÓ, 2010).

Cita-se, nesse bojo, a contribuição do cabo-verdiano Fausto Castilho Duarte, cuja produção agrega extensas contribuições para a literatura colonial da época, dentre as quais destacam-se: *Auá* (1934), *O negro sem alma* (1935), *Rumo ao degredo* (1939) e *A revolta* (1942). A novela *Auá* faz referência à influência da cultura urbana sobre a cultura rural, contada por meio da história de um jovem pertencente à etnia *fula*, que se muda para o centro urbano, em Bissau. Outros escritores que merecem consideração nessa fase são: Oscar Ruas, com o conto “*Samba Lagarto: o encantador de crocodilos*” (1935), Hugo Rocha, que dedicou um espaço para a Guiné, ressaltando a escassez literária sobre a colônia, em *Além-mar: comentários, ideias e aspectos* (1935), e já procedendo uma transição entre a fase colonial e a fase da poesia revolucionária, encontramos Norberto, com *Terra ardente: narrativas da Guiné* (1947) e Alexandre Barbosa que escreveu *Guinéus: contos, narrativas, crônicas* (1947), retrato da cor local. (COUTO, EMBALÓ, 2010 p.65).

Antes de procedermos a um estudo sobre a próxima fase da literatura guineense, é importante registrarmos dois nomes que são considerados por Couto e Embaló (2010) pontonodal de transição entre uma literatura colonial e uma literatura genuinamente guineense. O primeiro desses autores é Honório Pereira Barreto, autor da obra *Memória* (1843). Barreto não

galga dos melhores elogios entre a intelectualidade guineense, uma vez que o mesmo é considerado um dos aliados dos colonialistas. O segundo autor de relevo nessa transição é o cónego Marcelino Marques de Barros, já citado nesse capítulo, com sua obra clássica *Literatura dos negros* (1900). É na obra de Barros que se encontram os embriões de uma poesia guineense, sobretudo no que diz respeito a uma poesia revolucionária, em português e em crioulo. Barros é o precursor de quatro áreas literatura da Guiné-Bissau: “a poesia em crioulo, a poesia em português, a transcrição de narrativas orais e a adaptação dessas narrativas sob a forma de conto literário”. (COUTO, EMBALÓ, 2010, p. 68-69).

Vejamos *Malan*<sup>81</sup>, canto de uma escrava, recolhido e transcrito por Barros (1900). O canto-poema integra a obra *Literatura dos negros* (1900). A composição foi traduzida do crioulo, o que fez nascer a versão em português referida, em 1988:

Eu era uma triste escrava,  
 ai! e que triste escrava,  
 que vinha para embarcar.  
 O meu senhor vestiu-me  
 e zangado batia-me  
 com ramo de coral;  
 e pensava-me as chagas  
 co'o o mais doce licor;  
 E limpava-me as f'ridas  
 com lenço de cambraia.  
 E eu era triste escrava  
 (...)

### 3.2.2 Segunda fase: Poesia revolucionária

Infância  
 Eu corria através dos bosques e das florestas  
 E, como o ruído vibrante de um bosque desvendado,  
 Eu via belos pássaros voando pelos campos  
 E parecia ser levado por seus cantos.

(Trecho de poema *Infância* (1963), de Antônio Baticã Ferreira).

A segunda fase da literatura guineense compreende o período entre o ano de 1945 e metade do ano de 1970, sendo denominada como *poesia de combate* ou *poesia revolucionária*, conforme descrito por Embaló (2004) e Costa (2012). No período revolucionário, segundo nossa divisão baseada nas coordenadas dadas por Saliatu da Costa,

<sup>81</sup> Cf. COUTO, EMBALÓ 2010, p. 69.

surge também a primeira obra, em prosa, de um nativo guineense chamado James Pinto Bull, autor do conto “*Amor e trabalho*”, publicado no *Boletim cultural da Guiné Portuguesa* em 1952. (COUTO, EMBALÓ, 2010). É justamente a esse autor que a poetisa Saliatu da Costa se referia, conforme anteriormente mencionado, para apontar um marco inicial da literatura genuinamente guineense.

Na poesia, como bem lembrou o professor João Adalberto Campato Jr., (2012), o primeiro a se lançar na literatura foi o guineense Carlos Semedo, com sua obra *Poemas*, em 1963. Para o autor, Carlos Semedo possui uma importância fundamental para o estudo da poesia guineense, pensamento esse que, ao que parece, encontra concordância na análise feita por Augel (1998). Segundo a autora, a obra de Carlos Semedo agrega “poemas que espelham seu subjetivismo, projetam estados da alma e patenteiam, na sua incipiência e apesar de tudo, uma verdadeira veia lírica”. (AUGEL, 1998 apud CAMPATO Jr., 2012, p. 38).

Apreciemos, pois, uma de suas composições, o poema *Monólogo*<sup>82</sup> (1962):

Nesta solidão  
d’um bar vazio  
repleto de meses  
desocupadas  
(embora sejam  
para alguém)  
consigo reconhecer  
a utilidade de viver  
mesmo com ninguém.

Nesse período se enquadram os chamados poetas da revolução que ganham essa alcunha por estarem inseridos ou participarem diretamente do período em que se iniciaram os movimentos revolucionários, que vão desembocar na independência da Guiné-Bissau. Segundo Saliatu da Costa (2012), nessa segunda fase deparamo-nos “com uma poesia revolucionária, onde começam a aparecer os primeiros poetas guineenses, com uma linha que visava combater a dominação e incentivando, sobretudo à luta de libertação, onde cito obrigatoriamente o Amílcar Cabral, Vasco Cabral e António Baticã Ferreira”. (COSTA, 2012 s.n.). Além disso, a literatura ganha forte caracterização através de uma *poesia de combate*, cujo intuito não é outro senão denunciar os processos de dominação colonial, a miséria na qual o país se encontra imerso e o sofrimento do povo guineense, com vistas a iniciar as lutas para a libertação nacional, tendo o escritor Amílcar Cabral sido um dos líderes revolucionários do período. Nesse momento, suas obras assumem uma visibilidade além das

---

<sup>82</sup> O poema compõe rica produção do autor, reunida e analisada na obra “A poesia da Guiné-Bissau: história e crítica, de João Adalberto Campato Jr. (2012, p. 39)



fronteiras africanas, que são marcadas pela contestação do sistema colonial e pela convocação do povo à luta. (EMBALÓ, 2004).

Amílcar Cabral foi o primeiro poeta guineense a liderar uma guerra de libertação, considerado entre seus pares como um verdadeiro herói nacional, fato que pode ser notoriamente comprovado no país, o típico poeta do *entre-lugar*<sup>83</sup>. Segundo Couto e Embaló (2010), seus primeiros poemas foram escritos entre 1945 e 1946, em Cabo Verde, o que, por seu turno, o enquadraria, em certa medida, na transição da fase colonial da literatura guineense para a literatura combativa. Dentre suas obras mais importantes destacam-se: *Unidade e Luta* e *A arma da teoria*. Além de vários artigos e obras teórico-políticas, Cabral possui ainda uma obra poética riquíssima, embora curta, com a recolha de diversos poemas escritos ao longo de sua vida pelo cabo-verdiano Oswaldo Osório.

Apreciemos um de seus poemas, intitulado **Eu sou tudo e sou nada...**

Eu sou tudo e sou nada...  
 Eu sou tudo e sou nada,  
 Mas busco-me incessantemente,  
 - Não me encontro!  
 Oh farrapos de nuvens, passarões não alados,  
 levai-me convosco!  
 Já não quero esta vida,  
 quero ir nos espaços  
 para onde não sei<sup>84</sup>.

Outro representante desse período é o escritor Vasco Cabral que, conforme registra Embaló (2004), enquadra-se como o de maior produção poética literária da Guiné-Bissau, além de ter abordado uma infinidade de temas. Suas contribuições abordam temáticas que envolvem o oprimido e a luta, a miséria e a esperança, o amor e a paz, etc. Esse é um poeta que transita entre duas fases da literatura guineense, haja vista que sua obra mais famosa de poemas, *A luta é a minha primavera*, foi publicada em 1981, enquadrando-a na fase denominada *poetas da independência*. (EMBALÓ, 2004; COUTO, EMBALÓ, 2010, p. 70).

Os traços de uma poesia revolucionária e de combate, de viés político, podem ser vistos através de sua composição *O último adeus de um combatente* (1955), apresentada na obra de Campato Jr. (2012, p. 50).

Naquela tarde em que eu parti e tu ficaste  
 sentimos, fundo os dois a mágoa da saudade

<sup>83</sup> Refere-se ao ponto intersticial, ou seja, à fronteira entre a tradição e o contemporâneo. No caso em questão, refere-se ao embate entre a tradição colonial e a luta de libertação. Cf. BHABHA (1998).

<sup>84</sup>FENSKE, E. K. (pesquisa, seleção e organização). *Amílcar Cabral - o poeta da liberdade*. Templo Cultural Delfos. Disponível em: <<http://www.elfikurten.com.br/2015/09/amilcar-cabral.html>> Acesso em 20/12/2016.

Por ver-te as lágrimas sangrarem de verdade  
 sofri na alma um amargor quando choraste  
 Ao despedir-me eu trouxe a dor que tu levaste!  
 Nem só o teu amor me traz felicidade  
 Quando parti foi por amar a Humanidade  
 Sim! Foi por isso que eu parti e tu ficaste!  
 Mas se pensares que eu não parti e a mim te deste  
 será dor e a tristeza de perder-me  
 unicamente um pesadelo que tiveste.  
 Mas se jamais do teu amor posso esquecer-me  
 e se fui eu aquele a quem tu mais quiseste  
 que se conserve em ti a esperança em rever-me!

O canto-poema de Vasco Cabral insere-se num contexto social da representação das guerras de revolução pelos quais o país há de passar. Ao tecer as tramas do soneto, o autor não apenas apresenta um viés histórico de seu país (com manutenção da estética), mas traça os caminhos de edificação da poesia guineense. Conforme registra Campato Jr. (2012):

Diversamente de Amílcar Cabral, de Antônio Baticã Ferreira e de vários poetas incorporados nas antologias coletivas, Vasco Cabral constitui poeta vital para as letras guineenses, que seja sob o enfoque histórico, quer seja o estético. Com ele, podemos afiançar que a poesia da Guiné-Bissau principia, de forma mais resoluta e artística, a edificar os alicerces. (CAMPATO Jr., 2012 p. 45).

Por último, mas não menos importante, inclui-se nessa periodização o poeta guineense Antônio Baticã Ferreira. Das suas obras mais importantes, seis poemas integram a coletânea, *No reino de Caliban* (1975), de Manuel Ferreira, e outro deles integra *Poetas e contistas africanos* (1963), de João Alves das Neves. (COUTO, EMBALÓ, 2010 p.70). Embora esteja inserido num contexto de revolução, o autor não se rende unicamente a essa temática, pelo contrário, os temas mais comuns de sua poesia são amor, suavidade e a beleza da natureza.

### 3.2.3 Terceira fase: Poetas da independência

*Sob estes ventos soalheiros da revolução  
 que as quedas não sejam definitivas  
 e que os desfalecimentos sejam vencidos  
 pela certeza da vitória que amanhecerá  
 nas frescuras das madrugadas<sup>85</sup>.*

(*Momentos primeiros da Construção* (1978), de José Carlos Schwarz)

---

<sup>85</sup> Cf. CAMPATO Jr. (2012, p. 80).

Do final dos anos 1970 aos fins dos anos 1980, a terceira fase da literatura guineense é chamada de Fase da *poesia independentista* ou dos *poetas da independência*, na qual estão inseridos autores que estão produzindo uma escrita exclusivamente poética, que transita desde uma poesia de combate até uma poesia mais intimista. (EMBALÓ, 2004 ; COSTA, 2012). Não deve suscitar estranheza o fato de essa fase apresentar semelhanças com sua anterior ou com a vindoura, haja vista que, conforme já dissemos em momento oportuno, a fronteira entre uma fase e outra é tênue e, na maioria das vezes, uma fase adentra a outra e vai se modificando.

Em seu *Manual de Literaturas de Língua Portuguesa*<sup>86</sup> (2016), Campato Jr. traz luz ao nosso entendimento ao registra que, em geral, os poetas, em virtude da condição de colonização vivenciada, acabam adotando certo engajamento literário e, portanto, ao produzirem uma literatura nacional lhe dão características militantes. (CAMPATO Jr., 2016, p.287).

Não é demais lembrar que é pacífica mas não unânime, entre alguns historiadores, a relação íntima que existe entre a história e a literatura, de modo que a história “evidencia a força das representações do passado propostas pela literatura”. (CHARTIER, 2009, p. 25). Na Guiné, ambas se entrelaçam para reconfigurar a história do país. A história da Guiné-Bissau é responsável pelo que lá se produz e, portanto, sua literatura é um dos maiores registros históricos dos quais o país dispõe.

Essa breve digressão é importante para entendermos o tipo de literatura que se produz em determinadas fases, em virtude do momento político, histórico e social em que se está inserido. Por meio da literatura, “vozes silenciadas podem sair das sombras da subalternidade, na qual, por muitos anos, foram postas pelas vias da opressão”. (SILVA, MELO, 2016, p.393). É com tal vigor que, na visão de Saliatu da Costa (2012), “ergueu-se um braço de jovens poetas com a independência, cujos ideais faziam parte a denúncia da repressão e um apelo à construção de uma nação livre”. Dentre os destaques dessa fase é consenso entre Embaló (2004) e Costa (2012) que as primeiras antologias do país foram “*Mantêhas para quem luta*” (1977) e, posteriormente, “*Antologia dos novos poetas / primeiros momentos da construção*” (1978), ambas consagram uma poesia de reconstrução do país. Além disso, participam dessa geração de autores: Agnelo Regalla, Helder Proença, Huco Monteiro,

---

<sup>86</sup> Recentemente lançada, a obra apresenta uma visão inovadora ao trazer à superfície autores de rica contribuição literária, mas que não figuram no *cânone literário*. É obra fundamental para os estudos das literaturas em língua portuguesa, tanto para iniciantes quanto pesquisadores longevos. Cf. CAMPATO Jr. (2016).

Francisco Conduto de Pina, Tony Tcheca, Félix Siga, José Carlos Schwarz, entre outros. (EMBALÓ, 2004; COSTA, 2012).

É nesse período que surge uma poesia guineense propriamente dita, embora ainda com predominância da língua portuguesa. Temas como colonialismo, escravatura e repressão passam a fazer parte das produções da época, conduzindo a um discurso de apelo à construção nacional, liberdade e esperança. As identidades, antes submetidas às grades coloniais, tornam-se questões fundamentais entre os escritores, de modo que sua evocação é uma busca pela reafirmação de uma cultura nacional. Entretanto, a identidade não é uma oposição entre o sujeito e sociedade, pelo contrário, “ela é analisada como um conflito pessoal do indivíduo, que consciente do seu defasamento cultural em relação à sociedade de origem, procura identificar-se com as suas raízes, da qual foi afastado pela assimilação colonial”. (EMBALÓ, 2004, s.n.).

Como bem apontam Couto e Embaló (2010, p. 71):

A primeira fase desse período é a de Afirmação da Nacionalidade, da identidade, por ser a fase de “construção da nação”. Aliás, esse é justamente o título de um congresso, realizado no país em 1986, cujas atas foram publicadas como *A construção da nação em África* (Bissau: INEP, 1989). O fato de as comunicações dedicadas à Guiné-Bissau serem mais numerosas não é apenas porque o evento se deu no país. É que, entre os cinco países representados (Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Guiné-Bissau), é justamente a Guiné-Bissau que tem mais problemas de identidade nacional. As únicas coisas que a unem, precariamente, são o território, o crioulo e a tradição da colonização portuguesa.

Os primeiros registros que se tem sobre essa fase dão conta que *Poilão* (1973) foi uma das primeiras obras lançadas, não exclusivamente por guineenses, mas com o contributo de poetas cabo-verdianos. Dos guineenses que participaram da obra, destacam-se Pascoal D’Artagnan Aurigemma, Atanásio Miranda, António Baticã Ferreira e Tavares Moreira, dos quais Miranda e Moreira parecem não ter dado continuidade aos trabalhos, pelos menos não que se saiba, haja vista que não se encontram registros de poesia posteriores. Em 1977, como já adiantamos, teve registro a obra *Mantilhas para quem luta*, com contributo de 14 autores de destaque entre os intelectuais guineenses, dentre os quais encontramos Agnelo Regalla e Antônio Soares Lopes Jr., o Tony Tcheca. Em 1978, é publicada a primeira coletânea individual guineense, *Garandesadi no tchon*, por Francisco Conduto de Pina. (COUTO, EMBALÓ, 2010). A despeito do autor, Campato Jr. (2012) afirma que “sua poesia é, indiscutivelmente, um dos modelos da melhor literatura que se tem produzido na Guiné-Bissau”. (p. 184).

Posteriormente, em 1978, surge, na *Antologia dos jovens poetas*, uma das primeiras vozes femininas da qual se tem conhecimento na poética guineense, Mariana Marques Ribeiro. Como pudemos observar ao longo de nossas análises bibliográficas, esse fato resguarda fundamental importância para a literatura guineense, dado que num país como a Guiné-Bissau, o *patriarcalismo* praticamente abafava um protagonismo feminino, exercendo tal como afirma o professor Thomas Bonnici (1997 p. 198) “o controle e a repressão da mulher pela sociedade masculina”. Na referida antologia, dedica-se espaço para obras escritas em crioulo. Em 1979, veio à tona a obra *Os continuadores da Revolução e a recordação do passado recente*, coletânea composta por 23 autores que, conforme salientam Couto e Embaló (2010 p. 73), eram” jovens com uma grande vontade de produzir e ajudar na construção da nação.

Agnelo Regalla é poeta de grande expressão nessa fase, cuja marca é o discurso político que é, inerentemente, compatível com sua biografia. Embora não tenha editado nenhuma obra individual que se saiba, teve grande participação nas principais antologias que consagraram a literatura guineense. (CAMPATO Jr., 2012, p. 121-122). Vasco Cabral, que aparece na fase anterior da literatura guineense, também pode ser visto caminhando pela fase independentista, afinal de contas, como já dissemos, a fronteira entre uma e outra é muito tênue. A obra que faz essa ponte é “*A luta é a minha primavera*”, publicada em 1981, mas que agrega poemas datados de 1951 a 1974. (CAMPATO Jr., 2012, p. 46). Por essa particularidade, acreditamos que o poeta se enquadra nas duas fases da literatura guineense, tal como ocorre com outros poetas, dentre eles Tony Tcheka. Contudo, dado que grande parte de sua obra individual é datada no pós-1990, optamos por inserir esse autor na fase a seguir. Com o rigor que a pesquisa exige, no entanto, não podemos nos furtar de registrar que Tcheka aparece primeiramente como um dos grandes nomes dos *poetas da independência*.

Não poderíamos terminar sem trazer a lume uma das mais emotivas composições escritas por Agnelo Regalla, que presta homenagem ao líder revolucionário Amílcar Cabral, morto em 1973. O poema é lido em muitos encontros culturais guineenses, conforme registra Campato Jr. (2012, p. 123). Desfrutemos, pois, de *Camarada Amílcar* (1974):

No chão vermelho  
Do teu sangue, Camarada,  
Caem como gotas de orvalho  
As lágrimas sinceras de dedicação.  
As flores da nossa luta  
Que tu com carinho plantaste,  
Estão a desabrochar  
Em gargalhadas infantis  
E descansa, camarada Amílcar,

Descansa que não secarão.  
 Serão sempre regadas  
 Com o nosso suor e sangue,  
 Serão Sempre alimentadas  
 Pela força a nossa vontade.  
 E serão camarada Amílcar,  
 Serão livres... livres...  
 Livres como as gargalhadas que saltam  
 Livres como o sol do nosso hino,  
 Livres como o vento que desfralda  
 A nossa bandeira,  
 Livres, como a liberdade com que sonhaste.  
 É assim camarada, é assim...  
 Uns chegam ao fim,  
 Mas outros ficam pelo caminho  
 Não por desfalecimento,  
 Mas pelo seu valor e coragem.  
 E dentre todos,  
 Os mais felizes  
 Serão os que conseguirem plantar  
 As flores que deixaste,  
 No canteiro livre  
 Da Guiné e Cabo Verde<sup>87</sup>.

Finalmente, já na transição para a próxima fase, em meados dos anos 1990, surge a coletânea poética, a “*Antologia Poética da Guiné-Bissau*”, em Lisboa, produzindo um tipo de poesia intimista, algo que será alvo de nossas considerações no próximo tópico.

### 3.2.4 Quarta fase: Poesia intimista

Despe-me, se breve  
 arranca os meus farrapos  
 rasga a minha alma imunda e profana  
 esgazeia bem os olhos  
 dá o teu melhor veneno  
 transmutando o meu desejo num alvoroço  
 afaga a minha pele  
 melhor que o vento impertinente  
 ensaboa-me as nádegas  
 aconchega-se nas minhas ancas codórias  
 aceita que sou mulher

(Poema *Prazer*<sup>88</sup> (2008), de Saliatu da Costa)

A partir da década de 1990, surge nos veios da história guineense a fase última da literatura guineense, a chamada *poesia intimista*, que adentra até a contemporaneidade. Nessa

<sup>87</sup> Cf. CAMPATO Jr. (2012 p. 123-124)

<sup>88</sup>Retirado da obra *Bendita Loucura* (2008). Cf. Referências.

fase estão alocados os grandes nomes da literatura guineense que estiveram presentes nas outras fases e que estão surgindo pouco a pouco. Segundo Embaló (2004), essa é uma fase marcada pelo “desencantamento dos sonhos pós-independência imediata”, algo que, em larga medida, fez com que houvesse uma transformação da poesia para algo mais intimista, introspectivo. Nessa fase, as temáticas referentes à nação, às identidades, ao indivíduo entre outros passam a inspirar novas produções. Dentre os nomes que se encontram nessa fase destacam-se: Helder Proença, Tony Tcheka, Félix Sigá, Carlos Vieira, Odete Semedo, Saliatu da Costa entre outros. (EMBALÓ, 2004; COSTA, 2012).

A literatura intimista adota uma escrita mais introspectiva, na qual os poemas, contos e poesias assumem um caráter mais íntimo, expondo seus sentimentos, emoções, frustrações, desejos dos sujeitos envolvidos. Deixar transparecer os anseios mais profundos da alma, expressar de forma confidencial o que o peito guarda, essas seriam as melhores definições para o conceito intimista que se faz presente. Em termos simples, a poesia intimista reflete a expressão individual do artista, apresentando-se como uma poesia confessional. Uma definição teórica dessa literatura vem dos trabalhos do professor Russell Hamilton. Para ele, “(...) o intimismo é uma metáfora pela coletividade – serve como medianeira entre a componente instrumental e o elemento sentimental inerente à consciencialização do colonizado em busca da sua realização dentro dos limites da ordem política”. (HAMILTON, 1984 p. 249).

Na literatura guineense, esse intimismo aparece como uma marca central dos discursos poéticos dessa fase, adotando em determinados casos, quando não em sua maioria, um caráter intimista-militante. Rigorosamente falando, não há problema de lógica na denominação “poesia intimista-militante”, já que, nos dias que correm, a crítica tem se valido de denominações muito semelhantes, como, por exemplo, lirismo social, lirismo de participação ou mesmo lirismo interventivo. Todos esses rótulos referem-se ao fato de que as poéticas militantes, quase sempre, refletem, além de um direcionamento para o exterior, os anseios e mágoas da alma do artista que, na maioria das vezes, impossibilitado de expor sua opinião, expressa-a em suas produções. Como não poderia deixar de ser, nesse gênero de literatura, é necessário o equilíbrio, pois o excesso de engajamento político, por exemplo, pode ocasionar uma fratura na composição, fazendo com que a poesia perca sua beleza.

No ano de 1992, surge no cerne da literatura guineense a obra “*O eco do pranto: a criança na moderna poesia guineense*”, cuja organização ficou a cargo de Antônio Soares Lopes Jr., o Tony Tcheka. Conforme aponta Campato Jr. (2012), o autor é reconhecido, entre os seus pares, como patrono da literatura guineense. “Trata-se de poeta cuja produção no

terreno da literatura, diferentemente do que se passa com boa parte dos literatos do país, é de notável constância”. (CAMPATO Jr., 2012, p. 85). É dele, ao lado de Antônio Baticã e Helder Proença, o verbete “Literatura da Guiné-Bissau”, no *Dicionário temático da lusofonia*. Em 1996, o poeta lançou “*Noites de insônia na terra adormecida*”, através do Instituto Nacional de Pesquisa da Guiné-Bissau (INEP). A segunda obra veio em 2008, com o título “*Guiné – Sabura que dói*”, prefaciada por Filomena Embaló. (Ibidem, p. 86). A terceira obra fundamental desse autor foi lançada recentemente, em 2015, sob o título “*Desesperança no chão de medo e dor*”, com prefácio de Moema P. Augel e contribuições analíticas de Odete Semedo, Robson Dutra e João Adalberto Campato Jr. (CAMPATO Jr., 2015, p. 325). Cabe registrar que Tcheka também lançou uma obra referente ao campo do jornalismo, no qual ele possui formação, intitulada “*Os media na Guiné-Bissau*”.

Vejamos a última estrofe de “*Mulher da Guiné*”, poema que estampa as páginas de *Guiné - Sabura que dói* (2008), e que exalta a mulher guineense em toda sua representatividade. A composição foi reproduzida e analisada por Campato Jr. (2016, p. 334).

Mulher da Guiné  
 corpo veludo sossego  
 musicado em sons de flauta  
 duas pequenas luas  
 explodindo na cara canseira  
 asseada os tormentos  
 caminha fêmea como a tua Guiné  
 a novos partos de sabura<sup>89</sup>.

Helder Proença é figura que goza de grande prestígio tanto dentro quanto fora de seu país. Militante das guerrilhas de libertação no interior do país, ocupou cargos no PAIGC e foi professor do ensino secundário. (CAMPATO Jr., 2012, p. 159). Sua vocação para a política suplantou sua veia poética, tanto que, conforme noticiam os pesquisadores da área, desde 1992, não se verificam produções suas no campo da literatura guineense. Proença, como já dissemos anteriormente, integrou com Tony Tcheka a antologia “*Mantinhas para quem luta!*” (1977), além de *Momentos primeiros da construção* (1978), *Antologia poética da Guiné-Bissau* (1990) e, finalmente, *O Eco do Pranto* (1992). Integra essa fase por apresentar uma poesia militante por excelência, além de transitar pela fase dos poetas independentistas. (CAMPATO Jr, 2012 p. 160).

Felix Sigá, cujo verdadeiro nome é Xilef Agis, figura ao lado de Tony Tcheka e Odete Semedo, como um dos integrantes do trio tutelar da literatura da Guiné-Bissau. Figura, junto

<sup>89</sup> Segundo Campato Jr. (2012 p. 97), o termo “significa felicidade, sabor, gostosura, maravilha”.



com outros autores já citados aqui, nas antologias: *Antologia poética da Guiné-Bissau* (1990), *Eco do Pranto* (1992) e *Portuguesia* (2009). Em 1996, publicou uma obra individual chamada *Arqueólogo da calçada*, que recebeu prefácio de Teresa Montenegro. (CAMPATO Jr., 2012, p.146). Conforme registra Augel (2007), o autor é, “entre os poetas guineenses, aquele cujos textos mais ressaltam a amargura, o desamparo, frutos de conflitos identitários não resolvidos, levando-o a não acreditar em nada (...)”. (p. 245). Além desses temas, a reflexão sobre o mundo é outro tema de grande repercussão em sua poesia. Infelizmente, o autor veio a falecer no ano de 2015, deixando órfã a literatura guineense.

Odete Semedo é uma das principais, mas não a única, escritora guineense, responsável por obra de grande importância na literatura do país, cujo trabalho pioneiro se desenvolve no campo da oratura, sobre grupos típicos da sociedade guineense, as chamadas *mandjuandadis*<sup>90</sup> (AUGEL, 2007 p. 102). Sua obra está dividida entre poesia e prosa de ficção, dentre as quais podemos apontar duas delas, quais sejam: *Entre o ser e o amar* (1996) e *No fundo do canto* (2003). Segundo Campato Jr (2012), foi a primeira delas que garantiu à autora o título de primeira mulher a lançar uma obra individual, o que lhe confere “valor histórico e relevância estética”. (p. 196). Dentre os temas de destaque de sua poesia, a questão do pertencimento cultural é a que mais se registra, fortalecendo, em consequência, a problemática da identidade cultural. Além disso, podemos ver em suas obras traços confessionais típicos dessa fase intimista da poesia guineense.

Vejamos o poema *Eu*<sup>91</sup> (1996):

Na poesia liberto-me  
Sou poeta  
Sou livre  
Enquanto poeta  
A natureza leva-me embalada  
Apodera-se do meu ser  
E da minha alma  
Enquanto poeta  
Sou apenas eu.

Na fase intimista nasce uma geração que se elege com a alcunha de *pindjiguiti*, na qual encontramos a poetisa contemporânea chamada Saliatu da Costa. Trata-se de autora, até então, pouco conhecida do cânone literário, mas cuja capacidade de atingir de forma sensível

<sup>90</sup>Segundo Odete Semedo (2010 p. 135), a Mandjuandadi é uma associação ou um grupo de pessoas da mesma idade ou, ainda, da mesma geração, que se organizam para confraternizações e apoio mútuo em ocasiões ou circunstâncias diversas. Para mais informações, conferir a densa tese de doutorado de Odete Semedo. Disponível em: <[http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Letras\\_SemedoMO\\_1.pdf](http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Letras_SemedoMO_1.pdf)>. Acesso em 10/08/2016.

<sup>91</sup> CAMPATO Jr. (2012, p.201).

a todos os públicos é latente. Ao longo de sua caminhada pelos campos literários, escreveu alguns artigos e duas obras poéticas, todos de grande importância para a história da literatura africana de língua portuguesa, levando-se, sobretudo, em consideração sua contribuição para a difusão da cultura negra. Dentre seus feitos, podemos destacar as duas obras que marcam momentos importantes dentro de sua poesia. São elas: *Bendita Loucura* (2008) e *Entre a Roseira e a Pólvora, o Capim* (2011). (CAMPATO Jr., 2012, p. 257).

Atualmente, muitas têm sido as contribuições de pesquisadores que têm dedicado boa parte de sua caminhada acadêmica para desenvolver trabalhos sobre a literatura, cultura, política da Guiné-Bissau. Essas obras compõem rico acervo de estudo para essa literatura e, não poderíamos, por amor ao rigor, deixar de considerar a contribuição desses autores. As obras de maior revelo, segundo nosso entendimento, fundamentais para um estudo dessa literatura são: *A literatura na Guiné-Bissau* (1997), de Aldónio Gomes e Fernanda Cavacas, *O desafio do escomburo: a literatura guineense e a narração da nação* (2007), de Moema Parente Augel, 2005, *A poesia da Guiné-Bissau: história e crítica* (2012) e, recentemente, *Manual de Literaturas de Língua Portuguesa: Portugal, Brasil, África Lusófona e Timor-Leste* (2015), ambas da autoria do professor João Adalberto Campato Junior.

### 3.2.5 A prosa guineense

*“Sentia-se sozinha, num campo de batalha, face a um enorme exército inimigo, composto pela família do Senda e comandado por mãe Zinga. Estava desarmada, porque não podia combater a força da tradição. Há muito que ela deveria ter compreendido que Kenum nunca poderia subtrair-se a ela<sup>92</sup>”.*

(Trecho do conto *Tiara* (1999), de Filomena Embaló).

A década de 1990 também foi um importante palco para o fortalecimento de outros gêneros dentro da literatura guineense, tal como foi o caso da prosa. Embora nosso interesse particular seja pela poesia, não nos parece de bom tom deixar de lado essa parte importante da literatura guineense e que possui figuras ilustres do campo literário. Nesse sentido, optamos por apresentar uma breve apresentação sobre alguns dos mais importantes prosadores da Guiné-Bissau em separado. Isso porque, tanto a prosa quanto a fase literária intimista,

<sup>92</sup>Trecho analisado por Francisco (2014 p. 175). Para uma leitura mais profunda, Cf. FRANCISCO, Carla. *Tiara de Filomena Embaló: África em busca de si mesma*. In SILVA, Fabio M. (org.) *O Feminino nas Literaturas Africanas em Língua Portuguesa*. Lisboa: CLEPUL, 2014. (pp. 165-178).

coincidem em termos de gênese. Acerca disso, oportunas são as considerações de Couto e Embaló (2010 p. 78) quando relembram ao leitor que “a prosa literária escrita por guineenses sobre temática africana, e não apenas guineense, só começa no final da década de oitenta até meados da de noventa”. Vale ressaltar que quando nos referimos à prosa podemos encontrar obras literárias divididas entre a prosa de ficção (conto) e o gênero romântico (romance).

Três ilustres escritores parecem dar o pontapé inicial à prosa guineense<sup>93</sup>: Manuel da Costa, Domingas Samy e Abdulai Silá. Conforme registram Couto e Embaló (2010 p. 73), cabe ao primeiro desses autores, até onde se sabe, a primeira publicação de um volume em prosa na Guiné-Bissau, intitulado *A força da vontade*, em 1993. Nessa obra, o autor faz uso da mistura de narrativas orais e uma escrita própria, colocando-o entre os primeiros prosadores guineenses. Por outro lado, em artigo publicado em 2004, Filomena Embaló lega a Domingas Samy a responsabilidade inaugural dessa modalidade literária, quando a autora publica um conjunto de contos, intitulado “*A escola*” (1994). Na obra, são produzidas reflexões sobre a condição da mulher na sociedade guineense, sendo a mesma dividida em três contos: “*A escola*”, “*Maimuna*”, e “*O destino*”. Mingas, como é popularmente chamada, foi a primeira mulher a publicar uma prosa na Guiné-Bissau e dedicou parte de suas obras a apresentar aspectos da vida das mulheres no país. (AUGEL, 2007, p. 48). Além disso, a participação de Samy é deveras simbólica, já que o trânsito de mulheres guineenses na literatura sempre foi limitado, ficando a cargo desta autora juntamente com Eunice Borges e Mariana Ribeiro romper essa fronteira de invisibilidade feminina.

Quando nos referimos ao gênero romance, o nome que salta às nossas vistas é o de Abdulai Silá, autor que escreve o primeiro romance<sup>94</sup>, da literatura guineense em 1994, intitulado *Eterna Paixão*. O romance parece fazer um mergulho num universo globalizado, dividido entre a dominação capitalista e a conservação das tradições locais, ilustradas a partir da relação entre os personagens Dan, Ruth e Mbubi. A eterna paixão aludida no título da obra é a tomada de consciência do jovem que, dividido entre dois mundos, descobre-se preso às suas tradições e a seu povo. Silá também é detentor de outros dois importantes romances: *A última tragédia* (1995) e *Mistida* (1997). Para Embaló (2004), esse autor apresenta uma obra no qual se ilustra uma transição para uma sociedade pós-colonial, ao destacar o convívio entre

<sup>93</sup> Alguns aspectos diferenciam as obras desses autores, segundo Couto e Embaló (2010 p. 73). Manuel da Costa trabalha com uma prosa que mistura uma escrita autoral com tradições orais. Domingas Samy é a primeira a utilizar a prosa de ficção para dar vazão aos seus pensamentos, o que talvez explique sua primazia na prosa guineense. Já Abdulai Silá desponta na literatura guineense como primeiro romancista, fato que o coloca junto aos demais como precursor da prosa guineense.

<sup>94</sup> Couto e Embaló (2010 p. 78) falam de um romance genuinamente guineense, ou seja, aquele escrito por guineenses natos, embora seja difícil definir de fato o que significa esse “genuíno”. Dado que estamos lidando com uma questão bastante delicada, optamos por não utilizar o termo dos autores.

a sociedade colonizadora e a colonizada. Conforme Couto e Embaló (2010, p.78), isso fez com que o autor percebesse “os desvios para os quais os políticos locais, em geral ex-combatentes nas lutas de libertação, começaram a levar seus países, com muita corrupção, regimes ditatoriais, desinteresse pelo sofrimento do povo etc.”. Esse fato passou a influenciar sua escrita de forma significativa, assim como pode ser visto em *Mistida*. O trecho selecionado ilustra a clara controvérsia no discurso que fora empregado durante a luta armada.

Senão, vejamos:

“Durante a luta falava sempre um país que iriam construir e que seria o orgulho de todo o africano; um país forjado na luta, onde reinaria a fraternidade e a justiça social; um país sem lixo, sem corrupção, sem violência; um país onde todos seriam irmãos e camaradas<sup>95</sup>”.

Também em 1997, o sociólogo Carlos Lopes adentra o campo da literatura, ao produzir crônicas que revelam as nuances de uma sociedade guineense. A obra, de nome “*Corte Geral*”, agrega bom humor e o coloca entre os prosadores guineenses. Do mesmo modo, outro escritor que surge na cena literária guineense de 1998 é o romancista Filinto Barros, cuja obra “*KikiaMatcho*” está arraigada de conteúdo mágico e místico, abordando, segundo Embaló (2004 s.n.), “a vida decadente da capital nos anos 1990 e o sonho falhado que representa a emigração”. O autor que ocupou cargos de revelo no período pós-independência em diversos setores da administração guineense, é um dos mais velhos escritores do país. (COUTO, EMBALÓ 2010 p. 81). A forma estilística utilizada pelo autor em suas obras guarda certa semelhança com as obras de Abdulai Silá, adotando um tom de denúncia contra os desmandos que assolam o país, tal como fora no período colonial. (p. 82).

Em 1999, é a vez de Filomena Embaló publicar seu primeiro romance, “*Tiara*”, que trata de temas delicados como a questão social e familiar nas sociedades africanas. *Tiara*, em determinado momento, se parece com uma versão feminina do personagem Dan, do livro *Eterna paixão* de Abdulai Silá, seja pela semelhança do espaço em que estão inseridos os personagens, seja por apresentar as obras algumas semelhanças estéticas. Por outro lado, “nota-se em Embaló um gosto pela descrição de paisagens e de detalhes, mas sempre em um português bem lusitano, diferentemente de Silá, que insere muitos guineísmos e crioulistos”. (COUTO, EMBALÓ, 2010, p. 83). A autora, embora possua nacionalidade guineense, nasceu em Luanda, capital de Angola, e chegou à Guiné-Bissau em 1975, pouco depois da independência do país. Além do romance *Tiara*, Filomena possui ainda um livro de poemas

---

<sup>95</sup> SILÁ (1997, p. 47)

intitulado *Coração cativo* (2005) e um livro de contos chamado *Carta aberta* (2005). O romance de Filomena Embaló mostra a redefinição das identidades da personagem principal, o que em larga escala é uma representatividade da metamorfose experimentada pela própria autora em sua própria identidade.

Finalmente, mas nem por isso menos importante, encontramos a figura do poeta, compositor e diplomata guineense Carlos Edmilson Vieira, conhecido pela alcunha Noni e que, em 2000, publicou *Contos de N’Nori*, um compilado com oito contos baseadas em lendas e costumes populares, recordações e vícios políticos e sociais da sociedade. Essa obra foi reeditada em 2005 pela União Nacional dos Escritores de São Tomé e Príncipe (UNEAS). Para além desse conto, temos notícia de que o autor lançou duas obras mais recentes. A primeira delas é um romance cujo título é *Adormecer de um sonho*, de 2010, publicado pela UNEAS, que tem como pano de fundo os conflitos político-militares de 1998; e mais recentemente, em junho, o autor lançou uma obra de poesias em três línguas (francês, crioulo e português) intitulada em português *Gargalhada da Mamã Guiné* (2016).

Couto e Embaló classificam parcela significativa das obras referidas como pertencentes à fase própria de literatura guineense, a qual chamam: “Fase da Desilusão”. Se, nas fases descritas anteriormente, a causa-mor das aflições guineenses esteve concentrada num rancor em relação ao ex-colonizador, nessa nova fase é revelada uma desilusão por parte do povo em relação aos líderes guineenses que, mesmo tendo o poder nas mãos por várias décadas, pouco ou nada fizeram para reverter o quadro nacional. (COUTO, EMBALÓ 2010, p. 73). A esperança que vigorava no seio nacional com a independência deu lugar ao descrédito, quando se percebe que parte dos ex-combatentes revolucionários se deixou levar pela sedução da corrupção, tornando-se parte daquilo que sempre combateram, e deixando de lado a população humilde e seu sofrimento. (COUTO, EMBALÓ, 2010 p. 74).

O resultado disso é que grande parte da poesia e da prosa dos autores pós-independentistas tornaram-se reflexo dessa desilusão, algo que não é uma exclusividade da Guiné-Bissau, mas é também visível em outros países colonizados. (COUTO, EMBALÓ 2010 p. 74). Logo, a literatura contemporânea guineense, como bem lembrou Filomena Embaló (2004), é marcada por desilusões, medos, esperanças futuras diante de um país em constante crise. Essas crises têm impacto direto nos temas vigentes nas obras literárias guineenses, alguns dos quais serão comentados em seguida.

#### 4 IDENTIDADES, CONFLITO E LITERATURA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA POESIA DE SEMEDO, COSTA E TCHEKA

Este capítulo tem como objetivo apresentar uma análise em torno da temática das identidades, observando como a poesia da Guiné-Bissau, ao retratar literariamente os conflitos pelos quais o país tem passado, molda a identidade guineense. Essa é uma das dicotomias temáticas das mais importantes no país, principalmente quando nos damos conta de que grande parte das obras contemporâneas está envolta nessa esfera. Para isso, utilizamos, como suporte para essa investigação, obras poéticas de autores e períodos distintos, observando as convergências existentes entre elas, das quais destacamos a poesia dos guineenses Odete Semedo, *No fundo do canto* (2007), Saliatu da Costa, *Entre a Roseira e a Pólvora, o Capim* (2011), e Tony Tcheka, *Desesperança no Chão de Medo e Dor* (2015).

A literatura, embora não seja essa sua principal função, transformou-se com o tempo na expressão escrita e o registro histórico da política; segundo o qual, de acordo com nossos pressupostos, uma seria o veículo pelo qual a outra poderia ser disseminada no seio das sociedades. Tal afirmação vai encontro ao encontro do que foi suscitado por Soares (2001), no ensaio “*Literatura e Política: três abordagens*”, na qual segundo ele “as relações entre literatura e política são de foma geral entrevistas numa única direção, da política para a literatura (...) o discurso político dirige o artístico e procura-se encontrar nas obras a mensagem respectiva”. (SOARES, 2001 p. 102). Nessa perspectiva, tal qual nosso entendimento, política e literatura são paralelas com ponto de interseção comuns. (SILVA; MELO, 2016 p. 393).

O elo que une, numa espécie de dualidade, os conceitos literatura e política é o canal pelo qual vozes silenciadas podem se tornar visíveis e sair das sombras da subalternidade. Conforme se pode observar, ao longo dos anos, a partir das produções literárias africanas, o discurso torna-se um mecanismo de libertação da opressão, é um tomar de consciência; uma espécie de epifania tal como descrito por Henrique Dussell (1977 p. 22), ou seja, “o começo da libertação real”.

Esse é o papel que a literatura vai desempenhar nas poéticas selecionadas. A obra de Semedo resgata as memórias de um dos conflitos mais cruéis, depois das guerras de independência, da Guiné-Bissau, algo que trouxe além de muita instabilidade política, um deslocamento das identidades do povo local. Costa por sua vez adota o mesmo tom engajado de sua compatriota para denunciar os desmandos experimentados no país, colocando sua

própria identidade em evidência ao relatar a literariamente a história local. Do mesmo modo, Tcheka apresenta uma narrativa de memória dos conflitos mais recentes no país, as instabilidades políticas, a corrupção, a opressão, etc. Além disso, essas obras possuem um vínculo particular, orbitando na relação temática entre conflitos, identidades e a literatura.

Ao tematizar o conflito, esses autores resgatam e revivem memórias. Eles relembram aos indivíduos de uma nação as agruras de um passado amargo, intragável e inesquecível, de modo a criar uma marca de resistência que impeça esse passado de se transformar numa ameaça futura. Deste modo, é fundamental se observarem os critérios de seleção das memórias utilizadas para produzir o efeito esperado. Já que estamos falando de um jogo de negociações e construção social através das lembranças do passado, há de se buscar uma memória forte o suficiente para criar uma esfera de compartilhamento identitário.

Os conflitos descritos literariamente na Guiné-Bissau são significantes para entendermos a dinâmica de produção de uma literatura engajada militante e de resistência, assim como para evidenciar uma obra que busca recontar a história das guerras, golpes e abalos nacionais, para negociar identidades. O conflito é a base para a contestação das identidades e, portanto, diante deles surge uma poesia engajada onde há uma transfiguração das subjetividades do poeta para a escrita. Ao se revelar como fonte histórica, a poesia funciona como um registro das identidades, numa relação de alteridade entre escritor e leitor, e o espaço onde ela está sendo produzida. Nesse sentido, a literatura assume um papel utilitário para o qual se atribuem funções diversas. Sobre isso, Campato Jr., ao citar Osvaldo Silvestre, aponta que este autor classifica a literatura como tendo duas funções, uma formal e outra moral. A primeira função é a suscitar o prazer estético, adotando um caráter autônomo e valorativo. No que diz respeito à função moral, a literatura assume um papel de utilidade, ou seja, ela é utilizada pelo autor para um determinado fim, seja ele didático, moralista, político, cultural, social, etc.” (SILVESTRE, 1995 apud CAMPATO Jr., 2012, p. 31).

Ao assumir essa função moral ou utilitária, a literatura da Guiné-Bissau revela um engajamento que busca ao fim exortar todos os guineenses, fazendo uso de uma identidade nacional coletiva, à resistência frente aos conflitos que têm atingido o país e causado tanta dor. Como bem pontou Campato Jr., (2012, p. 292), na literatura guineense há um predomínio considerável de temáticas relacionadas à questão militante e lírico amorosa, destacando-se nos últimos anos produções mais intimistas. No que diz respeito à literatura de caráter militante encontramos produções que revelam um “convite à revolução, exaltação patriótica, celebração dos heróis nacionais, denúncia das mazelas sociais, esperança num futuro melhor, alertas contra a ameaça neocolonialista, entre outros. (CAMPATO Jr., 2012 p. 292).

#### 4.1 A literatura engajada guineense: traços da poesia de caráter militante

As dominações coloniais, alvo de nossa reflexão no capítulo I do presente estudo, representaram grande problema na elaboração das identidades dos países vítimas do processo de colonização tais como Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e na Guiné-Bissau. Essa questão se tornou proeminente porque tais dominações atropelaram as culturas e costumes locais, sufocando as formações identitárias existentes, e criaram uma conotação negativa e estereotipada sobre essas culturas, ao tentar incorporar os costumes europeus.

Como resultado, o que se viu, na literatura guineense, por exemplo, é que, ao longo dos anos, houve uma gradativa mudança temática na produção poética que tem seu início ainda no período colonial e que chega até meados de 1945, e seu desembocar em uma literatura que agregou traços confessionais, uma poesia intimista, em meados dos anos 1990.

É no bojo dessa expressão literária que surge na Guiné-Bissau de forma mais intensa, embora já se possam observar traços em outras épocas, uma poesia engajada militante. A partir dessa renovação, mais do que falar do cotidiano, a literatura africana em língua portuguesa e a guineense, em particular, ganhou ares de contestação, com forte presença de questões ligadas a cultura e origens identitárias. Um dos pontos que, ao que nos parece, ganhou maior destaque foi o engajamento literário dos poetas, assumindo uma postura de defesa de determinados pontos de vista ou crítica moral e social, questionando as ordens de poder vigentes e reivindicando a nação. Segundo Abdala Jr., esses poetas engajados lograram êxito ao produzirem sua literatura dentro do “campo intelectual descolonizado”, mas a questão principal é que eles não produziram para públicos colonizados, mas para o que eles entendiam ser o seu povo. Dessa consciência, surgiram literaturas nacionais africanas em língua portuguesa, embora ainda coloniais, “ao contrário do que ocorreu em outros países africanos”. (ABDALA Jr., 2007, p. 101).

Em países onde a expressão literário-cultural possui uma proeminência forte entre os indivíduos, seja por meio de uma literatura oral ou escrita, o recurso do militante assume um papel de grande importância, uma vez que traz à tona as principais reivindicações de um povo. *Mas afinal, o que de fato significa esse caráter engajado e militante na literatura?* Se estamos aptos a escolher um termo que melhor traduza a essência de engajamento literário na poesia, esse seria “autonomia”. Expliquemos.



Quando pensamos no caráter de uma poesia engajada, uma das primeiras coisas que nos vem à mente é a necessidade de um posicionamento demarcado pelo poeta, livre e autônomo. Isso quer dizer que há sempre uma necessidade de se escolher uma posição, um lugar de fala, uma ideologia, dentre muitas outras, quase sempre contraditórias e contrárias. Tendo feito sua escolha e estando certo delas, o poeta passa a defender o seu ponto de vista baseado nas escolhas que fez livremente, sem pressões. Nesse momento podemos dizer que o que está sempre produzido é uma literatura engajada. Esse tipo de literatura é, antes de mais nada, uma produção ideológica e de lados definidos.

Além disso, ela é autônoma porque, ao tornar-se livre de modismos, passa a contestar uma ordem vigente, assumindo uma roupagem predominantemente militante. Embora assuma uma posição que pode ser entendida em primeiro momento como uma produção tendenciosa, não é esse o propósito da literatura militante, embora a distância entre o “tendencionismo” e engajamento seja limítrofe. Para Oliveira (2001 p. 57), “o texto engajado pode atingir alturas se conseguir manter-se plurissignificativo, se tiver aquela ambiguidade que enriquece o sentido. Mas se dele desaparecer a liberdade, serão apenas teses ilustradas (...)”.

Se observamos o contexto histórico da Guiné-Bissau, assim como o dos demais países de língua portuguesa, veremos o porquê de tantas produções ressaltarem o caráter político e social. Não se trata apenas de um lembrar para recontar, mas recorrer ao passado para estabelecer os mecanismos de resistência em prol de todos. É uma luta diária, contra uma história de opressão e silenciamento que fez ruir e continua desestabilizando as estruturas sociais da nação. O mergulhar poético numa literatura engajada exige uma reflexão e o embate entre os diferentes saberes. “O gosto estético se associa à perspectiva política, a metodologia analítica à avaliação histórica, a subjetividade à funcionalidade, a clareza à expressividade”. (PEDROSA, 1994, p. 27). Esse talvez seja um dos grandes problemas que uma literatura africana sofreria em virtude de seu histórico de opressão. Segundo Campato Jr, para quem o caráter engajado da literatura guarda relação direta com as dominações coloniais, fazendo nascer um espírito de resistência e denúncia por parte dos autores africanos.

Em virtude da opressão colonialista que determinados países africanos sofreram do imperialismo europeu, natural concluir que boa parte da literatura dessas nações apresentará característica militante pronunciada. Nesse aspecto, um problema se coloca: um dos resultados da arte concebida à luz da função moral ou utilitária (literatura engajada) é o eventual e exagerado feitiço panfletário de que algumas obras acabam se revestindo, relegando a segundo ou terceiro planos o suposto aspecto artístico da literatura. Em tais ocasiões, a possível obra de arte cederia lugar ao unívoco discurso político, social, religioso etc., que concebem a linguagem dos textos transparentemente, sem problematizá-la. (CAMPATO Jr., 2016, p. 287).

Consideremos como literatura engajada toda a produção que tem, como princípio fundamental, a defesa de uma determinada causa, seja ela histórica, política, social, ideológica, econômica e etc. Conforme vimos em Abdala Jr., (2007, p. 98), “a literatura, alimenta-se dos discursos da política, da sociologia, da economia, e não, diretamente, dos fenômenos concretos. É das relações materiais entre os homens que aparecem esses discursos que serão mediatizados pela ideologia para, daí, serem objetos de apreensão literária”. O resultado dessa conformação entre a literatura e os discursos, em determinados momentos, não é tão perceptível ao leitor, principalmente se este não estiver a par do histórico de conflitos pelos quais passou um determinado país onde essa literatura é produzida. Muitas vezes, o recado poético está infiltrado nas entrelinhas, como uma mensagem enigmática a ser desvendada pelo leitor mais atento.

Um exemplo dessa sutileza na poesia pode ser visto num dos poemas da poetisa Saliatu da Costa, autora engajada e dona de uma poesia militante bastante expressiva. Saliatu nos mostra que é totalmente possível fazer adequações na poesia, mantendo sua beleza, sem virar as costas à realidade circundante, já que ela se sobrepõe justamente por fazer parte do cotidiano das pessoas a quem a poesia se dirige. O poema **Mentira Esculpida**<sup>96</sup> (p. 26) simplifica nosso argumento, uma vez que já em seu título temos uma referência às artimanhas dos grupos de poder para ludibriar os indivíduos, numa tentativa de enredar o povo guineense.

O reluzir dessa ribalta  
 Incendeia a dignidade do povo  
 Num crepúsculo de doces enganos  
 Em que nos presenteiam com abismos e absurdos  
 Pior de tudo (se é que pode haver...)  
 É esperar, vai se lá saber o quê  
 Que mais traja a falcatrua  
 Em que a lei se assume uma prostituta  
 Esse brilho que a noite vem espelhando  
 Doravante sombrio far-se-á  
 Se a mágoa entre trovões e acalmia persistir  
 Em vingar o embrulho que é estranho aos inocentes.

O que se nota, em princípio, é que a autora não faz nenhuma referência direta a quem deseja contestar, mas o olhar mais atento e a interpretação mais fértil podem trazer grandes surpresas. Aparentemente o poema poderia seguir uma linha comum, não fosse uma palavra que eleva todo a nossa atenção. Ao fazer uma comparação mostrando a lei como uma prostituta, Saliatu da Costa reacende uma antiga discussão no bojo da nação, a força do poder. A figura da prostituta, mulher construída pelos desejos ocidentais e que desde os primórdios

<sup>96</sup>Poema extraído da obra “*Entre a Roseira e a Pólvora, o Capim*” (2011). Cf. COSTA, 2011. Cf. Referências.

vendia seu corpo por dinheiro, confunde-se diretamente com a figura de *Têmis*, deusa grega guardiã dos juramentos dos homens e da lei. A interpretação mais clara é a de que a lei nesse caso caracterizou-se como prostituta e se rendeu aos caprichos dos detentores do poder, tornando-se parcial e injusta para com o povo. A lei rende-se aos desejos carnais, financiados pelo capital e busca constantemente se associar àquele que melhor pode lhe pagar. É uma troca de favores que tem, no Estado, o ponto focal da crítica. Afinal, se nos aproximarmos de uma definição de Estado *werberiano*, veremos que é dele que emana a coerção e o monopólio da violência. É ele um estado capitalista que se rende aos ditames do capital.

Um ponto que precisa ser devidamente esclarecido aqui diz respeito ao alcance dessa poesia em relação a seu alvo. Pelo que já foi exposto, poderíamos pensar que o poeta engajado seria aquele que usa sua literatura para produzir um discurso de ataque contra os “donos do poder”, e nisso incorreríamos em grave erro. Isso porque quando um poeta apenas se utiliza do espaço literário para atacar a política, sem ao menos refletir sobre como as situações caóticas puderam alcançar o nível que alcançaram, ele corre o risco de ver seu discurso atingir um fim outro, diferente do esperado, isto é, ele pode acabar no tabuleiro do jogo de poder e jogar esse mesmo jogo à maneira dos seus acusadores. O poeta engajado não é aquele que usa sua literatura para criticar sem refletir, mas sim aquele que, tendo refletido sobre o contexto de sua nação, tem mecanismos e elementos que legitimem suas reivindicações e sua denúncia. Não se trata utilizar a poética para atingir um determinado fim a todo custo, mas um processo contínuo de produção que não só pense num fim, mas em todos os elementos que estão por trás desse fim.

Importa à literatura engajada não o fato de olhar para fora de seu país, mas consciência crítica do sentido ideológico do trabalho artístico realizado. Essa consciência deve efetivar-se não apenas em relação a fatores referenciais, mas sobretudo em relação à dinâmica da série literária nacional. Nessa situação político-cultural que aproxima as literaturas de ênfase social em português, o dominante dialético aponta para a nacionalidade, quer consideremos essa polaridade interno/externo diante do nosso sistema literário ou as interações desse último com as dos outros sistemas ou microssistemas. O jogo artístico, a ser articulado na dialética região/país, ou país/países de língua portuguesa, ou ainda países de língua portuguesa/ literaturas de outros sistemas linguísticos, deverá renovar *patterns* próprios da literatura nacional. (ABDALA, Jr., 2007, p. 50).

É por essas e outras questões que a grande tática dos autores de uma literatura mais engajada é concentrar seus discursos em prol das desigualdades, da violência sistemática na nação, nos conflitos sequentes que se propagam no Estado, da resistência frente à repressão, da luta em prol de todos etc. O literato engajado não é um indivíduo neutro, e esse talvez seja o elemento principal para se entender como se dá sua poesia. Para se pensar essa questão em

relação à Guiné-Bissau, basta que observemos o texto ficcional de Filinto de Barros, cuja retórica tem como alvo a questão nacional e a luta pela independência do país.

Segundo Augel (2007) as marcas de sua poesia, observadas por meio do uso de iniciais maiúsculas, tais como “Luta, Combatente, Comandante, Partido” dão ao texto um valor mítico e denotam um engajamento por parte do autor. Ainda, de acordo com a autora, “o romance *Kikia Matcho* desempenha sem dúvida um papel importante para a literatura e para a construção da ideia de nação e de nacionalidades guineenses”. (AUGEL, 2007, p. 303). Logo, o que se vê é que a literatura engajada é um mecanismo de luta e resistência, algo que para Campato (2012 p. 33) permanece latente até os dias atuais, “quando a literatura tem de estar às voltas com a frustração dos sonhos não realizados pela independência política, com a ameaça constante do neocolonialismo e da globalização e com a autocolonização”.

Esse medo que circunda constantemente o espaço da nação acaba por fortalecer a poesia combativa militante. O autor assume um papel de cidadania, um papel social em busca de isonomia e melhorias para os seus pares e tem, em sua ação militante, o combustível para compor sua obra. O poeta ou a poetisa militante tem em mente uma causa pelo qual deseja lutar e por isso se utiliza de sua literatura para deixar transparecer seus desejos. Desse modo, a literatura passa de produto cultural a elemento de luta, resistência e transformação de uma sociedade. A postura militante questiona, por exemplo, as relações de poder e as opressões sofridas pelos povos africanos, seja no período de colonização, seja durante os abalos sofridos pela nação ao longo dos anos. Nesse sentido, procede-se verdadeira denúncia sobre os abusos enfrentados pelas diferentes esferas sociais do Estado, em momentos adequando-a ao lado estético da poesia, em outros deixando-o de lado.

Para Abdala Jr., há na produção desses autores um processo de correspondência entre a literatura e os discursos sociais, o que emerge de novas formas de articulação. “E, dessa maneira, por sobre padrões de conduta convencionais, rearticula-se a série literária de conformidade com configurações ideológicas que aspiram à hegemonia social”. (ABDALA Jr., 2007, p. 95). Saliatu da Costa (2012), quando questionada sobre o caso da literatura militante, argumenta que é difícil deixar de lado a tristeza e a revolta com o que se passa na política, e isso, portanto, acaba se refletindo diretamente na forma como o autor constrói a sua poesia. Tendo passado por tantos momentos de tamanha incerteza no país, o escritor guineense percebe que não há como fugir dessa árdua tarefa, tomada quase como um destino. E questiona: “(...) por que não inverter e transformar um discurso político numa poesia?”.

#### 4.1.1 Odete Semedo: “No fundo do canto” (2007)

Maria Odete da Costa Soares Semedo, popularmente conhecida como Odete Semedo, é uma das principais expoentes da literatura guineense contemporânea. Nascida em Bissau, capital da República da Guiné-Bissau, em 7 de novembro de 1959, em meio ao ensaio de movimentação para as lutas de independência, a poetisa concluiu seus estudos de segundo grau no Liceu Nacional Kwame N. Krumah, em 1980. Posteriormente, em 1989, graduou-se em Letras pela Universidade de Lisboa, no curso de Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas. Um ano depois, Semedo graduou-se em Educação pela Universidade Nova Lisboa. Retornando à Bissau, tornou-se coordenadora de um projeto nacional de propagação da língua portuguesa no ensino secundário. Posteriormente, vindo ao Brasil, a poetisa ingressou no curso de pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), onde conquistou o título de doutora em Letras em 2010<sup>97</sup>. Ainda, de acordo com Campato Jr. (2012, p. 195), Odete Semedo ocupou cargos de relevo dentro do governo em sua cidade natal, dentre os quais podemos citar o de Ministra da Educação (1997-1999) e o de Ministra da Saúde (2004-2005). Além disso, é professora da Escola Normal Superior Tchico Té, professora do Ministério da Educação Guineense (MENG) e Investigadora Sênior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP-Bissau). Atuou também junto à UNESCO, como presidente Nacional da comissão para a instituição. (CAMPATO Jr., 2012, p. 195).

Odete Semedo é dona de densa obra dividida entre artigos, trabalhos publicados em antologias literárias, textos em jornais e revistas dedicados ao estudo da literatura e cultura africana, em especial a bissau-guineense, tanto no país como no estrangeiro. A obra da poetisa é dividida entre a poesia e a prosa de ficção (contos). No que se refere à prosa ficcional, dois contos merecem destaque em nossa pesquisa: “*SONNÉÁ, histórias e passadas que ouvi contar I*” e “*DJÉNIA histórias e passadas que ouvi contar II*”, ambas produzidas pelo INEP, no ano de 2000<sup>98</sup>. No caso de sua obra poética, dois livros são representativos de sua poesia em língua portuguesa: “*Entre o ser e o amar*” (1996), obra publicada pela Coleção Kebur e “*No fundo do canto*”, obra que foi editada primeiramente em Portugal, por meio da Câmara Municipal de Viana Castelo, em 2003, e, posteriormente, em 2007, no Brasil, através da editora mineira Nandyala. (CAMPATO Jr., 2012, p. 195-196).

<sup>97</sup> As informações podem ser consultadas através da página no portal da plataforma Lattes, disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4264542U6>>. Acesso em 20/10/2016.

<sup>98</sup> FENSKE, E.K. (pesquisa, seleção e organização). Odete Costa Semedo - ancestralidade e a poética do desassossego. Templo Cultural Delfos, julho/2016. Disponível em: <<http://www.elfikurten.com.br/2016/07/odete-costa-semedo.html>>. Acessado em 20/10/2016.

“*Entre o ser e o amar*” (1996) foi a obra responsável por projetar Odete Semedo no campo da literatura guineense, dando-lhe o título de pioneira na produção de um livro de poesias. O livro é composto por diversos poemas, escritos em português e em crioulo. Graças à obra, Semedo fixou-se na história literária como a primeira mulher guineense a dar a lume um livro individual de poemas. “Assim, a obra possui valor histórico e relevância estética, já que contém, igualmente, indiscutíveis qualidades artísticas, superando, com certa folga, a maior parte das manifestações da lírica guineense”. (CAMPATO Jr., 2012, p. 196). É claro que não podemos nos esquecer que é Domingas Samy a primeira mulher guineense a publicar uma obra individual, na década de 1990, entretanto, no gênero da prosa de ficção (conto). Outras autoras surgiram em seguida participando de antologias e produções menores, num espaço predominantemente masculino, entretanto é justamente Samy e Semedo que rompem as barreiras do silenciamento feminino, cada uma em sua modalidade, e inauguram a participação da mulher na literatura guineense.

Em *Entre o ser e o amar*, Semedo faz uso do bilinguismo, apresentando produções de grande beleza estética. Além disso, por meio da língua Semedo traz a lume questões fundamentais em sua escrita: “a questão do pertencimento cultural e, em consequência natural disso, o problema da identidade. (CAMPATO Jr., 2012, p. 196). Vejamos, pois, a exemplo, trecho do poema “*Em que língua escrever*” (p. 11).

Em que língua escrever  
As declarações de amor?  
Em que língua cantar  
As histórias que ouvi contar?

*No fundo do canto* (2007), obra que compõe junto com *Entre a Roseira e a Pólvora, o Capim* (2011) e *Desesperança no Chão de Medo e Dor* (2015), o *corpus* teórico dessa investigação, teve sua primeira edição lançada em 2003, em Portugal, e posteriormente, em 2007, no Brasil. Segunda obra individual da autora, o livro constitui-se como uma das mais importantes produções da modalidade de reconto dos conflitos internos da Guiné-Bissau. Na observação de Moema Augel, no posfácio ao livro, “Odete Semedo quis, em primeira instância, com sua obra *No fundo do canto*, elaborar dentro de si, para ela mesma, os traumas ocasionados pela vivência da guerra que assolou a Guiné-Bissau de 7 de junho de 1998 a 7 de maio do ano seguinte”. (AUGEL, 2007b, p. 185-186). Esse pano de fundo revela as experiências traumáticas do sujeito poético e as particularidades do seu contexto histórico, levando-o a reavaliar suas identidades e reforçar uma poesia combativa e de resistência.

*No fundo do canto* traz à tona os traumas, medos e tristezas decorrentes da guerra que colocou muitos cidadãos em situação de diáspora forçada, bem como ocasionou muitas mortes. O conflito ao qual a autora faz referência deu-se a partir da insatisfação popular, recorrente no país, que já haviam ocorrido várias crises políticas nas Guiné-Bissau, gerando posteriormente uma rebelião militar contra o presidente da República. Durante onze meses ou trezentos e trinta e três dias e trinta e três horas, conforme recorrentemente reproduz Semedo, os guineenses viram-se em tempos de brutalidade e exceção, com forças militares estrangeiras em Bissau, o que obrigou os obrigou a se deslocarem para o interior, buscando fugir do epicentro dos conflitos. (CAMPATO Jr., 2012, p. 208). Após esse momento trágico da história do país, a relativa paz conquistada experimentou abalos constantes, por conturbações político-sociais e nunca alcançou a plenitude.

Dialogando com seu próprio tempo, Odete Semedo apresenta poeticamente uma história que ainda sendo contada e que, ao que nos parece, está longe de ver seu fim chegar. Ao proceder de tal maneira, Semedo faz “ecoar um canto *sui generis* que recupera, a seu modo, vivências individuais e coletivas que vão muito além do momento traumático da guerra”. (AUGEL, 2007 p. 48). O resgate da memória retrata os infelizes momentos vividos por todos no país, para reclamar a “nação” dos guineenses, para construir uma narrativa em prol da unidade nacional. Sua poesia, entretanto, não é apenas um relato do passado, de uma memória ou lembrança; é também, e acima de tudo uma indagação do futuro.

O livro possui cerca de 78 poemas, divididos em quatro segmentos: “*No fundo no fundo*”, “*A história dos trezentos e trinta e três dias e trinta e três horas*”, “*Concílio dos Irans*” e “*Os embrulhos*”, sendo essa última parte dividida em três outros segmentos: *primeiro embrulho*, *segundo embrulho* e *terceiro embrulho*. A primeira parte ou prelúdio apresenta 27 poemas nos quais a autora apresenta os preliminares de um conflito que estava por vir, um adiantar do “prenúncio dos trezentos e trinta e três dias”. (SEMEDO, 2007). Esses poemas são o “prenúncio” de uma história que está prestes a ver seu curso mudar. Na segunda parte, estão dispostos 17 poemas que contam a história de uma “guerra” que se instalou no país entre 1998-1999. Os poemas revelam os momentos vividos pelo sujeito poético diante do conflito armado, assim como seu espanto, tristeza, desnordeio diante das desgraças que assolaram seu país. Na seção terceira, são 8 os poemas dispostos. Os *irans* referem-se a todas as entidades místicas e divinas que circundam a Guiné-Bissau, protegendo-a. Logo, os poemas desse segmento são um evocar das múltiplas forças divinas, visando à salvação da nação da “catástrofe iminente. (AUGEL, 2007b p. 191). Essa seção é muito representativa das inúmeras identidades étnicas que estão distribuídas por toda a Guiné-Bissau. Por fim, a última

parte, intitulada *Os embrulhos* - dividida em três segmentos: primeiro embrulho, segundo embrulho e terceiro embrulho, é composta de 26 poemas, em português e em crioulo. Lembranças, tempo, identidades e esperança são alguns dos temas que percorrem toda essa seção, levando o leitor a uma viagem histórica mergulhada em recordações amargas de um povo que sonha viver em paz. Para Augel, “o processo de recordação, de reflexão, de testemunho, de desnudamento do passado (e do presente) e de ridicularização ultrapassa largamente os registros que envolvem apenas revivências”. (AUGEL, 2007b, p. 194).

Os versos de Semedo revelam uma tendência muito comum da escrita engajada, proeminente de uma literatura militante, isto é, o rememorar como forma de denúncia e sua narração como mecanismo de resistência. Ao se colocar como um *tcholonadur*, Semedo acaba por se tornar uma ponte entre os acontecimentos e o público leitor, dando-lhes ciência das agruras que assombram seu coração. Além disso, enquanto poeta ela “traduz para a poesia a dor coletiva de seu povo”. (AUGEL, 2007, p. 190). Ao fazer isso, convida-nos a conhecer a intimidade de sua nação, e percorrer os caminhos do calvário guineense, descobrindo as chagas abertas pelos conflitos internos. Convida-nos a pacientemente adentrarmos sua “casa” e a ouvirmos atentamente a “história [que] não é curta”. (SEMEDO, 2007, p. 22).

Outro aspecto importante da poesia de Odete Semedo, imanente em todas as literaturas de países colonizados, não poderia ser outro senão a constante contestação acerca da apatia do povo frente aos recorrentes movimentos de opressão que estão assolando a nação. Busca-se a todo instante uma desconstrução do discurso eurocêntrico patriarcal, revelando ao guineense que os grilhões, que outrora os mantiveram presos às grades coloniais, hoje precisam ser combatidos diariamente para que não voltem a escravizar o país. Dessa forma o que se nota é uma preocupação por parte dos poetas em traduzir o eterno narrar nacional em mecanismo de resistência. Assim, os poemas de *No fundo do canto* “inserem-se exemplarmente no grupo de obras que escrevem e narram a nação, no sentido apresentado por Homi Bhabha, isto é, a partir de indagações e da procura de vínculos de pertinência que possam explicar a nação para além dos contornos políticos do Estado”. (AUGEL, 2007, p. 326).

Se os traços ontológicos revelam a *priori* uma produção intrinsecamente abarcada de interrogações sobre os conflitos, morte, opressão, identidade; no momento em que busca guarida nos valores tradicionais através dos mitos e das crenças, “essa poesia assume também uma função social, incursionando pelos subterrâneos da fundamentação da nacionalidade<sup>99</sup>”.

---

<sup>99</sup> AUGEL, 2007, p. 328



#### 4.1.2 Saliatu da Costa: “Entre a roseira e a pólvora, o capim” (2011)

Saliatu da Costa, também conhecida pela alcunha Sali Costa, é uma poetisa contemporânea guineense, cuja notoriedade se observa a partir do ano 2000, quando emergem na literatura guineense algumas notáveis escritoras. (CAMPATO Jr., 2012, p. 257). Nascida em Bissau, capital da Guiné-Bissau, em 8 de abril de 1977, três anos após seu país ter sido reconhecido como independente pelo colonizador, Saliatu viveu seus primeiros anos em sua terra natal, onde fez os estudos primários e secundários. Aos 17 anos, revelou a sua paixão pela comunicação, mais inclinada à imprensa escrita. Estagiou no Jornal Correio de Bissau e na Rádio Bombolom, nos anos 1996/1997, de onde saiu para uma formação na Rádio Renascença em Lisboa. Saliatu não teve acesso ao ensino universitário; concluiu o 12º ano de escolaridade e possui alguns cursos feitos em Lisboa. Residente em Portugal há mais de uma década, onde atua como assessora de imprensa da Embaixada guineense em Lisboa, a poetisa tem persistido na escrita e publicado alguns artigos nos mais variados meios de publicação, seguindo assim impulsos endereçados à poesia, a sua eterna paixão.

Saliatu da Costa é filha de Manuel Saturnino da Costa, político de relevo no PAIGC e primeiro ministro da Guiné-Bissau no interstício de 26 de outubro de 1994 a 06 de junho de 1997. (MENDY, LOBBAN Jr., 2013, p. 109). Este fato, de certa forma, direciona todas as atenções da sociedade para sua família, haja vista que é parte dos processos de revolução que libertaram o país das grades coloniais. A poetisa passou por uma adolescência confusa até o início da vida adulta, tendo encontrado em sua família a mola propulsora para seu processo de transformação. Foi educada sem grandes liberdades, numa família muito conservadora, sendo a mãe uma senhora muito pouco comunicativa e rígida. Saliatu era gaga, o que dificultava sua comunicação. Refugiava-se na leitura e logo cedo começou a transpor para o papel todas as aflições, curiosidades, tristezas e alegrias. Conviver com 29 irmãos fez dela uma pessoa com limites bem delineados, evitando fazer a qualquer um deles o que não queria que fizessem contra ela. Aprendeu a partilhar e a se posicionar a respeito de muitas questões, sem preconceito. Foi assim que se apaixonou pela escrita, e, à medida que o tempo foi passando, foi se apegando cada vez mais à produção das letras, até chegar ao momento atual. É admiradora de Mia Couto, Agnelo Regalla, Odete Semedo, Alda do Espírito Santo, Helder

Proença. Também aprecia a poesia de Florbela Espanca e Carlos Drummond de Andrade. Entre suas obras preferidas encontram-se a *Bíblia* e *A cor Púrpura*<sup>100</sup>. (COSTA, 2012).

Saliatu da Costa escreveu alguns artigos e duas obras poéticas, todos de grande importância para a história da literatura africana de língua portuguesa, levando-se, sobretudo, em consideração sua contribuição para a difusão da cultura negra. Dentre seus feitos, podemos destacar as duas obras: *Bendita Loucura* (2008) e *Entre a Roseira e a Pólvora, o Capim*<sup>101</sup> (2011). Segundo Miguel de Barros<sup>102</sup>, além das duas obras de iniciativa individual, a artista possui participação em várias coletâneas, transformando-se “numa das mais produtivas e criadoras poetisas desta geração, como simboliza a força da resistência das jovens raparigas deste país que lutam e labutam para encontrar o seu espaço nesta sociedade”. (BARROS, 2011, p. 12). Saliatu deseja avançar na produção do conto, e contribuiu com poemas para o vol. 2 da *Antologia Poética: traços no tempo*, lançada em 21 de março de 2016.

*Bendita Loucura* (2008) é a obra que abre os caminhos da poetisa na literatura guineense, uma vez que é por meio dela que a artista rompe com “a exclusividade masculina da produção poética dos que nasceram depois da independência”. (BARROS, 2011, p. 12). Composto por 69 poemas em português e em crioulo, dispostos em aproximadamente 100 páginas, o livro apresenta em seu título uma controvérsia irônica de temas abstratos, porém com originalidade ímpar: o sublime e a insanidade. A obra é fruto de um passado longínquo, compondo-se de poemas escritos pela autora desde seus 17 anos. Segundo ela, “os temas refletem a imaturidade própria da idade, as quimeras, as ilusões, as rebeldias e as primeiras decepções. Portanto, a controvérsia dos temas deveu-se mesmo à inconstância de sentimentos vividos durante aquela fase”. (COSTA, 2012). A ironia do título da obra reflete a forma como a autora via os acontecimentos de seu país, traduzida em termos de loucura. *Bendita* é a irônica apatia vista na população que, mesmo em meio ao caos, parecia estar acomodada com os acontecimentos.

*Entre a Roseira e a Pólvora, o Capim* (2011) é uma obra constituída por oitenta poemas inéditos, dos quais catorze são escritos em crioulo, organizados em três partes: a Roseira, a Pólvora e o Capim. A autora utilizou-se de figuras de linguagem para dar corpo e

<sup>100</sup>As informações apresentadas são parte de uma entrevista com a autora no ano de 2012, via correio eletrônico.

<sup>101</sup>A co-edição com o sociólogo Miguel de Barros inclui um CD de declamações com direção musical do Zé Manel Fortes, com vozes de Cícero Spencer Gomes e Dina Adão, algo inédito na literatura da Guiné-Bissau.

<sup>102</sup>É pós-graduado em Sociologia e Planejamento (ISCTE), investigador associado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas da Guiné-Bissau – INEP, do Centro de Estudos Africanos do ISCTE, do Núcleo de Estudos Transdisciplinares de Comunicação e Consciência da Universidade Federal do Rio de Janeiro – NETCCON/URFJ e ainda membro do Conselho para o Desenvolvimento de Pesquisa em Ciências Sociais em África – CODESRIA. Informações disponíveis em: <<http://www.buala.org/pt/autor/miguel-de-barros>>. Acesso em 20/10/2016.

alma à sua composição, já que cada uma das seções do livro traz em sua essência um significado muito além do que nossos olhos podem ver. A *pólvora* que mancha é uma expressão metafórica designada a representar os conflitos constantes na vida do povo guineense. A *roseira* que está sendo manchada representa a Guiné-Bissau, flor que desabrocha em meio às atribulações, terra de homens e mulheres de coragem, que têm seu destino marcado pela opressão. O *capim* cuja essência acolhe os destroços rosa despedaçada é a esperança de um novo amanhã, em que a terra deixará de ser tingida de vermelho e a luz não mais será escuridão.

Essa obra de Saliatu da Costa apresenta uma série de aspectos militantes, dos quais podemos destacar a denúncia histórica, o combate moral, em poemas eivados de crítica moral e social. O livro se insere no contexto mais intimista da poesia guineense em língua portuguesa e direciona nossos olhares para diversos pontos temáticos que estão, de certa forma, impregnados em sua construção poético-literária. Um dos pontos fortes é o sentimento humanitário que direciona a poesia africana a ganhar ares mais militantes do que estéticos. Os poemas partem em defesa dos homens e mulheres mortos, das mulheres mutiladas, das crianças desabrigadas e de uma série de pontos problemáticos, exaltando a força do povo africano e da mulher negra, que ressurge com sua fachada intacta e com a alma em destroços. Nota-se nos poemas questões de identidade, negritude, de pertencimento à cultura africana e da esperança, abrindo portas para o reconhecimento e união dos povos negros em prol de sua libertação.

Vejamos, pois, o poema **Esperança** (p. 99):

Furibundo, enrolo-me num destino distinto  
Que me definiu violenta e me extinguiu  
Numa harmonia de doces e azedos pactos  
Em que o hipócrita se enaltece impaciente  
Diante da esperança que de certo renasceu  
Com empenho de moldar a paz no homem  
Que se julgou sangrento  
Num contexto que se revelou tendencioso

Outro aspecto muito relevante a ser levado em consideração na obra é a referência aos conflitos sociais e políticos, ocorrências muito comuns nos países africanos, e que ilustram algumas das razões pelas quais a literatura desses países tem se tingido de um caráter militante<sup>103</sup>. Note-se que, nessa obra Saliatu adota em sua escrita uma linha intimista, ou seja, voltada aos fatos e experiências que marcaram sua vivência. O caráter militante de suas obras

---

<sup>103</sup> É importante ressaltar que tal literatura de denúncia e combate não é uma exclusividade africana, em especial, no nosso caso, guineense. Pode-se encontrar registros dessa modalidade em vários países e continentes.

possui ténues relações com o fato de seu pai ter ocupado cargos de destaque na política bissau-guineense, o que possibilitou a ela uma visão e reflexão baseada na experiência. Tais experimentações foram fundamentais para a construção de suas identidades ao longo dos anos. Ao analisar sua obra literária, é necessário levar em consideração alguns aspectos muito importantes no que se refere à construção poética. Assim, podemos considerar que a temática das obras é um dos pontos primordiais para que nossa análise seja pertinente. Muito além do que apenas fazer uma representação abstrata, os temas da poesia africana de língua portuguesa apresentam uma linha muito peculiar e quase sempre muito comum em suas produções.

As questões identitárias e cotidianas circulam por toda a obra e representam quase uma unanimidade temática. Isso porque *Entre a Roseira e a Pólvora, o Capim* é uma obra muito representativa da vida guineense e, no limite, das identidades do povo. Nesse sentido, outro aspecto muito relevante a ser levado em consideração remete imediatamente aos conflitos sociais e políticos, fatores extremamente comuns nesses países, e que ilustram algumas das razões pelas quais a literatura desses países tem se tingido de um quê militante. É importante que se deixe claro que esse tipo de literatura de denúncia e combate não é uma exclusividade africana, em especial, no nosso caso, guineense. Já no século XVII, se observava esse tipo de literatura, assim como no século XX, com o surgimento do movimento modernista, na qual esse tipo de produção ganhou ares populares, já que até então os moldes parnasianos não permitiam que isso fosse feito. Também em Portugal, em paralelo com o movimento modernista de feição mais combativa (por exemplo, o romance de 1930), muitas mudanças foram notadas, principalmente dentro do Neorrealismo português, que se inflamou pela influência do socialismo marxista.

*Entre a Roseira e a Pólvora, o Capim* (2011) é obra relevante para entendermos que a literatura guineense em língua portuguesa segue os mesmos padrões de qualquer literatura, seja ela de qual nacionalidade for. A diferença da intensidade de como os fatos são representados parecem mediados pelo tempo em que ocorreram e como ocorreram.

Mesmo independente a Guiné-Bissau é martirizada por verdadeiras guerras pelo poder, o que faz da identidade um dos grandes temas presentes na produção da autora, ilustrada em vários poemas nos quais se vê ainda tanto o orgulho por ser mulher quanto por pertencer à cultura negra africana. Logo, a mensagem contida na obra de Saliatu da Costa, segundo Barros, “é a convocação da aspiração como uma característica que emana da cultura, como um passo na criação de um diálogo mais forte sobre a capacidade dos seres humanos em ampliar as suas concepções e engajarem-se na construção do seu próprio futuro”. (BARROS, 2011, p. 13).

#### 4.1.3 Tony Tcheka: “Desesperança no chão de medo e dor” (2015)

Tony Tcheka, pseudônimo de Antônio Soares Lopes Jr., representa, sem equívocos, a maior figura de representação do engajamento e de uma poesia de caráter militante da história guineense, além de figura-chave na promoção e difusão da literatura produzida dentro e fora das fronteiras guineenses. É, como diria Campato Jr., (2016, p. 153), “o patrono da literatura da Guiné-Bissau”. Tal como Semedo e Costa, o poeta e jornalista nasceu em Bissau, capital da Guiné-Bissau, em 23 de dezembro de 1951. Cresceu num contexto de colonização de seu país, observando de perto a intensificação de movimentos em pró-libertação nacional, experimentando momentos de tensão e proeminência dos conflitos. Jornalista desde 1975 e figura de relevo quando o assunto é política nacional guineense, Tcheka é também consultor internacional e desde 2012 perito-media no Programa da União Europeia de Apoio a Atores Não Estatais (EU-PAANE). Tony Tcheka é um dos mais conhecidos artistas guineenses, conceituado jornalista e representante de inúmeras organizações internacionais, dentre elas a UNESCO. (CAMPATO Jr., 2012, p. 85). Atuou como redator e diretor da Rádio Nacional da Guiné-Bissau, como chefe de redação e diretor do Jornal *Nô Pintcha*, além de correspondente e analista internacional, na BBC, Voz da América, Voz da Alemanha e portal Público<sup>104</sup>. Em 1980, foi responsável pela fundação da União Nacional de Artistas e Escritores.

Considerado por seus pares como um dos nomes mais sonantes na literatura e da comunicação social guineense, é autor de vasta obra. Segundo Campato Jr. (2012 p. 85), Tcheka faz parte de todas as antologias poéticas clássicas da Guiné-Bissau, dentre as quais *Mantilhas para quem luta* (1977), além de coletâneas no Brasil e na Europa. Além disso, figura junto com Antônio Baticã Ferreira e Helder Proença como autor do verbete “Literatura da Guiné-Bissau”, no *Dicionário temático da lusofonia* (2005). (CAMPATO Jr., 2012; 2016). Das suas obras de maior relevo, colhemos o livro “*Os media na Guiné-Bissau*” (2015), obra dedicada ao estudo da comunicação social na Guiné-Bissau, “implementado no âmbito UE-PAANE<sup>105</sup>, e três obras individuais, quais sejam: *Noites de Insónia na Terra Adormecida*

<sup>104</sup> Informações parciais colhidas da página da revista TRIPOV. Para essa e mais informações consultar o link disponível em: <[http://www.triplov.com/guinea\\_bissau/tony\\_tcheka/index.htm](http://www.triplov.com/guinea_bissau/tony_tcheka/index.htm)>. Acesso em 20/10/2016.

<sup>105</sup> O Programa de Apoio aos Atores Não Estatais (UE-PAANE) “NôPintchaPaDizinvolvimentu” enquadra-se na Convenção de Financiamento N° GW/FED/2009/021-338, assinada entre a União Europeia (UE) e a República da Guiné-Bissau a 15 de abril de 2010, no quadro do 10° Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), no âmbito da estratégia de cooperação da Comissão Europeia (CE) que prevê um apoio às iniciativas dos Atores Não Estatais (ANE) de 4 milhões de euros. Para mais esclarecimentos sobre o projeto, consultar o link do programa disponível em: <<http://www.ue-paane.org/quem-somos/o-projectoo-que-e-o-no-pintcha-pa-dizinvolvimentu/o-que-e-o-no-pintcha-pa-dizinvolvimentu/>>. Acesso em 20/10/2016.

(1996), publicada pela coleção Kebur, junto ao Instituto Nacional de Pesquisas (INEP) da Guiné-Bissau e prefaciada pelo pesquisadora brasileira Moema Parente Augel; *Guiné – Sabura que dói* (2008), lançada pelo União Nacional de Escritores e Artistas de São Tomé e Príncipe (UNEAS) e prefaciada pela literata e economista de origem angolana e nacionalidade guineense Filomena Embaló; e *Desesperança no Chão de Medo e Dor* (2015), obra publicada pela Cooperativa de Produção, Divulgação Cultural e Científica, Corubal<sup>106</sup>, prefaciada por Moema Parente Augel, com posfácios de Odete Semedo, Robson Dutra e João Adalberto Campato Jr. (CAMPATO Jr. 2012, 2016; TCHEKA, 2015).

*Noites de Insônia na Terra Adormecida* (1996) é uma obra cuja estrutura está assentada quase em seu todo por poemas em português, sendo apenas dez deles em crioulo. A composição é reflexo figurativo das noites de insônias do autor, motivadas por “amor e paixão, questionamentos sobre a vida e a morte, o patriotismo decepcionado e desesperançado, a preocupação pelo destino do país e do povo, sobretudo as crianças, solidariedade com os desprivilegiados”. (AUGEL, 2007 apud CAMPATO Jr., 2016, p. 323). Com poemas que rememoram o passado e projetam o futuro, a obra demonstra toda insatisfação do autor com a situação de sua nação, buscando, a todo momento, despertá-la para a realidade. Trata-se de obra de grande sensibilidade e que denota toda a experiência do autor em sua escrita.

Vejamos, pois, a exemplo, trecho do poema **Imerecimento**:

Adormeço  
Na luz  
Dos teus olhos  
vejo Veneza  
que não conheço

ondulo  
num circulo  
de ondas  
de levitação

confesso:  
não mereço  
a ternura  
da gôndola  
acariciando  
as águas  
onda a onda<sup>107</sup>.

<sup>106</sup>Se estamos corretos em nossas suposições, o nome refere-se a um dos mais conhecidos rios da Guiné-Bissau.

<sup>107</sup>CAMPATO Jr., 2016, p. 323

*Guiné – Sabura que dói* (2008) é uma composição com trinta e dois poemas divididos em língua portuguesa e crioulo, além de obra de homenagem ao escritor José Saramago. O livro, publicado em São Tomé e Príncipe, teve tiragem limitada de quinhentos exemplares e foi “lançado no Brasil, durante a Festa Literária Internacional de Porto de Galinhas, a Fliporto”. (CAMPATO Jr., 2016 p. 333). A obra reveste-se em hino à “terra-mãe”, que guarda recordações de um filho ausente que busca rememorar a pátria amada tão longínqua. Vejamos trecho de “*Mulher da Guiné*”, reproduzido nas páginas de Campato Jr. (2016): “Íntimas o espaço/ frondosa/ palmeira verde/ desafias o arco-íris/ nas tuas cores/ de mulher/ caminhas suave/ navegando/ em estradas/ de nenúfares”.

*Desesperança no Chão de Medo e Dor* (2015), obra com a qual optamos por trabalhar nessa investigação é, sem dúvida, representante singular das instabilidades políticas existentes no seio da Guiné-Bissau. O livro em questão foi concebido durante o período subsequente ao golpe de Estado que atingiu o país em abril de 2012, assombrando a nação até os dias de hoje. A obra mantém a mesma musa poética: a Guiné-Bissau, a terra de esperança de um povo sofrido, numa cumplicidade entre autor e musa poética. Tal cumplicidade está bem delineada e marcada a partir de uma tríade – desesperança, medo e dor – que são, nesse sentido, os ingredientes fundamentais para que se possa entender o sentido da obra. Cada elemento traz uma reflexão em relação à nação, o que, combinado às ilustrações de algumas poesias, metamorfoseia a obra numa joia poética de valor imensurável. Trata-se de obra que representa a essência dos sentimentos sociais ultracontemporâneos na Guiné-Bissau, seja por sua composição estética, seja por sua divisão estrutural. É quase um manifesto, tal qual fez Karl Marx ao tratar da origem e disseminação do capitalismo no mundo, embora aqui o assunto seja outro. Talvez pudéssemos tratá-lo como um diário da “guerra”, que conta poeticamente os caminhos pelos quais o país passou e como se encontra na atual conjuntura.

Tratamos a obra como um receptáculo de memórias de toda uma nação, pelas linhas poéticas de um autor que, vivendo em meio a esse caos, resolve dar voz e corpo à história de seu povo. Na obra, coabitam duas línguas da Guiné-Bissau: o *kriol* (crioulo) e o português e cada uma desempenha um papel fundamental para a reafirmação das identidades tematizadas nos poemas ao longo da obra. Os sentimentos são dispostos em cinco espaços: Medo no Chão; Amor e Afetos; Húmus e Vida; Ami e kriol, numa obra que denuncia os desmandos e os crimes de lesa-pátria, excetuando-se o segundo espaço. Para completar a sinfonia perfeita e seus acordes poéticos, as pinceladas e traços de Ismael H. Djabatá acrescentam, segundo Augel (2015, p. 9) “uma rima em cores sintonizadas com a melodia do canta guiné na *sufriumentu*, plasmada nestas páginas de amor à terra”.

O desenho estético que esses elementos nos trazem revela a clareza dos três sentimentos muito bem delimitados ao longo de toda a obra: desesperança, medo e dor. O autor, assim como os seus pares, desolado pelos acontecimentos em sua terra sagrada, deixa transparecer por meio de seus gritos quase mudos, o medo e a dor que tomam conta de si, como uma forma de libertação das amarras de um passado tão próximo e que ainda faz sangrar a jovem Bissau, amordaçada e sofrida. Tais sentimentos surgem das desesperanças acumuladas e que parecem não ter fim tão próximo. A cada nova esperança, um novo conflito, um novo drama, um novo assombro das fantasmagorias do passado se faz presente. Prova disso, a desesperança é a porta de entrada por onde se escoam os medos e as dores dos guineenses, elementos que Tcheka tratou de condensar em sua obra em forma de gritos; palco da encenação da verdadeira dor.

A desesperança, repetida ao longo da obra, abarca outros dois sentimentos que não podem ser deixados de lado – quase como uma santíssima Trindade, obviamente com sentidos diversos em termos de significado – o medo e a dor. O chão ao qual Tony Tcheka faz referência é o solo guineense, onde se assistem a todas as cenas que o autor descreve. Medo e dor são dois elementos que revelam a gravidade da desesperança do guineense que vive constantemente imerso em meio aos mais variados conflitos e não logra uma paz duradoura e plena. Ele se propõe a escrever os traumas e a desesperança de seu povo, como forma de libertação e purificação dos medos e traumas que os acompanham. Trata-se de um espaço para exorcizar esses medos e dores que a desesperança reforça.

Em *Desesperança no chão de medo e dor*, a tríade – desesperança, medo, dor – não deixa qualquer dúvida sobre o conteúdo da obra: predominância um certo padrão de amarguras, prantos, pavor, terror. Um terror produzido pela própria nação para o qual seus filhos verteram sua confiança inabalável de provisão de dias melhores, mas que continua a ser ferida pelos grilhões de um passado colonial, agora pelas vias do Estado que jura proteção e ao mesmo tempo fere. Em relação a essa desesperança, Carlo Guinsburg não poderia ser mais atual nesse sentido, uma vez que para ele “vivemos num mundo em que os Estados ameaçam com o terror, exercitam-no e às vezes o sofrem. É o mundo de quem procura se apoderar das armas, veneráveis e potentes, da religião, e de quem empunha a religião como uma arma”. (GUINZBURG, 2014, p. 31).

Tcheka faz coro junto a outros dois autores de grande importância na Guiné-Bissau: Abdulai Sila e Odete Semedo. Nenhuma das obras dos autores aqui citados está fundamental e unicamente centrada numa historicização dos acontecimentos da Bissau amada, mas articulam



a militância e a denúncia sobre o pesadelo dos desmandos políticos e suas consequências para a nação (AUGEL, 2015, p. 16).

Theodor Adorno, se bem que dentro de um contexto muito diverso, afirmou: “Os autênticos artistas do presente são aqueles em cujas obras o horror mais extremo continua a tremer”, fazendo coro a Walter Benjamin que se refere ao compromisso da “obra de arte que não deve trair o seu momento” (SELIGMANN-SILVA, 2003 apud AUGEL, 2015 p. 16). Nesse sentido, Tcheka apresenta por meio dessa trindade do sofrimento os seus desapontamentos com os rumos de seu país, através de uma poesia testemunhal, pungente e verdadeira, prestando uma contribuição valiosa para que se conheça a história da jovem Guiné-Bissau. Nessa tríade, o poeta condensa as fórmulas emotivas (*pathos*) e desnuda, segundo Augel (2015), “a distopia acontecida”. Desesperança, medo e dor são, portanto, a forma piramidal da representatividade das emoções de toda uma coletividade, aqui representada pelos guineenses que estão à mercê desses acontecimentos.

#### 4.2 Identidades e conflito na Guiné-Bissau: análise das poesias de Semedo, Costa e Tcheka

A análise de uma obra literária requer um cuidado especial por parte do investigador que não deve focar simplesmente questões características formais - correndo o risco de produzir uma reflexão mecânica - mas estender seu olhar para todos os elementos que podem estar ocultos nas entrelinhas da composição. É preciso deixar a obra falar, contar sua história já que a “obra literária tem dois aspectos: ela é ao mesmo tempo uma história e um discurso”. (TORODOV, 2011, p. 220).

No caso da poesia, ouvir o que cada verso tem a dizer e entender sua relação com a sociedade é tão importante quanto refletir sobre sua métrica, sonoridade e forma estética. Nesse sentido, nossa análise estará baseada num desnudar natural da poesia, extraíndo dela os melhores resultados e buscando desvendar os mistérios que estão por trás de seu traçado poético; enxergá-la no seu todo, observando como ela retrata literariamente a construção da identidade a partir da narrativa do conflito nacional é o nosso propósito.

Antes de qualquer procedimento analítico propriamente dito, é preciso se entender o que de fato vem a ser uma análise literária. Massaud Moisés, no seu *A análise literária* (2007), propõe uma reflexão acerca do significado da análise e do literário, como elementos

separados para posteriormente se entender a dimensão de seu significado. Segundo ele, análise pode ser definida como “processo de conhecimento da realidade”, que não é exclusividade de nenhuma ciência, religião ou arte. (MOISÉS, 2007, p. 13). Analisar é fragmentar um todo em partículas menores, desconstruir um texto literário e observar as estruturas que o compõe. Por literário entende-se tudo aquilo que esteja relacionado à literatura, enquanto expressão escrita da ficção, da imaginação e, por que não dizer, da história.

O texto literário nos permite uma série de interpretações, já que ele nos dá certa liberdade para interpretá-lo. Embora disponhamos de todo um roteiro para proceder a essa análise, é o próprio texto quem vai delimitar e nortear os caminhos a serem seguidos, bem como os procedimentos adotados. Sendo assim é “o próprio texto que determina o caminho a tomar”. (MOISÉS, 2007 p. 21).

Segundo Umberto Eco:

A leitura das obras literárias nos obriga a um exercício de fidelidade e de respeito na liberdade da interpretação. (...). As obras literárias nos convidam à liberdade da interpretação, pois propõem um discurso com muitos planos de leitura e nos colocam diante das ambiguidades e da linguagem e da vida. Mas para poder seguir neste jogo, no qual cada geração lê as obras literárias de modo diverso, é preciso ser movido por um profundo respeito para com aquela que eu, alhures, chamei de intenção do texto. (ECO, 2003, p. 12).

Todo texto literário possui uma intenção, um objetivo a ser alcançado e, por isso, a análise é um meio pelo qual reaprendemos a ler uma obra com olhares mais atentos; analisar, portanto, é ao mesmo tempo uma leitura e um ensino do modo de se ler um texto. (MOISÉS, 2007, p. 22). Quando refletimos sobre as literaturas africanas, principalmente aquelas de caráter militante, observamos claramente uma narrativa de combate, que tem por objetivo quase uníssono denunciar os conflitos provenientes das instabilidades políticas, militares e civis. No que diz respeito à poesia, há certa similaridade em relação ao discurso literário do conflito como forma de produzir sentidos para reconstruir as identidades que na obra aparecem.

Segundo Barthes (2011, p. 48), “a poesia é também uma forma de comunicação”. Através das rimas e do encadeamento dos versos podemos produzir novos sentidos, novas interpretações e, no limite, fazer uma leitura histórica através do texto poético. Nesse sentido, ao se analisar um texto poético, a primeira coisa que se deve ter em mente é que ele precisa ser compreendido através de sua essência, daquilo que aparentemente não está visível aos nossos olhos. (MOISÉS, 2007, p. 41). Ao refletir sobre questões poéticas, Antônio Cândido

(1996 p. 23) afirmou que “todo poema é basicamente uma estrutura sonora”, que provém de uma realidade liminar. Isso nos permite interpretá-lo, não apenas a partir daquilo que estamos vendo, mas daquilo que podemos ver através da produção sonora de significados, entendendo sua “realidade total”.

Segundo Moisés, a poesia é uma expressão do “eu”, que se utilizando de uma linguagem metafórica e figurativa, demonstra sua essência. Sendo assim, devemos proceder à análise, levando em consideração todos os aspectos sociais externos à poesia, sempre tendo em mente a realidade concreta na qual o poeta está inserido. Para Cândido, toda análise é uma interpretação, uma tradução do poema, “que pode inclusive ser feita diretamente, sem recurso ao comentário, que forma a maior parte da análise”. (CÂNDIDO, 1996, p. 14)

A poesia não trata simplesmente de uma expressão dos sentimentos individuais e das experiências do sujeito poético, embora essa seja a primeira constatação a que chegamos quando lemos um poema. Como bem foi dito anteriormente, uma poesia é muito mais do que aquilo que nossos olhos veem. Na sua individualidade, o eu poético congrega toda uma coletividade de sentimentos e retrata em seu traçado todo sentimento de um povo; o poeta, por assim dizer, dá voz os oprimidos ao mesmo tempo em que produz mecanismos de resistência.

É esse o caminho trilhado nas obras poéticas de Odete Semedo, Saliatu da Costa e Tony Tcheka que utilizam sua poesia como ponte entre a memória do conflito e o povo guineense, produzindo sentidos sobre suas identidades. Ao produzir uma poesia engajada, os autores consolidam-se, entre os seus, como representantes das narrativas literárias concentradas em uma dicotomia em particular: a relação entre os conflitos e as identidades.

Das poesias que retratam os conflitos nacionais e que refletem as identidades guineenses, bem como suas crises, a obra *No Fundo do Canto* (2007), da guineense Odete Semedo, configura-se como uma das mais representativas composições contemporâneas sobre o tema. Isso porque na assinatura de seus poemas transparecem traços de sua própria identidade, o que dá a sua obra um tom intimista e engajado. Semedo cumpre difícil papel em sua composição ao materializar-se já nos primeiros versos como a grande mensageira do apocalipse, o próprio *tcholonadur*, que anuncia em sua poesia o princípio de uma história que está prestes a mudar toda a vida na nação guineense.

*No fundo do canto* (2007) é uma produção poética que versa sobre um dos maiores conflitos internos da Guiné-Bissau: a guerra civil de 1998-1999, com a qual o eu poético encontra-se às voltas, resultando em uma escrita que põe a nu as experiências traumáticas oriundas da guerra. Ao misturar traços de uma literatura confessional e de testemunho, onde se ensaia um certo rigor poético com a necessidade de se criar uma poesia engajada, Semedo

apresenta uma obra que traduz a agonia e a tristeza presas nas entranhas de um povo que experimentou as amarguras dos “trezentos e trinta e três dias”. (SEMEDO, 2007). Disso, produz-se uma obra que agrega um emaranhado de temas, dos mais relevantes, dentre os quais vem a lume a crise identitária, fruto dos conflitos na pátria, circunscrita em identidades culturais que não possuem “uma origem fixa à qual podemos fazer um retorno final e absoluto”. (HALL, 1996, p. 70).

**O teu mensageiro** (p. 22), composição que inaugura as páginas de *No fundo do canto*, pavimentada o percurso que o sujeito poético irá trilhar ao longo de toda obra, revelando sua essência e apresentando duas características fundamentais em relação a sua identidade: os traços da oralidade advindos de tradições culturais e traços da língua falada, seja a materna (kriol) seja a oficial (português). A guisa de exemplo, vejamos alguns trechos desse poema:

Não te afastes  
aproxima-te de mim  
traz a tua esteira e senta-te

(.....)

Não me subestimes  
aproxima-te de mim  
não olhes estas lágrimas  
descendo pelo meu rosto  
nem desdenhes as minhas palavras  
por esta minha voz trêmula  
de velhice impertinente  
Aproxima-te de mim  
não te afastes  
vem ...  
senta-te que a história não é curta.

As estrofes selecionadas revelam o primeiro desses traços: a tradição oral presente na Guiné-Bissau. Note-se no poema o uso de verbos no imperativo - “senta-te”, “aproxima-te” - que marcam o início de uma história que está prestes a ser contada, o que vai ao encontro da necessidade de relatar algo. Como observa Campato Jr., nesse processo “percebemos a figuração do ato de relatar oralmente histórias, experiências de alcance universal e atemporal, mas que se tingem de cores locais”. (CAMPATO Jr., 2012, p. 209). Em especial, a penúltima estrofe aponta para o caráter milenar da oralidade, dado que o sujeito poético se apresenta como uma figura ancestral, de idade avançada. Por sinal, isso nos leva à segunda característica dessa poesia: a identidade linguística, fator presente nas literaturas africanas de modo geral.

Segundo Ana Mafalda Leite, estudiosa das literaturas africanas de língua portuguesa, dado o caráter da colonização sofrida, “a relação com as tradições orais e com a oratura, começam por manifestar-se exatamente pelas diferentes “falas” com que os escritores africanos se assenhorearam da ‘língua’”. (LEITE, 2012, p. 33). Desta forma, o tom, que chega a ser quase heroico no decorrer dessa composição poética, dialoga diretamente com o público, através das particularidades do pertencimento linguístico, no qual a língua comum entre o poeta e leitor mantém uma relação de identidade nacional.

Esse aspecto pode ser percebido na escolha da autora em, já na página posterior, apresentar uma versão em crioulo do poema, *Bu tcholonadur* (p. 23). Ao se utilizar do bilinguismo em sua poesia, a autora demonstra sua preocupação em relação à sua própria identidade linguística, afinal, “em que língua escrever? ”. (SEMEDO, 1996). Esse traço é usualmente observado em literaturas de países que sofreram colonização, levando o autor a registrar seus versos em duas línguas distintas: uma colonial e outra tribal. Segundo nos informa Campato Jr. (2012, p.30) “o sujeito poético fragmenta-se entre uma língua capaz de expressar as emoções e o íntimo do guineense com mais fidelidade, e outra língua de maior prestígio social e perenidade (português), mas que pode trazer consigo conotação neocolonialista”.

Aspecto semelhante é observável em **Bissau é um enigma** (p. 54). A composição caminha por vales onde o sujeito poético ora se vê diante de sua identidade-pátria, ou seja, seu pertencimento; ora se vê diante da identidade imposta pelo colonizador. A língua é elemento através da qual o sujeito se sustenta para extravasar suas emoções, seus anseios e medos. A nação é a figuração do poeta, assume corpo e forma, é construída e destruída pelos próprios filhos de suas entranhas.

“Bissau é um enigma/  
Guiné um mistério/  
mergulhada numa profunda angústia/  
eu a construir e tu a destruíres/  
Porquê, meu irmão/  
pergunto/  
se o caminho é único? ”.

**O prenúncio dos trezentos e trinta e três dias** (p. 24) adota tom profético para apresentar ao leitor uma visão antecipada dos acontecimentos que estão por vir: o prenúncio de uma guerra civil. O título já demonstra o quão longo será esse período, do qual ninguém poderá se esquecer, dada a gravidade dos acontecimentos. O poema agrega características da

maior parte das composições da obra, dentre eles “tom narrativo”, “avantajada extensão” e proeminência “imagética”. (Idem, p. 210).

Vejamos duas estrofes exemplificativas:

Meninos e velhos  
meninas e rapazes  
homens e mulheres  
todos ouviram falar da mufunesa  
que um dia teria de cair  
nos ombros da gente  
da pequena terra

(.....)

Caso passasse o predito  
Sem que o tormento amainasse  
apenas trezentos e trinta e três dias  
trinta e três horas  
separaria aquela gente  
de tal maldição  
assim está escrito  
no destino da nova Pátria.

A estrofe primeira denuncia a *mufunesa* – desgraça – que está prestes a acometer a Guiné-Bissau. Esse acontecimento, como dito, é descrito em tom quase profético, uma maldição revestida de uma roupagem mitológica, parte de histórias folclóricas da oralidade guineense. Como demonstra a autora, trata-se de algo de que “todos ouviram falar e que um dia teria que cair na pequena terra”. (SEMEDO, 2007).

A maldição que está a caminho é, como dito pela autora, uma obra do destino, quase que inevitável, e isso está bem visto na última estrofe. Os trezentos e trinta e três dias e trinta e três horas são o início de uma crise histórica no país, crise essa que vai reconfigurar as estruturas sociais e as identidades, em suas diversas pluralidades. É o prenúncio de um período (pós-independência) que se pressupunha fixo e imutável, mas que nessa altura resvala na dúvida e passa a ser questionável, analogamente à crise identitária tal como concebida por Kobena Mercer, citado no capítulo teórico dessa investigação.

**Longe de casa** (p. 45) é poema representativo do saudosismo da terra natal de um eu poético que se encontra em situação de diáspora. No poema, o eu poético, arrancado à força dos braços maternos de sua nação, encontra-se às voltas com suas crises identitárias.

Na terra longe  
tão longe de casa  
os nossos irmãos  
não queriam ouvir falar  
da miséria

vestiram de segredo a sua desgraça  
na terra prometida  
à espera do milagre  
milagre...  
milagre mora na terra de ninguém  
não se veste de desdém  
pois nada compra!

O lamento amargurado de quem está longe dos seus revela o desejo inquieto daquele que sonha com uma terra idealizada, pacífica, fértil e em bonança, diferente da realidade que o levou à situação em que se encontra. Trata-se de uma experiência na qual o sujeito enunciador está condenado a viver emocionalmente abalado, já que para Stuart Hall (1996 p. 69) “na história do mundo moderno, há poucas experiências mais traumáticas do que essas separações forçadas da África”. Essa experiência, de certa forma, expropria o eu poético de sua identidade, ao mesmo tempo em que está possibilitando a produção e reprodução de novas identidades, “através da transformação e da diferença”. (Idem, *Ibidem*).

**O espanto de Bissau** (p. 69) reflete um passado de escravidão africana, de violação das identidades étnicas e negação do ser africano. É poema que leva o leitor a reviver um dos momentos de maior gravidade da história da África, a saber: a escravização africana. Além disso, não pode passar despercebido que no poema, a cidade de Bissau transmuta-se em uma figura feminina.

Bissau não quis acreditar  
que estava sendo violada  
violentada  
adulterada  
Sentiu os golpes  
não verteu lágrima  
Vergou  
com a dor dos seus filhos  
mas não se quebrou  
Ajoelhou-se  
mas não caiu

A primeira estrofe revela o “estupro” da nação, uma violação advinda daqueles de quem menos se esperava, uma traição. O espanto do descrédito marca bem esse momento de agonia em relação ao inesperado. Além disso, denotam-se traços de um período de colonização, de tempos quando os senhores escravizavam os nativos africanos, abusavam de sua condição subalternizada e violavam seu corpo e sua alma. Na segunda estrofe, a figura feminina de Bissau aparenta ser forte e, mesmo sofrendo os golpes do flagelo, não se deixa abater, resistindo por seus filhos. É uma nação que está cansada do sofrimento e que busca entender o sentido dessa violação, tal como se vê na parte final: “*Sentiu no seu corpo a*

*violência do corpo estranho do mau trato... e num grito disse: Porque tudo isso oh Guiné? Porque tudo isso minha gente, porquê? Calou-se/ Olhou os seus filhos”. (p. 69)*

Se existe composição onde podemos observar com maior detalhe a crise das identidades, essa está presente no poema **Perdidos, desnorteados** (p. 75). Usando de linguagem inicialmente filosófica, misturada com palavreado chulo que denota o inconformismo do eu poético, o poema impressiona a princípio por sua ousadia, ao mesmo tempo em que demonstra um sujeito cuja identidade foi “decapitada” e que agora se encontra sem rumo.

Decapitado  
o meu corpo rola  
e deambula pelo mundo  
os meus membros se entrelaçaram  
buscando proteção fora de tempo

(.....)

A minha cabeça  
o meu corpo desbaratado  
os meus membros entrelaçados  
minha Guiné  
minha terra  
porra...  
rolam... rolam e deambulam  
em movimentos incertos

O poema revela um sujeito cuja identidade foi decepada pelo conflito que assola a sua nação, e que agora deambula pelos caminhos da incerteza em relação a si mesmo e ao futuro de sua pátria. A figura representativa dos verbos “entrelaçar” e “desbaratar” demonstram a confusão na qual esse sujeito se encontra imerso, assim como denotam seus “movimentos incertos”. Além disso, nota-se uma fusão entre o poeta e a matéria do poema, tendo o sujeito poético adotado uma postura testemunhal, que em essência traduz seus anseios. Ao assumir o controle e se tornar o próprio sujeito da enunciação.

Na mesma linha de incerteza em relação à sua identidade, o poema **Ninguém reconhecia ninguém** (p. 76) demonstra o sujeito poético que está perdido em suas dúvidas que parecem não ter fim, traço típico de alguém que está em profunda crise em relação a sua própria identidade. Vejamos:

Quem é quem?  
Quem será quem  
nas interrogações  
dos nossos herdeiros  
Quem perdoa  
Quem condena?



É preciso responder  
 sim  
 aos nossos anseios  
 não  
 aos desvarios  
 rostos  
 sim  
 às mãos que se estendem  
 às vozes  
 E quem escuta? (p. 76)

As questões postas durante a construção desse poema já nos dão algumas pistas sobre esse sujeito. Em primeiro lugar, é preciso ter em conta que estamos tratando de alguém que por ser vítima da colonização encontra-se completamente perdido sobre quem é, ao mesmo tempo em que não se reconhece enquanto pertencente a uma determinada comunidade. De acordo com Campato Jr. (2016, p.291), por conta disso, a todo momento, o literato africano se vê diante de questionamentos como “Quem sou eu? Quem é o outro que me vê e que (...) me impõe uma identidade? Qual é a minha cultura? A que modo de vida pertenço? (...)”. É a partir dessas questões que esse sujeito passa a construir a sua identidade, ao mesmo tempo em que passa a se perceber diante das diferentes subjetividades e nas relações de alteridade.

O poema *Cogito, ergo sum* (p. 137), em essência e ao primeiro contato, não parece dar grandes mostras de ligações referentes à questão da identidade. Trata-se de composição que segue os mesmos padrões das demais, incitando o leitor a extrair interpretações mais profundas. Desse modo, muito além do corpo da poesia, delineado por suas estrofes e versos, o que nos chama a atenção é o título, que guarda relação direta com as experiências de um sujeito em crise identitária. Isso porque, segundo a teoria proposta por Kobena Mercer, a identidade só passa a ser uma questão quando questionável.

Essa é a constatação a que chega o sujeito cartesiano, para quem a dúvida é a única certeza que se pode ter. René Descartes (1637), fundador do método cartesiano, modaliza a filosofia ao colocar em dúvida sua própria existência e chegar à conclusão de que se “*cogito ergo sum*” (penso logo existo), ao pensarmos, colocamos em xeque todas as nossas certezas. Nesse sentido, quando passamos a duvidar de que tudo aquilo que nos apresentaram como verdade absoluta, e empreendemos uma busca de tentar descobrir quem de fato nós somos, estamos vivenciando uma crise identitária, estamos frente ao crivo da dúvida.

Em *Metamorfose* (p. 139), temos uma poesia que fala de um sujeito poético cuja identidade sofreu uma modificação, uma transformação que resultou em um sujeito híbrido. É poema em que podemos notar o choque cultural entre diferentes nações, embora o poema não exprima isso de forma clara e direta.

Nascerão corpos novos  
ajustados à medida  
frutos da metamorfose  
Não serão nem carne nem peixe  
invertebrados  
padecerão de artrose  
Não serão nem galho nem feixe  
nem da fauna nem da flora  
Assim mesmo  
abrirão o terceiro embrulho  
e aparecerão  
Matutino  
virando Vespertino  
mais Viviano  
e Presentino  
cada um a sua história

O primeiro verso já é bastante significativo para entendermos essa questão. Ao apontar que novos corpos surgirão, a poetisa está falando de um sujeito que, estando exposto em duas ou mais culturas e/ ou países com identidades diferentes, constitui uma terceira via de matrizes culturais. Ele é o novo, o transformado, aquele que, após sofrer as mutações em seu casulo social, desperta para a sociedade e dela começa a fazer parte.

As figuras de linguagem presentes ao longo da composição deixam evidente que esse novo sujeito, híbrido, não é pertencente a uma determinada cultura e nem a outra, mas se constitui alguém “ajustado à medida”. Essa transformação está totalmente relacionada com os conflitos pelos quais um determinado país, nesse caso a Guiné-Bissau, passou. Ao se ver diante de processos que deslocam esse indivíduo para situações de diáspora, de violência, ou de qualquer outra questão que provoque uma ruptura em suas certezas, vide poema anterior, esse sujeito passa a se reconstruir e se transformar socialmente.

A poesia de Semedo também aponta para traços de um discurso nacional, de uma identidade coletiva, seja ela cultural ou étnica. **Discurso de urdumunhu** (p. 155) é um poema que rememora aos compatriotas da nação suas identidades com a terra. Trata-se de escrita onde o sujeito poético exorta seus irmãos a resistir aos rompantes que rondam a nação.

Caros irmãos  
meus compatriotas  
jamais vos esqueçais  
somos filhos de lavradores  
muito bem instalados  
nas nossas tabancas  
em tempo de férias

Acobertai-me pois  
nesta tripeça  
conquistada com embrulhos  
de troça e trapaça

De início, a fala informal presente já no primeiro verso demonstra um sujeito que tem bom trânsito entre os seus compatriotas, mas ao mesmo tempo alguém que sabe manejar as palavras para unir o seu povo, lembrando em determinados momentos os discursos engajados do herói revolucionário nacional Amílcar Cabral. Em outro segmento, percebemos um certo orgulho em relação a sua pertença, ao lugar de onde veio, em relação a seus familiares, e que clama aos seus para que não permitam que a “troça” e a “trapaça” venham a corromper a sua terra e destruir a sua nação. É um chamado ao povo para resistir e lutar, em prol de todos, contra as atrocidades que têm destruído a Guiné-Bissau. É um poema cuja marca é a forja de uma identidade nacional.

Outra importante representante de obra onde a dicotomia conflito/identidade se faz presente é Saliatu da Costa. Em sua obra, *Entre a Roseira e a Pólvora, o Capim* (2011) a autora utilizou-se de figuras de linguagem para dar corpo e alma à sua composição, já que cada uma das seções do livro traz essencialmente um significado para além das percepções menos aguçadas. Como já observamos anteriormente, a pólvora expressa os conflitos que são fatos constantes na vida do povo guineense; a roseira representa a Guiné-Bissau, flor que desabrocha mesmo em meio às tribulações; e o capim, cuja essência acolhe os destroços e a seiva sangrenta da rosa despedaçada, é a esperança de um novo amanhã, em que a terra deixará de ser tingida de vermelho e a luz não mais será escuridão<sup>108</sup>.

Saliatu da Costa é uma artista fragmentada identitariamente falando, uma poetisa, diríamos, em estilhaços identitários, que congrega em seus poemas formas de identidade bastante comuns na literatura africana em língua portuguesa, das quais podemos citar: a identidade feminina, identidade negra e a identidade nacional, temas que mantêm íntimas relações entre si já que são frutos de um eu lírico em crise.

A primeira dessas temáticas, identidade feminina, está totalmente ligada ao orgulho de ser mulher, de ser do sexo feminino e, também, de pertencer ao gênero feminino. Judith BUTLER (2003, p. 18) considera que o sujeito feminino não pode ser compreendido através de uma visão permanente, uma vez que há uma heterogeneidade do ser feminino, ou seja, há especificidades de mulheres, embora possamos enquadrá-las em grupos em que as semelhanças sejam próximas. A definição do que é o feminino, dessa forma, ultrapassa os limites do gênero e desemboca nas questões de identidade.

---

<sup>108</sup> Em 2012, publicamos artigo na Gazeta de Notícias de Bissau sob o título “Machas de Pólvora na Roseira e no Capim”. Trata-se do engatinhar de nossas pesquisas sobre a autora em questão. Para mais, consultar a produção disponível em: <[http://www.gaznot.com/?link=details\\_actu&id=833&titre=Cultura](http://www.gaznot.com/?link=details_actu&id=833&titre=Cultura)>. Acessado em 10/11/2016.

Em seus poemas é lícito notar que existe uma explanação do “ser” mulher que permeia quase toda sua poesia. Com relação a isso, podemos ressaltar que a artista traz em suas produções características de uma literatura confessional, além de utilizar recursos poético-estilísticos para dar corpo e alma a suas poesias, dando ênfase à identidade feminina, alvo de preconceitos e violência. De igual maneira, a autora se vale de duas ferramentas bastante importantes na construção de sua poesia, a saber: o desmascaramento da subalternidade e a autoafirmação. A partir desses elementos a autora ajuda a promover uma reflexão acerca do "papel da mulher em África" através da expressão literária, dando voz àquelas que antes estavam invisibilizadas pelas grades da opressão. O poema que dá início à primeira parte do livro, intitulada de *A Roseira*, ilustra já em seu título a exaltação do ser mulher, enquanto identidade feminina.

**Poesia em trajés femeninos** (p.17) é poema instigante, fruto de uma poetisa que está descobrindo a essência do seu eu poético, e que em meios aos conflitos existentes em sua terra resplandece na aurora. A aurora descrita vem ser a representação do principiar de uma revolução feminina, no qual a mulher, cansada de chorar e sofrer, se fortalece em sua fraqueza e rompe os grilhões da opressão aos quais por muito tempo estivera presa.

Na disparidade de outrora  
 Nasceu a aurora  
 A brilhar...  
 O choro vem emudecendo desde ontem  
 Pudera ou se não...  
 O desamparo fortaleceu a audácia  
 Sendo...  
 Luz e continuidade da prudência  
 Porque chora e não se envergonha  
 Tratando-se embora de um sentir estranho!

É antes de mais  
 E antes de tudo que se exprime  
 A revolução.  
 O relançar da pureza da deusa  
 E dos deuses o reconhecimento merecido e atrasado  
 No género da excelência ao parir risos e lágrimas  
 Num florir das alices em perfeição  
 A mulher  
 Magnificamente mulher  
 Omnipresente!

Note-se que a primeira parte do poema está enriquecida de figuras de linguagem que, se num primeiro momento representam a luta diante das contendas existentes no país, logo em seguida renovam-se, a partir do sofrimento, em traços de um intimismo clássico dessa poesia. Em sua segunda parte, podemos identificar claramente como a poetisa prioriza a identificação

feminina no decurso de seu traçado poético. Podemos notar um poema que retrata o orgulho em ser mulher, alçando-a numa posição onnipresente, quase que sobrenatural. Do mesmo modo, existe uma identificação de gênero muito forte nas entrelinhas do poema, bem como uma relação entre a força e a fragilidade, na busca de abrandar a estratificação do qual a mulher é vítima. Ao longo das reflexões poéticas da autora, principalmente no que se refere à temática feminina, observamos uma linearidade no que diz respeito à representação da Guiné-Bissau, que é representada pelo vocativo feminino. Logo, não se fala em relação ao país, mas sim à terra, à pátria. Fala-se igualmente da população guineense, das lutas e das ânsias dos homens e mulheres que lá vivem. Para Saliatu, a Guiné-Bissau é “a mulher que canta lágrimas entre risos, a mulher que sob a pólvora não se inibe de encontrar uma árvore de sombra para os seus; a mulher que depois de tudo, depois de tanto, continua a parir, encantada apenas com o capim e o chorar do menino que nasce do seu ventre”. (COSTA, 2012 p. 7).

Exemplo dessa representação, **Pátria Amada** (p. 19) é desses poemas que lança sob a Guiné-Bissau um olhar predominantemente feminino, o que pode ser entendido como uma projeção lírica da identidade da autora. Do trecho selecionado denota-se uma poesia que reforça traços da maternidade, colocando a Guiné-Bissau como uma filha que precisa de cuidados.

Agasalhei-a com esse cadáver vivo de negra  
Ardente, sacudiu-me de podridão  
Amei-a com fulgor  
Amei-a com lazeira  
E gritei!

(.....)

Como um pássaro, ainda ousei cantar:  
Amo-te muito pátria minha...  
Retorquiu em soluço e acanhada:  
Tão bom é ser amada  
Filha do meu ventre!

O poema possui duas passagens que merecem nossa especial atenção dada a dimensão da reflexão do sujeito poético. A primeira passagem é traduzida através da doação humana pela pátria amada, mãe gentil. Ao percorrer sua obra mantendo íntimo diálogo com a terra amada, o sujeito poético demonstra a proximidade identitária entre ambos. Isso se reforça já na segunda passagem, bem representada pela última estrofe, que representa o amor em sua forma mais sublime, o de mãe e filho. Saliatu da Costa usa o ventre materno para tornar visível o seu amor pela Guiné-Bissau.

Muito mais do que adequação de palavras em busca de uma harmonia poética, Saliatu buscou evidenciar sua relação de pertença com sua terra. O nascer em determinado território, para muitos, já é suficiente para determinar sua identificação com uma determinada nação. Além disso, a terra em África é algo sagrado, não só por questões territoriais, mas por seu caráter cultural, ancestral. A terra é o alimento da alma, é o sustento do espírito.

O conceito de identidade negra talvez seja o que mais identifica a poesia africana, e nos traços de Saliatu não poderia ser diferente. Isso porque o tema representa certa união de todos os negros em torno de uma história de marginalização e sofrimentos, e na busca de sua valorização em relação aos seus costumes e seu orgulho de pertencimento à cultura negra, à negritude. Segundo Kabengele Munanga, “a negritude e/ou a identidade negra se referem à história comum que liga de uma maneira ou de outro todos os grupos humanos que o olhar do mundo ocidental “branco” reuniu sob o nome de negros”. (MUNANGA, 2009, p. 20). É uma identidade que não está apenas assentada em fatores sociais e culturais, nem fisiológicos como a cor da pele, mas a uma história comum que vitimou milhares de povos africanos degradando e desumanizando-os, e negando sua cultura.

O poema **Negritude** (p. 94) apresenta duas vertentes muito importantes dessa temática: a identificação e a exploração negra, que podem ser bem vistos no decorrer da organização do mesmo. Trata-se de composição extensa e que requer atenção para suas entrelinhas, nas quais o sujeito poético expõe um ponto fundamental no que diz respeito ao fator negro: a escravização africana.

Mar  
 Mar salgado  
 Digam azul que és  
 Neutro e infinito se quiserem  
 Sei eu que és suor  
 Do irmão aferrolhado  
 Sei eu que és seiva  
 Do preto que o grito abafou  
 Do chicote que vem assobiando  
 No negro que só quer ser ele  
 Nas veias que corre rio  
 Vermelho por sinal  
 Na aura do menino

Já na primeira estrofe a autora revela um sujeito que se vale da métrica e harmonia poética do texto para fazer uma crítica ao modo como as pessoas negras são tratadas, bem como faz uso da ironia para desabafar suas mágoas com relação ao processo de escravização negra. O mar é representativo do suor dos corpos negros que eram obrigados a desempenhar

trabalhos forçados para seus senhores, mas, na mesma medida, pode ser entendido com a seiva lacrimal do sofrimento “do preto que o grito abafou”. O chicote que canta no dorso notas sofríveis aparece como artifício para lembrar os castigos aos quais os negros eram submetidos; afogados em seu próprio rio de um tom rubro-sangrento. Em determinados momentos, temos a sensação de estarmos diante dos rascunhos de um *Navio Negreiro*<sup>109</sup>, típico das épocas escravagistas. A marca fundamental dessa poética é a representação do seu orgulho de pertencimento ao povo negro.

No decorrer do poema o sujeito poético apresenta traços marcantes do tráfico negreiro, ilustrados a partir da incerteza sobre quantos nativos teriam sido levados pelos colonizadores e mercadores de escravos. Esses traços fazem parte de uma história obscura ou, como pontua a autora, uma história não contada que a todo custo tenta ser jogada no fundo das prateleiras da história. “*Mar que encarar fere/ Diz-me quantos levaram/ Nos dias que vêm assombrando/ A história que não se conta/ Não queria mais que beber/ O pranto da mulher padida/ Que em meu sonho vem gemendo/ Acorrentada nas tuas ondas*”.

Ainda no que diz respeito à identidade negra, as lutas, fraquezas e a escravização são os picos de explosão artística da poetisa, valendo-se disso para dar vida à obra. O trecho que dá continuidade a esse aspecto apresenta características que ilustram perfeitamente como a mulher negra é vítima de preconceito. Alguns versos chocam por sua construção, fazendo ponte com a história da civilização, em que se pregava que o negro era inferior e não tinha alma, comparando-o a animais, praticamente coisificando-o. “*Mar/ Que em absurdo me respondeu/ É apenas preta/ Animal de estimação/ Brava como a maré forte/ Domesticada para muito render/ Escrava levada prenha e parida/ No navio negreiro*”.

O trecho final merece atenção especial, pois revela não só a severidade dos tempos de opressão, como também velada denúncia da segregação social dos negros em toda a África.

É só mais uma fera  
 Que serve sangrando  
 Porque animal produtor  
 Da riqueza que vem engolindo  
 Como ontem a dignidade  
 Mar  
 Apartheid por ti passou  
 À escravatura sucumbiste  
 Irmãos meus dispersos jazem  
 Perdidos e nostálgicos  
 Permaneces trágico e mudo  
 Irritante e velho.

<sup>109</sup> O termo em destaque refere-se à obra de Castro Alves, importante poeta brasileiro do século XIX.

Considerados como “feras” que precisavam ser adestradas, os negros foram sucumbidos à margem social pelos colonizadores, desconsiderando suas identidades. A autora faz uma reflexão sobre como relegaram os negros ao nada, como seres sem valor, sem dignidade; algo que de certo modo justificou o cerceamento dos direitos negros em prol de minorias brancas, um *apartheid* sem precedentes. Os versos finais demonstram os inúmeros negros que foram colocados em diáspora e mortos nesse trágico e mudo velho mar.

Antes de seguirmos para uma terceira forma identitária vista nos poemas de Saliatu da Costa, é preciso que reflitamos sobre a relação existente entre a confluência da identidade feminina e a identidade negra, revelando aspectos de um feminismo negro. Por muito tempo, até um passado próximo, quando falávamos em mulher, pensávamos que esse termo englobaria a todos os seres gênero feminino, inclusive mulheres negras; entretanto, essa nem sempre é uma realidade. Partindo de pressupostos que a própria história registra, observamos que esse desvio foi importado pelos colonizadores, que mantinham esses costumes para com as mulheres. Passagens históricas nos revelam a condição de inferioridade a que a mulher foi submetida durante boa parte de sua vida, e quando pensamos na mulher negra, chegamos à triste constatação de que essa é uma realidade recorrente mesmo nos dias atuais. Um dos pontos que colaboraram negativamente para essa discriminação é o chamado patriarcalismo, que em suma representa os costumes baseados na autoridade da figura paterna, impostos pelos colonizadores. Contra isso, o feminismo negro abre caminhos para uma discussão importante: a condição da mulher negra na sociedade.

Sabemos que em países subdesenvolvidos, como é o caso da Guiné-Bissau, a estrutura familiar ainda segue os mesmos padrões arcaicos, em que a figura paterna é tida como líder familiar e as mulheres são a ele submissas. A mulher é vista apenas como um objeto, cuja sua única função é a procriação familiar e trabalhos ligados ao lar. Assim, enquanto os homens recebem educação e são treinados para o convívio social, as mulheres têm esse direito praticamente negado. Entretanto, apesar dessa realidade, algumas mulheres têm se sobressaído perante a sociedade, enfrentado todos os preconceitos e desafiando a força do poderio masculino, reivindicando um direito que na verdade é seu.

Nesse sentido, a identidade transborda o oposicionismo binário (feminino e masculino) e encontra espaço nas diferenças das relações de poder em relação a etnia, sexualidade, nacionalidade, e tantas outras. Logo, observa-se um percurso de empoderamento e visibilidade, um deslocamento do particular para o público, onde as fronteiras do lar se confundem com as da rua, tornando-se parte uma da outra. Isso possibilita um redesenho do espaço doméstico, ao qual a mulher sempre estivera condicionada.



Saliatu da Costa é um exemplo vivo disso, apesar de sua pouca idade, tem conseguido atingir patamares que outras dificilmente alcançarão, pelo menos não enquanto lhes negarem a condição de cidadania. Para a mulher negra, essa realidade é ainda mais penosa, pois, além do preconceito de gêneros, existe o preconceito de raça. Em seus livros, a poetisa retrata passagens significantes que servem de pressupostos para nossas afirmações.

Outro ponto que, de igual forma, merece nosso olhar minucioso refere-se à identidade guineense (nacional) e africana, ou seja, a um sentimento de pertencimento a uma nação com determinadas características próprias e, igualmente, a um continente, no qual há um sentimento que une todos os africanos em torno de uma identidade continental, isto é, a africanidade. O conceito, que antes apenas fazia referência a condições de etnias, agora ganha ares mais amplo, estabelecendo relações com questões continentais. Não se trata apenas de falar do continente africano, mas se encontrar dentro do grupo a que pertence, ou seja, de o africano observar que existe uma relação de identificação em relação à nacionalidade/continentalidade, sendo possível analisar poemas cujo conteúdo traz explanações da África. Assim é possível afirmar que uma das vertentes da africanidade é o orgulho de pertencimento à cultura africana, de pertencer a um lugar caracterizado por ser objeto de violência, de eurocentrismo e de diáspora.

**Doce Pátria** (p.58) representa fielmente uma dessas condições. Sem grandes extensões, o poema apresenta um sujeito poético que ressalta elementos positivos de sua pátria, questionando-se em relação à apatia que ronda seus compatriotas. Esses elementos, em certa medida, estabelecem uma ligação direta com a condição de inferioridade a eles relegada, além de ecoarem o grito de justiça que vem das almas de povos que diariamente lutam para defender a pátria amada.

Com uma pátria tão plácida,  
 NÃO queira que os lamentos me ensurdecem!  
 Com um sol tão apetecível,  
 não me apraz em falar em crueldades!  
 Com recursos tão naturais,  
 atemoriza-me tanta mingua!  
 Com uma nação tão dócil, angustia-me perguntar:  
 o porquê de tanta desumanidade.  
 Com histórias de lutas ferrenhas ontem,  
 anseio um sossego necessário, sim mereço?  
 Findo a escravatura, colonialismo, angustia-me indagar:  
 de que serviu o patriotismo?  
 Com tão pouco que se diz ter, ousou perguntar:  
 porque não se faz nada, ou se faz tudo?

A poesia expressa o descontentamento que se arrasta desde o descobrimento da Guiné-Bissau, sua colonização, a escravização dos povos nativos e sua libertação. Por meio dela, o eu-poeta se questiona sobre a finalidade de um patriotismo se “não se faz nada ou se faz tudo?”. Ao que nos parece, a autora busca respostas do porquê uma nação tão pujante, em termos de cultura, ainda não ter encontrado seus rumos, não ter conseguido se libertar do passado.

**Orgulho e sangue** (p. 81) denota traços que enfatizam o orgulho de fazer parte da Guiné-Bissau, como uma pátria propriamente dita, ressaltando aspectos de uma “guineidade”, ou seja, uma noção de pertencimento coletivo em relação à nação guineense. Trata-se composição onde o sujeito poético reafirma sua defesa da pátria, transbordando-se tamanho o contentamento com essa terra abençoada.

Não sei ser não sendo  
 Da Guiné herdeira do capim  
 Água e bondade,  
 Pode até ser  
 Pois sempre num patamar de orgulho  
 De farrapos e fardas  
 No argumento e arma do inimigo!  
 Em mim não há desdito  
 Nem paralelos que me embarcam  
 Senão em orgulho deste ser  
 Guineense!

O sangue presente no título do poema é uma metáfora para a identidade, ou seja, a composição poderia facilmente ser intitulada “Orgulho e identidade” sem perder sua essência. O que se quer mostrar com isso é um sujeito poético que tem sua nação nas veias, alimento da vida que há em si e sem a qual ele não poderia existir, identitariamente falando. Outra figura de linguagem encontra-se presente no segundo verso: o capim. Esse ao qual a autora faz referência está associado ao desejo de dias melhores, ou seja, significa esperança.

Os termos “farrapos” e “fardas” dialogam diretamente com “argumento” e “arma do inimigo”, e parecem desempenhar um mesmo papel dentro do texto poético: o de rememorar as guerras. Os primeiros podem estar associados aos soldados e civis envolvidos nos conflitos enquanto os outros dois demonstram a tentativa de diálogo com as forças inimigas, como um meio de sanar a crise na qual a nação esteve imersa. Ao final o que se tem é um sujeito orgulhoso de sua terra, da sua Guiné, cuja identidade foi tão solapada pelas garras coloniais.

Do orgulho da pertença à terra, há um desdobramento que parece estar diretamente ligado ao desejo. Nesta altura dos nossos estudos, cabe a nós fazer uma reflexão de como se dá essa manifestação dentro da poesia de língua portuguesa. Podemos tratar o desejo sob duas

linhas de visão distintas: o desejo como sentimento abstrato de querer algo, ou como manifestação do prazer com vistas à sexualidade. Não nos parece menos relevante fazer tais observações, já que o tema com o qual trabalhamos de certa forma possui um elo particular que se mimetiza com os demais já abordados.

Analisando a literatura no que diz respeito à Guiné-Bissau, observaremos os vestígios deixados por uma colonização exploradora em que os dois aspectos parecem existir, algumas vezes diretamente, em outras, de forma velada. Em **Gumbé da Guine** (p.18), podemos apreciar tal manifestação do desejo na poesia, o querer inconsciente de dias melhores. É poema que reflete a paixão da artista por sua terra, deixando evidentes seus desejos mais secretos de que sua nação se levante da podridão a qual a luta por poder a condicionou.

Hei de ouvir-te,  
 Demonstrando sua esperança  
 Entoar o salmo nobre  
 De gloriosos combatentes em infâmia hedionda  
 Que por hoje jamais ousariam  
 E tresmalhados sucumbem embalados  
 De irmãos suporem em consciência  
 Hei - de ouvir-te, Guiné  
 Chiar ao erguer da podridão  
 Resplandecente ao som da quinta sinfonia  
 Ou talvez de *balafom*<sup>110</sup>  
 Em feição das múltiplas etnias  
 Que juntos dotam e dançam  
 Ao som que a Guiné vai cantarolar

A composição é rica por resumir em seus versos o desejo do povo guineense, materializado pelo sujeito poético, em contemplar dias melhores, de uma relativa paz. O tom que percorre toda a métrica poética é o da esperança. O entoar do salmo nobre é simbólica referência aos cânticos sagrados, revelados a partir de um lirismo poético, tal como observado no livro homônimo presente no velho testamento da Bíblia cristã. A conjunção desses elementos arquitetam um sujeito que louva as glórias e conquistas dos revolucionários da nação, exaltando e dando-lhes uma aparência sacral.

A segunda estrofe revela que o sujeito poético é ao mesmo tempo popular e erudito, principalmente quando observamos a inserção da quinta sinfonia de Beethoven, uma harmoniosa ópera a qual o eu poético associa o som do *balafom* africano. Ousaríamos afirmar, com licença poética, que nesse diapasão a identidade é uma sinfonia em constante mutabilidade, em múltiplos compassos, notas e tons diversos. Tudo isso, somado aos versos

---

<sup>110</sup> Trata-se de um instrumento musical tradicional na Guiné-Bissau.

da estrofe primeira, cria uma aura onde o desejo, um querer para todos, ressoa como uma busca pela coletividade, uma “guineidade”, descrita através da união das “múltiplas etnias”.

O poema **Vitória** (p. 101) segue uma construção em forma de acróstico, dispostos de modo que as duas estrofes formem a palavra que dá nome ao título. Trata-se de composição que revela ao leitor os desejos do sujeito poético pela vitória de sua terra, frente aos desmandos e atrocidades que vêm sendo cometidas ao longo dos anos na Guiné-Bissau. É composição que em determinados momentos se assemelha a uma oração milimetricamente construída sobre as agruras do povo guineense, um rogo sofrido de quem não pode esquecer jamais as memórias de um “passado fúnebre”.

Vinde gloriosa, vinde  
 Impera o sonho presente  
 Tumulto do passado hás-de dissipar  
 Orações por ti sob pranto dispõem  
 Rindo-se do ontem que sobressaltou...  
 Imploro o ar da tua graça  
 Ansiando a hora da tua mocidade!

Vinde formosa, vinde  
 Indica-nos a pujança da raça  
 Tacteia o crer no sol triunfante  
 Obvia a tua misericórdia  
 Retendo na memória o passado fúnebre  
 Inspirando o bálsamo que a paz esbanja  
 Acima da vitória desta nobre nação

Na primeira estrofe do poema, podemos observar um traço importante incorporado/assimilado na Guiné-Bissau durante a época de dominação colonial: a questão da religiosidade cristã. Não é difícil imaginar que a construção que ora se analisa seja inspirada nas crenças da própria autora, que, instigada pelo embate entre as tradições culturais dos rituais africanos e a religiosidade ocidental, encontra no cristianismo o antídoto para curar as chagas de sua alma enferma. O repetido e desesperado clamor “vinde gloriosa, vinde” se refere à paz tão esperada pelos filhos da Guiné, que ao implorar por sua emergência esperam que ela indique “a pujança da raça”. Além disso, como em toda oração, espera-se que a misericórdia divina lance sobre a nação um “sol triunfante” que ilumine os caminhos do povo, e guie-os nos caminhos da paz.

No percurso trilhado até o momento, a obra de Tony Tcheka, *Desesperança no Chão de Medo e Dor* (2015), completa a tríade de autores guineenses onde a narrativa literária do conflito parece refletir sobre a questão das identidades. Poeta abalado pelos traumas recorrentes na Guiné-Bissau, Tcheka busca através de sua escrita poética abrandar com

emplastos ritmados suas dores, dissabores e, por que não dizer, sua desesperança. Já o título da obra apresenta as nuances do que está por vir; uma obra onde a esperança foi solapada pelos chicoteantes golpes contra a Guiné-Bissau, terra-mãe, marcada pelo temor agônico das incertezas.

Dividido em seções harmonicamente construídas, o livro reúne “gritos, clamores, desabafos, protestos, indignação e lembranças, em um enredamento inesperado e bem-sucedido, imerso em um contexto histórico bem definido, um livro de poemas em que o autor protagoniza a narração de sua dor”. (AUGEL, 2015, p. 11). Como pano de fundo para sua inspiração poética, estão os conflitos políticos presentes na Guiné-Bissau, dando início, utilizando a interessante expressão de Moema Parente Augel, a um “parto datado (...) de muitas dores e lascas de medo, fragilizando mentes e tolhendo espaços de liberdade e de cidadania”. (Ibidem, p. 13). Desde parto, iniciado em meados de 2011 e cujas dores e contrações se intensificam em 2015, vem à luz, *Desesperança no Chão de Medo de Dor*.

Na obra, encontramos aproximadamente cinquenta poemas bem distribuídos, escritos em português e em *kriol*, dispostos em cinco seções, e que possuem a mesma fonte de inspiração da maioria dos poetas guineenses: a Guiné-Bissau e seu povo. Fala-se do fio de esperança que ainda resta nos corações dos guineenses, das amarguras e lamentos de um eu poético que, vendo sua terra sucumbir diante dos imbrólios políticos, tem esperança de que a paz se manifeste no chão-pátria. Fala-se também de alteridade, dos contrastes que ao fim e ao cabo desembocam na relação de identidades, da “urgência de resguardar a memória de um passado recente e impactante, elaborado esteticamente a partir do testemunho inadiável”. (AUGEL, 2015, p. 12).

**O medo no chão** (p. 17), poema-seção que encabeça a obra, evidencia o que se verá ao longo de todo o livro: composições poéticas vigorosas, bem medidas e milimetricamente ritmadas, onde o sujeito poético encontra-se apavorado com os acontecimentos em sua terra.

...a meio passo do chão  
a um fôlego  
do medo.  
o medo, medo, medo  
traje que veste  
a alma-guiné  
ferida  
tateei na voz cansada  
a fala perdida...

**Meu chão, minha gente** (p. 18-19) dá o tom das composições que seguirão por toda a obra: versos carregados de grande emoção, memórias e maturidade poética. É composição em primeira pessoa que representa um sujeito poético debruçado sobre a questão da alteridade. Já o título é simbólico dessa questão, pois revela traços da subjetividade do autor e sua relação com a coletividade; a minha gente que nada mais é senão os guineenses.

Pisei o chão  
 escorria água.  
 medrei o tempo  
 salpicou-me sal.  
 abracei o vento  
 o bafo morno do *kufentu*<sup>111</sup>  
 ondulou na minha cara ressequida.

Olhei à volta, nada vi.  
 ninguém ouvi. medi os passos  
 senti que estávamos todos ali,  
 no mesmo chão.  
 saboreei solidão, mas éramos muitos  
 e todos sem ninguém  
 caminhando no mesmo chão descaminhado  
 asfaltado de dor-gente  
 que brota do chão que sente  
 expelindo bolhas de desassossego.

Desço na vertical  
 chego ao chão na hora  
 em que a palavra entorpece  
 na eira labiríntica  
 o sono amolece  
 o sonho dessazonado.

Como se nota na composição, há um sujeito poético que está envolto em ambiente de grande comoção, que reflete em seus versos sofridos o seu desnortear perante a nação almejada e promissora, mas que está sendo solapada pelo desgoverno. Dessa análise, a estrofe segunda parece ser a que melhor representa os sentimentos desse sujeito poético que se encontra saboreando a solidão, mesmo estando em meio a uma multidão. Seu descontentamento e falta de norte são reflexos das amarguras vividas em sua terra; de sua experimentação desse ambiente corrompido pela corrupção que assola seu povo, fazendo-o “caminhar caminhos descaminhados asfaltados de dor-gente”. A dor como pavimento é algo muito simbólico, pois mostra um compromisso do eu poético em denunciar os desmandos em sua nação.

---

<sup>111</sup> Conforme registra Tcheka (2015, p. 18), o termo significa “vento agreste, vento seco, ventania”.

Autor comprometido com sua terra, de onde emana sua identidade, Tcheka demonstra em suas poesias certa cumplicidade e devoção pela pátria-mãe que o acolheu nos braços após seu nascimento. Isso, de certa forma, fez com que em suas obras coabitassem duas línguas da Guiné-Bissau: o português e o *kriol*, traços de sua própria identidade. Esses aspectos levam o poeta a adotar um tom testemunhal, já visto tanto em Odete Semedo quanto em Saliatu da Costa, revelando seu desassossego com o caos político que jogou a Guiné à beira do precipício do aniquilamento. Tony Tcheka assume o papel de *griot*<sup>112</sup> para denunciar a desfiguração identitária de seu povo, emprestando “voz aos que até então eram silenciados, identificando-se com eles, dando-lhes visibilidade”. (AUGEL, 2007, p. 366).

O poema **Guineense** (p. 20) é uma composição bastante reveladora sobre a caracterização do povo da Guiné-Bissau, que aqui é visto em termos de sua identidade nacional, de pertencimento ao Estado guineense. Trata-se de poema curto, em termos de extensão, mas que congrega grande lirismo, onde observamos duas facetas do sujeito guineense, quase numa relação passado/presente. Essa relação é fruto dos acontecimentos que marcaram suas vidas e que os colocaram em situação conflituosa no que diz respeito às suas identidades.

Vejamos, pois, a primeira estrofe dessa poesia:

Somos  
o desfalecimento  
lento  
do eco-razão  
das vozes da terra  
que ontem fecundaram  
lalas e bolanhas  
construindo na palavra.

Tony retrata o guineense, assim como a si mesmo, como alguém em desfalecimento, perdendo o vigor lentamente, um eco da terra-mãe engasgado. As formas verbais, em primeira pessoa do plural, demonstram a proximidade do autor com seus pares, numa relação fraterna de alteridade. O sujeito oculto “nós” é revelador da relação das identidades que estão presentes nessa composição, isto é, parte da identidade pessoal para a coletiva, que aqui, tomando por base a representação figurativa das “*lalas e bolanhas*”<sup>113</sup>, encontram-se alagadas. Na opinião particular de Moema Augel, “tal posicionamento faz parte do projeto

<sup>112</sup> Figura importante na cultura africana, o *griot* é um contador de histórias, narrador de tradições de um povo.

<sup>113</sup> Segundo Moema Augel, “lâlas são as várzeas que se tornam alagadiças no tempo das chuvas; as bolanhas são campos também alagáveis, às margens dos rios, preparados para o plantio do arroz”. Cf. AUGEL, 2007, p. 343.

subliminarmente presente nesses textos que vão além do reflexo de uma identidade ora subjetiva ora compartilhada, expandindo-se para a construção da identidade nacional, numa tomada de posição reveladora do lugar do subalterno (...). (AUGEL, 2007, p. 343).

No seguimento do poema, além dos aspectos já enunciados anteriormente, observamos a desilusão estampada na afonia do povo, que se mantém em silêncio diante da tormenta, uma vez que dão por certa a tempestade que se forma no céu de sua pátria, fruto dos parasitas que estão a construir uma “corte de demus”, ou seja, o próprio inferno no chão da Guiné-Bissau. *“Hoje, sem voz, calamos/ o silêncio/ troveja/ em sentimentos/ despedaçados/ por novos pajens/ da corte de demus! ”*.

Em **Finisterra** (p. 38), observamos um sujeito poético fluido, cujos pensamentos estão se liquefazendo diante dos acontecimentos mais recentes no chão-pátria. É poema de extensão mediana, dividido em duas partes que podem ser lidas de forma conjunta ou separada, sem que com isso haja um prejuízo à estética literária. Em essência, o que se afere da leitura mais atenta é a fragilidade que cerca esse sujeito, levando-o a se fragmentar “em partículas decompostas”, o que no limite representa o esfacelamento de sua própria identidade.

A guisa de exemplificar tal interpretação, apreciemos a parte I do canto-poema referido.

Encurta-se-me o pensamento  
truncado no sonho que não amanhece  
escoo por dentro de mim liquefeito  
reduzo-me em partículas decompostas.  
escasseia o tempo  
que se me escapa pelos corredores da hesitação

Entre mim e ti minha terra sugada  
tolhida de seiva  
excisada com foices de finisterra  
sedimentando uma cratera  
de esquecimentos  
subtraindo o diálogo  
em lavas de solilóquio amnésico

Dada a fragilidade política que acompanha a Guiné-Bissau nos últimos anos, não era de se estranhar que essa refletisse negativamente na identidade do guineense, afinal se como bem pontuou Zygmunt Bauman, a identidade é pertencimento e quando a âncora que nos assegura nesse porto se perde ao léu, perdemo-nos junto com ela. Esses abalos que estão corroendo a estrutura institucional e social do país têm gerado “reflexos calamitosos na sociedade”. (AUGEL, 2015, p. 13). A terra e seu povo sofrido já se encontram amnésicos,



descrentes em relação ao futuro dessa nação que está a ser constantemente barbarizada “*sugada/ tolhida de seiva/ excisada com foices de finisterra*. (TCHEKA, 2015, p. 38).

O clima que ora se instaura no seio da Guiné-Bissau ecoa nos quatro cantos do país, revelando a efusão do “medo do chão” (TCHEKA, 2015, p. 17), o que tem assombrado seu povo, que teme o domínio do totalitarismo e a sucumbência ao estado de exceção. Essa era uma realidade que se observava em 2012, quando do golpe destituiu os governantes e deu fim ao processo eleitoral vigente, com um governo de transição sendo instalado, do qual o autor experimentou amargamente seus dissabores. Esse momento pode ser lido a partir do chamado estado de exceção, tal como caracterizado pelo filósofo italiano Giorgio Agamben, para quem esse estado “tem estreita ligação com a guerra civil, a insurreição e a resistência”. (AGAMBEM, 2004, p. 12). Ao entrar em vigor, esse regime acaba por anular direitos fundamentais do cidadão pois coloca, primeiramente, sua Constituição à margem, extirpando qualquer padrão de um estado de direito, o que o torna extremamente perigoso.

No canto-poema **A meio passo do nada** (p. 35-37), podemos tomar nota de alguns desses traços. Ocupando três páginas, a composição parece uma fusão poética de sentimentos, agregando o poema-seção **Medo do chão** (p. 17), onde o sujeito poético mostra a ebulição do medo do povo, diante do estado de exceção que ora se instaura, um “rasto da procissão de trastes”. Um dos traços mais marcantes do desassossego e desnorteio do povo com o que está se instalando na Guiné-Bissau está evidenciado na representação figural da “bandeira desalmada”, desfigurada de toda a identidade que outrora a constituiu.

o rasto da procissão de trastes  
e na cauda do andor vazio  
icei as velas do mastro  
do meu navio encalhado  
em calhaus de embustes  
de espera em espera  
vi a bandeira  
desalmada.

As flâmulas e brasões são, cada um a seu modo, traços da identidade de um indivíduo ou de toda uma coletividade. São a representação do pertencimento a algum lugar no qual a alma resolveu fazer morada. A imagem da bandeira desalmada é ao mesmo tempo o reflexo de uma nação sem vigor, sem cor, sem vida; e a ilustração de um povo despido de toda sua identidade cultural e nacional, encalhado no porto da desilusão, içando seu leme à espera de que os ventos da esperança possam colocá-los de volta ao mar.

Já ao final do poema, podemos observar um sujeito poético que, tendo visto sua terra ser massacrada, usurpada e destituída de qualquer direito, encontra-se perdido “no passo que não dei/ na voz magoada que não sai/ na fala que vitupera”. (p. 37). São justamente os últimos versos que compõem esse poema que demonstram a percurso assinalado pelo poeta em relação ao surgimento de um estado de exceção na Guiné-Bissau. Ao transcrever para a poesia memórias do conflito, Tcheka denuncia a usurpação dos direitos soberanos do povo guineense, já que são esses violadores dos direitos do povo, responsáveis pelo medo que ora se observa.

o coração num harpejo  
de arritmia  
e  
eles  
trazendo o medo  
no meio da mão fechada.

Diante dos destroços do sujeito nacional, em termos de identidade, experimentou-se na Guiné-Bissau uma paz relativa em meados de 2014, quando se iniciou o processo de consulta popular para eleger os novos representantes da nação. Embora, a tormenta degradadora tenha sido momentaneamente vencida, o poeta já não é mais o mesmo. Tomado de grande comoção, Tcheka se viu diante da triste tarefa de dar seu testemunho sobre o período de trevas que assolou o chão-terra guineense. Para Augel, o poeta encontrou “premente necessidade de desabafar, de sacudir o trauma em que estivera envolvido durante o nefasto período do país à deriva impulsionou sua performática produção”. (AUGEL, 2015, p. 14).

Sem sombra de dúvida, é exatamente essa a essência poética do traçado que se desenvolve ao longo de todo o canto-poema **A palavra** (p. 30-31). Composição rica e ritmada, caminhando entre uma poética confessional mais engajada e reflexões histórico-filosóficas, o poema aponta, como se pode ver na parte primeira, para um sujeito marcado pelos traumas do chão-terra, buscando transpor os rios da esperança, segurando-se “*pelo movimento do (...) corpo cansado e a planta do pé da terra gretada com lanhos de dor*”.

Na segunda parte do poema, nota-se o desassossego desse sujeito que está às voltas com sua dor e à procura da palavra emigrada fruto das *desesperançadas diásporas*. Os termos ‘emigrada’ e ‘diásporas’ possuem uma característica importante no poema, já que funcionariam como questões complementares no que se refere à saída de um determinado país para viver em outro. Por outro lado, precisamos atentar para o fato de que, no primeiro caso, esse deslocamento é feito de maneira espontânea por parte do indivíduo, enquanto que na

diáspora o deslocamento é forçado, seja por conta de conflitos internos, preconceito ou perseguição. Logo, parece-nos que o eu poético busca palavras espontâneas para manifestar sua desesperança frente à extirpação de seus laços com sua terra, de sua identidade nacional.

Os versos finais vêm complementar o descontentamento do poeta com o que está ocorrendo com sua pátria, fazendo-o embarcar na brisa perdida do tempo. Tendo colocado a razão no topo de seus pensamentos, ele se deixa levar pelo vento “em voos ziguezagueantes”.

(.....)  
 embarquei no sopro da brisa perdida  
 na virada do soalco do tempo  
 planei no pico do espaço  
 onde o poilão grande de pequenas folhas abertas  
 hasteia a razão  
 e solta ao vento  
 a lâ menor  
 desprovida  
 de sentido  
 em voos ziguezagueantes.

Há certa simbologia no último verso do poema, no que diz respeito à forma ziguezagueante com a qual o poeta está a seguir a vida. É como se estando sem chão, sem norte, desancorado, arrancado de sua terra, o poeta se visse jogado sem direção, esperando que os ventos o levassem. Não ter um ponto norteador é estar sem rumo, e é isso, aparentemente, que o conflito fez com o povo guineense. Ao jogar ao vento as identidades de um povo, foram jogadas de igual forma suas esperanças e o que resta é caminhar sem norte esperando, quem sabe, que bons ventos coloquem a Guiné-Bissau em seu lugar devido.

No decurso das análises, podemos perceber os traços identitários presentes na recente produção poética da Guiné, tais traços ora tendem a estar relacionados à própria subjetividade do autor, ora se relacionam com as identidades coletivas culturais e nacionais. Além disso, denotam-se nuances de tempos mais longevos nos quais os homens e mulheres africanos eram vistos como animais irracionais, que necessitavam ser domados e submetidos ao processo de assimilação, em prol de sua ‘civilização’. Essa visão estereotipada foi por muito tempo imposta aos povos africanos como forma de mascarar sua cultura, crenças e suas identidades.

Cansado de viver sob a batuta da dominação, o autor convoca os filhos da terra-mãe Guiné-Bissau a abandonar essas máscaras e reerguer a nação, solapada pelo conflito. É disso que trata o canto-poema **Voltar ao poilão I** (p. 40-41). Composição dividida em dois segmentos de extensão considerável, com versos bem construídos e traçados em linguagem madura e filosófica, o poema apresenta traços culturais tradicionais guineenses ao mesmo

tempo em que está envolto em ambiente onde coabitam aspectos da ancestralidade africana e da religiosidade ocidental.

Vejam, pois, o trecho final dessa composição:

(.....)  
 É tempo de enterrar as máscaras  
 e voltarmos ao poilão,  
 é hora de reerguer os relicários  
 das promessas  
 ali no sacrário onde o sofrimento e a fé se confundem  
 com o sangue expurgado  
 de alimárias sacrificadas  
 por mãos cansadas  
 de chulear a vida...

O poilão aqui referido pode estar relacionado à árvore centenária tipicamente tradicional nas paisagens guineenses que o povo considera como sagrada, o que demonstra os traços da ancestralidade e crenças dos povos locais. Ao mesmo tempo a figura dos ‘relicários’ e ‘sacrários’, objetos para armazenar relíquias sagradas, representam aspectos da religiosidade dos povos ocidentais, assimilada forçosamente pelos guineenses nos tempos de colonização. Ambos os elementos denotam traços fundamentais das identidades individuais e coletivas, culturais e religiosas presentes no seio da nação guineense, principalmente quando nos damos conta da pluralidade de crenças presentes no país. Em determinados momentos, observa-se certo embate entre a crença ancestral e a crença ocidental, dividindo a nação e levando o nacional guineense a se perguntar a qual crença recorrer nos momentos de sofrimento e dor.

O amor à pátria é outra marca da escrita poética de Tony Tcheka, assim como de outros poetas guineenses contemporâneos. Exprime-se através da narração de uma relação amorosa maternal entre a terra e seus filhos, que buscam, a todo o momento, proteger a sua musa-mãe amada dos perigos que estão constantemente ameaçando a sua estabilidade. Essa é uma relação que está intimamente ligada à questão do pertencimento, da identificação (BAUMAN, 2005; HALL, 2006) dos poetas com sua nação. É um vínculo identitário quase umbilical, construído ao longo de vastas experiências vividas, mas ao mesmo tempo fluido, uma vez que as identidades nunca são elementos fixos, unos e imutáveis.

Diante disso, para além de questões subjetivas, verifica-se na poética *tchekiana* um forte apelo em prol da identidade nacional guineense que, no limite, nada mais é senão um clamor pelo fortalecimento de uma “guineidade” ou “guineendade”. São poemas que retratam aspectos mais sublimes da terra amada, exaltando o que de melhor há nela, ao mesmo tempo em que se cria um ambiente para a negociação dessa identidade. Ao analisar essa formação

identitária, Stuart Hall observou que o discurso nacional, no qual transita também a identidade política, produz sentidos sobre os indivíduos. Logo, ao apresentar elementos com os quais esses indivíduos podem se identificar, forja-se a identidade nacional. (HALL, 2006, p. 51).

Em grande parte de sua totalidade, os poemas que exaltam esse vínculo identitário nacional revelam traços de posse, ou seja, apresentam pronomes possessivos – meu, minha, teu, tua - indicando ao leitor de forma clara a relação de pertença entre o sujeito e a terra. Exemplo disso, o poema **Cores & sabores** (p. 50) exalta a relação do sujeito poético com a Guiné-Bissau, num envolvimento que lembra em determinados momentos “uma dança batucada”. Já de início nota-se um poema com sonoridade melódica, ritmado e afinado em cada nota, coordenada pela batuta do autor. Vejamos: “*Ambiguidade do tempo/ Subindo em águas de outros oceanos/ marinheiros/ oblíquos/ ancorados na ré/ navegam sem maré/ em terra de macaré/ é!*”.

Poema que recupera todas as cores e sabores que compõem a Guiné-Bissau, a composição se desenvolve ao longo de três páginas, sem que com isso caiamos em tédio, já que o poeta não é prolixo e, portanto, cada verso revela uma nova surpresa. Já no trecho final, podemos confirmar a forte presença do amor pela pátria, da identidade que vincula o autor a sua terra, evidenciando seu sentimento de pertencimento à Guiné.

(.....)  
 guiné, minha guiné  
 és uma dança batucada  
 em corpos de  
*panos di pini*<sup>114</sup>  
 és uma *mistida* sufocada  
 ecoando a dor assentada  
 em cestos de mancarra-de-caneca  
 bem no regaço de Bissau-velho  
 - seara teimosamente  
 reflorescente.

Vê-se na composição todo vigor do desejo amoroso em relação ao chão-pátria. A Guiné-Bissau é a *mistida* sufocada, isto é, a vontade, a necessidade, a querença quase vital, solapada pelos conflitos civis. Daí nota-se o desespero quase saudosista de uma “Bissau-velha”, de um sujeito poético cujas dores coléricas ecoam em seu esqueleto cansado de tanto sofrimento. Os cestos de *mancarra* (amendoim) representam traços da tradição, do “tipicismo” presente nas mesas do povo guineense, como uma marca secular de sua identidade cultural e nacional.

<sup>114</sup> Panos de tear guineense. Cf. TCHEKA, 2015, p. 50.

**Tempo revolto** (p. 58-59) é talvez o poema que melhor exprima a questão da “guineendade”, enquanto mecanismo de resistência em prol da nação. Desenvolve-se através de uma estrutura que apresenta corpo e sonoridade em uma composição fluida e bem medida. Vejamos trecho inicial dessa composição poética: “*As dores de mães sem direito a vestidos de cetim/ voltando ao pano preto/ sem voz para o frenesim do luto proibido/ nós, o povo, perdemo-nos/ eu perco-me, não nego/ eu, tu e o outro/ todos*”.

Como se nota, a composição é em primeira pessoa do singular, com versos carregados de sentimento, ora apresentando a dor, como no trecho acima, ora desbravando as fronteiras do “tempo soberbo”, como observado no segmento selecionado. Dividido em duas páginas, o poema mescla uma linguagem erudita, com traços figurativos, e termos em *kriol* harmônicos que agradam “pelo colorido do som aqueles que não chegam a compreender totalmente o sentido ou não querem consultar as notas de rodapé”. (CAMPATO Jr., 2016 p. 338).

Senão, vejamos:

solto-me  
do tempo soberbo  
liberto-me da espiral da mágoa que atormenta a mama guiné.  
revolvo os baús vazios das heranças-*djorsons*<sup>115</sup>  
descortino no manto negro  
de noites carregadas de lágrimas  
tentáculos de guilhotina  
é o polvo canibalesco abafando o sol e eclipsando a lua.  
adormeço na insónia  
das letras desprendidas  
levadas na enxurrada  
desconexa  
da lavra sulfúrica  
que nos morde o calcanhar, enterra a história  
esuprime  
em decreto  
o abecedário da guineendade.

A língua é um dos grandes instrumentos de reafirmação das identidades, não à toa durante toda a composição poética do autor, mas não somente dele, observa-se a utilização de um bilinguismo para escrever os poemas. Segundo Charadeau “a linguagem está no cerne da construção, tanto individual quanto coletiva, do sujeito”. (CHARADEAU, 2015, apud CAMPATO Jr., 2016, p. 291). **Kriol** (p. 100) retrata bem essa afirmação. Composição escrita totalmente na língua materna guineense, é uma dedicatória de Tcheka a um jovem policial que durante uma *blitz* perguntou se o poeta era guineense e se sabia se expressar em crioulo. A

<sup>115</sup>Herança geracional. Cf. TCHEKA, 2015, p.

resposta é marcante e revela as marcas da identidade do autor em relação à língua guineense, pois para o autor “*kriol i vosdisangui*”, isto é, o crioulo é a voz do sangue.

A língua materna como a voz do sangue é um bom ponto de partida para tratarmos a relação poético-temática existente nas produções de Odete Semedo, Saliatu da Costa e Tony Tcheka, principalmente quando refletimos sobre sua importância para a formulação das identidades individuais e coletivas. Entretanto, por questões metodológicas julgamos ser necessário abordar duas questões cujas influências são fundamentais para entendermos todo processo de negociação das identidades: a narrativa do conflito e o engajamento literário.

A Guiné-Bissau é um país marcado por inúmeros conflitos que deixaram como legado ao país uma série de instabilidades políticas e sociais. Isso pode ser explicado, em parte, através de um estudo sobre a sociogênese do Estado nacional, forjado nas brasas da guerra colonial e de independência. Um dos defensores dessa corrente teórica, Charles Tilly<sup>116</sup>, ao analisar o processo de formação dos Estados europeus, aponta que a guerra é um dos elementos de formação e transformação do Estado moderno, ao mesmo tempo em que cria a suas estruturas de organização, onde a coerção se transforma em um dos mecanismos utilizados pelo aparato estatal para promover a repressão. (TILLY, 1996).

Embora não seja interesse dessa pesquisa aprofundar o estudo sobre a formação do Estado, o apontamento do parágrafo anterior contribui para nossas reflexões sobre os conflitos na Guiné-Bissau e sua narração literária, principalmente se nos dermos conta de que o espaço social onde os autores trabalhados estão produzindo suas poesias é o espaço do caos, da guerra civil e do conflito armado. Em geral, esses poetas abordam, dentre outras coisas, o deslocamento forçado da Guiné-Bissau, o sofrimento, a mortes, a luta fratricida e a terra invadida, violada. Nas poesias de Semedo, Costa e Tcheka podemos ver ecoar estes conflitos.

Odete Semedo é das maiores representantes da narrativa literária do conflito, visto que sua obra, já analisada, trata com exclusividade das amarguras experimentadas pelo povo guineense durante a guerra civil que ocorreu entre 1998-1999<sup>117</sup>. Semedo assume o ingrato papel de “arauto da desgraça nacional”, convidando o leitor a sentar-se para ouvir a triste história dos “trezentos e trinta e três dias”, que marcaram a vida dos seus compatriotas e, porque não dizer, a sua própria; numa poética que quer ser “o espelho da dor de um povo e de tantos quantos se virem nele e através dele a silhueta do próprio destino”. (SEMEDO, 2007 p. 13). Além disso, já na apresentação inicial da obra, a autora já afirmara ser sua intenção maior

<sup>116</sup> Cf. TILLY, Charles. *Coerção, capital e estados europeus*. São Paulo: EDUSP, 1996.

<sup>117</sup> Em 1998, a Guiné-Bissau entrou numa guerra civil que durou cerca de 11 meses. O período é marcado pela revolta de alguns militares, comandada por Ansumane Mané, que causou a morte de milhares de guineenses. Para maiores dados sobre o conflito, Cf. Couto, Embaló (2010, p. 25).

deixar correr “todas as lágrimas que não puderam ser choradas”, assim como reabrir as chagas não cicatrizadas para que se escorra “todo o pus para que todos possam ver a real podridão e o verdadeiro fingimento”. (SEMEDO, 2007, p. 13).

Em igual tarefa empreende-se Saliatu da Costa, poeta guineense cuja poesia transita pelo amargor da guerra civil descrita por Semedo, até chegar às vésperas de um golpe de Estado inesperado, em abril de 2012. Embora Saliatu seja oriunda de um país recém-liberto, seu eu poético encontra-se preso “nas correntes da escravatura”, o que acaba por fortalecer em sua poesia marcas de um passado/presente de conflitos. A autora cresceu num ambiente de crises, vendo o definhar sua terra sagrada e o esmorecer dos seus compatriotas, onde ao africano apenas restou “sofrer, chorar, ser massacrado”, mas ao mesmo tempo “ter esperança e fazer-se ouvir, ter fé, libertar-se e perdoar”. (COSTA, 2011, p. 7). Nesse sentido, a poética de Saliatu quer se afirmar como uma escrita de exaltação da alma guineense e a “afirmação de uma geração que se manifesta engajada em influenciar positivamente o presente/futuro do seu país, aceitando o seu passado-presente e reconhecendo nele as suas riquezas e virtudes, mas divorciando-se claramente dos seus métodos e práticas”. (BARROS, 2011, p. 9).

Para completar o trio onde a poética literária do conflito se faz presente, Tony Tcheka surge com uma obra que trata da desesperança de um povo em relação a uma Guiné-Bissau constituída de medo e dor (TCHEKA, 2015), sufocada de “sentimentos disfóricos gerados pelas tempestades políticas que prosseguem encharcando o país e, por conseguinte, dificultando aos esperançosos saber até que ponto podem esperar”. (CAMPATO Jr., 2016, p. 337). Se Odete Semedo é o *tcholonadour*, a mensageira da *mufunesa*, Tcheka assume o papel de *griot*, narrando os conflitos nacionais através de uma poética onde desesperança, medo e dor parecem compor verdadeira ode do desassossego. Seu lugar de fala é uma Guiné-Bissau que estava tentando se levantar “do escombros” (AUGEL, 2007), mas que foi golpeada por novas crises, dentre elas o golpe civil-militar de 2012 e a efervescência dos conflitos políticos mais recentes. Diante disso, sua poesia é dedicada àqueles que “acreditam ‘que um dia, mesmo depois da esperança’, a Guiné será Guiné”. (TCHEKA, 2015 p. 5).

É quase consensual na Guiné-Bissau que o mais grave conflito até hoje registrado foi a guerra de 1998. Segundo Moema Augel, esse conflito foi responsável por congrega os guineenses “unindo todas as etnias que passaram a ter como adversário o inimigo invasor, o senegalês, que era antes concorrente no comércio, mas também o vizinho próximo, muitas vezes inteiramente integrado na comunidade guineense”. (AUGEL, 2007, p. 46). Desse momento emergem inúmeras crises políticas que vão desencadeando novos conflitos, que perduraram por muitos anos. O golpe de Estado de 2012 depôs os líderes em mandato.



Militares tomaram a rádio local, a sede do PAIGC, atacaram civis, além de manterem o presidente interino e sua família presos em sua residência. O então primeiro-ministro também foi preso. Houve muita violência no país e o sumiço de algumas pessoas; desde então, a segurança na Guiné-Bissau é considerada precária e a instabilidade reina com mãos de ferro.

Os poetas transitam entre os destroços de uma nação independente, mas que conserva na memória certo saudosismo das grades coloniais; foi-se o colonialismo, mas permanece a colonialidade<sup>118</sup>. As narrativas se passam no período que vai de 1998 a 2014, aproximadamente, embora o passado de colonização não seja estranho à memória de Odete Semedo e Tony Tcheka. Mesmo Saliatu da Costa que, por ser mais jovem, não acompanhou esse período toma emprestadas as lembranças dos seus compatriotas para inspirar a sua poesia. Os conflitos geraram não só instabilidades na Guiné-Bissau, mas também nos próprios poetas que se veem às voltas com seus descontentamentos. Suas poesias são escritas com o sangue que brota do chão-pátria, dos filhos da terra vitimados pelos confrontos civis e mortos no *front* de batalha, levando-os a produzir com maior rigor uma poesia extremamente engajada de caráter intimista militante.

Sartre afirmou certa vez que toda literatura possui uma função social e só por isso ela se justifica. Para ele sempre há um porquê para se escrever e um alguém para quem se escreve, isto porque quando um escritor se empreende na difícil tarefa de escrever ele pode, a seu juízo, demonstrar uma série de injustiças sociais, conflitos, emoções, descontentamentos. Escrever é, portanto, descortinar o mundo real e revelá-lo através da mobilização poético-literária. (SARTRE, 2004, p. 33-34). Antônio Cândido, ao refletir sobre a questão, afirmou que toda literatura precisa ser tratada de forma particular, de acordo com suas especificidades, de forma a seguir uma melhor abordagem sobre o problema da função da literatura. Segundo ele, a literatura pode ser entendida nesse caso “como representação de uma dada realidade social e humana, que faculta maior inteligibilidade com relação a esta realidade<sup>119</sup>”.

É no trânsito entre uma realidade experimentada, do *front* da luta, como é o caso de Semedo e Tcheka, e a produção poética da memória do conflito, como em Saliatu da Costa, que se evidencia uma literatura de caráter mais engajado na Guiné-Bissau. Ao referir-se sobre essa questão, Semedo (2015, p. 105) aponta que a literatura guineense tem como uma de suas principais marcas, a sua atuação como espaço “de denúncia, de crítica social e de desabafos dos sentimentos mais profundos dos seus criadores, sobretudo a poética guineense”.

<sup>118</sup> A colonialidade, segundo Aníbal Quijano (2005), está relacionada às estruturas de poder, disseminadas pelos processos de dominação, exploração e conflito. A colonialidade é a lógica de dominação colonial.

<sup>119</sup> Consultar: CÂNDIDO, Antônio. **A literatura e a formação do homem**. Disponível em: <<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/remate/article/view/3560/3007>>. Acesso em 01/12/2016

É o lugar da enunciação coletiva, onde o escritor se assume como “porta-voz” do seu povo, tomando para si as dores da Pátria. O desencanto com as não cumpridas promessas de uma vida condigna, da parte dos seus dirigentes, as guerras, os conflitos sociopolíticos levaram a emigração de muitos desses atores sociais. (SEMEDO, 2015, p. 105).

O conflito é recepcionado de forma diferente por cada indivíduo, assim como produz experiências das mais diversas entre os mesmos. Isso pode ser constatado quando analisamos as poesias de Semedo, Costa e Tcheka, cuja produção literária do conflito atua na formulação de uma literatura engajada. Para Walter Benjamin “a experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos”. (BENJAMIN, 1994, p. 198). São essas experiências subjetivas que servirão de base para uma poesia militante, com alvo nas relações coletivas.

A poesia de Odete Semedo e Tony Tcheka foi construída através do discurso engajado e interventivo de resistência frente às narrativas de poder que se queria contestar, forjadas no *front* de batalha da guerra colonial. É o discurso de quem viu de perto as instabilidades políticas e as atrocidades cometidas contra o povo guineense. Além disso, conforme aponta Campato Jr., essa é uma poesia que “num primeiro momento, respondeu a uma necessidade do período de lutas contra o colonizador, época na qual realizar literatura engajada era atividade legítima e plena de sentido”. (CAMPATO Jr., 2016, p. 288).

Semedo e Tcheka nasceram e viveram parte de sua vida durante o período colonial, experimentaram os anos da guerra e militaram, a sua maneira, ao lado dos heróis da revolução. Em virtude disso, suas poesias são fontes primárias de relações empíricas diretas do campo de batalha, já que o conflito assinalado por eles “têm em si mesmo seu propósito e conteúdo”. (SIMMEL, 1983, p. 134). É daí que surge, no traçado dos autores, uma literatura poesia militante cunhada sobre a experiência da desgraça nacional.

O engajamento literário de Saliatu da Costa, embora esteja em parte associado aos conflitos mais recentes da Guiné-Bissau, se diferencia das experiências vividas por Tcheka e Semedo, uma vez que a autora não viveu as experiências do *front*, mas não do seu propósito de construir uma poética afinada com a experiência que muitos vivenciaram. As lembranças que tem desse período são emprestadas da memória de seu pai e familiares que atuaram diretamente nas lutas de libertação nacional. Seu engajamento se fortalece por sua tristeza e revolta com a política, o que faz com que ela transforme os discursos políticos em poesia<sup>120</sup>.

---

<sup>120</sup> COSTA, 2012. Cf. Anexo

Se o engajamento literário é reflexo de subjetividades atravessadas pelas malhas do conflito, ao estarem inseridas num contexto histórico onde as crises e instabilidades políticas desempenham relevante papel, as identidades também passam a ser elementos de contestação e reflexão. Segundo Stuart Hall (2006, p. 108), “as identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação”. Levando-se em conta essa questão, ao apresentar uma identificação com o meio social e físico, com o chão-terra, a poesia de Semedo, Costa e Tcheka fortalecem a relevância das suas identidades, bem como sua relação com a sociedade. Isso, por sua vez, “propicia uma ligação emocional com esse território, desenvolvendo-se uma identidade espacial que constitui uma necessidade emocional e psicológica do indivíduo (MAI, 1995 apud AUGEL, 2015, p. 148).

A poesia é o pano de fundo para a reafirmação das identidades do sujeito poético. Para o sociólogo guineense Miguel de Barros (2013 p. 131) na Guiné-Bissau, “a poesia transformou-se num palco propício para desencadear processos de afirmação identitária, quer através da fala como da escrita em *kriol* e português, ganhando deste modo um cariz bastante militante”. Nesse sentido, muito mais do que uma simples manifestação individual, as identidades passam a ser uma representação do pertencimento cultural, onde a língua passa a ser um dos elementos mais trabalhados na construção poética. Para Campato Jr., “o emprego do idioma crioulo ou da língua portuguesa nas manifestações literárias guineenses está muito longe de ser desimportante ou de já estar bem equacionado”. (2015 p. 167).

Para Frantz Fanon (2008 p. 50) “falar uma língua é assumir um mundo, uma cultura”, e conseqüentemente, uma identidade. A língua é a voz do sangue (TCHEKA, 2015), a ferramenta pela qual os autores podem expressar seus desejos, seus medos e anseios. É algo sagrado para os guineenses, principalmente no que se refere ao crioulo, embora entre os mais novos a capacidade de se expressar em português seja melhor. Não à toa, Semedo, Costa e Tcheka apresentam em sua poesia um bilinguismo que, no limite, é a representação identitária dos nacionais guineenses.

Sobre os critérios da escrita poética bilíngue, Saliatu da Costa afirma ser

inevitável não conciliar essas duas línguas, porque apesar do português ser a minha língua oficial e de que eu gosto muito, o crioulo é a minha língua materna e é nela que o meu subconsciente se expressa; ou seja, nos meus sonhos, a grande maioria das vezes só ouço o crioulo. Porém é me completamente impossível traduzir um poema de uma língua para outra. Tão difícil que é, acabo por preferir a singularidade de cada um.

Mesmo essa escolha linguística revela certa tensão nas identidades dos autores que ao narrar suas angústias criam mundos paralelos, bem como identificações, de modo que passam a constituir identidades móveis, fluidas e plurais. Além disso, a poética presente nos três autores traz à cena questões como a identidade nacional (“guineidade” ou “guineendade”), identidade cultural, de gênero e etc. Através da militância poética, Semedo, Costa e Tcheka exortam o povo guineense a despir-se dos estereótipos identitários a que foi relegado, e tornar-se autônomo, reformulando suas identidades. Ao focalizar os conflitos provenientes das crises identitárias, as obras selecionadas buscam repensar o processo da construção da identidade nacional, forjando-a como muralha de resistência contra o conflito.

## CONCLUSÃO

Desde os primeiros ensaios para sua independência, em 1973/1974, aos dias atuais, a Guiné-Bissau tem sido vitimada por uma série de conflitos que impediram o país de alcançar voos mais altos, seja na seara cultural, econômica, social ou literária. Colonizado por Portugal, o país viu suas tradições, cultura, língua serem solapadas e rebaixadas frente à cultura europeia, como se tudo aquilo que havia construído por séculos a fio de nada valesse. Foram e ainda são tempos difíceis, as tempestades vêm e vão, os fantasmas de um passado recente continuam a assombrar o povo guineense a cada novo dia. As guerras, golpes e instabilidades de toda ordem prosseguem semeando dor e desassossego no chão-terra.

É certo que, na África, os conflitos entre etnias sempre foram muito presentes. Entretanto, precisamente entre 1884-1885, com a realização da Conferência de Berlim esses conflitos, que eram marcas de um tradicionalismo, passam a ser institucionalizados fronteiriçamente. Ao atropelar as divisões étnicas e tribais presentes no continente, os impérios europeus criaram uma “verdadeira caixa de Pandora”, atenuando as relações de conflito entre as novas zonas de influência, mas circunscrevendo-as aos limites do território constituído. Se por um lado, as fronteiras contribuíram para dirimir os conflitos inter-nações, por outro provocaram a erupção da instabilidade interna dos países africanos, dentre eles a Guiné-Bissau.

Nesses mais de quarenta anos, a Guiné-Bissau agonizou em meio a intensos conflitos gerados pelas disputas de poder local. Seu povo sofreu e a terra-mãe chorou a dor dos filhos. Dos inúmeros conflitos, a guerra de 1998, ao que parece, foi a mais marcante no país que acabara de se libertar das amarras coloniais. É claro que estamos nos baseando em nossas leituras e opiniões de estudiosos do período, até porque do local de fala onde nos situamos, não conseguimos ter a dimensão exata desse acontecimento. Os conflitos muitas vezes podem parecer distintos, mas as dores são as mesmas. Às vezes com laivos de eterno sofrimento.

Com a morte do líder revolucionário e herói nacional Amílcar Cabral, em 20 de janeiro de 1973, às vésperas da declaração unilateral de independência, assume a presidência da República seu irmão Luís Cabral. Sete anos mais tarde, o presidente é deposto por meio de um golpe de Estado, comandado por Nino Vieira. Esse golpe sepultou o sonho de Amílcar Cabral de unificação da Guiné-Bissau e de Cabo-Verde. Após anos governando o país, em 1998, Vieira foi também deposto por outro golpe militar, comandado por Ansumane Mané, ex-chefe das Forças Armadas. Nesse período, conhecido como “os trezentos e trinta e três

dias” (SEMEDO, 2007), o terror se instaurou no país, a morte esbaldou-se em banquete regado a sangue nacional e milhares de guineenses deslocaram-se para o interior do país, quando não para fora dele. A vida, que nunca conheceu longeva paz, estaria presa a pesadelos eternos. Em 2003, um novo golpe assolou o país, ainda nocauteado pelo conflito do qual havia recém-saído. Mas o tiro de misericórdia veio em abril de 2012, quando um novo golpe devastou os sonhos do povo guineense, uma verdadeira “pá de cal” no desejo de viver em paz. Outro presidente foi deposto, pessoas foram mortas, outras desapareceram e, escondida entre os escombros da guerra, ficou a esperança. O país, infelizmente, nunca se recuperou dos açoites do tempo e, mesmo nos últimos anos, quando a esperança parecia querer dar frutos, a instabilidade voltou a assombrar os sonhos guineenses.

A independência da Guiné-Bissau em 1973/1974 marca, além de sua libertação das amarras coloniais, um período de transição na literatura do país, passando-se da fase revolucionária para uma fase onde se ergue o braço dos chamados poetas da independência. Já em meados dos anos 1990 surge no país uma poesia de caráter mais intimista, de denúncia, com poetas que utilizam suas poesias para chamar seu povo à consciência política, social, econômica e cultural. As obras apresentaram um caráter mais engajado e militante. É justamente nessa fase em que estão concentrados os grandes conflitos guineenses e onde surgem as obras que foram aqui analisadas: *No fundo do Canto* (2007), de Odete Semedo; *Entre a Roseira e a Pólvora, o Capim* (2011), de Saliatu da Costa; e *Desesperança no Chão de Medo e Dor* (2015) do Tony Tcheka.

A obra de Odete Semedo talvez seja o maior registro poético da guerra de 1998. Retratando desde seu prelúdio até sua devastação, o livro canto-poema de Semedo reconta com maestria as experiências vividas pelo povo guineense. Tal como um arauto, a autora ficou encarregada de trazer a lume toda amargura e toda dor vivida naquele período. A Guiné-Bissau foi jogada “no fundo do canto” (SEMEDO, 2007) durante a guerra e ainda carrega essas marcas inesquecíveis. Saliatu da Costa é, em relação aos três poetas estudados, a mais jovem, o que lhe possibilita um olhar mais fresco sobre as questões nacionais, já que, diferente de Semedo e Tcheka, não carrega consigo os calos dolorosos do *front* de batalha. Sua obra é o retrato de um país estilhaçado, manchado pela pólvora mortífera que não cansa de fazer vítimas. É a súplica de homens e mulheres açoitados pela guerra e que apenas carregam consigo gotas de esperança. A Guiné é a rosa deitada no capim das chamas da pólvora. (COSTA, 2011). A obra de Tony Tcheka parece dar vazão a todos os sentimentos experimentados pelo povo guineense que, na sua simplicidade, só consegue ter “desesperança, medo e dor”. (TCHEKA, 2015). Com sua singularidade e erudição, o poeta nos apresenta uma

obra que, entre outras coisas, quer contestar as atrocidades experimentadas na Guiné-Bissau. Além disso, Tony apresenta-se como porta-voz das tradições guineenses, atuando como um *griot* que está prestes a contar a história dos dias de fel guineenses.

Esse breve resumo contextual é importante para que possamos responder à pergunta-chave dessa investigação, ou seja, *como a poesia em língua portuguesa da Guiné-Bissau retrata literariamente os conflitos pelos quais o país tem passado e de que forma tais conflitos literariamente elaborados têm moldado as identidades guineenses em alguns aspectos?* A questão exposta justifica o motivo pelo qual nosso *corpus* teórico foi composto pelas três obras individuais dos escritores guineenses já descritos.

As experiências dos golpes de Estado ocorridos em 1998 e 2012 foram muito traumáticas e mudaram o modo como os guineenses se entendiam enquanto povo. Amílcar Cabral dedicou parte de sua vida para tentar fortalecer o sentimento nacionalista na Guiné-Bissau e fazer com que o povo tomasse consciência de que, a partir do momento em que lutassem por seus ideais, poderiam conquistar a verdadeira libertação e uma relativa paz. Sua morte não foi em vão, pois ele conseguiu forjar no seio guineense uma identidade nacional e, conseqüentemente, ressignificar aquilo que se entendia por nação, fazendo eclodir dos escombros a Nação Guineense.

No capítulo 4, vimos que a narrativa literária do conflito nas poesias guineenses é feita através da memória da guerra. Não se trata apenas das memórias presentes nos arquivos e correspondências da época, mas da experiência empírica de cada um dos autores selecionados com os conflitos no seu país. Essa memória exerce papel fundamental, uma vez que é por meio dela que se forja a identidade nacional. Nesse sentido, a narrativa literária do conflito na poesia guineense é, antes de mais nada, e sobretudo, o resgate das memórias da guerra. É o meio pelo qual os autores podem lembrar aos povos da “nação guineense” as agruras de um passado amargo, intragável e inesquecível, de modo a criar uma marca de resistência que impeça esse passado de se transformar numa ameaça futura.

Deste modo, as memórias utilizadas por cada um dos autores produzem efeito distintos, já que no jogo de negociações e construção social das lembranças do passado, quanto mais forte for a memória utilizada, maiores serão as condições de se criar uma esfera de compartilhamento identitário. Os conflitos descritos literariamente na Guiné-Bissau são significantes para entendermos a dinâmica de produção de uma literatura de resistência, assim como para evidenciar uma obra que busca recontar a história das guerras, golpes e abalos nacionais, para negociar uma identidade nacional, bem como a ressignificação da nação.

Zygmunt Bauman já havia afirmado em determinada ocasião que o conflito é o campo de batalha onde as identidades podem ser contestadas. Ao narrar, por vias poéticas, os conflitos pelos quais passou a sua nação (Bhabha, 1990), Semedo, Costa e Tcheka desempenharam papel relevante na problematização das identidades locais, isso porque, além das fórmulas identitárias coletivas, o que estava em jogo ao final era sua própria subjetividade. Na Guiné-Bissau, essas questões possuem relação com as lutas pela independência, os conflitos armados e as guerras em busca do poder político. Logo, ao empreendermos as análises propostas, pudemos constatar rupturas da ordem normativa nos conflitos nacionais. Além disso, durante essas cisões houve, por conta dos conflitos, crises de identidades e a formação de novas identidades fragmentadas ou como ressaltou Bhabha (1998), híbridas.

Na Guiné-Bissau, a luta pelo poder territorial e político corroborou para levar o país ao mais completo caos. Tudo isso gerou crises de identidade e transformou a ordem do país. E nessa maré, surgem as vozes dos poetas africanos, para dar vazão à história que fora silenciada pela opressão colonizadora. São vozes que ainda hoje são marginalizadas, do ponto de vista literário, por não terem seu espaço reconhecido na literatura de língua portuguesa. São autores e autoras que são silenciados e subalternizados.

Odete Semedo, Saliatu da Costa e Tony Tcheka são exemplo de três grandes representantes da literatura africana de língua portuguesa da atualidade. Suas obras estão repletas de sentimento, além de apresentarem uma estética impecável. Suas obras possuem três aspectos que as assemelham: o engajamento, a tematização do conflito social e a problematização das identidades. O engajamento dos autores reproduz fielmente os despautérios cometidos em relação à nação guineense, ilustrados por uma poesia de denúncia que não se quer deixar calar. Já a narração do conflito social é ponto intersticial de sua poesia enquanto mecanismo para a reformulação das inúmeras identidades existentes.

*No Fundo do Canto, Entre a Roseira e a Pólvora, o Capim e Desesperança no Chão de Medo e Dor*, de Semedo, Costa e Tcheka, respectivamente, exercem um papel fundamental de estimular o sentimento de pertencimento dos povos guineenses em relação ao território nacional, contribuindo para o fortalecimento da consciência cultural e nacional além de ressignificar as identidades. Ao adotar um discurso baseado nas próprias subjetividades de cada poeta, os sujeitos poéticos materializam suas próprias imagens, numa busca incessante pelas identidades individuais e coletivas. O olhar crítico sobre a nação é um convite ao reconhecimento identitário pelos guineenses, numa busca pela valorização dos costumes, tradições, língua e multietnicidade.



Ao formular uma poética que busca reafirmar suas identidades individuais, o sujeito poético reproduz em sua poesia traços da coletividade e, porque não dizer, da nação. Já afirmara Anthony Appiah “o simples gesto de escrever para e sobre si mesmo (...) tem uma profunda significação política”. (apud AUGEL, 2007 p. 265). Mais do que isso, a escrita poética de Semedo, Costa e Tcheka é o reflexo de um ambiente conflituoso onde as identidades estão em polvorosa, tentando adequar-se a novos espaços sociais. Ao fragmentarem-se em inúmeras formulações identitárias, os poetas descritos querem tirar as vendas da opressão dos olhos do povo da Guiné, fazendo-os enxergar as injustiças que cercam a pátria amada.

Narrar um conflito não é apenas rememorar tempos sombrios de uma Guiné-Bissau em tempos de crise, mas repensá-la diante dos “desafios do escombros” (AUGEL, 2007). Em meio a esses escombros estão as identidades individuais e coletivas, tentando se reconstruir depois de serem devastadas pelas crises nacionais. As obras de Odete Semedo, Saliatu da Costa e Tony Tcheka buscam representar como o conflito impacta nas identidades, ao mesmo tempo em que clama aos filhos da terra para lutar. Essas poesias, cada uma a sua maneira, demonstram como o escritor, ao assumir um papel social, está intimamente se identificado com seu povo, exercendo ao mesmo tempo o papel de “porta-voz e interprete”. (AUGEL, 2007).

Com efeito, torna-se cada vez mais indispensável que pesquisadores tomem consciência sobre a importância das pesquisas relativas à Guiné-Bissau dentro dos estudos literários em língua portuguesa. É essencial que a história do povo guineense seja verificada e apresentada a todas as camadas sociais. Ao resgatar autores que pela própria história e militância, mesmo inconsciente, a literatura dá voz aos silenciados e apresenta ao mundo a verdade de um povo, cujos desafios e lutas foram e são fardos mais pesados. É nas linhas dos contos, poesias, crônicas e tantos outros, que os autores podem expressar-se e dar vazão àquilo que está preso no âmago de seu ser; e, nas entrelinhas, retirar as mordanças históricas que continuam a existir, denunciando os desmandos, o abandono, a ditadura, o cerceamento à liberdade, os esquecimentos.

## REFERÊNCIAS

ABDALA Jr, Benjamin. *Literatura, História e Política: Literaturas de língua portuguesa no século XX*. 2. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. Trad. Iraci Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

AMADO, Leopoldo. *Guineidade & Africanidade: estudos, crônicas, ensaios e outros textos*. 1. ed. Lisboa: Edições Vieira da Silva, 2013.

AMORIM, Cláudia; PALADINO, Mariana. *Cultura e literatura africana e indígena*. Curitiba: IESDE/Brasil, 2010.

ANDRADE, Mário P. *A guerra do povo na Guiné-Bissau*. 2. ed. Lisboa: Sá da Costa Editora, Cadernos Livres, 1975.

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

AUGEL, Moema Parente. *A nova literatura da Guiné-Bissau*. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1998. (Coleção Kebur; 8).

\_\_\_\_\_. O crioulo guineense e a oratura. *Scripta*, Belo Horizonte, v.10, n.19, p. 69-91, 2006.

\_\_\_\_\_. *O desafio do escomburo: nação, identidade e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BALANDIER, Georges. A situação colonial: uma abordagem teórica. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.). *As malhas que os impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais*. Lisboa: Edições 70, 2011. p. 219-252.

BARROS, Miguel de. Percepções sobre a intimidade e o corpo feminino na literatura poética da Guiné-Bissau. In: SANTOS, J.H.F; RISO, R. (Org.). *Afro-rizomas na diáspora negra: as literaturas africanas na encruzilhada brasileira*. Rio de Janeiro: Kitabu, 2013. p. 131-141.

BARTHES, Roland. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: BARTHES, Roland et al. *Análise estrutural da narrativa*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 19-62.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_. *Modernidade líquida*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. De peregrino a turista, o una breve historia de la identidade. In: HALL, S; DU GAY, P. (Org.) *Cuestiones de identidad cultural*. 1. ed. Buenos Aires: Amorrortu, 2003. p. 40-68.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

\_\_\_\_\_. *Nation and narration*. London, New York: Routledge, 1990.

BENJAMIN, Walter. *O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221.

BENZINHO, Joana; ROSA, Marta. *Guia turístico: à descoberta da Guiné-Bissau*. Coimbra: Gráfica Ediliber, 2015.

BOAHEN, Albert Adu. *História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

BONNICI, Thomas. *Conceitos-chave da teoria pós-colonial*. Maringá: Eduem, 2005.

\_\_\_\_\_. *Teoria e crítica literária feminista: conceitos e tendências*. Maringá: Eduem, 2007.

BORBA, Francisco (Org.). *Dicionário UNESP do Português Contemporâneo*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

BORNHEIM, Gerd. A Descoberta do Homem e do Mundo. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A Descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.17-53.

BOXER, Charles R. *O Império Marítimo Português 1415-1825*. Lisboa: Edições 70, 1969.

BUENO, Edna; SOARES, Lucília; NINFA, Parreiras. *Navegar pelas letras: as literaturas de língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e a subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CABRAL, Amílcar. Libertação nacional e cultura. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.). *As malhas que os impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais*. Lisboa: Edições 70, 2011. p. 355-376.

CAMPATO Jr., João Adalberto. *A poesia da Guiné-Bissau: história e crítica*. São Paulo: Arte & Ciência, 2012.

\_\_\_\_\_. *Manual de Literaturas de Língua Portuguesa: Portugal, Brasil, África Lusófona e Timor-Leste*. 1. ed. Curitiba/ Rio de Janeiro: CRV/ OPLOP, 2016.

CANDAU, Vera M. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, Antônio F.B; CANDAU, Vera M. *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 13-37.

CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila. *Guiné-Bissau: da luta armada à construção do estado nacional: conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994)*. Tese (doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

CÂNDIDO, Antônio. *O estudo analítico do poema*. São Paulo: Humanitas, 1996.

CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira*. 6. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000.

CAPELO, Rui et al. Idade Média. In: RODRIGUES, António S. (Coord.). *História de Portugal em datas*. 4. ed. Lisboa: Temas e Debates, 2007.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências Sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, E. *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Editora CLACSO, 2005. p. 87-95.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. *Crítica y emancipación*: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales, Buenos Aires, año 1, n. 1, jun. 2008. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2016.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. 1. ed. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1978.

CHABAL, Patrick. *Amílcar Cabral: Revolutionary Leadership and People's War*. London: Cambridge University Press, 1983.

CHABAL, Patrick. Imagined Modernities: community, nation and state in postcolonial Africa. In: TORGAL, Luís R.; PIMENTA, Fernando T.; SOUSA, Julião S. (Org.). *Comunidades imaginadas: nação e nacionalismo em África*. Coimbra: Editora da UC, 2008. p. 41-48.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

COSTA, Saliatu da. *Bendita loucura*. Bissau: Editora Escolar, 2008.

\_\_\_\_\_. *Entre a Roseira e a Pólvora, o Capim*. Rio de Mouro, Portugal: “Epikart”- Mr. Print, 2011.

COUTO, Hildo H. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.

\_\_\_\_\_. O português e o crioulo na Guiné-Bissau. In: CARVALHO, Ana M. (Org.). *Português em contato*. Madrid: Iberoamericana Vervuert, 2009. p. 53-66.

\_\_\_\_\_; EMBALÓ, F. Literatura, língua e cultura na Guiné-Bissau: um país da CPLP. *Papia. Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares*, Brasília, v. 20, 2010. Disponível em: <<http://revistas.fflch.usp.br/papia/article/view/1702/1513>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

DUSSEL, Enrique D. *Filosofia da Libertação na América Latina*. 2. ed. Trad. Luiz João Gaio. São Paulo: Loyola/UNIMEP, 1977.

ECO, Umberto. Sobre algumas funções da literatura. In: \_\_\_\_\_. *Ensaio sobre a literatura*. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2003.

EMBALÓ, Filomena. *Breve resenha sobre a literatura da Guiné-Bissau*. Disponível em: <<http://www.didinho.org/Arquivo/resenhaliteratura.html>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

FRANTZ, Fanon. *Os condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

\_\_\_\_\_. *Pele negra, máscaras brancas*. Bahia: Editora Edufba, 2008.

FERREIRA, Manuel. *Literaturas africanas de expressão portuguesa I*. Lisboa: ICALP, 1977.

FERREIRA, Muniz. O Ethos nacional no horizonte global: nação, cosmopolitismo e internacionalismo na conceptualização marxiana. *Crítica Marxista*, n.11, p. 9-44, 2000.

Disponível em:

<[http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo69Artigo%201.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo69Artigo%201.pdf)>.

Acesso em: 15 dez. 2016.

FREIRE, Paulo. *Amílcar Cabral: o pedagogo da revolução*. Palestra do Curso de Mestrado da Faculdade de Educação - Universidade de Brasília. Brasília: UNB, 1985. Disponível em:

<<http://forumeja.org.br/files/amilcar.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2016.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora. UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_; GUIMARÃES, Sérgio. *A África ensinando a gente: Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FENSKE, E. K. (Org.). *Amílcar Cabral - o poeta da liberdade*. Templo Cultural Delfos.

Disponível em: <<http://www.elfikurten.com.br/2015/09/amilcar-cabral.html>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

GELLNER, Ernest. *Nations and nationalism*. Oxford: Blackwell Publishers, 1983.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GINZBURG, Carlo. *Medo, reverência, terror: Quatro ensaios de iconografia política*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GOMES, Aldónio; CAVACAS, Fernanda. *A literatura na Guiné-Bissau*. Lisboa: ME, 1997.

GOMES, Crispina. A infância e a juventude de Cabral: ou como se constrói um Líder. *Revista Desafios*, n. 2, nov. 2014. Disponível em:

<[http://www.unicv.edu.cv/images/stories/EdicoesUniCV/RevistaCT/revista\\_desafios2.pdf](http://www.unicv.edu.cv/images/stories/EdicoesUniCV/RevistaCT/revista_desafios2.pdf)>.

Acesso em: 20 out. 2016.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

\_\_\_\_\_. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 103-133.

HAMILTON, Russell. *Literatura africana Literatura necessária II-Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe*. Lisboa: INALD, 1983.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: SEPÚLVEDA, Maria do Carmo; SALGADO, Maria Teresa (Org.). *África e Brasil: letras em laço*. São Bernardo do Campo: Yendis, 2006. p. ix-xxxii.

HERNANDEZ, Leila M.G.L. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. 2. ed. rev. São Paulo: Selo Negro, 2008.

HOBBSAWM, J. Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

\_\_\_\_\_. Etnia e Nacionalismo na Europa de hoje. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 271-282.

ILLIFE, Jhon. *África: história de um continente*. 2. ed. Madrid: Ediciones Akal, 2013.

KI-ZERBO, Joseph. *História da África negra I*. 3. ed. Publicações Europa-América, 1991.

LARANJEIRA, Pires. *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Lisboa: UA, 1995.

LEITE, Ana Mafalda. *Oralidades & Escritas Pós-Coloniais: Estudos Sobre Literaturas Africanas*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012.

LOPES, Carlos. A Pirâmide Invertida - historiografia africana feita por africanos. In: *Actas do Colóquio Construção e Ensino da História da África*. Lisboa: Linopazas, 1995. p. 21-29.

LOPES, Nei. *Enciclopédia brasileira da diáspora africana*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

\_\_\_\_\_. *Oiobomé: a epopeia de uma nação*. Rio de Janeiro: Agir, 2010.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal desde os tempos mais antigos até a presidência do Sr. General Eanes: manual para uso de estudante e outros curiosos por assuntos do passado pátrio*. Lisboa: Palas Editores, 1983.

MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. 17. ed. Lisboa: Guimarães Editores, 1977.

M'BOKOLO, Elikia. *África negra: história e civilizações: tomo 1: até o século XVIII*. Salvador: Ed. da Universidade Federal da Bahia, 2009.

MENDY, Peter K.; LOBBAN Jr., Richard (Ed.). *Historical Dictionary of the Republic of Guinea-Bissau*. 4th. ed. African Historical Dictionaries. Lanham, MD: Scarecrow, 2013.

MERCER, Kobena. Welcome to the Jungle: Identity and Diversity in Postmoder Politics. In: RUTHERFORD, Jonathan (Ed.). *Identity: Community, Culture, Difference*. London: Lawrence and Wishart, 1990. p. 43-71.

- MOISÉS, Massaud. *A análise literária*. São Paulo: CULTRIX, 2007.
- MOITA LOPES, L. P. *Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.
- MOREIRA, Antônio F.B. Reflexões sobre currículo e identidade: implicações para a prática pedagógica. In: MOREIRA, Antônio F.B; CANDAU, Vera M. *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 38-66.
- MOSER, Gerald. *African literature in Portuguese: The first written, the last discovered*. African Forum, 1967.
- MUDIMBE, Valentin Yves. *A invenção de África: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Mangualde, Portugal: Edições Pedagogo; Luanda: Edições Mulemba, 2013.
- MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- NASCIMENTO, Elisa L. (Org.). *Guerreiras de natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente*. São Paulo: Selo Negro, 2008.
- NASCIMENTO, G.M; NASCIMENTO, E.L. Reflexões sobre o “descobrimento” das Américas. In NASCIMENTO, Elisa L. (Org.). *A matriz africana no mundo*. São Paulo: Selo Negro, 2008. p. 133-140.
- NKRUMAH, Kwame. *A luta de classes em África*. 2. ed. Lisboa : Livraria Sá da Costa, 1977.
- OLIVEIRA, N. R. Educação: pensamentos e sensibilidade. In: OLIVEIRA, N. R; ZUIN, A. S; PUCCI, B. (Org.). *Teoria crítica, estética e educação*. Campinas: UNIMEP, 2001.
- PEDROSA, Célia. *Antônio Cândido: a palavra empenhada*. São Paulo: Edusp, 1994.
- PÉLISSIER, René. *História da Guiné: Portugueses e Africanos na Senegâmbia 1841-1936*. 2. ed. Lisboa: Edições Estampa, 2001. v. 1.
- PEREIRA, José Maria Nunes. *África um novo olhar. Cadernos CEAP*, Rio de Janeiro, 2006.
- RENAN, Ernest. What's the Nation? In: BHABHA, Homi K. *Nation and narration*. London, New York: Routledge, 1990. p. 8-22.
- ROSSOLILLO, Francesco. Nação. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 11. ed. Brasília, DF: UnB, 1998. p.795-799.
- RUSSELL-WOOD, A.J.R. Padrões de colonização no império português, 1400-1800. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (Ed.). *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 2010. p. 171-206.
- SARTRE, Jean-Paul. Prefácio. In: FRANTZ, Fanon. *Os condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- \_\_\_\_\_. *Que é a literatura?* 3. ed. São Paulo: Ática, 2004.

SECCO, Carmen L. T. Travessia e rotas das literaturas africanas de língua portuguesa (das profecias libertárias as distopias contemporâneas). *Léguas & meia: Revista de literatura e diversidade cultural*, Feira de Santana, BA, n.1, p. 91-113, 2002. Disponível em: <[http://www2.uefs.br/leguaemeia/1/1\\_091\\_travessia.pdf](http://www2.uefs.br/leguaemeia/1/1_091_travessia.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2016.

SEMEDO, Odete Costa. *No fundo do canto*. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

\_\_\_\_\_. *Entre o ser e o amar*. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, 1996.

SIMMEL, G. A natureza sociológica do conflito. In: MORAES FILHO, Evaristo (Org.). *Simmel*. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-134.

SILVA, M. G; MELO, L.C.A. Política, Literatura e a Questão pós-colonial. In: CAMPATO Jr., João Adalberto. *Manual de Literaturas de Língua Portuguesa: Portugal, Brasil, África Lusófona e Timor-Leste*. 1. ed. Curitiba; Rio de Janeiro: CRV; OPLOP, 2016. p. 393-398.

SILVA, T. T (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SILVA, Kalina V; SILVA, Maciel H. *Dicionário de conceitos teóricos*. 2. ed.2. reimp. São Paulo: Contexto, 2009.

SOARES, Francisco. Literatura e política: três abordagens. *Africana Studia: Revista Internacional de Estudos Africanos*. Porto, p. 99-110, 2001. Disponível em: <[http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/AS04\\_099.pdf](http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/AS04_099.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2016.

SOUSA, Julião S. O fenômeno tribal, o tribalismo e a construção da identidade nacional no discurso de Amílcar Cabral. In: TORGAL, Luís R.; PIMENTA, Fernando T.; SOUSA, Julião S. (Org.). *Comunidades Imaginadas: nação e nacionalismo em África*. Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra, 2008. p. 161-172.

SOUSA, B.V. Idade Média (séculos XI-XV). In RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo V; MONTEIRO, Nuno. *História de Portugal*. 4. ed. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010. p.17-198.

SPIVAC, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TAYLOR, Charles. *Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

TILLY, Charles. *Coerção, capital e estados europeus*. São Paulo: EDUSP, 1996.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

WOODWARD, K. *Questioning identity: gender, class, nation*. London: Routledge; Open University, 2000.



## **ANEXO - Entrevista com a poetisa guineense Saliatu da Costa**

A presente entrevista foi realizada no ano de 2012, por meio de vias eletrônicas (e-mail, mídias sociais) e apresenta uma reprodução fiel do diálogo que contribuiu consideravelmente para que a sanar dúvidas em relação a esta investigação. Mais do que simples perguntas e respostas, a entrevista a seguir reproduz aspectos significativos para compreendermos a poesia africana de língua portuguesa, em particular a guineense, bem como reflete o perfil artístico da poetisa guineense Saliatu da Costa.

Todas as informações reproduzidas abaixo foram fornecidas pela autora fazendo uso do seu conhecimento de sua língua oficial, nesse caso o português europeu, já que a língua materna guineense é o *crioulo*. Algumas palavras poderão apresentar grafia diferente daquelas usuais da nossa língua, entretanto optamos por não fazer nenhuma para não descaracterizar nossa entrevista e em respeito tanto a língua quanto a autora.

**Entrevistador: Antes de mais nada, seria possível a senhora contar-nos a sua história, desde seu nascimento e os dias atuais?**

**Saliatu da Costa:** Tive uma infância bonita e alegre, tendo sempre o razoável. O meu pai assumiu sempre algumas responsabilidades de relevo, e sem querer, as atenções sobre mim também se devem a isso. Conviver com 29 irmãos fez de mim uma pessoa com limites bem delineados, evitando fazer a qualquer um deles o que não queria que me fizessem a mim. Com eles aprendi a partilhar e a me situar em muitas posições, sem preconceito e sem julgar. A consciência que tenho de tudo acaba por me sacrificar, porque cobro bastante de mim. Sou mais uma que passou por uma adolescência confusa. O início da vida adulta. Como obra, para já, tenho a Bendita Loucura e Entre a Roseira e a Pólvora, o Capim! As da minha eleição são: A Bíblia, A cor Púrpura! Os meus ideais confundem-me muito, porque em constante mutação, onde mais algumas publicações e tornar as minhas filhas em pessoas de bem são as únicas verdades de tudo, num mundo também em constante movimento... Para finalizar, quais são seus sonhos? R: Hum, o poeta não sonha, fabrica o seu sonho e parte deles estão nas minhas páginas, enquanto ainda desconheço a outra parte... Desejo apenas chegar, não me pergunte aonde, que ainda não sei!

**Entry: Qual sua visão sobre a Guiné-Bissau?**

**Saliatu:** É um país espectacular, com um potencial invejável, sobretudo na natureza e em termos culturais. Instável sim, mas compete aos guineenses resolver essa questão e acredito que assim será, começando particularmente pela culturização do povo, que é onde tudo começa, pela cultura.

**Entry:** Como a senhora encara a questão da função da literatura?

**Saliatu:** Se entendi bem a sua questão, digo-lhe que a literatura tem uma função educativa, permitindo-nos estar onde nunca estivemos, cheirar o que nunca vimos e ver o jamais visto! Lógico, envolve a consciencialização de um povo, acima de tudo!

**Entry:** Então seria possível, dizer que ela possui uma função formadora? Poderia dissertar sobre isso?

**Saliatu:** Sem dúvida nenhuma, meu caro amigo. Mas o oposto também é uma realidade. Se a prudência faltar!!! Tal como educa para o bem, ou simplesmente para a realidade, pode também fazer o contrário. Há bem pouco tempo, no meu país, surgiram dois ou três livros sobre relatos da guerra colonial e muita daquelas "verdades" contribuiu para o caos que hoje reina por lá, e quando essa verdade se revelou muito abstrata, ficou tarde demais.

**Entry:** Em se tratando mais especificamente o caso da literatura militante, como não deixar que as poesias se transformem em discursos políticos?

**Saliatu:** Numa posição como a minha é capaz de ser complicado, sentindo-me triste e revoltada com muito do que passa na política, mas porque não uma inversão e transformar um discurso político numa poesia? Não lhe parece interessante? Acho que não se pode fugir desse destino e é sempre uma maneira

**Entry:** Quais as particularidades de ser uma voz feminina na poesia da Guiné-Bissau?

**Saliatu:** Antes da minha, ouviram-se outras vozes, como a da Odete Semedo, Domingas Samy e enfim..., mas estou em crer que as nossas opiniões não se divergem no seu todo quanto ao facto de que a voz feminina tem suscitado muita curiosidade e os reconhecimentos estão cada vez mais notórios, mas que ainda existe a diferença relativa á questão do género. Á partida, mais se lê um autor do que uma autora. Mas duma maneira geral, o balanço é positivo e os louvores acabam por aumentar o incentivo á continuação.

**Entrv: Em termos identitários, qual o critério para escrever poemas em crioulo e em português?**

**Saliatu:** É exactamente pela minha identidade, sendo uma maneira de honrar o meu eu, o meu ser. É inevitável não conciliar essas duas linguas, porque apesar do português ser a minha lingua oficial e de que eu gosto muito, o crioulo é a minha lingua materna e é nela que o meu subconsciente se expressa; ou seja, nos meus sonhos, a grande maioria das vezes só ouço o crioulo. Porém é me completamente impossível traduzir um poema de uma lingua para outra. Tão difícil que é, acabo por preferir a singularidade de cada um... O guineense em si é muito apegado ao crioulo e protege-o. Portanto, tal como eu, o guineense sente que a comunicação em crioulo é sagrada, é honrada. E acabo por me sentir um pouco triste, porque a minha capacidade escrita em português é melhor, ou pelo menos assim acredito.

**Entrv: Como é ser uma escritora que se vale do registro escrito num país em que a oratura é tão forte ainda?**

**Saliatu:** É sobretudo um grande privilégio, na perspectiva de que será parte dos registros que permanecerão na história como luta da mulher que expressa sua independência e a capacidade de criar a sua própria poesia, recusando todas as limitações expostas pela sociedade.

**Entrv: A senhora acredita que a literatura da Guiné-Bissau já é um sistema, ou seja, com público, escritores, editoras, relacionados entre si e com solução de continuidade?**

**Saliatu:** Não, há uma distância entre a nossa realidade e esse sistema, lógico. Mas isso porque a própria estrutura do país é fundamental nessa construção, e o país infelizmente tem apresentado estruturas bastante frágeis que não permitem que esta homogeneidade seja uma realidade. Porém acredito que estamos a caminhar a passos largos para esta concretização, já que está cada vez mais explícita a cumplicidade necessária para tal.

**Entrv: Qual a influência da família na sua poesi? E como se deu esse processo, entre a senhora se identificar com a poesia e apresentar essa identificação a sua família?**

**Saliatu:** No meu caso, a família acaba por ser a impulsionadora de todo esse processo, daí a sua extrema importância. Fui educada sem grandes liberdades, numa família muito conservadora, sendo a minha mãe uma senhora muito pouco comunicativa e rígida. Para piorar eu era extremamente gaga, o que dificultava a minha comunicação com o resto do mundo. Refugiava-me bastante na leitura e bem cedo comecei a transpor para o papel todas as minhas aflições, curiosidades, tristezas e alegrias. Resumindo, foi assim que me apaixonei

pela escrita e á medida que o tempo foi passando fui -me apegando cada vez mais e cá estamos... Lógico que até me identificar com a poesia levou o seu tempo. Mas não houve necessidade de apresentar essa identificação á minha família, porque eles viram-me a crescer com a escrita e já se previa o desfecho. É claro que se sentem orgulhosos disso.

**Entrv: O livro Bendita Loucura apresenta uma controvérsia de temas abstratos, contudo originais. Por um lado, temos o sublime e por outro a insanidade. O que de fato significa essa Bendita Loucura e quais seus critérios para intitular uma obra?**

**Saliatu:** Bendita loucura pertence a um passado longínquo, com poemas escritos desde os meus 17 anos, mas que definiram a minha linha expressiva, penso! Os temas refletem a imaturidade própria da idade, as quimeras, as ilusões, as rebeldias e as primeiras decepções. Portanto, a controvérsia dos temas deveu-se mesmo a inconstância de sentimentos vividos durante aquela fase. A escolha do título ocorreu duma maneira tão natural e foi a última coisa que fiz... Vi-me a pensar em alguns acontecimentos á volta do país e a loucura foi a palavra que me ocorreu; a bendita acabou por vir ao reboque, já que por mais loucura que se fazia não se via nem ouvia-se grandes reclamações, ou seja, o recéio fez com que se instalasse essa acomodação a tal ponto que me pareceu bendita, uma vez que é valendo-se dele (recéio) que se acabava por ser prudente e evitar represálias, dando margem assim á irónica Bendita Loucura.

**Entrv: Um dos pontos importantes em uma obra ou mesmo na literatura é a capacidade que o autor tem em trabalhar com temas cotidianos e históricos e renová-los. É perceptível isso nas suas obras. Como é possível fazer isso?**

**Saliatu:** Parece-me próprio da linha intimista, que vem explicar a sensibilidade ou a percepção real de cada autor. Acho que é simplesmente um assimilar de tudo ao redor e a necessidade de catapultá-lo para o exterior sem traição. E depois ainda existe a tremenda necessidade de situá-lo no tempo e fugir a descontextualização. Portanto, bastou seguir os meus sentimentos para conseguir, apesar de não percebê-los na maioria das vezes.

**Entrv: Quais os temas que fazem parte de sua poesia?**

**Saliatu:** Os temas vão variando desde emancipação da mulher, a fé cristã, a maternidade, a instabilidade do meu país, enfim... Sobretudo a mulher, onde se apalpa o nascimento, a morte, a labuta, as vitórias e derrotas!

**Entrv: Como a poesia guineense se insere no contexto da poesia africana de língua portuguesa?**

**Saliatu:** Tendo em conta que só em 1952 foi publicado o primeiro conto escrito por um guineense nato, James Pinto Bull, a inserção acaba por ser tardia, pois mesmo assim, tem havido uma enérgica produção literária dos guineenses, o que por si só constitui uma evolução positiva que tende a melhorar cada vez mais.

**Entrv: Podemos definir uma literatura como colonial, pós-colonial, regionalista, etc. Como se define a literatura da Guiné-Bissau?**

**Saliatu:** Penso que a literatura guineense se divide em várias fases, caracterizadas por períodos e conjunturas distintas! Começando pela **primeira fase**, onde se situa um discurso mais colonialista e da autoria de escritores na maioria de origem caboverdiana, por vezes estabelecidos, ou que apenas viveram muitos anos na Guiné. **Na segunda fase**, entre 1945 a 1970, depara-se com uma poesia de revolucionária, onde começam a aparecer os primeiros poetas guineenses, com uma linha que visava combater a dominação e incentivando, sobretudo á luta de libertação, onde cito obrigatoriamente o Amílcar Cabral, Vasco Cabral e António Baticã Ferreira. **Numa terceira fase**, de 1970 a 1980, ergueu-se um braço de jovens poetas com a independência, cujo dos ideais faziam parte a denúncia da repressão e um apelo á construção de uma nação livre. Desta fase, destaca-se a primeira antologia “Mantêhas para quem luta”! E desta geração, destacou-se o Agnelo Regalla, Helder Proença, Huco Monteiro, Francisco Conduto de Pina, Tony Tcheca, Félix Siga, José Carlos Shuartz, etc... **Já na quarta fase**, a partir da década de 90, começa a surgir uma poesia intimista, onde encontro a Odete Costa Semedo, uma das minhas referências, com o título “Entre o ser e o Amar”, entre outros... A partir desta fase, vem nascendo a geração de pindjiguiti, que é a minha e onde ainda se estende algumas surpresas...

**Entrv: A senhora acredita que futuramente a Guiné-Bissau poderá ascender culturalmente em termos mundiais, isto é consolidar sua poesia? Por quê?**

**Saliatu:** Sem sombra de dúvida, mas será necessário que o mundo esteja mais atento! A Guiné-Bissau é um país culturalmente rico, não obstante os acontecimentos que nos tem assombrado... Lógico que esse realizar solidificaria mais a minha/nossa poesia. Isto porque a estrutura e o sistema do país, querendo ou não, acabam por “gerir” a obra. Bem explicando, basta dizer que “A porta da rua é serventia da casa”...